

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mariane Motta de Campos

MÍDIA E CRISE POLÍTICA:
uma análise das estratégias de comunicação dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel
Temer (MDB) e o enquadramento noticioso da *Folha de S. Paulo*

Juiz de Fora
2019

Mariane Motta de Campos

MÍDIA E CRISE POLÍTICA:

uma análise das estratégias de comunicação dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) e o enquadramento noticioso da *Folha de S. Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Comunicação e Poder

Orientador: Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira.

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática
da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Campos, Mariane Motta de.

Mídia e crise política : uma análise das estratégias de comunicação dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) e o enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo / Mariane Motta de Campos. -- 2019.

225 p. : il.

Orientador: Luiz Ademir de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2019.

1. Crise política. 2. Enquadramento. 3. Folha de S. Paulo. 4. Dilma Rousseff. 5. Michel Temer. I. Oliveira, Luiz Ademir de, orient.
II. Título.

Mariane Motta de Campos

MÍDIA E CRISE POLÍTICA:

uma análise das estratégias de comunicação dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) e o enquadramento noticioso da *Folha de S. Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Comunicação e Poder

Aprovada em 22 de fevereiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira – Orientador

Universidade Federal de São João del-Rei

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal – Convidado

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Carla Montuori Fernandes – Convidada

Universidade Paulista

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me abençoar nesta jornada e por me propiciar saúde e força durante toda a trajetória de minha vida.

Agradeço imensamente à minha mãe Fátima, pelo apoio, confiança, amor e compreensão de sempre. Ao pai João, agradeço profundamente por ter me despertado desde muito cedo o senso crítico e por ter me mostrado a importância da educação. Agradeço por todos os esforços que fizeram para que eu pudesse realizar o sonho de me dedicar à vida acadêmica. Obrigada!

Ao meu irmão Vinicius, por sempre se orgulhar de mim e por me tê-lo como inspiração e exemplo, incentivando-me ainda mais.

Aos meus tios Rogério e Rita, pelo incentivo e por terem contribuído para a minha estadia em Juiz de Fora.

Ao meu namorado Rodrigo, que esteve ao meu lado durante mais esta etapa de minha vida. Agradeço ao incentivo e por estar sempre acreditando em mim.

A toda a minha família, que sempre esteve ao meu lado, servindo de base e incentivo. Muito obrigada a todos!

Ao meu amigo e também orientador Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira, só tenho a agradecer por ter estado constantemente ao meu lado desde a graduação. Você me fez despertar o gosto pela pesquisa e pela academia e acreditar na educação e em meu potencial. Você é um exemplo para mim e para todos os seus alunos, tenho certeza disso. Obrigada por ter estado ao meu lado a todo o momento, aconselhando-me e contribuindo para o meu amadurecimento acadêmico. Em todo o tempo, terei um carinho muito grande por você e espero que sempre esteja presente ao meu lado e a cada conquista minha.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto, que continuamente se fez presente durante este período, sempre disposto a nos incentivar e a contribuir para nossa formação não só acadêmica, mas também humana. Foi um prazer conhecer o ser humano maravilhoso que é. Saiba que sua ajuda foi também fundamental para a conclusão deste trabalho.

À Profa. Dra. Carla Montuori, pelo carinho, atenção e também disponibilidade em participar da minha banca e trazer contribuições.

A todos os professores e funcionários do PPGCOM-UFJF, que sempre estiveram dispostos a contribuir para a minha formação acadêmica. Obrigada!

Aos amigos que fiz neste período ou que já haviam passado pela minha vida, mas pude reencontrar agora: Viviane, Débora, Willian, Thais, Leticia, Vinicius, Mayra e Vanilda. Agradeço pela amizade. A força e o apoio de vocês foram de extrema importância para tornar esta jornada menos árdua.

Às minhas amigas de todas as horas Flavia, Denise e Raissa, obrigada por estarem a toda hora ao meu lado, incentivando-me e apoiando-me. Agradecerei sempre pela amizade de vocês.

Aos meus alunos do estágio de docência, da UFSJ, que me fizeram aprender tanto e me mostraram o quanto são importantes a diversidade e a universidade pública de qualidade. Com vocês, tive a certeza de estar no caminho certo.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma me incentivaram e estiveram ao meu lado.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.
(Paulo Freire)

RESUMO

A partir da relação simbiótica entre o campo político e a instância midiática, a presente pesquisa traz uma discussão sobre as relações de poder exercidas por esses campos. A dissertação busca compreender a centralidade do campo midiático para as disputas políticas, que implica processos cada vez mais intensificados de espetacularização e de personalização. Discute-se, ainda, a transição que vem ocorrendo, em que os campos sociais, incluindo o campo midiático, estão sendo transformados pela crescente midiaticização da vida social. O referencial teórico engloba também as discussões em torno da democracia e da crise de representação, trazendo enfoque à política nacional e ao golpe de 2016, que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT). Quanto à análise dos dados, a pesquisa tem dois eixos de investigação. O primeiro é focado nas estratégias de comunicação do governo federal em dois momentos específicos: primeiramente, da gestão Dilma Rousseff (PT) no período de crise e do seu *impeachment*, e, em segundo lugar, da gestão Michel Temer (MDB), que assumiu interinamente até a cassação da ex-presidente e depois quando tomou posse até o momento de crise do seu governo diante de denúncias de corrupção. Tais análises são desenvolvidas por meio do estudo dos pronunciamentos realizados por Dilma e por Temer. A segunda perspectiva é analisar o enquadramento noticioso realizado pela *Folha de S. Paulo* como representação da cobertura midiática. Como metodologia, recorreu-se à Análise de Conteúdo de Bardin (2011) mesclada com a Análise de Enquadramento (PORTO, 2004; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; GAMSON; MODIGLIANI, 1993; MAIA; VIMIEIRO, 2011). Procura-se identificar os pontos de confluência e divergência na construção da imagem dos presidentes e de seus governos de forma a comparar as diferentes estratégias e enquadramentos. Nota-se, portanto, que os presidentes recorreram a diferentes estratégias: Dilma recorreu às conquistas trazidas pelos governos petistas, enquanto Temer optou por adotar a estratégia de acionar a superação da crise econômica em seu governo. Quanto ao enquadramento dado pelo Jornal *Folha de S. Paulo*, pode-se perceber que ambos os governos ganharam enquadramentos negativos em momentos de crise. Porém, ao trazer temáticas econômicas, o veículo noticioso enquadrou o governo Temer de forma mais positiva se comparado ao governo petista.

Palavras-chave: Crise Política; Enquadramento; *Folha de S. Paulo*; Dilma Rousseff; Michel Temer.

ABSTRACT

From the symbiotic relationship between the political field and the mediatic instance, this research brings a discussion about the power relations exercised by these fields. The dissertation seeks to understand the centrality of the media field to political disputes, which implies in increasingly intensified processes of spectacularization and personalization. It is also discussed the transition that has taken place, in which the social fields, including the media field, are being transformed by the increasing mediatization of social life. The theoretical referential also encompasses the discussions around democracy and the crisis of representation, focusing on national politics and the coup of 2016, which culminated in the impeachment of President Dilma Rousseff. As for the data analysis, the research has two investigation axes. One is focused on the federal government's communication strategies in two specific moments: firstly, the Dilma Rousseff's (PT) management in the crisis period and her impeachment, and, second, the Michel Temer's (MDB) management, whom assumed temporarily until the ex-president's annulment, then when he took office until the moment of his government's crisis due to denunciations of corruption. Those analyzes were developed through the study of the pronouncements made by Dilma and Temer. The second perspective is to analyze the news frame made by *Folha de S. Paulo*, as a representation of the media coverage. As methodology, it was used the Content Analysis of Bardin (2011) merged with the Framework Analysis (PORTO, 2004; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; GAMSON; MODIGLIANI, 1993; MAIA; VIMIEIRO, 2011). It seeks to identify the points of confluence and divergence in the construction of the presidents' image and their governments' image as well, in order to compare the different strategies and frameworks. It is noted, therefore, that the presidents resorted to different strategies, Dilma resorted to the conquests brought by the PT governments while Temer chose to adopt the strategy of triggering the overcoming of the economic crisis in its government. As for the framework given by the newspaper *Folha de S. Paulo*, it can be noted that both governments gained negative frames in moments of crisis, but when bringing economic issues, the news vehicle framed the Temer government in a more positive way compared to the government PT.

Keywords: Political Crisis; Frame; *Folha de S. Paulo*; Dilma Rousseff, Michel Temer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação gráfica dos pacotes interpretativos do enquadramento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o processo de <i>impeachment</i>	138
Figura 2 – Representação gráfica dos pacotes interpretativos do enquadramento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o governo Michel Temer	173
Figura 3 – Representação gráfica dos pacotes interpretativos do enquadramento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o escândalo dos áudios	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pronunciamentos de Dilma Rousseff (PT)	115
Quadro 2 – Temáticas mais acionadas	129
Quadro 3 – Pacotes Interpretativos do Enquadramento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o processo de <i>impeachment</i>	136
Quadro 4 – Cobertura da <i>Folha de S. Paulo</i> no governo Dilma Rousseff	138
Quadro 5 – Pronunciamentos de Michel Temer (MDB)	160
Quadro 6 – Temáticas mais acionadas	168
Quadro 7 – Pacotes Interpretativos do Enquadramento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o governo Michel Temer	171
Quadro 8 - Pacotes Interpretativos do Enquadramento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o governo Michel Temer – Escândalos dos áudios	173
Quadro 9 – Cobertura da <i>Folha de S. Paulo</i> no governo Michel Temer	175

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DA CENTRALIDADE DA MÍDIA AO PROCESSO DE MUDIATIZAÇÃO.....	23
2.1 A CENTRALIDADE DA MÍDIA PARA A POLÍTICA.....	24
2.2 A ESPETACULARIZAÇÃO DA POLÍTICA.....	36
2.3 CAMPANHA PERMANENTE	48
2.4 O PROCESSO DE MUDIATIZAÇÃO	55
3 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, A ÊNFASE PERSONALISTA E A CRISE INSTITUCIONAL E POLÍTICA.....	61
3.1 CRISE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: DILEMAS E DESAFIOS.....	61
3.2 PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA E O FORTE PERSONALISMO COMO EMPECILHOS AO SISTEMA POLÍTICO.....	75
3.3 CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL: O GOLPE CONTRA DILMA ROUSSEFF	90
4 AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (PT) E O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA FOLHA DE S. PAULO DURANTE O PROCESSO DE IMPEACHMENT	111
4.1 CONTEXTO POLÍTICO E O PROCESSO DE IMPEACHMENT	111
4.2 AS ESTRATÉGIAS DE DILMA ROUSSEFF (PT) DURANTE O PROCESSO DE IMPEACHMENT: ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS.....	114
4.2.1 Metodologia e <i>Corpus</i> de Análise.....	114
4.2.2 Análise de Conteúdo Qualitativa	120
4.3 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO	131
4.4 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT	135
4.4.1 Análise Quantitativa do Enquadramento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o <i>Impeachment</i>	136
4.4.2 Análise Qualitativa do Enquadramento da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o <i>Impeachment</i>	143
5 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO GOVERNO MICHEL TEMER (MDB) E O ENQUADRAMENTO DA FOLHA DE S. PAULO.....	156
5.1 CONTEXTO POLÍTICO E O GOVERNO MICHEL TEMER (MDB).....	157
5.2 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO GOVERNO MICHEL TEMER (MDB) EM SEUS PRONUNCIAMENTOS	159
5.2.1 Metodologia e <i>Corpus</i> de Análise.....	159
5.2.2 Análise de Conteúdo Qualitativa	163
5.3 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE O GOVERNO DE MICHEL TEMER (MDB).....	170
5.3.1 Análise Quantitativa da Cobertura Noticiosa da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o governo Michel Temer (MDB).....	171
5.4 ANÁLISE QUALITATIVA DO ENQUADRAMENTO DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE O GOVERNO MICHEL TEMER (MDB)	179
5.4.1 Formação Ministerial	179
5.4.2 Busca de Apoio Político	181
5.4.3 Oposição/Críticas ao Governo Temer	183
5.4.4 Trajetória de Temer.....	184
5.4.5 Temer e o Processo de <i>Impeachment</i> da ex-presidente Dilma	185

5.4.6 Slogan do Governo	186
5.4.7 Políticas do Governo.....	187
5.4.8 Escândalo dos Áudios.....	188
5.5 ESTUDO COMPARATIVO: PONTOS DE CONFLUÊNCIA E DE DIVERGÊNCIA NAS ESTRATÉGIAS E NA COBERTURA DOS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF (PT) E MICHEL TEMER (MDB)	193
5.5.1 Análise Comparativa das Estratégias de Comunicação de Dilma Rousseff e de Michel Temer	193
5.5.2 Análise Comparativa do Enquadramento Noticioso da <i>Folha de S. Paulo</i> em Relação ao Governo Dilma e ao Governo Temer	201
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
7 REFERÊNCIAS	215

1 INTRODUÇÃO

O campo midiático assume posição de centralidade na sociedade contemporânea, funcionando como palco, em que diversos atores sociais buscam visibilidade e legitimidade do público (RODRIGUES, 1990). Nesse sentido, a interface mídia e política tem sido tema recorrente nos estudos das ciências sociais, marcado pelo seu caráter interdisciplinar entre os campos da Comunicação, da Ciência Política e da Sociologia. Por isso, compreender o impacto das mídias em nossas vidas, sobretudo no campo político, torna-se fundamental.

A visibilidade nos meios de comunicação é importante para o reconhecimento público. Em decorrência disso, a maior parte da informação política de que dispõem os cidadãos é oriunda das mídias. A partir do momento em que a mídia determina o que tornará público, ela exerce um papel central, principalmente no campo político, que depende dessa visibilidade midiática. Desse modo, ela torna-se referencial de mundo para os indivíduos (RODRIGUES, 1990) ao atender a uma demanda cognitiva por parte das pessoas sobre o que está acontecendo na sua cidade, região, estado, país e diferentes esferas (GOMES, 2004).

A discussão sobre a centralidade midiática na sociedade contemporânea e no campo político é trazida por alguns autores como Rodrigues (1990), Rubim (2001), Gomes (2004), Lima (2006) e Miguel (2003). Percebe-se como a mídia tem tido um papel de centralidade na modernidade diferenciando substancialmente a vida da sociedade tradicional para a sociedade moderna. A mídia atua como um sistema perito da informação a partir do momento em que o campo jornalístico se configura como a área à qual é instituído o dever de informar. Por isso, na sociedade moderna, a mídia exerce um papel central tanto para os cidadãos como para os demais campos sociais. Muitas vezes, somente dá-se credibilidade a um fato se este for noticiado na mídia (GIDDENS, 1990). Mesmo hoje, com o uso cada vez mais recorrente às mídias digitais (principalmente as redes sociais – *Facebook*, *Twitter* etc.) em detrimento das mídias massivas (como TV e rádio), há uma relação de interconexões entre as mídias. As notícias que circulam nas redes sociais remetem a portais de notícias, que, por sua vez, ganham maior visibilidade e legitimidade ainda nas mídias tradicionais, como nos noticiários televisivos e radiofônicos e nos jornais impressos. Uma mídia não anula o poder da outra, mas tem-se a criação de novos circuitos informativos (BRAGA, 2012).

Tal simbiose entre mídia e política intensifica processos como a espetacularização e o personalismo. Nesse sentido, o processo teatral, dramatúrgico e espetacular que os campos sociais assumem está relacionado à lógica espetacular da mídia. Goffman (2013) compreende

que a vida social é tecida por interações sociais, já que são pautadas num jogo de representação social e teatral. Enquanto Goffman (2013) não vê problemas no caráter teatral que a vida social ganha, uma vez que a compreende como um processo de interação, outros autores analisam a espetacularização propiciada pela mídia sob uma perspectiva muito mais crítica, como Debord (1997) e Schwartzberg (1977). Wilson Gomes (2004) também defende a centralidade da mídia e afirma que a política, ao se acomodar à gramática dos meios de comunicação, acaba se tornando uma política espetacular, teatral e cada vez mais encenada.

Outros autores, porém, criticam a visão hegemônica sobre a relação mídia, espetáculo e política, cuja matriz está em Debord (1997). Rubim (2002) é um desses autores. Para este, ocorre a existência da sociedade do espetáculo antes mesmo da existência midiática. O ponto comum entre os autores que estudam a espetacularização diz respeito ao fato de ambos concordarem que o ambiente midiático potencializa o processo da espetacularização à medida que, por meio das redes, a sociedade passa a se expor mais, bem como os atores midiáticos e políticos.

Além da espetacularização gerada pela consolidação do campo midiático, com o surgimento e inserção cada vez maior no cotidiano das mídias digitais, outro processo que se tornou objeto de estudo dos pesquisadores da Comunicação é a midiática. Em função de um novo modelo de consumo midiático, que se dá tanto através das mídias tradicionais como das mídias digitais, muitos autores têm discutido esse novo processo midiático, como Braga (2012), Fausto Neto (2008) e Hjarvard (2012). O campo jornalístico tradicional se vê ameaçado pelo processo de midiática com a emergência de circuitos informativos e comunicacionais que não são vinculados a nenhum campo simbólico hierárquico, como ocorre com *blogs* e grupos de *WhatsApp* que disseminam, por exemplo, as *fake news*. Diante disso, não se trata mais de apontar a centralidade da mídia na tarefa de organizar a vida social e os processos de interação entre os campos sociais, “mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessadas e permeadas por pressupostos e lógicas do que se denominaria a ‘cultura da mídia’” (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

Para Braga (2012), o processo de midiática põe em xeque o poder dos campos simbólicos instituídos, como ocorre, por exemplo, com o campo político e o campo jornalístico. Há, nesse aspecto, uma perda de poder de intermediação que sempre foi concedido a tais campos. Esta desintermediação torna tais campos mais fragilizados. Isso pôde ser observado na disputa presidencial de 2018, quando a TV deixou de ser a mídia hegemônica na eleição, com a redução do tempo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

(HGPE) e com a estratégia do então candidato e hoje presidente, Jair Bolsonaro (PSL), de utilizar as redes sociais e evitar as mídias massivas, não tendo comparecido aos debates televisivos, por uma decisão de campanha, com a alegação de que seu estado de saúde ainda não permitia. O candidato foi esfaqueado no dia 06 de setembro num ato de campanha no centro de Juiz de Fora e teve que operar o intestino duas vezes, tendo ficado internado por mais de dez dias, primeiro na cidade mineira e depois em São Paulo. Recuperou-se, mas não compareceu mais a atos de campanha, bem como argumentou que tinha recomendações médicas para não participar de debates e focou todas as suas estratégias nas redes sociais para manter o contato com o eleitorado.

Mesmo depois de eleito, com críticas à boa parte da grande imprensa, alegando perseguição, resolveu também manter, principalmente, o *Twitter* como seu principal meio de contato com a mídia e os eleitores. No período de montagem do governo, anunciou os 22 ministros via *Twitter*, bem como tem feito nas medidas de seu governo. Concedeu entrevistas até o momento somente a algumas emissoras com quem tem mais afinidades política e ideológica – TV Record (em função da proximidade com Edir Macedo) e SBT (proximidade com Sílvio Santos). Isso tem gerado, inclusive, sérios atritos com setores poderosos da mídia brasileira, como Globo e Grupo Folha, que têm sido opositores ferrenhos ao governo Bolsonaro. No entanto, as estratégias de Bolsonaro e seu enfrentamento com a mídia tradicional não são o foco deste trabalho.

Retomando a discussão sobre a disputa entre os campos simbólicos *versus* os novos circuitos informativos e comunicacionais, nota-se que, mesmo que percam força, ainda buscam formas de manter sua hierarquia e o capital dos que estão inseridos nesses campos. É o que ocorre com o campo político. Apesar de a cultura midiática permear os diversos campos, percebe-se que o campo político ainda se mantém estruturado, já que ainda se estabelece em estruturas bem definidas e hierarquizadas. Cabe aqui uma breve consideração acerca dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB). Como será discutido na dissertação, Dilma se viu fragilizada em perda do seu capital político e acabou sofrendo um processo de *impeachment*. Ao contrário, Temer, mesmo com os mais baixos índices de popularidade, sempre teve um ótimo trânsito no campo político e se articulava muito bem com os atores políticos (Congresso, partidos etc.). Mesmo com denúncias de corrupção e sob risco de vir a ser investigado, conseguiu manter o apoio de uma forte base parlamentar, que não autorizou a abertura de investigação a pedido da Procuradoria Jurídica, em decorrência

dos escândalos dos áudios da JBS, em que o presidente emedebista foi acusado de receber propinas dos donos da empresa.

Dessa forma, tais questões remetem à discussão sobre o funcionamento dos governos representativos, sobretudo o caso específico da democracia brasileira, que tem como característica passar por instabilidades diante de sua heterogeneidade (ABRANCHES, 1988). Alguns autores defendem que se está vivendo um processo de crise de representação ou crise no sistema democrático não só no Brasil, mas em outros países e alguns acontecimentos têm reforçado essas teses. Os partidos políticos não têm servido de garantia para a existência de uma mediação eficiente entre Estado e sociedade (MANIN, 1995; SANTOS, 2007). Além disso, a falta de confiança por parte da população nas instituições políticas e também o fracasso da democracia sob o ponto de vista do resgate da dimensão social têm sido determinantes na crise do sistema democrático (BAQUERO, 2000). No caso do Brasil, isso foi potencializado pela grave crise econômica que começou a dar sinais em 2013, mas se agravou a partir de 2015 e se arrasta até hoje, e pela crise institucional decorrente das ações da Operação Lava Jato, iniciada em 2014, e que já prendeu dezenas de políticos e empresários, de vários partidos, principalmente do PT, MDB, acusados de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O próprio ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva já foi condenado em primeira e segunda instâncias a 12 anos de prisão e está preso desde 06 de abril de 2018, o que impediu a sua candidatura à Presidência da República mesmo liderando todas as pesquisas de opinião pública.

A crise de representação política implica outra discussão que permeia hoje o campo da Comunicação Política, que se refere à crescente personalização em detrimento das instituições e dos campos. Nesse sentido, no caso da crise de legitimidade dos partidos políticos, que tem resultado na perda de referenciais ideológicos dos partidos, tal fato contribui para centrar as discussões nas supostas qualidades dos candidatos e para fatores de curto prazo (LEAL, 2012). Dessa forma, o campo político na sociedade contemporânea está centrado nos candidatos, e não mais nos partidos políticos. No momento da eleição, o eleitor contemporâneo julga seus interesses individuais, não considerando sua classe ou as ideologias partidárias. Somado a isso, a diminuição do controle partidário sobre as candidaturas, o crescimento das taxas de mudança de voto e de partidos nas eleições por parte de eleitores, bem como a alternância de atores políticos dentro dos partidos e a mídia tendo papel central na disputa política contribui para o personalismo na política (WATTENBERG, 1991).

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação pretende discutir, por meio desses debates conceituais, o funcionamento da política brasileira contemporânea e a sua relação com o

campo midiático, tendo enfoque nos períodos de crise política, desde o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), defendido por alguns autores como sendo um golpe parlamentar (SOUZA, 2016; SANTOS, 2017; ALBUQUERQUE; PAULA, 2017), até os escândalos dos áudios das delações dos irmãos Batista (executivos da empresa JBS) envolvendo o presidente Michel Temer (MDB). Dessa forma, a pesquisa tem como propósitos analisar as estratégias de comunicação utilizadas pelos governos Dilma Rousseff e Michel Temer e de que forma tais narrativas sinalizavam uma crise de legitimidade, como ocorreu no caso da petista e do próprio emedebista em momentos singulares da política brasileira referentes ao *impeachment* e ao pedido de investigação de um presidente em exercício. Além disso, pretende-se analisar os diferentes enquadramentos dados pela mídia – tomando como objeto de análise o jornal *Folha de S. Paulo* – diante da crise política criada pelo *impeachment* até os escândalos envolvendo o presidente emedebista.

A presente pesquisa tem como primeiro objeto empírico de investigação os pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff durante as principais datas referentes ao processo de *impeachment*. O segundo objeto também se refere aos pronunciamentos políticos de Michel Temer desde quando assumiu a Presidência interinamente até o momento em que esteve envolvido em um escândalo de corrupção. O terceiro objeto analisado é a cobertura midiática da imprensa sobre as principais datas referentes ao *impeachment* e sobre os principais momentos do governo Temer desde quando assumiu interinamente até o vazamento dos áudios que o envolviam. O objeto de análise escolhido foi o jornal *Folha de São Paulo*, veículo que tem a maior tiragem, conforme o Índice de Veiculação Circular. Em 2017, a *Folha* teve uma circulação total (digital e impressa) de 292.331 edições.

Devido à extensão temporal dos objetos analisados, foi realizado um recorte no material analisado. Considerando que o processo do *impeachment* se iniciou em 02 de dezembro de 2015, com a aceitação do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), e o governo Temer teve fim em 31 de dezembro de 2018, optou-se por criar um calendário com os principais acontecimentos no período do *impeachment* e no governo Temer.

Para a realização dos estudos, foram utilizadas diferentes metodologias diante de duas perspectivas de análise. Para a primeira perspectiva, que tem como objeto os pronunciamentos dos presidentes Dilma Rousseff e Michel Temer, foi utilizada a Análise de Conteúdo conforme aponta Bardin (2011). Trata-se de um método que aplica tanto técnicas quantitativas como qualitativas e visa a obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, os quais possam ser indicadores que permitam ao pesquisador fazer

inferências sobre o objeto investigado. Ele se desenvolve em três etapas: (a) pré-análise do material coletado, (b) fase de categorização e (c) fase de inferências.

A partir de tal metodologia, foram definidas algumas categorias de análise a serem aplicadas tanto na análise dos pronunciamentos e coletivas de Dilma Rousseff quanto de Michel Temer: I – A construção das imagens de Dilma Rousseff e Michel Temer, II – A construção da imagem do governo, III – Ataque aos adversários e IV – Temáticas acionadas.

Para a segunda perspectiva, que tem como objeto o jornal *Folha de S. Paulo*, será utilizado um modelo híbrido, que articula a Análise de Conteúdo com a Análise de Enquadramento, analisando os enunciados e discursos de natureza variada, a fim de captar o modo como a realidade é enquadrada por eles. Esse tipo de análise reside em compreender o modo como os discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de percepções específicas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). O foco da metodologia, nesse caso, está no conteúdo dos discursos: “É no conteúdo que se busca o quadro, visto como uma espécie de ângulo, que permite compreender uma interpretação proposta em detrimento de outras” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 194).

Dessa maneira, serão elaborados “pacotes interpretativos” (GAMSON; MODIGLIANI, 1993; MAIA; VIMIEIRO, 2011), a fim de compreender de forma mais clara o enquadramento noticioso dado pelo jornal *Folha de S. Paulo* ao *impeachment* no governo Dilma Rousseff (PT) e ao governo Michel Temer (MDB) desde quando assumiu interinamente até os escândalos envolvendo o presidente. Com base no conteúdo das notícias coletadas, foram definidos os seguintes eixos interpretativos da cobertura do jornal sobre o *impeachment* da presidente Dilma: (1) Batalha do *impeachment*, (2) Posicionamento sobre o *impeachment*, (3) *Impeachment* e seus rituais, (4) Crise econômica e o *impeachment*, (5) Crise política e o *impeachment* e (6) O *impeachment* e o governo Michel Temer (PMDB). Já para a análise do governo Temer, foram definidos os seguintes eixos interpretativos: (1) Formação ministerial, (2) Busca de apoio político, (3) Oposição/Críticas ao governo Temer, (4) Trajetória de Temer, (5) Temer e o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma, (6) *Slogan* do governo, (7) Políticas do governo e (8) Escândalo dos áudios.

Por fim, buscou-se, mediante a análise de conteúdo, fazer um estudo comparativo sobre os pontos de confluência e divergência nas estratégias e na cobertura do jornal dos governos Dilma Rousseff e Michel Temer. Para a análise das estratégias, resgataram-se as categorias de análises que já haviam sido utilizadas: I – A construção da imagem de Dilma Rousseff e Michel Temer, II – A construção da imagem dos governos, III – Ataque aos adversários e IV – Temáticas acionadas. E para o estudo comparativo da cobertura do jornal,

foram elaboradas as seguintes categorias: I – *Impeachment* sob a ótica do jornal, II – A construção da imagem dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer, III – A imagem da oposição dos governos e IV – O caráter espetacular na cobertura nos momentos de crise política dos governos.

A primeira hipótese levantada neste trabalho é que Dilma Rousseff utilizou como estratégia a construção de sua imagem pessoal e o discurso sobre as conquistas, principalmente, em termos de políticas sociais nas gestões do PT, já que a imagem do seu governo estava desgastada pelo processo e pela falta de apoio de seu mandato. Parte-se, ainda, da hipótese de que a *Folha de S. Paulo*, por sua vez, buscou legitimar o discurso favorável ao *impeachment* ao enquadrar a corrupção, a crise econômica e a crise política como forma de justificar a realização do *impeachment* e o afastamento da ex-presidente de seu cargo, assumindo, gradativamente, no decorrer do processo e no agravamento da crise, uma postura cada vez mais explícita em defesa da cassação da petista. Dessa forma, o jornal adotou um discurso de que o processo seguiu a ordem legal, contrariando o discurso de Dilma de que o processo se tratava de um golpe parlamentar.

A terceira hipótese, referente ao governo Temer, é que ele se utilizou do discurso de que o *impeachment* era um processo legal, buscando legitimação ao seu governo. E, no segundo momento, referente ao vazamento dos áudios que envolviam o peemedebista, Temer utilizou o discurso da crise econômica, para se colocar como a única figura capaz de retirar o País da crise. Ao mesmo tempo, Temer buscou reforçar o apoio que tinha do Congresso para demonstrar que, apesar do desgaste propiciado pelo escândalo, ele tinha governabilidade. E a *Folha de S. Paulo*, que, no início do governo Temer, buscou legitimar um discurso favorável ao *impeachment*, e assim favorável ao novo governo peemedebista, no momento de crise, oscilou no seu discurso. Passou a dar um tom mais negativo diante do desgaste da imagem de Temer, mas se manteve mais cautelosa por defender a agenda neoliberal de realização das reformas propostas por ele, como a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Após o escândalo, o jornal buscou enquadrar matérias que apontavam a possibilidade da saída de Temer, uma vez que, devido ao fato, a aprovação das Reformas estava sob risco.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No Capítulo 2, intitulado “Da centralidade da mídia ao processo de midiaticização”, a discussão se dá, num primeiro momento, sobre a centralidade que o campo midiático assume na contemporaneidade. Para isso, recorre-se a autores como Bourdieu (1986), que discute o conceito de campo social, Giddens (1990), Lima (2006), Rodrigues (1990), Thompson (1998) e Miguel (2003). Num

segundo momento, o capítulo debate a questão da espetacularização, que é o resultado de uma sociedade cada vez mais midiaticizada. Por meio de autores como Goffman (2013), Debord (1997), Schwartzberg (1977), Gomes (2004) e Rubim (2001), filiados a correntes teóricas distintas, procura-se estabelecer um rico debate entre visões que partem do interacionismo simbólico, passando pela perspectiva mais crítica até se chegar a uma visão mais contemporânea que incorpora um posicionamento mais tensionado em relação à dimensão espetacular da mídia. Em seguida, discute-se o conceito de “campanha permanente” (HECLO, 2000; NOGUERA, 2001; GALICIA, 2010; LILLEKER, 2007), com o objetivo de compreender como se dá o processo da comunicação política que ocorre tanto no período eleitoral, quanto durante o mandato. Por fim, em decorrência da emergência das mídias digitais, discute-se o processo acelerado de midiaticização, que coloca em xeque o poder dos campos simbólicos instituídos, como o próprio campo político e o campo jornalístico, recorrendo a autores como Hjarvard (2012), José Luiz Braga (2012) e Fausto Neto (2010).

No Capítulo 3, intitulado “Representação política, a ênfase personalista e a crise institucional e política”, discute-se o funcionamento dos governos representativos, sobretudo o caso específico da democracia brasileira, que tem muitas especificidades, como a precariedade de suas instituições políticas e um caráter híbrido e heterogêneo (ABRANCHES, 1988). Por intermédio de autores como Pitkin (2006), Santos (2007) e Baquero (2000), apresenta-se a problemática do sistema representativo, que tem gerado a crise de representação, bem como a crise dos partidos político constituindo um processo de personalismo na política. Diante dessa discussão, autores como Manin (1995), Leal e Vieira (2009) e Wattenberg (1991) apontam para os riscos do modelo personalista para a democracia ao criar “heróis” e “vilões” na arena política, que, de certa forma, simplifica a complexidade do campo político. Ao final do capítulo, é apresentada a discussão acerca do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, objeto da pesquisa, a fim de compreender a crise que antecedeu o *impeachment*, bem como a crise gerada após o processo, sob o olhar de importantes autores brasileiros como Souza (2016), Santos (2017) e Albuquerque e Paula (2017). Tais autores tratam o *impeachment* como um golpe parlamentar, jurídico e midiático.

No Capítulo 4, intitulado “As estratégias de comunicação do governo Dilma Rousseff (PT) e o enquadramento noticioso da *Folha de S. Paulo* durante o processo de *impeachment*”, são trabalhadas as análises referentes ao governo petista. Num primeiro momento, é apresentado o contexto político, a fim de compreender como se deu o processo de *impeachment*. Após isso é apresentada a análise sob a perspectiva da estratégia de comunicação utilizada pelo governo. Tal análise, realizada de forma qualitativa, tem como

objeto os pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff. No segundo momento, é apresentada a metodologia de enquadramento, que inclui análises qualitativas e quantitativas (GAMSON; MODIGLIANI, 1993; MAIA; VIMIEIRO, 2011), utilizada para a análise do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o processo de *impeachment*.

No Capítulo 5, intitulado “Análise das estratégias do governo Michel Temer (MDB) e enquadramento noticioso da *Folha de S. Paulo*”, são trabalhadas as análises referentes ao governo Temer. Num primeiro momento, são apresentados o contexto político e a metodologia utilizada no material referente à análise das estratégias de comunicação, que inclui análises qualitativas dos pronunciamentos do presidente Temer. Num segundo momento, é apresentada a metodologia de enquadramento, que inclui análises qualitativas e quantitativas (GAMSON; MODIGLIANI, 1993; MAIA; VIMIEIRO, 2011), utilizada para a análise do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o governo Temer desde quando assumiu interinamente até o momento de crise propiciado pelo escândalo dos áudios. Por fim, é realizado um estudo comparativo para identificar pontos de confluência e de divergência nas estratégias e na cobertura noticiosa da *Folha de S. Paulo* referente aos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

2 DA CENTRALIDADE DA MÍDIA AO PROCESSO DE MUDIATIZAÇÃO

O presente capítulo trata da interface mídia e política. Tendo em vista que a presente pesquisa tem como finalidade compreender as estratégias de comunicação e o enquadramento midiático nos momentos de crise dos governos Dilma (PT) e Temer (MDB), é fundamental entender a importância do campo midiático para o campo político, bem como perceber como a mídia atua enquanto importante ator político, a partir do momento em que ela influencia a opinião pública e dá visibilidade aos atores políticos. Quando se fala de mídia hoje, pode-se compreender não somente os veículos tradicionais, mas também a *internet*, que vem ganhando espaço na política, passando a ter papel fundamental nas estratégias de comunicação de atores políticos, como ocorreu nas eleições de 2018, em que o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), elegeu-se sem ter muito tempo de televisão no HGPE e tendo um enquadramento negativo da mídia tradicional.

Para isso, é imprescindível tratar da centralidade da mídia para a política. Segundo Venicio de Lima (2006), a política nos regimes democráticos é uma atividade eminente pública e visível, ou é o que deveria ser. E é a mídia que define o que é público, ou seja, a mídia torna público o que for de seu interesse. Em decorrência de tal processo, para se ter visibilidade, a política depende da mídia, bem como a mídia depende da política para se pautar e até mesmo por questões mercadológicas. A partir daí, pode-se perceber a centralidade da mídia para a política, assim como a relação de simbiose tensionada entre os campos.

Na perspectiva de Rodrigues (1990, p. 202), o campo midiático é a instituição responsável por “criar, impor, manter, sancionar e restabelecer a hierarquia de valores” e o conjunto de regras envolvidos na função de mediador social entre os diferentes campos sociais. Tendo em vista que, na contemporaneidade, há uma interface cada vez maior entre o campo da política e a instância comunicativa midiática, o capítulo traz essa discussão, além de apontar processos decorrentes dessa simbiose, como o personalismo e a espetacularização da política.

O capítulo trará ainda a discussão, num primeiro momento, sobre esse papel de centralidade que o campo midiático assume na contemporaneidade. Em seguida, em decorrência da emergência das mídias digitais, discute-se hoje o processo acelerado de midiáticação, que coloca em xeque o poder dos campos simbólicos instituídos, como o próprio campo político e o campo jornalístico.

2.1 A CENTRALIDADE DA MÍDIA PARA A POLÍTICA

Para se entender a centralidade da mídia na sociedade moderna, é imprescindível compreender o conceito de campo simbólico de Bourdieu (1986). O campo social, conforme o autor, é um espaço de disputa e domínio de experiência. Na obra *Sobre a Televisão*, Bourdieu (1986, p. 57) conceitua o campo social como

[...] um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominado, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças.

Na perspectiva de Bourdieu (1986), o “campo” é um sistema de relações sociais que estabelecem certos objetivos como legítimos. Esses objetivos são impostos aos agentes que participam desse campo. Esses agentes interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras em suas práticas, o que Bourdieu chama de *habitus*. Pela lógica de Bourdieu, os campos da política e da mídia são distintos, porém sobrepostos.

O campo político, de acordo com Bourdieu (1986, p. 164), é

o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher.

Segundo a teoria de Bourdieu (1986), todo campo se define pela imposição de critérios próprios de avaliação da realidade e pela fixação de objetivos que são considerados naturais pelos agentes. No caso do campo político, esses objetivos se definem na busca pelo poder político.

O campo de Bourdieu é um espaço de disputa entre dominantes e dominados. E os agentes que possuem um acúmulo maior de capital (poder) podem intervir e deformar o campo (definir quais são os troféus legítimos, as regras de entrada, os limites de subversão etc.) e empregam estratégias para conservarem suas posições, e aqueles desejosos de abandonar sua posição de dominados empregando, geralmente, estratégias de subversão. Por isso, percebe-se, como se verá na análise, que o capital político foi fundamental e decisivo tanto no *impeachment* de Dilma como na manutenção de Temer no poder. Se a petista perdeu capital e poder nos campos político e midiático, isso foi uma das variáveis que a fez passar pelo processo de cassação. No caso de Temer, a força dele no campo político garantiu não somente que articulasse com outros partidos e políticos a queda de Dilma, como o fez se

manter no poder mesmo com denúncias que vieram à tona pela imprensa com o vazamento de áudio da empresa JBS. O escândalo ganhou repercussão nacional e força simbólica, principalmente com a divulgação pelos veículos da Globo. Mas o capital político de Temer pode ser considerado o fator primordial para que o pedido de abertura de processo contra ele fosse arquivado no Congresso em duas denúncias feitas pela Procuradoria da República¹. Fica, portanto, claro que há uma relação tensa entre o campo político e a esfera midiática. Nesse sentido, Bourdieu (1986) considera que as relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem do capital material ou simbólico acumulado pelos agentes. Os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento, cumprem sua função política de imposição e de legitimação da classe dominante. Isso remete aqui ao fato de que Temer tinha apoio de importantes segmentos econômicos e políticos, ao contrário de Dilma Rousseff que estava fragilizada.

Para Bourdieu (1986), o que permite estruturar o universo social é a posse de diferentes tipos de capital. A posição dos agentes no espaço das classes depende do volume e da estrutura de seu capital. Bourdieu (1986) distingue quatro tipos de capital: (1) capital econômico, (2) capital cultural, (3) capital social e (4) capital simbólico.

O capital econômico é constituído pelos diferentes fatores de produção (terras, fábricas e trabalho) e pelo conjunto de bens econômicos (renda, patrimônio e bens materiais). O capital cultural corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família. O capital social é definido pelo conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou um grupo. A posse desse tipo de capital implica a instauração e manutenção das relações de sociabilidade: convites recíprocos, lazer em comum etc. E o capital simbólico correspondente ao conjunto de rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento.

¹ O governo Temer, que teve início em 12 de maio de 2016, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff, começou oficialmente no dia 31 de agosto do mesmo ano, quando o Senado decidiu pela perda do mandato da petista. Em dois anos de governo, Temer teve que lidar com baixos índices de popularidade e com a crise política que assolou seu governo depois do vazamento de gravações feitas pelo empresário Joesley Batista, que o acusava de tentar subornar o ex-deputado Eduardo Cunha, para que não fizesse denúncias que atingiria a cúpula do PMDB. Diante disso, Temer foi denunciado duas vezes pela Procuradoria Geral da República. As denúncias foram encaminhadas ao STF, mas a abertura de um processo teria que ser autorizada pela Câmara dos Deputados, requerendo a aprovação de dois terços dos deputados (342). Caso a votação fosse favorável, o Supremo poderia julgar Temer. Dessa forma, duas votações ocorreram na Câmara dos Deputados para decidir o futuro de Temer, porém em ambas as votações a maioria dos deputados decidiu pelo arquivamento das denúncias. Em uma matéria realizada pelo Portal G1, destaca-se os principais fatos do governo do peemedebista. Acesso pelo *link* <https://g1.globo.com/politica/noticia/aos-2-anos-governo-temer-festeja-economia-mas-enfrenta-impopularidade-denuncias-e-crise-politica-relembre.ghtml>

Todo campo, segundo Bourdieu (1986), almeja a autonomia e o fechamento para si próprio. Todavia, no caso da política, o fechamento é limitado, já que esse campo precisa se abrir aos simples eleitores. O capital político é uma forma de capital simbólico (uma espécie de crédito especial), uma vez que, para se chegar ao objetivo e ao poder, o agente depende da popularidade dentro do próprio campo político. Mas Bourdieu (1986) destaca que cada vez mais a geração de capital político depende da visibilidade nos meios de comunicação, significando uma perda de autonomia para o campo político.

Giddens (1990) é um importante teórico que estuda os reflexos da modernidade na vida cotidiana. Em sua obra *As consequências da modernidade*, observa-se como a mídia tem tido um papel de centralidade, diferenciando substancialmente a vida da sociedade tradicional para a sociedade moderna. Na ótica de Giddens (1990), os modos de vida produzidos pela modernidade se desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social de uma maneira que não tem precedentes.

Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo. Em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características da existência cotidiana. Completando o pensamento de Giddens (1990), pode-se dizer que a mídia contribuiu para essa interconexão entre países do mesmo modo que impacta hoje na interação, a qual não precisa ser necessariamente face a face.

Conforme Giddens (1990), na sociedade moderna, o lugar torna-se cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de forma que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas. Se na sociedade tradicional a locomoção e comunicação entre locais distantes era muito difícil, com os avanços midiáticos e tecnológicos a sociedade moderna passa a ter outra noção de tempo e espaço.

Giddens (1990) define o conceito de “sistemas peritos”, que se referem a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que se vive hoje. Daí, pode-se entender a mídia como um sistema perito da informação, da notícia. Por isso, na sociedade moderna, a mídia exerce um papel central. Muitas vezes, somente dá-se credibilidade a um fato se este for noticiado na mídia. Ao mesmo tempo, a mídia tem de recorrer a sistemas peritos para tratar de certos assuntos, ela recorre ao

cientista político, ao engenheiro e outros para ganhar a confiança e legitimidade. No processo de *impeachment* da presidente Dilma, a *Folha de S. Paulo* recorreu, várias vezes, a especialistas para fortalecer o seu posicionamento editorial, o qual defendia que o *impeachment* tinha respaldo jurídico.

Segundo Giddens (1990), a confiança pressupõe consciência das circunstâncias de risco, o que não ocorre com a crença. Tanto a confiança como a crença se referem a expectativas que podem ser frustradas ou desencorajadas. O autor define um ponto importante sobre a confiança:

A confiança está relacionada à ausência no tempo e no espaço. Não haveria necessidade de se confiar em alguém cujas atividades fossem continuamente visíveis e cujos processos de pensamento fossem transparentes, ou de se confiar em algum sistema cujos procedimentos fossem inteiramente conhecidos e compreendidos. Diz-se que a confiança é ‘um dispositivo para se lidar com a liberdade dos outros’, mas a condição principal de requisitos para a confiança não é a falta de poder, mas a falta de informação plena (GIDDENS, 1990, p. 43-44).

Em função disso, pode-se entender a confiança que se deposita tanto no ator político quanto no campo midiático e como, nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, o nível de confiança que se deposita nesses campos tende a ser maior devido à falta de informação sobre esses. No entanto, em decorrência da complexidade da sociedade, como um fluxo intenso de informações, a própria visibilidade torna-se paradoxal. Se ter muita visibilidade pode significar mais capital político, em outros momentos, a visibilidade pode ser um problema que demonstra a perda da confiança.

Tomando como base o cenário político e eleitoral brasileiro, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), sempre utilizou os espaços considerados mais grotescos da mídia massiva, como, por exemplo, programas da TV aberta, como o Superpop, de Luciana Gimenez, da Rede TV, o Programa do Datena, e outros programas com cunho sensacionalista². Por outro lado, passou a utilizar estrategicamente desde as Jornadas de Junho de 2013 as redes sociais, em que se tornou muito popular, com o contato permanente com parcelas do eleitorado. Isso justifica que, ao ser eleito presidente, as primeiras notícias de seu governo ele prefira veicular nas redes sociais antes de convocar coletivas ou dar entrevistas à grande imprensa.

Segundo Lima (2006), a centralidade da mídia na sociedade contemporânea interfere nos diferentes processos e esferas da atividade humana, incluindo a esfera política. O autor

² Os programas citados têm destaque na mídia massiva pelo uso recorrente do sensacionalismo pelos apresentadores. Bolsonaro (PSL) apareceu em 2016 no Programa Superpop. Na ocasião, ele defendeu temas polêmicos. Acesso no *link* <https://www.redeTV.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/bolsonaro-diz-que-nao-pagaria-a-mulheres-o-mesmo-salario-dos-homens>.

explica que a mídia é quem constrói o conhecimento público, e esse conhecimento público é que possibilita a tomada de decisões nas diferentes esferas da sociedade. Ou seja, é a mídia que tem o poder de construir a realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana, principalmente da política e dos políticos, interferindo, assim, na opinião pública e reafirmando seu papel de centralidade.

Lima (2006) afirma ainda que a mídia é quem define o que é público e tornará público o que julgar ser mais importante; ou seja, o público nas sociedades modernas é midiático. Tendo em vista que a política nos regimes democráticos é uma atividade eminente pública e visível, os atores políticos têm que disputar a visibilidade midiática; ou melhor, a visibilidade favorável do seu ponto de vista.

O autor reforça a ideia de centralidade da mídia explicando que esse campo vem substituindo algumas funções que antes eram dos partidos políticos, como a construção da agenda pública, a geração e transmissão de informações políticas e a fiscalização das ações de governo, a fim de exercer a crítica das políticas públicas e a canalização das demandas da população.

Lima (2006, p. 55) defende que as características históricas específicas do sistema de mídia brasileira potencializam esse poder da mídia sobre o sistema político:

A mídia brasileira se estabeleceu oligopoliticamente. O rádio e a televisão continuam regidos por um código do início da década de 60, totalmente desatualizado, e constituem um sistema organizado em torno de poucas redes sobre as quais não existe nenhuma regulamentação legal.

O autor faz críticas também sobre o controle da mídia exercido por familiares vinculados às elites políticas regionais e locais. Diante disso, Lima (2006) classifica diferentes níveis de concentração: (a) horizontal – oligopolização ou monopolização que se produz dentro de um mesmo setor, como, por exemplo, a TV; (b) vertical – integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição; (c) cruzado – controle pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia em um único mercado, como ocorre com o grupo Globo; e (d) em cruz – reproduz em níveis regional e local dos oligopólios da propriedade cruzada.

Lima (2006) defende em uma de suas teses que as características históricas da população brasileira potencializam a influência da mídia. De acordo com ele, no Brasil, ao contrário de nações alfabetizadas, que tiveram como seu “produto” cultural de massa os livros de bolso, a maioria dos brasileiros é analfabeta funcional e convive com as imagens televisivas para o entretenimento e informação. Porém, esse quadro vem mudando. Segundo

um levantamento realizado em junho de 2016 pelo Supremo Tribunal Eleitoral (TSE), cerca de 10 milhões de eleitores possuem diploma de ensino superior (6,9% do total) e, em 2010, 5,2 milhões haviam concluído a universidade (3,8% do todo).³ Esse aumento no nível de escolaridade dos eleitores pode ser favorável, já que o perfil de eleitores com maior escolaridade tende a ser mais crítico não só no campo político, mas também no campo midiático. Além disso, a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), realizada pela Secretária Especial de Comunicação Social do Governo Federal (SECOM), no ano de 2016, revela que a *internet* tem se consolidado com um significativo veículo de informação, sendo a segunda opção dos brasileiros na busca por informação, atrás somente da televisão (BRASIL, 2016). Quase a metade dos brasileiros (49%) declarou usar a *web* para obter notícias (primeira e segunda menções), percentual abaixo da TV (89%), mas bem acima do rádio (30%), dos jornais (12%) e das revistas (1%). Assim, pode-se perceber que o consumo de mídia no Brasil tem mudado e essa mudança influencia a disputa política, uma vez que, agora, os atores políticos que antes não tinham visibilidade da grande mídia podem ter a visibilidade por meio da *internet*, pelas redes sociais, por exemplo. A mídia tradicional no Brasil ainda exerce grande influência, principalmente no campo político, como defende Lima (2006). Porém, com o avanço da *internet*, esse poder exercido pela mídia tradicional tende a ser menor.

Os dados sobre a inserção da *internet* no cotidiano dos brasileiros revelam que nos dois últimos anos isso se intensificou muito, o que pôde ser verificado no impacto que teve na campanha presidencial de 2018 e no próprio início de governo do atual presidente Bolsonaro (PSL), que tem utilizado, prioritariamente, as redes sociais para anunciar os ministros do seu governo e as medidas que está tomando ao mesmo tempo em que coloca em xeque a credibilidade da mídia tradicional, acusando veículos midiáticos de serem mentirosos e de estarem querendo desestabilizar o seu governo. Tal enfrentamento do presidente com parte da mídia já se manifestou na campanha quando a *Folha de S. Paulo* divulgou uma denúncia sobre a compra de pacotes de mensagens que teriam sido usadas de forma irregular para serem distribuídas em grupos de *WhatsApp*, em sua maioria, com conteúdo que prejudicavam o seu adversário Fernando Haddad (PT), sendo muitas notícias falsas.

Disso, decorre a importância da mídia entendida como poder simbólico. Dessa forma, para Rodrigues (1990), que também discute a centralidade da mídia na sociedade moderna, o discurso dos *media* surge como uma nova modalidade organizadora da experiência do aleatório. Segundo o autor, a comunicação não é apenas um instrumento à disposição dos

³ Acesso à pesquisa pelo *site* do Governo Federal no *link* <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/conheca-o-perfil-do-eleitorado-brasileiro>.

indivíduos, dos grupos informais ou dos grupos organizados para darem a conhecer os fatos, acontecimentos, pensamentos, vontades ou afetos; é, sobretudo, “o processo instituinte do espaço público em que se desenrolam as suas ações e os seus discursos e coincide com o próprio jogo dos papéis que as instituições lhes destinam” (RODRIGUES, 1990, p. 141). Daí, a natureza paradoxal da comunicação: ao mesmo tempo em que elabora o espaço público, ela atende às regras impostas pela opinião pública. Assim, ao mesmo tempo em que os processos comunicacionais interferem na opinião pública, eles têm que atender ao consenso dessa mesma opinião pública.

Rodrigues (1990) argumenta que a legitimidade é o critério fundamental de um campo social. O autor completa ainda que a característica principal do corpo social é a sua visibilidade. A visibilidade do corpo social é tanto maior quanto mais formal for a organização do respectivo campo. Um corpo social pode ser visível por meio de insígnias (máscaras, tatuagens, fardas, emblemas etc.) que distinguem os detentores da sua ordem legítima.

Na perspectiva de Rodrigues (1990), os campos sociais ditam autênticas regras discursivas e modos de dizer conformes e convenientes. O campo midiático, por exemplo, adota um discurso mais popular para um fácil entendimento por parte dos leitores ou telespectadores. Isso lhe é conveniente, já que precisa da audiência. O autor completa apontando que um campo social não funciona em permanência e em toda a parte com o mesmo ritmo e idêntica intensidade. Pode-se dizer que possui diversos regimes de funcionamento conforme os lugares e os momentos. Assim, por exemplo, o campo político funciona de maneira acelerada e intensa por ocasião de uma revolução política, de um processo eleitoral. Em uma crise política, como a que se vivencia no Brasil, percebe-se que o campo político está mais acelerado por sofrer interferências cada vez mais recorrentes de outros campos –jurídico, midiático, econômico etc. Então, a mídia tende a acelerar seu ritmo também ao noticiar os fatos políticos nesse momento. É no decorrer da aceleração do seu ritmo de funcionamento que um campo social se formaliza e aumenta a sua visibilidade simbólica. Observa-se isso nitidamente no momento de crise do governo Dilma e no governo Temer, em que a visibilidade e os acontecimentos nos chegam a todo o momento.

Rodrigues (1990) destaca o poder do campo midiático. Para o autor, um campo é mais forte quando consegue impor aos outros campos a sua axiologia; quanto maior for o número de campos em que conseguir projetá-la, melhor é. Por isso, o campo dos *media* é forte, pois todo campo depende dele para ter visibilidade. Desse modo, o campo midiático possui valores de mediação entre os restantes campos sociais.

O campo dos *media*, conforme Rodrigues (1990), é um campo em que o dizer prevalece sobre o fazer. A importância dessas funções faz com que o discurso assumira na modernidade uma posição central na estruturação do tecido social. Daí, a importância de se entender o papel central da mídia na sociedade moderna.

Thompson (1998) também é um importante autor que pesquisa a interface dos campos midiático e político. Ele classifica três formas de interação entre os indivíduos: a forma clássica de interação face a face e o que ele denomina de interação mediada e de quase-interação mediada. Essa forma de interação é a criada por livros, pelos jornais, pela rádio e pela televisão. Essa quase-interação mediada se caracteriza pelo fato de um lado possuir um caráter monológico, no sentido de que a informação flui claramente em uma só direção, e, por outro lado, se tratar de uma forma de interação na medida em que “[...] ele cria um certo tipo de situação social através da qual os indivíduos são conectados por meio de um processo de comunicação e de troca simbólica” (THOMPSON, 1998, p. 7).

A política hoje está se deslocando da mídia tradicional massiva para as mídias digitais que resgatam a ideia de uma interação mais dialógica e horizontalizada, principalmente na forma de os indivíduos se comunicarem no cotidiano. O político que conversa diretamente com o eleitor, por meio das mídias digitais, tem se destacado mais. Constata-se isso nas eleições de 2018, em que candidatos buscaram ter mais autonomia, dependendo menos das assessorias, justamente para demonstrarem ser “diferente” e para interagirem diretamente com os eleitores. Tal quebra de poder do campo midiático autorizado, como a propaganda no HGPE nas mídias massivas (TV e rádio), e a falta de debates televisivos no segundo turno presidencial, por exemplo, revelam como a midiatização intensifica o personalismo e abre espaço, principalmente, para os que se intitulam *outsiders* da política, mesmo que, a princípio, tenha um forte vínculo com as instituições. Isso pôde ser evidenciado nas estratégias de Bolsonaro ao tentar se inserir como um candidato que era contra o sistema instituído, apesar de estar há 27 anos no Congresso como deputado federal, além de ter três dos seus filhos como políticos eleitos a partir do capital político dele.

Segundo Thompson (1998), a política contemporânea lida cada vez mais com imagens públicas construídas através da mídia. Tal possibilidade, no entanto, traz consigo o seu contrário, isto é, o fato de as imagens, precariamente construídas por meio da mídia, serem vulneráveis à revelação de um novo fato ou mesmo de uma só imagem. Quanto ao papel dos escândalos e das gafes na política moderna, os quais são ampliados, pode-se observar esse fenômeno no Brasil, em que os escândalos políticos têm grande visibilidade nos últimos anos.

Não significa que não havia ocorrido escândalos em outras épocas, mas esses escândalos ganham maior ênfase e visibilidade graças ao campo midiático.

De acordo com Thompson (2002), um escândalo se refere às ações ou acontecimentos que implicam transgressões de valores, normas ou códigos morais, que, revelados, motivam reações e respostas públicas. Na política, em geral, os escândalos estão associados à corrupção e ao suborno embora em sociedades em que os valores morais e religiosos são maiores os escândalos sexuais também sejam alvo de reações na mídia e na opinião pública. Thompson (2002) utiliza-se dos conceitos de região frontal e região de fundos, de Goffman, para explicar como o vazamento de informações de uma região para outra podem caracterizar um escândalo. O indivíduo tenta adaptar o seu comportamento a um referencial interativo, composto por convenções, pressupostos e características físicas do local. Objetiva, assim, tentar passar uma imagem de si próprio compatível com uma impressão positiva diante do referencial. Ou seja, um político sempre tentará passar uma imagem mais formal se estiver em um ambiente como a Câmara dos Deputados, porém seu comportamento em um bar, por exemplo, será menos formal. As ações que podem contradizer o que a pessoa quer mostrar são deixadas para as regiões de fundo, onde diminuem os mecanismos de autocontrole.

Com a visibilidade midiática, na ótica de Thompson (2002), pode haver o vazamento de atitudes da zona de fundos para a zona frontal. Se essas atitudes transgredirem certos valores, normas ou códigos morais, podem tornar-se escândalos midiáticos. Com isso, as ações situadas no centro do escândalo ganham uma visibilidade que, de outro modo, não teriam. A visibilidade midiática dada ao escândalo aumenta suas proporções ao envolver indivíduos localizados em diferentes locais e dimensões temporais. Para o autor, caracteriza-se o escândalo como político quando envolver indivíduos ou ações com impacto dentro do próprio campo: “É o campo político que caracteriza um escândalo político como político; ele fornece o contexto para o escândalo e configura seu padrão de desenvolvimento” (THOMPSON, 2002, p. 129).

A visibilidade hoje se apresenta de forma contraditória. Donald Trump, presidente americano, e Bolsonaro (PSL), presidente eleito no Brasil, por exemplo, utilizam a visibilidade midiática para declarações polêmicas e consideradas politicamente incorretas e ameaçadoras. Com isso, quando um desses políticos toma uma medida, ela parece ser bem mais leve do que a anunciada. Por exemplo, quando um ator político declara que quer reduzir a maioria penal para 14 anos, isso soa como algo absurdo; porém, quando se aprova a maioria para 17 anos, já passa a soar como sendo mais razoável do que a medida anunciada antes. Isso serve também para, estrategicamente, tirar o foco de questões mais

polêmicas e que gerariam desgaste da popularidade (por exemplo, medidas econômicas antipopulares), como também mantém a visibilidade do líder político. Enfim, quando Thompson (1998) afirma que o campo político é que fornece o contexto para o escândalo e que é o campo que configura o padrão para o desenvolvimento desse escândalo, percebe-se nitidamente como atores políticos conseguem se utilizar desses escândalos e dessa visibilidade midiática a seu favor de forma bem estratégica.

Thompson (1998) destaca a profissionalização dos jornalistas e o surgimento do jornalismo investigativo. O jornalismo hoje atua fortemente no sentido de revelar os segredos dos poderes e os bastidores da política. Em função, muitas vezes, da audiência, o escândalo político torna-se um “produto lucrativo” para o jornalismo. Mas, como será visto posteriormente, atualmente o campo jornalístico tradicional se vê ameaçado pelo processo de midiaticização com a emergência de circuitos informativos e comunicacionais que não são vinculados a nenhum campo simbólico hierárquico, como ocorre com *blogs* e grupos de *WhatsApp* que disseminam, por exemplo, as *fake news*.

Segundo Thompson (1998), para se entender a natureza da modernidade – isto é, as características institucionais das sociedades modernas e as condições de vida criadas por elas –, deve-se dar um lugar central ao desenvolvimento dos meios de comunicação e seu impacto. Para o autor, o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo.

Conforme Thompson (1998), o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum. O autor destaca ainda que a mídia exerce uma profunda influência na formação do pensamento político e social, já que são os *media* os responsáveis por ditar o que vai ou não virar notícia; enfim, são responsáveis pela visibilidade no mundo contemporâneo. Na perspectiva de Thompson (1998), o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno de uma forma profunda e irreversível.

O autor destaca que os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que o produzem e recebem; daí, a influência dos meios de comunicação na opinião pública.

Thompson discorre sobre as relações de poder nos campos sociais e explica também que se hoje se associa poder à política ou às ações de indivíduos agindo em nome do Estado, isso é por que os Estados se tornaram particularmente centros importantes de concentração de poder no mundo moderno. Mas a importância das instituições estatais não deveria ocultar o fato de que o poder manifestamente político é somente uma forma mais especializada de poder e de que os indivíduos exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada têm a ver com o Estado.

Ao tratar da comunicação de massa, Thompson (1998) destaca que o importante não é a quantidade de indivíduos que recebe os produtos, mas o fato de que esses produtos estão disponíveis em princípio para uma grande pluralidade de destinatários. Thompson (1998) defende que se deve abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos. Para o autor, deve-se considerar as maneiras complexas pelas quais os produtos de mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas.

Na ótica de Thompson (1998), ao alterar a compreensão do passado, a mídia cria também aquilo que se poderia chamar de “mundanidade mediada”, isto é, a compreensão do mundo fora do alcance pessoal e do lugar do homem dentro deste universo. Ou seja, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas. Enfim, por intermédio da mídia, consegue-se criar imagens e expectativas de lugares no mundo sem nem se ter a experiência de ter ido ao local. Assim, os meios de comunicação passaram a alterar a compreensão de sentido de distância. Por isso, a distância entre os lugares parece ter diminuído graças ao desenvolvimento dos transportes e da comunicação.

Ao tratar da história da mídia na sociedade moderna, Thompson (1998) afirma que a comercialização da mídia altera o seu caráter profundamente, interferindo, inclusive, no campo político. Os novos meios técnicos sofisticados, conforme o autor, são empregados para dotar a autoridade pública com aquela aura e prestígio que uma vez eram concedidos às figuras reais pela publicidade encenada das cortes feudais. Daí, a política se torna um espetáculo que os políticos e os partidos procuram administrar, de tempo em tempo, com o consentimento da população, muitas vezes, despolitizada. Segundo o autor, a massa da população é excluída da discussão pública e do processo de tomada de decisão. Ela tem sido tratada como recurso manipulável que os líderes políticos podem utilizar, com auxílio das técnicas da mídia, para ganhar as eleições. Por outro lado, com o crescimento do poder midiático, os líderes políticos têm agora que lidar com a incapacidade de controlar o fenômeno da visibilidade.

Para Thompson (1998), tem ainda que se entender o significado completo e as consequências de longo alcance desses aspectos da visibilidade mediada. No campo político, essa visibilidade pode ser positiva no sentido de tornar o exercício do poder político mais aberto e responsável diante dos eleitores. Por outro lado, essa visibilidade pode ser negativa e revela um novo tipo de fragilidade da esfera política. Governos caem em função de escândalos políticos e midiáticos, e líderes políticos lutam para reduzir os prejuízos causados por vazamentos e revelações de vários tipos. Tais situações fragilizam as instituições e, muitas vezes, paralisam as atividades políticas, podendo alimentar, de acordo com o autor, a suspeição e o cinismo que muitas pessoas sentem hoje com relação aos políticos. Consta-se tal processo no Brasil, em que a descrença na política se intensifica em decorrência da divulgação de escândalos na política. Isso favorece um clima de instabilidade das instituições e o crescimento de um novo tipo de demagogia. “A repentina ascensão ao poder de uma figura aparentemente intocada pelos escândalos e pelas sombrias transações de políticos fisiológicos, e cujo apelo se enraíza em parte num penetrante sentido de descontentamento e de desconfiança” (THOMPSON, 1998, p. 132).

Ao tratar desta simbiose entre mídia e política, Miguel (2003) argumenta que a visibilidade nos meios de comunicação é crucial para o reconhecimento público. Ou seja, para o crescimento na carreira política, deve-se ter essa visibilidade, que é alterada ou reafirmada pelos meios de comunicação. Dessa forma, a mídia interfere na estruturação da carreira política, já que influencia na produção de capital político. A partir do momento em que o indivíduo com alta visibilidade midiática pode conquistar cargos mais elevados na carreira política, a mídia torna-se uma fonte de capital político. Porém, a mídia não substitui e nem torna impossível o progresso na vida política.

Segundo Miguel (2003), a compreensão da relação da mídia e política não deve ser simplista como consideram muitos estudos acadêmicos. A própria mídia reforça a ideia de irrelevância ao considerar a objetividade do jornalismo e o caráter apolítico do entretenimento que esta oferece aos telespectadores. Para o autor, há duas posturas sobre a relação mídia e política: a primeira nega a presença política nos meios de comunicação, enquanto a outra é incapaz de perceber a lógica especificamente política que cada vez mais precisa passar pelos canais da mídia, mas não está subsumida a eles. O autor afirma que são campos que se complementam numa teia de relações de mútua interferência. São dois campos distintos, mas sobrepostos. Miguel (2003) explica que os diferentes agentes, que participam desses campos (mídia e política), disputam o acesso às posições dominantes no campo, buscando valorizar

seus atributos diante de seus concorrentes. Essa luta pelo poder faz com que se coloque em jogo a estrutura do campo. Com isso, fica mais fácil para se entender as esferas da política e da mídia, ambas guiadas por lógicas diferentes, mas que se interferem.

Assim, o capital político depende da visibilidade midiática. Com isso, o campo político perde a sua autonomia. Por outro lado, é necessário entender também a natureza do campo midiático. A autonomia do campo midiático é permanentemente tensionada por sua inserção no campo econômico. Na perspectiva de Miguel (2003), a percepção da influência do campo econômico sobre os meios de comunicação revela a total ausência de autonomia do campo da mídia. Essa falta de autonomia propicia um baixo nível cultural e artístico das produções veiculadas nos meios de comunicação, da presença abusiva dos anunciantes durante as programações, bem como o veto de matérias que prejudiquem esses anunciantes. Além disso, para atrair a audiência, os meios de comunicação passam a priorizar os *fait-divers*, “que degrada[m] o nível de informação pública sobre as questões sérias” (MIGUEL, 2003, p. 121).

Fica nítida a relação da “simbiose tensionada” entre mídia e política, segundo Miguel (2003), a partir do momento em que o jornalismo permite que as fontes oficiais lhe indiquem os eventos e as questões importantes. Porém, são os jornalistas que definem o que consideram ser importante e interessante mostrar. Isto é, os agentes dos dois campos estabelecem uma relação (simbiose) que traz benefícios para ambas as partes, mas sempre permanece a tensão devido à lógica e aos objetivos divergentes entre esses campos.

Conforme aponta Miguel (2003), os meios de comunicação de massa e digitais configuram um “atalho”, entre outros, na carreira política. Os programas políticos são essenciais para promover possíveis candidatos e dar visibilidade. Ou seja, independentemente da origem do capital político, a visibilidade na mídia é crucial para quem deseja chegar ao topo da carreira política. Além disso, como explica Miguel (2003), a mídia “complica” o jogo político tradicional, introduzindo concorrentes-surpresa e ameaçando carreiras em andamento. Diante disso, percebe-se que, apesar de que alguns políticos ainda consigam se eleger mesmo sem ter muita visibilidade, a mídia exerce ainda um papel de centralidade na disputa política.

2.2 A ESPETACULARIZAÇÃO DA POLÍTICA

A relação simbiótica entre mídia e política resulta num processo cada vez mais espetacular dos processos sociais quando estes precisam ganhar visibilidade midiática. Nesse aspecto, o processo teatral, dramaturgico e espetacular que os campos sociais assumem está

relacionado à lógica espetacular da mídia. Antes de entrar na discussão da espetacularização propiciada pela mídia, é fundamental tecer considerações acerca do trabalho de Erving Goffman (2013). No livro *A representação do eu na vida cotidiana*, vinculado ao interacionismo simbólico, o autor apresenta contribuições relevantes para se entenderem as encenações e representações que acontecem no cotidiano, mas que hoje podem ser compreendidas no contexto das interações mediadas.

Goffman (2013) argumenta que a vida social é tecida por interações sociais pautadas num jogo de representação social e teatral. Desse modo, as pessoas passam a exercer determinados papéis e, no jogo de interações e de representações, mudam de máscaras sociais conforme o processo de interlocução. Por isso, o autor procura descrever as técnicas utilizadas pelos indivíduos para ter controle e administrar o seu desempenho frente ao outro. Em relação à política, é a maneira como as técnicas de *marketing* procuram profissionalizar a forma como os líderes políticos devem se comportar frente ao interlocutor – sejam os eleitores, a imprensa ou os próprios aliados ou adversários políticos. Mas Goffman (2013) alerta que, mesmo buscando ter mais controle, administrar esse desempenho é uma tarefa difícil dada a fragilidade do ser humano. Isso pode ser compreendido na política frente os riscos da visibilidade apontados por Thompson (1998), como no caso de escândalos políticos, vazamentos de informações, gafes e acessos explosivos.

Goffman (2013), então, descreve oito técnicas de representação:

(1) Crença no papel que o indivíduo está representando: o ator deve estar convencido de que aquilo que ele representa é a pura realidade, até para que o público se convença disso. Dilma Rousseff (PT), ao encarar o processo de impedimento, teve que representar o papel da mulher guerreira, que venceu a ditadura militar e que também iria passar por mais um golpe. Ao se convencer de que estava enfrentando outro golpe, a presidente tentou convencer os brasileiros disso também. Michel Temer (MDB) também teve que se convencer e convencer os brasileiros que ao assumir a Presidência iria tirar o País da crise econômica e faria um governo diferente. Todavia, com as delações da JBS, que colocaram o nome do presidente em esquemas de corrupção, ficou mais difícil o ator político convencer o público de que o que ele representava era realidade;

(2) Fachada: equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação. Um dos principais componentes da fachada é o cenário, compreendendo a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir os suportes do palco para o

desenrolar da ação humana. Na fachada pessoal, pode-se incluir: vestuário, aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e diversos elementos que podem variar de um momento a outro. Para exemplificar bem a teoria de Goffman, pode-se citar a mudança pessoal da presidente Dilma Rousseff antes mesmo de se tornar oficialmente candidata em 2009. A fachada pessoal de Dilma teve de ser reformulada: sua aparência mudou e sua atitude e gestos ficaram menos agressivos e mais dóceis. Da mesma forma, Bolsonaro também teve de reformular sua fachada para as eleições em 2018. De atitudes mais polêmicas e agressivas, teve que passar a apresentar atitudes diferentes e, inclusive, pedir desculpas por falas anteriormente ditas;

(3) Realização dramática: na presença dos outros, o indivíduo inclui em sua atividade sinais que acentuam e configuram fatos confirmatórios. Para tanto, ele recorre à dramaticidade. Ele precisa recorrer ao drama para mobilizar sua atividade de modo tal que expresse aquilo que ele precisa transmitir para torná-la significativa. Ao analisar a postura da presidente Dilma Rousseff durante o processo de impedimento, pode-se perceber essa realização dramática em suas falas. Dilma recorreu à dramaticidade ao falar de quando foi torturada durante a ditadura militar. Quando teve de enfrentar um câncer, levou o processo de forma dramatizada ao falar que se tratava de um golpe e de que estava sendo injustiçada. Temer, também, usou da dramaticidade ao falar dos processos pelos quais ele poderia ser investigado por corrupção. Ele colocava os delatores nos papéis de vilões e ele no papel de mocinho e, ao mesmo tempo, afirmava que estava sendo injustiçado;

(4) Idealização: representação que é socializada, moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada. O ator deve oferecer uma impressão que é idealizada. Ele deve mostrar-se melhor do que é. A idealização é recorrente no discurso dos atores políticos. No caso de Dilma, foi utilizada durante todo o processo de impedimento a estratégia de reafirmar as políticas públicas trazidas pelos governos petistas e os investimentos à sociedade, principalmente para a classe mais pobre, enquanto Temer se utilizou de forma recorrente da recuperação econômica trazida por seu governo. Ou seja, ambos se utilizaram de discursos que buscavam atender às expectativas da sociedade;

(5) Manutenção do controle expressivo: a atuação exige rápido controle no desempenho das ações requeridas pelo ator, sob pena de não se realizar efetivamente a comunicação pretendida com a plateia, o que pode causar embaraços de diversas ordens para ambos. Goffman cita alguns problemas de representação: (1) alguns gestos involuntários podem mostrar acidentalmente incapacidade, impropriedade ou desrespeito por perder

nomeadamente o controle muscular; (2) agir de tal maneira que dê a impressão de estar preocupado demais ou de menos com a interação (gaguejar, esquecer o que tem a dizer etc.); (3) a representação pode sofrer uma incorreta direção dramática (problemas no cenário, figurino etc.). A presidente Dilma Rousseff sofreu ataques durante boa parte de seu governo, sobretudo durante o período de baixa popularidade, por não conseguir manter o controle expressivo. Em alguns discursos, Dilma gaguejou ou se confundiu ao falar. Ao mesmo tempo, a mídia sempre enquadrou matérias negativas quanto a uma possível personalidade autoritária e até mesmo “descompensada” da presidente, trazendo problemas de representação que Goffman fala. A ex-presidente chegou a virar motivo de chacota, até pela forma como o que é divulgada pela mídia ganha forte repercussão nas redes sociais, principalmente, por meio de “memes” (referindo-se ao fenômeno de “viralização” de uma informação na *internet*, alguma coisa que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade).⁴ Da mesma forma, Temer também passou por alguns embaraços em seus discursos, porém teve sua imagem menos fragilizada por parte da opinião pública se comparado a Dilma;

(6) Representação falsa: cada ator deve ter cuidado significativo com relação a tudo que faz diante da plateia. O público pode ser enganado e mal orientado, já que muitos atores podem falsear os fatos e ainda pode perceber se a impressão do ator é verdadeira ou falsa, válida ou mentirosa; ou seja, ele tem a capacidade de julgar a fidedignidade das deixas da representação. O ator que dissimula e engana corre o risco de ser descoberto, o que pode causar humilhação e perda da reputação. Os atores midiáticos precisam, muitas vezes, espetacularizar em busca de audiência. Para isso, é recorrente que a mídia busque essa representação falsa por parte dos atores políticos. Durante o processo de impedimento, Dilma foi contestada pela mídia em alguns momentos, como será apresentado na análise. Temer, também, teve que lidar com as delações da JBS, que o acusavam de corrupção; por isso, sua imagem ficou atrelada a uma representação falsa, perdendo sua reputação diante do eleitorado, que em boa parte desaprovou seu governo;

(7) Mistificação: restrições ao contato fornecem um meio pelo qual o temor pode ser gerado e mantido na plateia, um meio pelo qual a plateia pode ser mantida num estado de

⁴ Em meio à crise política e à queda de popularidade, a presidente Dilma Rousseff passou a virar motivo de chacota diante de algumas falas confusas da presidente. Tanto a mídia tradicional quanto a *internet* destacavam os erros da presidente. Uma das situações que mais gerou repercussão foi após a presidente Dilma participar de uma solenidade relativa aos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Na ocasião, a presidente fez saudações à “mandioca” e apontou a evolução dos “homens e mulheres *sapiens*” a partir da criação da bola. Diante das falas, a presidente passou a ser motivo de chacota, principalmente na *internet*, através da criação de “memes” que ironizavam a fala de Dilma.

mistificação com relação ao ator. Essa mistificação pode ser percebida pela idolatria ao ator político também. Percebe-se isso com Dilma, que, muitas vezes, foi aplaudida e recebida com gritos de ordem antes de começar um discurso, por outro lado Temer teve esse lado da mistificação pouco explorado, talvez pelo modo como chegou ao poder, de uma forma não democrática, ou pelo pouco tempo de governo;

(8) A realidade e os artifícios: a encenação teatral exige, em sua falsidade, artifícios que a tornem convincente, inclusive no sentido de a reconhecerem efetivamente como um teatro. No mundo encenado e teatralizado, os indivíduos têm a capacidade de mudar de papéis a todo instante. O ator deve saber não só conduzir o texto, mas também suas expressões; ou seja, como usar a voz, a roupa e o corpo. Dilma utilizou-se de artifícios para convencer a população que ela era vítima de um golpe, ao mesmo tempo se utilizou das perdas que poderiam vir com o próximo governo para convencer a população, enquanto Temer teve seus discursos mais voltados ao Congresso, já que ele estava mais preocupado com as Reformas. As expressões e estratégias utilizadas por Dilma durante o processo de impedimento foram diferentes das usadas por Temer. Enquanto Dilma atacou mais os adversários e conversou mais com os eleitores, Temer utilizou-se de artifícios para convencer o Congresso a apoiá-lo. O presidente mostrou, ao contrário da petista, ter forte capital político, conseguindo barrar, na Câmara dos Deputados, em dois momentos, a aceitação de abertura de processo de investigação sob a acusação de corrupção.

Se Goffman (2013), ao trabalhar na perspectiva do interacionismo simbólico, não vê problemas no caráter teatral que a vida social ganha, autores que analisam a espetacularização propiciada pela mídia, principalmente no contexto dos anos 70, no século XX, quando se teve a consolidação das indústrias da mídia, apresentam uma perspectiva muito crítica, como Debord (1997) e Schwartzberg (1977).

Debord (1997) é um importante autor contemporâneo que critica radicalmente o sistema capitalista como um todo, incluindo o processo de espetacularização decorrente da modernização. Para o autor, o espetáculo é como um conjunto das relações sociais mediadas pela imagem. Assim, a sociedade é levada pela aparência alienada da realidade: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13).

O autor francês traz em sua obra dois eixos de interpretação. O primeiro seria o espetáculo ligado à mídia e ao capitalismo. Para Debord (1997), o espetáculo é um meio de dominação da sociedade, o espetáculo atua a favor do capitalismo e o consumo acaba sendo

uma consequência dessa alienação. O que resta à sociedade alienada é consumir as imagens e os produtos que são ofertados. Debord (1997, p. 24) defende que o espetáculo aliena o público e isso alimenta a economia. “A expansão econômica é sobretudo a expansão dessa produção industrial específica. O que cresce com a economia que se move por si mesma só pode ser a alienação que estava em seu núcleo original” (DEBORD, 1997, p. 24).

Assim, o espetáculo para Debord (1997) utiliza-se de artimanhas para que as pessoas se identifiquem com a sociedade de consumo. Ou seja, enquanto o capitalismo lucra, o público continua alienado e contribuindo para esse lucro. Debord (1997) definiu dois tipos de espetáculo. O primeiro é o espetáculo concentrado, que é vinculado aos regimes totalitários, como aconteceu durante a ditadura militar no Brasil, quando se impôs a identificação popular pelo espetáculo com *slogans* como “Este é um país que vai pra frente” e ao mesmo tempo se esconde a verdadeira realidade política e socioeconômica. O segundo é o espetáculo difuso, que, segundo Debord (1997), está presente em regimes mais democráticos, nos quais a superprodução de mercadorias induz e garante um aparente poder de escolha. Em *Comentários sobre a Sociedade do espetáculo*, Debord (1997) traz a mídia como um forte elemento na vida da sociedade, apontando, assim, para um terceiro tipo de espetáculo: o integrado. Esse espetáculo tende a se constituir pelos dois tipos anteriores de espetáculos. Pela alienação, a mídia impõe à sociedade a passividade. Segundo Debord (1997), a opinião pública desaparece em meio ao cenário dominado pelas informações midiáticas.

Para Debord (1997), a imagem manipuladora da realidade pelos meios de comunicação de massa faz com que o reino das emoções, assim como a justiça e a solidariedade sejam artificiais e apresentadas como espetáculo. Os meios de comunicação de massa vão atuar para contribuir para a espetacularização, pois a ficção nesses meios se mistura com a realidade e ao mesmo tempo esses meios contribuem para a manutenção da sociedade de consumo. Enfim, a sociedade mediada por imagens só vai confiar nas notícias e nos produtos se estes forem noticiados pelos meios de comunicação de massa, pois eles têm o critério de validade e realidade para a sociedade do espetáculo.

Na concepção de Debord (1997), o espetáculo consiste na multiplicação de imagens pelos meios de comunicação de massa, pelos rituais políticos e religiosos e também pelos hábitos de consumo. Todas essas imagens (políticos, mensagens publicitárias, artistas etc.) transmitem uma sensação de felicidade. De acordo com Debord (1997), o espetáculo é a aparência que confere integridade e sentido a uma sociedade esfacelada e dividida. A sociedade do espetáculo é uma sociedade que desenvolveu ao máximo o fetichismo da

mercadoria, na qual a felicidade é conquistada por meio do consumo. Conforme Debord (1997), os meios de comunicação de massa são apenas “a manifestação superficial mais esmagadora da sociedade do espetáculo que faz do indivíduo um ser infeliz, anônimo e solitário em meio a massa de consumidores” (DEBORD, 1997, p. 15).

O segundo eixo abordado por Debord (1997) é a análise sobre simulacro que tomou o lugar da realidade, como já explicado anteriormente. Para o autor francês, a teatralidade e a representação tomaram totalmente a sociedade que passou a ser monopolizada pelas aparências. Debord (1997, p. 18) faz uma crítica à vida social, que deixa de ser autêntica quando as relações passam a ser mediadas por imagens:

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda a realização humana, uma evidente degradação do ser para o ter. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual o ‘ter’ efetivo deve extrair o seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda a realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela não é.

Na perspectiva de Debord (1997), a imagem é colocada a todo tempo a serviço do sistema capitalista. Na política, pode-se perceber o simulacro por trás das campanhas eleitorais, bem como por meio das imagens de políticos que muitas vezes são distorcidas da realidade. Trazendo a discussão para o debate de comunicação e poder, autores contemporâneos como Schwartzberg (1977) e Gomes (2004) utilizam Debord para discutir a espetacularização da vida social e, em especial, da vida política. A prática jornalística que usa de teatralidade para atrair a grande massa é muito utilizada pelos meios de comunicação de massa.

Schwartzberg (1977) afirma que se antes a política eram ideias hoje são pessoas. Ou seja, a política na sociedade contemporânea está mais suscetível à personalização, à escolha de um papel, de um personagem. Com isso, segundo o autor, o Estado se transforma em uma empresa teatral e a política passa a ser uma encenação. Na ótica do autor, o homem político vem procurando cada vez mais impor uma imagem de si mesmo que capte e fixe a atenção do público. Tal visão de Schwartzberg (1977) pode ser relativizada se se pensar que a personalização, conforme afirma Manin (1995), não necessariamente leva a uma degradação da política e a um enfraquecimento do caráter ideológico das disputas eleitorais. A eleição de 2018 revelou claramente que o forte personalismo, concentrado tanto no lulismo e na figura de Bolsonaro, estava vinculado a projetos políticos e ideológicos. A vitória de Bolsonaro

refletiu uma onda conservadora, com bastante aceitação por parte de muitos segmentos sociais e do eleitorado.

Na perspectiva de Schwartzberg (1977), a imagem faz conhecer ou reconhecer; isto é, ela cria ou consolida a notoriedade ao servir de símbolo visível e tangível. Quando suficientemente caracterizada e individualizada, capta o interesse público. O perfil, efetivamente trabalhado, prende sua atenção. A imagem serve, portanto, de rótulo. Usando esse rótulo, o candidato passa a constituir um produto de marca, facilmente identificável e seguramente calibrado. É, pelo menos, o que se pensa. Uma vez assim delineada e difundida a imagem de marca, o importante é ater-se a ela. Como afirma Popkin, citado por Leal e Vieira (2009), tais imagens criadas pelos líderes políticos servem como atalhos cognitivos e tornam o voto mais racional e as decisões mais fáceis para o eleitor.

A partir daí, o interessante é se manter fiel à imagem que se criou para si mesmo. Com isso, muitos políticos passam a ser prisioneiros de sua própria imagem, não podendo mudar. Eles são forçados a permanecer no papel que atribuíram a si mesmos. Conforme Schwartzberg (1977), o homem político deve, portanto, concordar em desempenhar de maneira duradoura a personagem em cuja pele se meteu. Precisa aceitar ajustar-se à imagem de si mesmo divulgada pela propaganda. Assim, vive ele, aprisionado num papel determinado, como um ator, e escravo de seu próprio mito. O importante é aceitarem sua imagem, ainda que seja inventada. A partir daí, o autor busca caracterizar personagens que são construídos na política: (a) O herói – distante, remoto, é o homem fora do comum, o salvador, o chefe providencial e, muitas vezes, o ídolo (pode ser equivalente do monstro sagrado ou do deus); (b) O homem “igual a todo mundo” – o homem comum atende ao igualitarismo, sobretudo quando substitui o herói, que se julgava superior, é o reflexo do cidadão típico; (c) O líder charmoso – que se empenha mais em seduzir que em convencer (o jovem galã); (d) O pai da pátria – a figura tutelar compulsória, a imagem do pai tradicionalmente legitima o poder; (e) A mulher política – algumas delas lembram a diva, a *prima donna*. Outras se atribuem papéis mais modestos.

Esses papéis se sucedem, de acordo com o autor, porque há uma rotatividade à frente do Estado ou do governo. Os dirigentes transformam-se em atores, em artistas da política. Inventam uma arte política, feita de artifícios e ilusões, de trucagens e tapeações, e os personagens fazem parte desse teatro político. Novamente, fazendo um contraponto a Schwartzberg (1977), pode-se pensar que a política, assim como a vida social, sempre foi marcada pela teatralização, argumentos defendidos por Goffman (2013) e Rubim (2001).

Para Schwartzberg (1977), a política transforma-se num teatro de ilusão, que engana esse espectador. Aliando o espectador (eleitor) a um ídolo (político), consegue distraí-lo dos problemas reais. Para o autor, o mundo do espetáculo e o da política vão se entrosando cada vez mais. Se expostos às mesmas sujeições e igualmente forçados a seduzir o público, os *performers* do cinema e da política se compreenderiam às mil maravilhas. Ambos vivem personagens no mundo do espetáculo.

Schwartzberg (1977) também relaciona a contribuição da mídia massiva para esse processo espetacular e personalista da política. Segundo ele, os dirigentes se adaptam à “mídia política”, à política tal como a degradaram os meios de comunicação de massa. Isso porque a mídia, em grande parte, é a responsável pelo nefasto desenvolvimento do *star system* em política.

A mídia contribui para o desenvolvimento do *star system* não só ao dar visibilidade a ele, mas também ao desconstruir a imagem de outros atores políticos. Percebe-se isso na eleição de 2018, Bolsonaro, eleito presidente em 2018, aproveitou-se da espetacularização da mídia para ganhar visibilidade por meio de seus discursos polêmicos e ao mesmo tempo se utilizou das mídias digitais para falar com o eleitor, que estava cansado da “velha política” desconstruída pela própria mídia tradicional. Com as mídias digitais, esse processo do personalismo e da espetacularização da política ganhou ainda mais força, uma vez que a informação ou o “furo” chega muito mais rápido e ao mesmo tempo o ator político deve atender ao personagem com quem o eleitor mais se identifique. Isso tem a ver com a discussão que será feita sobre o processo de midiaticização.

Os personagens classificados por Schwartzberg (1977) podem ser reconhecidos facilmente. Bolsonaro, por exemplo, encaixa-se bem no papel do homem “igual a todo mundo” – o homem comum atende ao igualitarismo, sobretudo quando substitui o herói, que se julgava superior. É o reflexo do cidadão típico – ao falar frases polêmicas e logo depois pedir desculpas, Bolsonaro coloca-se no lugar do homem comum. Ao mesmo tempo, quando o presidente eleito constrói suas falas em cima de frases prontas e populares, reforça ser um cidadão típico, que está cansado da “velha política”. Dilma já se encaixa bem no papel da mulher política, já que, em todos os seus discursos, a presidente sempre lembrou de ser a primeira mulher eleita e constantemente trouxe a sua força como mulher para o enfrentamento do processo de impedimento. Enquanto Temer se encaixaria melhor no papel de herói, tendo em vista que seus discursos sempre giraram em torno da recuperação da economia e da retomada do crescimento do País. Obviamente que a tentativa de se construir em um herói

nem sempre se efetiva, como é o caso do presidente, que tem os maiores índices de rejeição por parte do eleitorado.

Procurando entender o caráter teatral propiciado pela mídia, Wilson Gomes (2004) também defende a centralidade da mídia e afirma que a política, ao se acomodar à gramática dos meios de comunicação, acaba se tornando uma política espetacular, teatral e cada vez mais encenada, estabelecendo, de certa forma, um diálogo com o interacionismo simbólico de Goffman (2013). Ao mesmo tempo, na sua concepção, há forte semelhança com a perspectiva crítica de Debord (1997).

Gomes (2004) explica que a política, para sobreviver, precisa se acomodar à lógica da cultura midiática, que é regida por uma natureza espetacular. Entende-se por espetacularização, sob a ótica do autor, o fato de a mídia acionar três subsistemas: a diversão, o drama e a ruptura das regularidades. Tudo o que entra na mídia precisa atender a um desses subsistemas. A política, então, torna-se mais dramatizada, porque se vive da criação de fatos novos e surpreendentes. Segundo esse autor, há um crescente interesse do jornalismo atualmente pela dramatização, principalmente depois da televisão. Gomes (2004) afirma que, se o jornalismo busca desqualificar algumas encenações protagonizadas por políticos, é por que ele mesmo quer controlar o espetáculo político. Em momento de crise política, como a vivenciada durante o golpe de 2016 e durante o governo Temer, é ainda mais nítido o interesse da mídia pela espetacularização. Durante o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff em vários momentos, a mídia buscou mostrar os bastidores do processo e sempre especulou sobre como estaria a presidente psicologicamente e quais as estratégias de ambos os lados. Quando ocorreram as revelações da JBS, que citaram o presidente Temer, novamente a mídia voltou a especular sobre uma possível saída de Temer ao mesmo tempo em que mostrou os bastidores no Congresso e na equipe do governo.

A opinião pública constrói-se através dos meios de comunicação. E os *mass media*, na perspectiva de Gomes (2004), atuam como vitrines da indústria cultural. A mídia busca grandes audiências por meio da espetacularização e utiliza o poder de interferência na opinião pública para lucrar, vendendo a notícia e interferindo em setores importantes da sociedade como a política. O cenário político é mediado pelos *mass media* que não retratam a realidade, mas sim criam versões da realidade a partir de interesses editoriais, políticos e econômicos.

De acordo com Gomes (2004, p. 50), o jornalismo político destaca-se nessa prática de usar a teatralização ao empregar, por exemplo, o uso de músicas em campanhas ou até o discurso informal que é utilizado de forma não autêntica por muitos políticos ou candidatos:

O jornalismo encara a disputa com a indústria do entretenimento nos próprios termos que essa indústria coloca. O resultado para a política e para a vida social é o grande espetáculo da política gerado cotidianamente para a apreciação das audiências dos telejornais da noite e dos leitores dos jornais da manhã. Também, dessa forma, a política se encena na tela da televisão ou nas páginas dos jornais.

Gomes (2004) vai dizer que se o jornalismo busca desqualificar algumas encenações protagonizadas por políticos é por que ele mesmo quer controlar o espetáculo político. Debord (1997) diz que não há realidade na sociedade do espetáculo. Há representações da realidade. Ou seja, no jornalismo político, nada é como se parece. O que há são representações mediadas pelos meios de comunicação de massa.

Em suma, ‘vender’ um produto comercial (para usar um termo do jargão da publicidade e das relações públicas), ou cuidar da sua ‘imagem’ de forma a torná-lo aceito e desejável pelos consumidores, não pode, nessa lógica, ser muito diferente de ‘vender’ um candidato ou uma posição política, na medida em que a lógica que prevalece em um caso como no outro é a da indústria da comunicação (GOMES, 2004, p. 207).

Rubim (2002), por sua vez, faz uma crítica ao que ele chama de visão hegemônica sobre a relação mídia, espetáculo e política, cuja matriz está em Debord (1997) e é reproduzida na obra de Gomes (2004), que reduz tudo ao capitalismo e ao simulacro. O autor afirma que os processos que envolvem a espetacularização sofrem interferências que envolvem pensamentos emocionais, sensoriais, valorativos e também cognitivos. Assim, para Rubim (2002), ocorre a existência da sociedade do espetáculo antes mesmo da existência midiática. Diante disso, pode-se compreender que a sociedade do espetáculo sofre interferências políticas, sociais e culturais. De acordo com Rubim (2002), o poder criado pelo crescimento e o avanço tecnológico contribuem ainda mais para a cultura industrial entre as camadas das classes populares. Com isso, conclui-se que a mídia ganha potencialidade também pelo poder de influência sobre as transformações que ocorrem na sociedade. Assim, a mídia aparece como mais um agente potencial da espetacularização.

Conforme Gomes (2004), a cultura midiática é gerada diante de condições sociais que os meios de comunicação oferecem ao público ao emitir informações e que só é possível compreender todo o processo de ligação entre espetáculo e sociedade se se analisar efetivamente o processo cultural e de valores da sociedade. Com isso, percebe-se que a importância desse tema para a interface mídia e política é a discussão da forma como os discursos políticos são construídos e lançados na mídia, pois a mídia é apenas mais um agente da espetacularização, juntamente com a cultura, e a política. “A política com sua retórica, que

a habilita para o convencimento discursivo, que os meios de comunicação ficam com a arte de representação e do espetáculo, apropriada para a produção do entretenimento” (GOMES, 2004, p. 33).

Na perspectiva de Rubim (2002), os relacionamentos entre espetáculo, poder político e política têm uma longa história. Anteriormente ao surgimento da política na Grécia antiga, o espetáculo já estava estreitamente ligado ao exercício do poder político. Para o autor, as pirâmides do Egito aparecem como exemplo para explicar a espetacularização do poder político. Com isso, ele defende que o processo de espetacularização não é um fator advindo da política contemporânea, nem mesmo da sociedade midiaticizada. Além disso, segundo o autor, não se pode deixar de reconhecer que o recurso à emoção, à sensibilidade, à encenação, aos ritos e rituais, aos sentimentos, aos formatos sociais e aos espetáculos sempre existiu na sociedade. Porém, com o processo de modernização e o crescente papel da mídia na sociedade contemporânea, a conexão entre mídia e espetáculo tornou-se, “por conseguinte, privilegiada, na atualidade” (RUBIM, 2002, p. 17), como lembra o autor.

A partir disso, Rubim (2002) busca diferenciar conceitualmente espetacularização de midiaticização. De acordo com ele, midiaticização designa a mera veiculação de algo pela mídia, enquanto espetacularização, forjada pela mídia ou não, nomeia o processamento, enquadramento e reconfiguração de um evento.

O espetáculo, conforme o autor, remete também à esfera do sensacional, do surpreendente, do excepcional, do extraordinário. O espetáculo contrapõe-se à rotina do dia a dia, o naturalizado. O espetáculo rompe com o cotidiano e aciona inúmeros expedientes. Em geral, segundo Rubim, de modo intencional, mas em algumas vezes de maneira não prevista. Um acontecimento como um furacão, por exemplo, pode tornar-se um espetáculo, pois tira o homem da rotina habitual e os danos catastróficos podem não ser previsíveis.

Uma crise política, como a vivenciada desde as manifestações que antecederam o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff até a crise vivenciada pelo governo de Michel Temer, após as divulgações da delação dos executivos da JBS que colocavam parte da cúpula do governo no esquema de corrupção, aparece como grande acontecimento e torna-se um enorme espetáculo midiático. A cobertura da mídia às votações na Câmara que decidiram pela continuidade do processo de impedimento, bem como a cobertura da delação dos executivos da JBS, com entradas especiais ao longo da programação da Rede Globo, exemplificam bem a espetacularização forjada pela mídia. Esse rompimento com o cotidiano, como ter uma presidente sofrendo o *impeachment*, ou ter um presidente acusado de corrupção

atrai a atenção do público, mas ao mesmo tempo desqualifica atores políticos. Ao tornar, dentro desse espetáculo, alguns atores sociais vilões e outros heróis, a mídia exerce um papel primordial no campo político, podendo construir ou desconstruir imagens.

Na visão de Rubim (2002), o poder, muitas vezes, afirma-se como e por meio da produção de espetáculos. Percebe-se isso no campo político por meio das campanhas eleitorais por exemplo. Grandes espetáculos são construídos, inclusive em debates, a fim de afirmar o poder de um candidato sobre o outro. Rubim (2002) ainda completa que, para chamar a atenção e prender o olhar, o evento deve realizar-se publicamente com o objetivo de “fisgar as pessoas”. O processo de espetacularização na mídia só acontece para atender à lógica da sociedade contemporânea e a política tem de atender à lógica midiática para ganhar a visibilidade, mas não necessariamente o processo de espetacularização da política tem a ver com o processo de midiaticização, como defende Rubim (2002).

Essa disputa pela visibilidade no campo político não se dá somente no espaço eleitoral, mas também durante os mandatos, já que os políticos precisam prestar contas ao eleitorado como forma de se manter no poder e já pensando em conquistar votos em futuras eleições. A campanha deve ser permanente, dessa forma, a espetacularização da política se dá também durante o mandato, seja atacando o adversário como forma de desconstruí-lo, ou evidenciando algumas realizações como obras públicas, por exemplo.

2.3 CAMPANHA PERMANENTE

Antes de se analisarem as estratégias de comunicação dos presidentes Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), é importante tecer considerações acerca da propaganda política e do conceito de campanha permanente.

Tendo em vista que a propaganda política é um dos fenômenos dominantes desde a primeira metade do século XX (DOMENACH, 1963), compreender os conceitos e estratégias da propaganda política é fundamental diante das análises sobre as estratégias de comunicação utilizadas por Dilma Rousseff e Michel Temer. Domenach (1963) aponta duas definições para a propaganda. A primeira, vinda de Bartelett, afirma que a propaganda é uma tentativa de influenciar a opinião e a conduta da sociedade e, assim, as pessoas passam a adotar uma opinião e uma conduta determinadas. O segundo conceito diz que a propaganda é uma linguagem destinada à massa, empregando palavras e símbolos veiculados pelo rádio, cinema, jornais etc.

Segundo Domenach (1963), a escrita, a palavra e a imagem são o que sustenta a propaganda. O emprego delas, contudo, era ilimitado. As invenções de novas técnicas deram amplitude a esses três suportes. Diante do poder que a televisão conquistou nos últimos tempos, sendo considerado ainda hoje um dos veículos de mídia pelo qual a população mais se informa, a imagem, principalmente a que está veiculada na TV, passou a sustentar a propaganda. Com o crescimento das plataformas digitais decorrentes das novas mídias digitais, a propaganda passou a utilizar novos suportes e estratégias.

Domenach (1963) elabora cinco leis sobre a propaganda política. A primeira é a *Lei de simplificação e do inimigo único*. Quanto à simplificação, o autor sugere que se dividam a doutrina e a argumentação em alguns pontos, definindo-os o mais claramente possível. O propagandista deve enunciar certo número de proposições em texto conciso e claro. Se os textos forem redigidos em frases curtas e ritmadas, podem ser facilmente retidos na memória. Para o autor, uma boa propaganda não visa a mais de um objetivo de cada vez. Deve-se concentrar tiro num só alvo durante dado período. “Os gritos de ‘Viva Fulano!’ ou ‘Abaixo Sicrano!’ pertencem aos primeiros ensaios da propaganda política e forneceram-lhe sempre um bom cabedal para a sua linguagem de massas”, (DOMENACH, 1963, p. 56). A individualização do adversário também oferece inúmeras vantagens:

Mormente ao persuadi-los de que o verdadeiro inimigo não é tal partido ou tal nação, mas o chefe desse partido ou dessa nação, ganha-se duplamente: por um lado, tranquilizam-se os adeptos, convencidos de terem pela frente não massas resolutas como eles, mas uma multidão mistificada conduzida por um mau pastor e que o abandona ao se lhes abrirem os olhos; por outro lado, espera-se dividir o campo do adversário retirando-lhe alguns elementos. Atacar-se-á sempre, conseqüentemente, os indivíduos ou pequenas frações, e nunca a massas sociais ou nacionais em conjunto (DOMENACH, 1963, p. 57).

Domenach (1963) ainda sugere que uma boa propaganda política consiste em sobrecarregar o adversário de seus próprios erros ou de sua própria violência, manobra que geralmente é desconcertante.

A segunda lei proposta é a *Lei de ampliação e desfiguração*. “A ampliação exagerada das notícias é um processo jornalístico empregado correntemente pela imprensa de todos os partidos” (DOMENACH, 1963, p. 59). Na propaganda hitlerista, por exemplo, as informações importantes não eram comunicadas à população em “bruto”. Porém, quando eram realmente divulgadas, vinham já valorizadas e carregadas de um potencial de propaganda. Para quem procura a aprovação da população, segundo Domenach (1963, p. 60), é melhor que não diga:

“Quando estiver no poder, os professores receberão tanto, os abonos familiares serão aumentados em tanto etc.”, mas, de preferência: “Todos serão felizes!”

A terceira é a *Lei de orquestração*. A primeira condição para uma boa propaganda é sempre repetir os temas principais. Todavia, a repetição pura e simples suscitaria o tédio. Deve-se insistir sobre o tema central, mas apresentando-o sob diversos aspectos. O fator primordial de uma campanha de propaganda é a rapidez. É preciso fazer revelações continuamente e apresentar novos argumentos a um ritmo tal que, quando o adversário responda, a atenção do público já esteja voltada para outro assunto. A maneira como reage a opinião nacional e internacional é imprescindível para orientar a política, bem como a adaptação do tom e da argumentação aos diversos públicos.

A quarta lei proposta por Domenach (1963) é a *Lei de transfusão*. A maior preocupação dos publicitários reside na identificação e na exploração do gosto popular, a fim de adaptar-lhe a publicidade e a apresentação de um produto ou de um político. O autor lembra que um princípio conhecido por todo o orador público é o de que não se deve contradizer frontalmente uma multidão. De início, deve-se declarar de acordo com ela, acompanhando-a “antes de amoldá-la ao escopo visado” (DOMENACH, 1963, p. 68). Domenach (1963) lembra ainda que o despeito ou a ameaça devem ser descartadas da linguagem da propaganda quando se quer convencer e seduzir.

A quinta e última é a *Lei de unanimidade e de contágio*. A maioria dos homens tende, antes de tudo, a harmonizar-se com os seus semelhantes. A tarefa da propaganda será, então, reforçar essa unanimidade e mesmo criá-la artificialmente. Para atrair o assentimento e criar a impressão de unanimidade, os propagandistas recorrem, frequentemente, a manifestações e desfiles de massa. Todas as propagandas tendem a trazer imagens da amizade, da saúde e da alegria, já que não há melhor agente de propaganda que uma comunidade de homens que viva os mesmos princípios num ambiente de fraternidade.

Domenach (1963) enumera algumas regras que considera primordiais para a contrapropaganda, a propaganda de combate às teses do adversário: 1º) assinalar os temas dos adversários; 2º) atacar os pontos fracos; 3º) jamais atacar frontalmente a propaganda adversária quando for poderosa; 4º) atacar e desconsiderar o adversário, a vida privada, as mudanças de atitude política e as relações duvidosas são munições triviais contra o adversário; 5º) colocar a propaganda do adversário em contradição com os fatos; 6º) ridicularizar o adversário, “quer imitar seu estilo e sua argumentação, quer atribuindo-lhe zombarias”; e 7º) fazer predominar seu “clima de força”.

O autor destaca que a propaganda não se movimenta sem constante esforço de informação. A informação não é importante apenas para alimentar sobre os fatos suscetíveis da própria propaganda, mas também para informar sobre a situação dos setores de opiniões visadas. As sondagens de opinião tornaram-se essenciais para a propaganda, já que trazem preciosas informações, embora seu manejo e a sua interpretação permaneçam delicados, gerando dúvidas e discussões. Nas eleições de 2018, por exemplo, as pesquisas de intenção de voto no Brasil erraram em quatro estados importantes: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo, colocando em dúvida até que ponto os levantamentos devem ter credibilidade.

A propaganda moderna apresenta função mais poética que política, pois induz o povo a sonhar com as grandezas do passado e com amanhã mais felizes. Domenach (1963, p. 95) ressalta que essa função poética e psicanalítica da propaganda “pode conduzir às mais nocivas perversões”. Se essa propaganda poética não for controlada, pode dispor a seu modo de todos os meios de difusão, pretendendo impor a todos o seu sonho e favorecendo-o a qualquer preço. Assim, decorre o uso corrente e, de certa forma normal, da censura e da notícia falsa, como ocorreu com a propaganda nazista.

Diante das transformações no campo midiático, sobretudo no século XXI, com o desenvolvimento da *internet* e a massificação da televisão, é fundamental trazer as discussões para autores atuais, os quais também tratam das retóricas de campanhas eleitorais. Figueiredo *et al.* (2000) consideram que, no estudo das campanhas eleitorais, pode-se encontrar as razões que levam os eleitores a escolherem ou rejeitarem candidatos, tendo como referência o estado geral de uma sociedade. Os autores apontam ainda que estudos mais recentes tratam da influência direta da comunicação e da propaganda política em processos eleitorais, consolidando algumas teorias acerca da não passividade dos eleitores; ou seja, as motivações psicológicas, políticas e econômicas dos eleitores no processo de aceitação, rejeição e de influência na forma de conduzir estrategicamente as campanhas.

Segundo Figueiredo *et al.* (2000, p. 186), num debate político não eleitoral, a ideia em persuadir a maioria consiste em convencer o público de que a lei ou a política a ser decidida traz mais benefícios do que é proposto pela oposição, “independente da verdade lógica ou empírica que possam ser evocadas para sustentarem as alternativas em disputa”. Por outro lado, conforme os autores, no debate eleitoral, os candidatos usam a estratégia, cuja argumentação é de natureza ficcional. Dessa forma, para convencerem a maioria do eleitorado, “todos constroem um mundo atual possível, igual ou um pouco diferente do

mundo atual real, e com base nele projetam um novo e bom mundo futuro possível” (FIGUEIREDO *et al.*, 2000, p. 186). A argumentação estrutura-se sob duas vertentes: “o mundo atual está ruim, mas ficará bom” ou “o mundo atual está bom, mas e ficará ainda melhor”. Nas eleições de 2018 no Brasil, a vertente escolhida por boa parte dos políticos foi a primeira, de que “o mundo atual está ruim, mas ficará bom”. Essa estratégia, diante do contexto político, econômico e social, foi a mais coerente argumentação, sobretudo diante da crise de representação ocasionada pelos escândalos de corrupção.

Figueiredo *et al.* (2000) apontam que, se, no debate eleitoral, por um lado, a ideia de persuasão é mais fluida do que em outras situações, por outro lado, o processo de persuasão é bem mais complexo, pois os candidatos transitam o tempo todo na ficção, entre mundos possíveis, atuais e futuros. Para os autores, a disputa eleitoral é, na verdade, uma disputa entre estratégias de persuasão. Dessa forma, o debate se dá entre interpretações sobre o mundo atual (se está bom ou ruim), comparações sobre o mundo futuro apresentadas pelas campanhas por meio das propostas e sobre quem garante a realização do mundo futuro. Nesse sentido, a campanha que tiver interpretação dominante, isto é, que atingir a maioria por meio das estratégias, tem enorme vantagem eleitoral sobre seus oponentes. Nesse caso, a oposição, por outro lado, terá duas alternativas: abandonar o debate ou desqualificar a interpretação dominante; porém, abandonar o debate significaria reconhecer a derrota. Portanto, para a arena política diante das campanhas competitivas, só resta uma alternativa à oposição: desqualificar a interpretação dominante e tornar a sua interpretação a dominante.

Autores contemporâneos também discutem a propaganda política, sobretudo o conceito de campanha permanente, que defende que a propaganda política não só se volta para o período eleitoral, mas também enquanto o ator política estiver no cargo como forma de prestar contas aos eleitores. O termo “campanha permanente” nasceu nos Estados Unidos. O livro *The Permanent Campaign*, de Sidney Bkumenthal, de 1980, foi um dos primeiros a tratar do conceito. Lilleker (2007) afirma que a Comunicação Política utiliza o conceito de campanha permanente para se referir à utilização do cargo por parte dos eleitos, a fim de construir e manter uma ampla e suficiente base de apoio popular. Nesse aspecto, para se construir essa base de apoio popular, a campanha permanente, que funciona não somente como uma prestação de contas, mas também como uma forma estratégica para a manutenção do poder, torna-se fundamental no campo político.

Lilleker (2007) define que campanha permanente se refere ao uso dos recursos disponíveis no trabalho por parte dos indivíduos e organizações eleitas, a fim de construir e manter o apoio popular. A campanha permanente converteu-se em um espetáculo, gerenciada

por equipes e profissionais detentores da técnica de persuasão. O objetivo da utilização da campanha permanente é facilitar e garantir a vitória do partido e do candidato na eleição seguinte, como também uma continuidade do projeto e do grupo político no poder.

Ornstein e Mann (2000) apontam que a linha entre campanha e governo praticamente desapareceu com a campanha permanente, tornando-se um traço dominante. Dessa forma, consultores políticos e pesquisadores de opinião pública ocupam cargos importantes em meio ao poder público, grupos de interesse lançam campanhas publicitárias sofisticadas para conformar interessantes debates de políticas públicas e jornalistas empregam metáforas de campanhas para enquadrar a cobertura do governo. Todos esses fatores intensificam a campanha permanente.

A partir da discussão, é fundamental ressaltar que há distinções entre campanha eleitoral e comunicação governamental. Enquanto a campanha eleitoral tem o objetivo central de arrecadar votos conquistando o eleitorado, a comunicação governamental tem o objetivo de informar e dialogar com os cidadãos, além de prestar contas da administração pública. Porém, é possível compreender a confluência entre comunicação eleitoral e governamental. As técnicas utilizadas na comunicação eleitoral, muitas vezes, são as mesmas utilizadas na comunicação governamental do mandato. Dessa forma, é possível observar como a comunicação governamental usa elementos da comunicação eleitoral, e vice-versa, caracterizando o fenômeno da campanha permanente. Heclo (2000) aponta aspectos que diferenciam a comunicação de governo da eleitoral apesar das semelhanças: (1) tempo de campanha e tempo de governo; (2) campanha concorrencial na eleição e mais colaborativa no governo; e (3) persuasão em campanhas enquanto no governo é preciso aprofundar mais o convencimento com políticas que gerem resultados.

Noguera (2001) também aponta quatro itens para observar as diferenças: (1) o objetivo da comunicação eleitoral é ganhar, enquanto a comunicação governamental precisa ter objetivos mais amplos que contemplem políticas públicas; (2) nas campanhas, a mensagem é mais focada, enquanto, nos governos, é preciso atender a diversas áreas, trabalhando com mensagens mais amplas e abrangentes; (3) nas campanhas, é preciso organizar uma equipe para executar um planejamento de *marketing* político e eleitoral a curto prazo; já nos governos, é preciso trabalhar em uma estrutura já oficial e bem montada; e (4) o tempo de campanha eleitoral é menor. Assim, a “venda” do candidato é rápida; já no governo, a imagem dos líderes precisa ser trabalhada a médio e longo prazos.

Segundo Galicia (2010), na campanha permanente, há necessidade de conquistar o eleitorado no cotidiano. O político não deve pensar no apoio público apenas quando ganha a eleição. Ele deve manter o apoio e buscar por isso também durante seu mandato. Dessa maneira, o político que não calcula sua agenda e como manter o apoio popular enquanto está no mandato tende ao fracasso. Devido à baixa fidelidade partidária e à alta volatilidade do eleitor, a popularidade de um governante pode despencar, conforme aconteceu com Dilma Rousseff, após as jornadas de junho de 2013.

Blumenthal (1980), citado por Galicia (2010), aponta para algumas características da campanha permanente: (1) os políticos que desejam manter e aumentar a imagem pública recorrem aos consultores políticos; (2) a sistematização da informação tornou-se um recurso para medir o nível de aceitação ou rejeição da opinião pública; (3) a comunicação permanente tornou-se uma prática da era moderna devido às limitações das legislações eleitorais; (4) governar torna-se uma campanha permanente, como um importante instrumento para sustentar a popularidade.

Hecló (2000) é outro importante autor que discute a campanha permanente. Segundo ele, a campanha permanente, como combinação de imagem e cálculo estratégico, vai transformar o governo em uma perpétua campanha. Dessa forma, o governo se refaz em um instrumento designado para sustentar a popularidade oficial de um eleito, visando a conquistas de novos cargos. Diante disso, de acordo com o autor, as eleições seriam apenas parte do processo, em que o foco é tipicamente centrado em personalidades e no público de massa.

Hecló (2000) aponta seis características da simbiose entre as ações de governo e as ações de campanha: (1) a mudança dos papéis de partidos políticos – mais fracos em mobilização e recrutamento de candidatos e mais intensos nas ideologias, peculiaridades sociais e ataques; (2) a expansão de um sistema aberto e extenso de grupos de interesses políticos; (3) as novas tecnologias de comunicação de uma política moderna; (4) as novas tecnologias políticas, especialmente as relações públicas; (5) a crescente necessidade de financiar a política; e (6) o aumento das expectativas para todos os atores no ativismo do governo.

Noguera (2001) aponta para o fortalecimento dos meios de comunicação e a consequente midiaticização da sociedade como agentes transformadores nas relações entre governos e sociedades. Os fluxos comunicativos substituem velhas estruturas hierárquicas e fazem com que os governantes estabeleçam uma comunicação constante com o público, abandonando ações autoritárias.

Por isso, Noguera (2001) afirma que o *marketing* político utiliza três situações diferentes: o *marketing* de campanha, o *marketing* de governo e o *marketing* de oposição. As diferentes formas de *marketing* político tendem a confluir-se e desenvolver-se de forma simultânea. O primeiro refere-se ao *marketing* aplicado no período eleitoral, com enfoques mais objetivos e em um tempo mais curto. O *marketing* de governo refere-se à prestação de contas com a sociedade ao mesmo tempo em que busca ouvir o eleitorado. Já o *marketing* de oposição refere-se às estratégias para desqualificar a oposição, podendo ser utilizado tanto nos governos quanto no período eleitoral.

A simbiose entre os campos midiático e político, bem como o processo de espetacularização contribuem para um novo olhar sobre o que se pode chamar de campanha permanente. A mídia, na visão de Heclo (2000), também contribui para a percepção de um estado de permanente disputa. A imprensa desmistifica determinadas ações e desvela os reais significados de ações políticas, historicamente sempre voltadas à disputa pelo poder. Porém, essas disputas saem dos bastidores e ganham palco e voz nos meios de comunicação como forma de espetáculo. O ambiente midiático potencializa o processo da espetacularização na medida em que, através das redes, a sociedade passa a se expor mais, bem como atores midiáticos e políticos.

2.4 O PROCESSO DE MEDIATIZAÇÃO

Em função de um novo modelo de consumo midiático, que se dá tanto por meio das mídias tradicionais como das mídias digitais, discutir esse novo processo midiático torna-se fundamental, principalmente, diante das eleições de 2018, que demonstraram uma crescente mudança no cenário da comunicação política e no papel das mídias massivas e digitais.

Há um debate atual e em aberto sobre o crescente processo de mediatização, já que a mídia hoje está disseminada no cotidiano dos indivíduos, alterando a lógica de funcionamento da sociedade. Hjarvard (2012), que trabalha nessa perspectiva, afirma que não se pode tratar a mídia como uma instituição separada das demais, como a cultura, a família e a religião. Para o autor, deve-se tentar entender as maneiras pelas quais as instituições sociais e os processos culturais mudaram de caráter, função e estrutura, a fim de se adaptarem a lógica midiática, tendo em vista que a mídia se tornou parte integral do funcionamento de outras instituições.

Hjarvard (2012) defende que, ao mesmo tempo em que a mídia é parte do tecido da sociedade e da cultura, ela também é uma instituição independente que se interpõe entre outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua. O autor lembra que o

termo midiaticização foi aplicado pela primeira vez ao impacto dos meios de comunicação na comunicação política e a outros efeitos na política pelo autor Kent Asp. Uma forma dessa adaptação da política à lógica da mídia, conforme Hjarvard (2012), é quando os políticos formulam suas declarações públicas em termos que personalizam e polarizam as questões, para que as mensagens tenham mais chances de serem veiculadas pela mídia.

Citando Mazzoleni e Schulz (1999), Hjarvard (2012) assevera que a mídia não usurpou o poder político das instituições políticas como parlamentos e partidos, conforme muitos autores defendem. De acordo com ele, as instituições políticas continuam controlando a política, mas essas são cada vez mais dependentes da mídia e tiveram que se adaptar à lógica midiática.

Hjarvard (2012) cita Thompson (1998) afirmando que ele vê o processo de midiaticização como uma parte integral do desenvolvimento da modernidade. A invenção da imprensa proporcionou o desenvolvimento da tecnologia, modernizando a forma de circulação de informação, criando os meios de comunicação de massa e alterando a concepção de espaço e tempo. Como resultado, os meios de comunicação de massa contribuíram para a transformação da sociedade agrária e feudal, criando as instituições modernas que se conhece hoje. Thompson (1998) enxerga uma forte conexão entre a midiaticização e suas consequências culturais, bem como o surgimento de grandes organizações de mídia em níveis nacional e global. A modernização advinda da comunicação de massa alterou os fluxos de comunicação na sociedade tanto entre instituições quanto entre instituições e indivíduos.

Hjarvard (2012, p. 62), em certa medida, concorda que a midiaticização tem complicado e obscurecido as distinções entre a realidade e as representações midiáticas feitas sobre fato e ficção. Entretanto, segundo ele, essas explicações pós-modernas são muito simples e exageradas. Simples, porque compreendem processos de transformação, nos quais a realidade mediada suplanta a realidade das experiências e, por sua vez, dissolvem os conhecimentos tradicionais.

A principal característica do processo de midiaticização como está concebido aqui é, antes, uma expansão das oportunidades para a interação em espaços virtuais e uma diferenciação do que as pessoas percebem como sendo real. Seguindo esse critério, as distinções como aquelas entre global e local tornam-se muito mais diferenciadas, já que os meios de comunicação expandem nosso contato com os eventos e fenômenos no que, outrora, eram lugares distantes (HJARVARD, 2012, p. 62).

E o conceito pós-moderno é muito exagerado quando assevera que houve o desaparecimento da realidade e a desintegração de distinções, categorizações, que são fundamentais na sociedade e na cognição social (HJARVARD, 2012, p. 62). Para explicar esses pontos, Hjarvard (2012, p. 63) afirma que não se pode dizer que um *show* ao vivo pode ser mais autêntico que um *show* visto através mídia: “Sob uma perspectiva sociológica, as formas mediadas de interação não são nem mais nem menos reais do que as interações não mediadas”. Mesmo que na perspectiva física a interação mude, as interações mediadas tendem a simular aspectos da relação face a face, as quais se apresentam como uma alternativa a esse tipo de interação.

No campo da política, a interação mediada permite que os políticos e os eleitores entrem em contato mesmo não havendo a interação face a face. Isso facilita a comunicação e pode ser positivo ao processo político, já que sem a interação mediada esse contato seria mais difícil devido à concentração demográfica e à extensão territorial alcançada pelas democracias contemporâneas. Tanto os debates políticos quanto os programas do HGPE são exemplos de ferramentas que encurtam os espaços entre a classe política e os cidadãos/eleitores no cenário de interação mediada. Hoje, com as mídias digitais, isso é bem mais evidente.

De acordo com Hjarvard (2012), os conceitos de mídiatização podem ser distinguidos em duas classificações: (a) direta (forte) – quando uma atividade não mediada se transforma em mediada; por exemplo, no momento em que o jogo de xadrez admite no ambiente virtual que os participantes não estejam reunidos fisicamente; e (b) indireta (fraca) – quando a interação é mais influenciada em sua organização e formato pelos mecanismos midiáticos; por exemplo, em uma visita a franquias de alimentação, como o Burger King ou McDonald’s, em que há exposição a formas e conteúdos midiáticos. Hjarvard (2012, p. 67-68) difere a mídiatização direta e indireta mais especificamente:

A mídiatização direta torna visível como uma determinada atividade social é substituída, isto é, transformada de uma atividade não mediada a uma forma mediada e, em tais casos, é bastante fácil estabelecer um antes e um depois e analisar as diferenças. Sempre que os meios de comunicação, a partir disso, passam a funcionar como uma interface necessária para o desempenho de tal atividade social, estamos lidando com uma forma forte de mídiatização. A mídiatização indireta não afeta necessariamente os modos pelos quais as pessoas executam uma determinada atividade. Consequentemente, a mídiatização indireta de uma atividade ou esfera tem um caráter mais sutil e geral e está relacionada ao aumento geral da dependência por parte das instituições sociais dos recursos de comunicação. Isso não significa afirmar que a mídiatização indireta é menos importante ou que, visto a partir de uma perspectiva da sociedade, tem menos impacto. A mídiatização indireta é, no mínimo, tão importante quanto as formas diretas.

José Luiz Braga (2012, p. 31) também discute a midiatização e, mais especificamente, busca uma reflexão sobre uma das consequências significativas que o processo crescente de midiatização apresenta na sociedade contemporânea, que, na visão do autor, “é um atravessamento dos campos sociais estabelecidos, gerando situações indeterminadas e experimentações correlatas”. Para ele, em função do surgimento e disseminação das mídias digitais, há novos circuitos informativos e comunicacionais que começam a fragilizar o poder dos campos sociais estabelecidos.

Braga (2012) busca diferenciar os conceitos de mediação e midiatização. De maneira genérica, o autor define que mediação corresponde a um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes. Em uma perspectiva epistemológica, Braga (2012, p. 32) afirma que a ideia de mediação corresponde à percepção de que não se tem um conhecimento direto da realidade que circunda o homem:

[...] nosso relacionamento com o ‘real’ é sempre intermediado por um ‘estar na realidade’ em modo situado, por um ponto de vista – que é social, cultural, psicológico. O ser humano vê o mundo pelas lentes de sua inserção histórico-cultural, por seu ‘momento’.

Assim, conforme a área de estudos e o tipo de objeto cujo conhecimento se trata, diferentes elementos são enfatizados como mediadores. No âmbito da comunicação, como explica Braga (2012), o surgimento de uma mídia de massa, submissa a setores sociais dominantes, criou a impressão de uma exposição direta da sociedade à mídia de forma passiva. Porém, Braga (2012) cita Barbero, que trata da inserção cultural do receptor. Ele desloca o foco da atenção, que antes era dada à passividade da sociedade diante da mediação, para o estudo “dos meios às mediações”.

Essa expressão, como explica Braga (2012), propõe duas perspectivas. A primeira é a superação de uma visão objetivista dos meios (da indústria cultural, suas tecnologias e seus produtos), redirecionando a discussão para uma “visão relacional na sociedade”. A segunda perspectiva se refere à introdução de uma nova preocupação da área da comunicação “com a composição daquelas mediações, com os elementos que aí se realizam – mas, sobretudo com o modo, a intensidade, a eficácia de tais mediações (culturais) no enfrentamento de seu par relacional (a mídia com seus produtos)” (BRAGA, 2012, p. 33). Essa percepção é relevante, segundo o autor, não apenas porque passa a ver o receptor integrado em seus ambientes, e não somente como um receptor passivo, mas também porque começa a fazer perceber os processos midiatizados.

Com os meios, antes dessa virada, apareciam de modo preocupante como os produtos de feitos não controláveis pela sociedade, as mediações se põem, praxiologicamente, como espaço de ação de resistência. Não se trata apenas de conhecimento do mundo (nos aspectos e objetos em foco), do viés com que se o percebe e pelos quais nos relacionamos com os meios. Mas também – e talvez sobretudo – da possibilidade de enfrentamento, como uma interação de natureza político-social (BRAGA, 2012, p. 33).

Para Braga (2012), as mediações inserem-se como espaço de resistência diante de duas novas perspectivas. Primeiramente, o processo tecnológico proporcionou a disponibilização de ações comunicativas midiáticas para largas parcelas da população, dosando e redirecionando a comunicação de massa. O segundo ponto diz respeito à entrada experimental de pessoas nas práticas e processos que antes eram restritos à indústria cultural.

De acordo com Fausto Neto (2010), com a percepção de que os receptores são ativos, a circulação passa a ser vista como espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação. A circulação torna-se um espaço de maiores possibilidades de ocorrências interacionais na prática social. O sujeito, que antes era tido como passivo, não só passa a ser percebido como ativo, mas também como um sujeito que pode construir a mensagem interagindo com o emissor.

Para Braga (2012), o processo de mediação afeta a lógica de funcionamento dos campos sociais. Ele reconhece que na era moderna os campos sociais se autonomizaram e se tornaram consolidados enquanto estruturas hierarquicamente definidas (BOURDIEU, 1986). Rodrigues (1990), conforme já foi visto anteriormente, aponta a centralidade da mídia que avoca a tarefa de ser mediador da vida social. Todavia, Braga (2012, p. 43) refuta a ideia de centralidade da mídia: “Entretanto, na sociedade em mediação, já não se pode apreender os processos sociais segundo essa inclusão de um campo especialmente por meio da cessão de mediações pelos outros campos sociais ao campo midiático”.

O autor também defende que já não se trata mais de apontar a centralidade da mídia na tarefa de organizar a vida social e os processos de interação entre os campos sociais, “mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessadas e permeadas por pressupostos e lógicas do que se denominaria a ‘cultura da mídia’” (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

É importante considerar que o *impeachment* da presidente Dilma e a manutenção do governo Temer mostram que o campo político e o midiático se mantiveram fortes enquanto campos simbólicos instituídos, demonstrando não serem tão frágeis. Paradoxalmente, a

campanha inicial do ex-presidente Lula (PT) nas caravanas foi feita via Mídia Ninja furando o bloqueio da grande mídia, que preferiu não dar destaque ao possível candidato petista. A disputa ocorrida na eleição e a vitória de Bolsonaro mostram a força do processo de midiaticização. Na eleição de 2018, pode-se perceber o declínio do HGPE: Alckmin, candidato tucano, que teve o maior tempo na televisão teve um percentual de votos bem abaixo do esperado, alcançando apenas o quarto lugar, ao mesmo tempo a força das redes sociais e principalmente do *WhatsApp* para circular informações, deu visibilidade a candidatos pouco conhecidos como Zema (NOVO) (eleito governador em Minas Gerais).⁵ Ao afirmar que os novos circuitos informativos e comunicacionais constituídos gerados, principalmente, no ciberespaço, pelas redes sociais geram a transição para uma sociedade midiaticizada em que o modelo linear de comunicação dá espaço para formas mais horizontais de interação, Braga (2012) explica, de certa forma, a perda de capital político nas eleições de 2018, em que as mídias massivas não tiveram tanta influência quanto as mídias digitais. Porém, não há como negar que o campo político ainda se mantém estruturado, já que ainda se estabeleça em estruturas bem definidas e hierarquizadas.

⁵ A eleição para deputados, senadores, governadores e presidente em 2018 demonstrou um declínio do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e sucessivamente dos partidos tradicionais da política brasileira, que sempre conquistaram os maiores tempos de televisão e rádio. O que se viu em 2018 foi a influência do uso das mídias sociais entre a população, juntamente com a crise de representação, resultando em eleição de políticos que utilizaram mais as redes sociais e tiveram pouco tempo de televisão e rádio no HGPE. No caso da disputa política presidencial, Alckmin (PSDB), que foi o candidato com mais tempo, cinco minutos, saiu da disputa em quarto lugar, enquanto o candidato Jair Bolsonaro (PSL), que tinha apenas oito segundos foi para o segundo turno da eleição juntamente com o petista Fernando Haddad. Outro caso que pode ser destacado refere-se à disputa do governo de Minas Gerais, na qual Zema (NOVO), que tinha menos de dez segundos no HGPE, ganhou a disputa contra Anastasia (PSDB), que foi o candidato que teve mais tempo de HGPE. A campanha de Zema foi levantada pela mídia como uma campanha barata, mais voltada às redes sociais, fator igualitário a outras campanhas pelo País, demonstrando uma mudança nas estratégias de campanhas eleitorais em um período de descrença da população com a política tradicional.

3 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, A ÊNFASE PERSONALISTA E A CRISE INSTITUCIONAL E POLÍTICA

O presente capítulo busca compreender o funcionamento dos governos representativos, sobretudo o caso específico da democracia brasileira, que tem como característica passar por instabilidades diante de sua heterogeneidade (ABRANCHES, 1988). Tendo em vista que a pesquisa traz como análise a crise política vivenciada por dois governos: Dilma Rousseff e Michel Temer, diante de uma instabilidade política gerada pelo golpe de 2016 (SOUZA, 2016), compreender os dilemas do presidencialismo no Brasil e a especificidade do presidencialismo de coalização no País torna-se fundamental.

Outra abordagem deste capítulo será o personalismo dado à política, principalmente em decorrência da crise dos partidos políticos e também o fator da centralidade da mídia para o campo político, que torna a arena eleitoral um grande espetáculo, como já foi discutido no capítulo anterior, constituído de personagens. Essa discussão é primordial, sobretudo diante do caso brasileiro em que as crises sempre desembocam nas lideranças e, sobretudo, na Presidência (ABRANCHES, 1988).

Por fim, o capítulo traz uma discussão acerca do *impeachment* da presidente Dilma, muito questionado diante de argumentos jurídicos frágeis e defendido por estudiosos como um golpe parlamentar (SOUZA, 2016; SANTOS, 2017; ALBUQUERQUE; PAULA, 2017). Compreender as Jornadas de Junho de 2013, o papel das instituições, sobretudo a midiática e a jurídica nesse caso é essencial para entender como se instaurou a crise política no País e como Temer chegou ao poder de uma forma não democrática. Discutir esse período, sobretudo a condenação, por parte do campo midiático, da política de forma geral, faz com que se chegue aos resultados das eleições de 2018, em que políticos com discursos “apolíticos” chegam ao poder em um momento de crise de representação e enfraquecimento de partidos tradicionais no País.

3.1 CRISE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: DILEMAS E DESAFIOS

Ao tratar de governos representativos, é importante tecer considerações sobre o conceito de representação e como a representação política chegou ao que é hoje. Pitkin (2006) afirma que o conceito de representação tem sido, desde muito cedo na história das palavras,

altamente abstrato, sendo seu significado bastante complexo. A autora destaca que a representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano.

Então, para quem fala em inglês o modo pelo qual uma pintura, um pintor ou um ator de palco representam, e o modo pelo qual um agente ou um legislador eleito representam, obviamente estão ligados ao mesmo conceito. O mesmo não acontece para quem fala em alemão (PITKIN, 2006, p. 16).

Daí, a complexidade do conceito de representação. Para tratar dessa complexidade e da abstração do significado de representação, a autora faz um apanhado pela história para trazer as mudanças no conceito de definição de “representação”. Pitkin (2006, p. 18) lembra que, na Idade Média, ao mesmo tempo em que os líderes da Igreja eram vistos como representantes de Cristo, juristas medievais também começaram a usar o termo para a personificação da vida coletiva:

Uma comunidade, embora não seja um ser humano, deve ser vista como uma pessoa (*persona repraesentata, repraesentat unam personam, unum personae repraesentat vicem*). A ênfase está na natureza fictícia da conexão: não se trata de uma pessoa real, mas de uma pessoa apenas por representação (*persona non vera sed repraesentate*).

Até o século XVI, segundo Pitkin (2006), não se encontrou um exemplo de “representar” com o significado de “tomar ou ocupar o lugar de outra pessoa, substituir”. E, até 1595, não se teve exemplo de representar como “atuar para alguém como seu agente autorizado ou deputado”.

A autora destaca que, para se compreender como o conceito de representação entrou no campo da agência e da atividade política, deve-se lembrar do desenvolvimento histórico de instituições, do desenvolvimento interpretativo daquelas instituições e do desenvolvimento e conceituação da própria palavra.

Resgatando a história, com enfoque na história inglesa, Pitkin (2006) explica que, no início, cavaleiros e burgueses iam ao parlamento para dar consentimento à cobrança de tributos, para dar informações ao Rei e para levar informações à comunidade, bem como para levar registros dos tribunais locais em casos de disputa judicial. Um pouco mais tarde, como explica a autora, essas pessoas passaram a ser usadas pela comunidade para apresentar queixas ao Rei. Com isso, começou um reconhecimento por parte da comunidade de que alguém poderia promover seus interesses além de cobrar-lhes tributos. Então, esses cavaleiros e burgueses que iam ao Parlamento começaram a serem vistos como servidores ou agentes de suas comunidades. Do século XVI ao século XVII, os cavaleiros e burgueses

descobriram que tinham queixas comuns e começaram a apresentar petições comuns e não mais separadas. Passaram a ser chamados de “membros” do Parlamento, como explica Pitkin (2006, p. 22-23):

Essa ação conjunta avançou passo a passo com uma consciência crescente de si mesmos como um corpo único. Os parlamentos duravam mais, os membros eram reeleitos e, assim, passavam a conhecer uns aos outros e a trabalharem juntos. Sua ação conjunta frequentemente era em oposição ao Rei, e, agindo como uma corporação, eles encontravam força para oporem-se ao Rei.

Essa ação conjunta culminou, conforme a autora, no período da Guerra Civil, do Protetorado e da República, em que já não havia Rei ao qual se opor ou com o qual consentir. De uma hora para outra, não havia mais Rei, e sim um Parlamento para governar a nação e para escolher um líder de governo em nome da nação. Nessa altura, como explica Pitkin (2006), o Parlamento ainda não era visto como uma representação. Os membros do Parlamento eram mencionados como procuradores e delegados que “vinham pela comunidade do lugar”. Essa ideia é de que cada membro fala por seu distrito particular, mas, juntando todos os membros, equivale a toda a nação.

Pitkin (2006) afirma que já quase no final do século XVII a família da palavra “representação” ganhou conotação política devido ao estímulo da panfletagem e do debate político que precedeu, acompanhou e sucedeu a Guerra Civil na Inglaterra. Existia aí a ideia de que os membros do Parlamento são delegados ou agentes de suas comunidades, mas ainda não se expressava o termo “representação” para o papel desses agentes.

A mais antiga aplicação do substantivo “representante” a um membro do Parlamento, de acordo com Pitkin (2006), ocorreu em 1651 quando Isaac Pennington definiu os membros do Parlamento como “representantes do povo”. Em 1651, como lembra a autora, Hobbes publicou o *Leviathan*, que foi a primeira aplicação da ideia de representação na teoria política. Na obra, Hobbes defende que representante é alguém que recebe autoridade para agir por outro. O representado fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. Ao chamar o soberano de representante, Hobbes, na perspectiva da autora, sugere diversas vezes que o soberano fará o que se espera que os representantes façam, e não apenas o que lhe satisfaz. Porém, a autora destaca que a definição formal assegura que essa expectativa, de que o soberano deve fazer o que desejam os representados, nunca pode ser invocada para criticar o soberano ou resistir a ele por não representar os seus súditos como deveria. “Na verdade, na definição explícita, não existe algo como um (não) representar como se deveria” (PITKIN, 2006, p. 29).

O desenvolvimento da representação na teoria política continuou como pano de fundo das grandes revoluções democráticas no final do século XVIII e depois das prolongadas lutas políticas e institucionais do século XVIII como lembrou Pitkin (2006). Diante da vasta literatura que discute essas lutas políticas, a autora traz para a discussão, primeiramente, a “polêmica sobre o mandato e a independência”. Ela sintetiza essa discussão em uma escolha: um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor? Para Pitkin (2006), essa discussão nasce do paradoxo inerente ao próprio significado da representação: “tornar presente de alguma forma o que apesar disso não está literalmente presente”. Ou seja, a representação que significa tornar presente por intermédio de uma pessoa pode não atender a expectativas na medida em que a pessoa representada não está fisicamente presente. Por isso, tornam-se tão complicadas as questões em torno da relação entre os representantes, o papel dos partidos políticos nessa representação, a forma pela qual a deliberação se relaciona com o voto e ambas se relacionam com o exercício do governo. Enfim, questões que questionam a representatividade política. Percebe-se que esse debate se mantém atual até os dias de hoje quando se discute se o parlamentar deve votar de acordo com as suas crenças ou se deve ter um mandato imperativo obedecendo ao que o partido determina sob pena de ser punido e até ser cassado.

Pitkin (2006) cita Edmund Burke (1790), que defende que a relação de cada parlamentar é com a nação como um todo. Ele não se encontra numa relação especial com seu eleitorado. Assim, representa a nação, e não aqueles que o elegeram. Ainda citando Burke, a autora afirma que ele distingue a representação “virtual” da “efetiva”. A primeira diz respeito a uma representação, que atende a uma comunhão de interesses, mas que não é o povo que escolhe efetivamente; enquanto a representação efetiva significa ter voz, de fato, na escolha do representante.

Para Pitkin (2006), o representante deve a seus eleitores “devoção aos seus interesses antes que à sua opinião” (PITKIN, 2006, p. 33). De algum modo, as pessoas sabem quando algo vai mal em suas vidas. Assim, as informações sobre suas queixas e necessidades devem ser transmitidas por um representante que seja “simpático a seus problemas”. Todavia, quando se trata das causas e soluções desse problema, as pessoas são “irremediavelmente ignorantes”. Ou seja, é importante, sim, que se tenha um representante que seja um porta-voz do interesse de uma comunidade, mas isso não significa que ele deva consultar o povo e nem seus votos no Parlamento deve favorecer sua comunidade em detrimento de uma nação como um todo. Esse entendimento de Burke parece razoável nesse momento político brasileiro, pós-eleição, em que a equipe de transição do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) tem anunciado

um pacote de medidas impopulares, como a Reforma da Previdência, e, mesmo diante de tal cenário, eleitores do candidato do PSL têm defendido tais mudanças com a justificativa de que isso é necessário para a recuperação da economia. Nesse sentido, parecem sentir-se representados a tal ponto que não precisam ser consultados ou não precisam participar das discussões quanto “à causa real ou ao remédio adequado” para a crise econômica.

Pitkin (2006) destaca que, na América, a representação era claramente a representação de pessoas, e os interesses era um mal inevitável. Isso é bem nítido até hoje, principalmente em democracias com sistema multipartidário, como no caso do Brasil, onde se tem bancadas dentro do Congresso que representam interesses individuais de certos grupos, como a Bancada Evangélica (representantes das igrejas protestantes), a Bancada da Bala (representantes de militares), a Bancada Ruralista (representantes do agronegócio) etc. Tais grupos de interesse tornaram-se tão fortes em termos de capital político, econômico e midiático que Bolsonaro, ao montar o seu governo, tem sido enfático em dizer que buscou dialogar com as bancadas, e não com os partidos, apontando para essa mudança de articulações com o campo político.

Pitkin (2006) cita Hamilton, Jay e Madison, que, ao escreverem *Artigos Federalistas* (1788), defendem o governo representativo como sendo um dispositivo adotado no lugar da democracia direta, já que seria impossível reunir um número de pessoas em um único lugar; daí, os representantes. A representação é, portanto, um “substituto para o encontro pessoal dos cidadãos”. Para os autores, a representação é superior à democracia direta precisamente, porque pode assegurar o bem público sem se distrair com interesses particulares conflitantes, ou “facções” – uma quantidade de cidadãos que podem constituir a maioria ou minoria do todo, que atuam por um impulso comum de interesse, contrariando interesses permanentes da comunidade ou os direitos de outros cidadãos.

Na perspectiva dos autores de *O Federalista*, “nem sempre os estadistas esclarecidos estarão no comando”, diferenciando-os das ideias burkianas. Em uma república grande, segundo Hamilton, Jay e Madison, é mais promissor que a representação se torne possível, uma vez que os interesses serão múltiplos e diversos. Com isso, para os autores, será menos provável a combinação de interesses para uma efetiva ação facciosa.

Amplie esfera e terá uma maior variedade de partidos e interesses; tornará menos provável que a maioria tenha um motivo comum para invadir os direitos dos outros cidadãos; ou, se um tal motivo comum existir, será mais difícil para aqueles que o sentem descobrir sua própria força e agir em concordância (PITKIN, 2006, p. 36).

Diante disso, deve-se levar em consideração fatores individuais de cada república. Ao discutir as democracias contemporâneas, Robert Dahl (1997) afirma que existem pobres aproximações do ideal democrático. O autor define dois eixos para analisar o bom funcionamento de um Estado: a participação dos cidadãos e o grau de institucionalização. Dahl (1997) argumenta que os países que consolidaram, primeiramente, as regras institucionais e foram gradativamente ampliando a participação popular têm democracias mais consolidadas. No caso do Brasil, houve um processo inverso – ampliou-se o eixo da participação, mas não se investiu no processo de institucionalização. Nessa mesma linha de análise, ao analisar a democracia brasileira, Santos (1993) aponta que o País se estruturou a partir de uma institucionalização precária, já que as regras mudam facilmente e de acordo com os interesses dos grupos dominantes. A partir disso, percebe-se que, mesmo o Brasil sendo uma república grande e tendo uma variedade de partidos, como exemplificado pelos autores de *O Federalista*, deve-se levar em consideração a forma como se deu a institucionalização no País, que permitiu a ação facciosa, de grupos dominantes, em muitos momentos da história do Brasil.

Pitkin (2006) argumenta que a representação, além ser possível em uma grande república, também é um meio de trazer conflitos sociais perigosos para um “fórum central único”, no qual podem ser controlados e tornados inofensivos pelo equilíbrio. O equilíbrio, segundo o autor, acontecerá apenas se cada representante buscar de fato os interesses dos seus eleitores. Talvez, seja a falta desse equilíbrio, pelo fato de os representantes brasileiros não buscarem atender de fato aos interesses de seus eleitores, que a crise de representação no Brasil tenha refletido tanto nas eleições de 2018, que deteve um número alto de abstenções, votos nulos e brancos, ao mesmo tempo em que os representantes eleitos adotaram um discurso diferente, do não político, para reafirmar que, ao contrário dos últimos, eles, sim, iriam representar a população.⁶

Na visão de Pitkin (2006), os utilitaristas argumentam que todo mundo sempre é, ou pelo menos a maior parte das pessoas é, motivado pelo interesse próprio. Diante disso, parece tornar impossível a representação, mas, na verdade, os utilitaristas também reconhecem a existência de um interesse “comum”, “universal” ou “geral”, que seria o bem de toda a

⁶ O percentual de votos nulos nas eleições de 2018 foi o maior desde 1989, havendo um aumento de 60% de votos nulos se comparado à eleição ocorrida em 2014. Somando os votos nulos e brancos com as abstenções, tem-se um contingente de mais de 42 milhões de eleitores que optaram por não escolher nenhum candidato no segundo turno das eleições de 2018, o que equivale a um terço dos eleitores. Os dados foram retirados da matéria publicada pelo Portal G1. Acesso no *link* <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/percentual-de-voto-nulo-e-o-maior-desde-1989-soma-de-abstencoes-nulos-e-brancos-passa-de-30.ghtml>.

sociedade. John Stuart Mill (1947), citado por Pitkin (2006), acredita que a representação possa funcionar, se houver uma rotação frequente nos cargos, de forma que os legisladores saibam que terão que viver sob as leis que formulam. Bentham (1843), citado por Pitkin (2006), acrescenta o “princípio da deslocabilidade”, que é a noção de que os legisladores farão o que os eleitores querem, pelo simples fato de que vão querer ser reeleitos.

Pitkin (2006) conclui que, enquanto a política é igualada ao governo e o governo é visto como um meio para a realização de fins privados e para a conciliação de reivindicações de grupos conflitantes de uma forma geral aceitável, as instituições representativas corretamente elaboradas podem servir bem a esses propósitos. Porém, se a função real do governo é dirigir a vida pública compartilhada e seu valor real está na oportunidade de dividir poder e responsabilidade sobre aquilo que se está fazendo em conjunto como sociedade, então não se poderá ter alguém me representando, e a representação pode significar apenas a exclusão da maioria das pessoas dos benefícios da política.

É importante considerar a democracia como conceito diferente de representação, para que se possa compreender de que forma se dá o processo político. Nem sempre os governos representativos vão estar ligados a democracias. Ao falar sobre a democracia, Santos (2007) associa o fato de que campo político está quase sempre entrelaçado ao campo econômico. Assim, para Santos (2007), não se pode afastar hipóteses de que, por caminhos inéditos, surtos autoritários venham a acometer os países ricos e de enraizadas tradições democráticas, porém os estudiosos são bem incisivos quando sustentam a existência de condições probabilísticas que antecipam a emergência de ditaduras. Então, a miséria e a desigualdade são apontadas como principais responsáveis pelas recorrentes ondas de autoritarismo, nomeadamente na África, na Ásia e na América Latina.

Com o apoio na experiência dos últimos 50 anos, sobretudo na América Latina, Santos (2007) afirma que, numa análise preliminar, concluiria que uma longa ditadura, associada à miséria, tende a desembarcar em uma democracia, enquanto uma democracia já firmada há anos, escoltada por grandes desigualdades, estimula a inauguração de autocracias. Por isso, percebe-se que os governantes bem-intencionados procuram impedir que membros da elite já inclusa, utilizando os instrumentos legais disponíveis, inviabilizem o interrupto alargamento da *polis* democrática.

Ao falar sobre a competição democrática, Santos (2007) destaca que, nos países que praticam eleições regulares, quanto mais restrita for a competição, mais oligárquico será o sistema. Inversamente, quanto mais regular, legalmente organizada e respeitada a competição,

mais poliárquico o regime. Conforme o autor, os sistemas representativos oligárquicos contemporâneos caracterizam-se menos por oporem obstáculos à participação política, tal como acontece nos regimes autoritários, do que por criarem dificuldades para a conversão de cidadãos-representados em cidadãos-representantes; ou seja, estreitam o leque de escolhas do eleitorado, reprimindo a oferta de candidatos. Para Santos (2007), a mais frequente barreira à entrada na competição democrática é a exigência que o candidato, ou candidata, seja filiado a um partido político. Isso fica mais nítido quando, por conta do requisito de filiação, transfere-se à máquina burocrático-partidária o poder de ordenar, sem sistema de listas fechadas, os candidatos preferenciais do partido. Nesse sentido, é mais fácil manter a elite política de sempre no comando do País.

Porém, Santos (2007) analisa que, a partir de 1994, todas as regiões brasileiras já haviam incorporado mais de 50% da população à disputa eleitoral.

Sem dúvida, foi o extraordinário processo de conversão que inundou o mercado de votos e tornou impossível a continuidade oligárquica, mantido o sistema proporcional, pela redução da oferta da competição: são muitos partidos, grande o potencial competitivo, elevadas as chances de vitória [...] (SANTOS, 2007, p. 57).

Fica, então, evidenciada a fundamental transformação do sistema eleitoral-partidário brasileiro, que passou de oligárquico a poliárquico, na ótica do autor. Essa conclusão é fundamentada pela oferta de opções ao eleitorado atual. Isto é, apesar de ainda se ter o número de candidatos que pertencem às famílias tradicionais na política, o aumento do número de candidaturas propiciou para modificar o sistema eleitoral-partidário. Esse movimento fica ainda mais perceptível com os resultados das eleições de 2018, em que o Congresso passou por uma renovação, até então nunca vista, tendo nomes da política tradicional ficado de fora do Congresso, do Senado e até das Assembleias. Isso, no entanto, não significa que as formas tradicionais de se fazer política – o fisiologismo – tendem a desaparecer. Ao contrário, o perfil do Congresso é conservador, com o crescimento de bancadas que defendem pautas alinhadas com a clivagem de direita do presidente Bolsonaro, como a Bancada Evangélica, a Bancada da Bala (fortalecida pelo crescimento de militares eleitos) e a Bancada Ruralista. Todas mantiveram seu poder, alternando apenas os congressistas, com nomes novos no cenário político, mas com posturas conservadoras. Tal situação fica evidenciada com o crescimento do PSL, partido do presidente eleito, que passou de oito para 52 deputados federais, a segunda maior bancada do Congresso, que poderá ainda crescer com novas adesões de parlamentares filiados a partidos nanicos.

Santos (2007) destaca que a preocupação com a estabilidade democrática, ou governabilidade, é recente. Primeiro, porque a democracia, estritamente considerada, instalou-se há pouco tempo no mundo. Segundo, porque se desconhece que a evolução dos países estáveis não foi caracterizada por uma ampliação da democracia, mas pela “ultrapassagem das oligarquias hegemônicas de reduzida participação por hegemonias inclusivas e estas, enfim, pelas poliarquias” (SANTOS, 2007, p. 67).

Desse modo, Santos (2007) conclui que o desarranjo de um sistema político democrático é precisamente aquilo que o transcende e dificilmente o que o põe em funcionamento. Quanto mais natural à operação democrática, menos necessária se faz a sua governabilidade extrínseca. Diante dessa tese, fica fácil compreender como algumas reformas, como a política, por exemplo, nunca de fato foram concretizadas no Brasil.

Jairo Nicolau (2017) afirma que um dos fatores que levam os deputados a se oporem tanto à alteração do sistema eleitoral brasileiro é o fato de que representantes do mundo todo resistem em mudar as regras pelas quais foram eleitos. A reforma do sistema eleitoral mobiliza na prática apenas segmentos da elite parlamentar. Os milhares de vereadores, as centenas de deputados estaduais e os deputados federais em geral não demonstram interesse algum em discutir o tema.

Manin (1995) também concorda que, durante décadas, a representação estava fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos. Porém, nos dias de hoje, o eleitorado tende a votar de modo diferente de uma eleição para outra. O autor destaca que as pesquisas de opinião têm mostrado um aumento no número de eleitores que não se identificam com partido algum.

Para o autor, a arena política tem sido dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam. Os políticos chegam ao poder devido às suas estratégias no uso dos meios de comunicação de massa, e não mais por estarem próximos ou se assemelharem com seus eleitores. Segundo Manin (1995, p. 1), “o abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, parece estar aumentando”.

Manin (1995) destaca duas mudanças importantes que o governo representativo passou nos dois últimos séculos. A primeira diz respeito ao direito do voto, em que o direito ao sufrágio foi ampliado. A segunda é a emergência dos partidos de massa. Na visão do autor, com o aparecimento dos partidos de massa, os programas políticos passaram a ser um dos principais instrumentos da competição eleitoral, transformando a própria relação de representação. Para Manin (1995), a existência dos partidos aproximou os representantes dos

representados. Com a aproximação dos partidos e eleitores, os representantes pareciam dar ao próprio cidadão a possibilidade de determinar a política a ser seguida. O “governo de partido”, conforme o autor, indicava um avanço para a democracia, pois parecia ter criado uma identidade social e cultural maior entre os governantes e governados. Além disso, esse modelo parecia também dar aos governados um papel mais significativo na definição da política pública.

Comparando a crise de representação gerada no parlamentarismo, no final do século XIX e início do século XX, com a crise de representação discutida hoje, Manin (1995, p. 2) compreende que há uma simetria entre esses momentos, levando a crer que se está vivenciando “uma crise que é muito menos da representação como tal do que de uma forma particular de governo representativo”. De acordo com o autor, as mudanças que hoje atingem a representação podem estar sinalizando a emergência de uma terceira forma de governo. Desse modo, Manin (1995) estuda três tipos de ideias de governo representativo: o “parlamentar”, a “democracia de partido” e a “democracia de público”.

Ao tratar do governo representativo, Manin (1995) define quatro princípios, os quais foram reformulados nos primeiros tempos do governo representativo moderno: (1) os representantes são eleitos pelos governados, (2) os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores, (3) a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo e (4) as decisões políticas são tomadas após o debate.

Quanto à eleição dos representantes, no modelo parlamentar, conforme explica Manin (1995), prevalece a escolha de pessoas confiáveis, a importância de relações locais e a influência dos notáveis. No modelo da democracia de partido, ao escolher o representante, predominam a fidelidade a um partido, o pertencimento a uma classe e a presença do “ativista”, enquanto na democracia de público, a eleição será dada pela escolha de pessoas confiáveis, respostas aos termos da escolha e a presença de um comunicador.

Quanto ao princípio da independência dos representantes, no modelo parlamentar, é recorrente o voto segundo a consciência do deputado. Já na democracia de partidos, os líderes definem as prioridades. Por outro lado, na democracia de público, imagens determinam a escolha dos líderes. Com relação ao princípio da opinião pública, observa-se que, na democracia de público, essas opiniões vão ser dadas por meio de pesquisas. O debate parlamentar, em um primeiro momento, acontece apenas no parlamento, enquanto, na democracia de partido, tais discussões e deliberação efetivam-se no interior dos partidos. Com

a democracia de público, os debates ocorrem por meio das negociações entre governo e grupos de interesse e com a presença da mídia e do eleitor flutuante.

Manin (1995) conclui que a ideia da existência de uma crise de representação se deve à percepção de que o governo representativo tem se afastado da “fórmula do governo do povo pelo povo”. Entretanto, para o autor, a representação nunca foi uma forma indireta ou mediada de autogoverno do povo. A partir do momento em que os partidos de massa e as plataformas políticas passaram a ter um papel central na representação, criou-se a crença de que o governo representativo caminhava em direção à democracia. A democracia de partido apenas foi colocada em prática em virtude de mudanças das circunstâncias externas.

Quando se reconhece a existência de uma diferença fundamental entre governo representativo e autogoverno do povo, o fenômeno atual deixa de ser visto como sinalizador de uma crise de representação e passa a ser interpretado como um deslocamento e um rearranjo da mesma combinação de elementos que sempre esteve presente desde o final do século XVIII (MANIN, 1995, p. 18).

O que vem ocorrendo, segundo Manin (1995), é um processo de mudança, mediado pela comunicação de massa, em que a democracia de partido vem dando lugar à democracia de público e as interações de governantes com governados se dão de forma diferente. Deve-se complementar que hoje se vivenciam sistemas políticos que sofrem influência de novos processos comunicacionais, gerados pelas mídias digitais, as quais têm interferido, inclusive, nas disputas eleitorais, como ocorreu no Brasil, em 2016 e em 2018.

Baquero (2000) também discute a crise nos sistemas representativos e a crise dos partidos políticos, mas especificamente a crise na América Latina. Trazer essa discussão para a pesquisa torna-se essencial para compreender as manifestações de junho de 2013, que culminaram no *impeachment* da presidente Dilma. A descrença na política e nos partidos políticos não é um fator apenas nacional, mas que vem ocorrendo em todo o mundo, como observou Baquero (2000). Para o autor, várias características significativas da política latino-americana têm sido negligenciadas. Entre elas, estão: a continuidade estrutural de relações sociais verticalizadas e clientelísticas; a prevalência de estruturas partidárias que se têm caracterizado pela indiferença às maiorias; a manutenção histórica de relações de antagonismo entre partidos e sociedade civil; e o declínio ou manutenção do papel histórico de pouca representatividade dos partidos. Essas características se dão em um contexto de avanço tecnológico, que tem alterado as estratégias para captar o apoio dos cidadãos por meio de estruturas arcaicas, que, segundo Baquero (2000), levam ao surgimento de “novas”

modalidades de comportamento político, que, na verdade, não se difere muito de comportamentos tradicionais.

Na perspectiva do autor, é nítido que a crise dos partidos políticos é global, havendo uma diminuição da ênfase ideológica e tornando-se mais pragmáticos na captação de apoio eleitoral. Todavia, na América Latina, esse processo se difere no sentido que os resultados dessa crise partidária têm um impacto adverso no processo de construção de identidades coletivas, na constituição de instituições fortes e, como consequência, na governabilidade.

Para Baquero (2000), as perspectivas institucionalistas de engenharia política pecam, em primeiro lugar, pelo seu normativismo e determinismo, segundo os quais o modelo de democracia está baseado nas experiências ocidentais de livre mercado, não encontrando condições análogas na América Latina. A segunda limitação se dá em relação à suposta construção de uma opinião crítica e consciente da população. O impacto dos meios de comunicação, conforme o autor, em vez de gerar cidadãos conscientes, está, na verdade, consolidando um mercado de consumidores acríticos e altamente individualistas. O processo de mediação não parece ter mudado esse quadro. Pelo contrário, principalmente em países onde o índice de analfabetismo funcional ainda é alto, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, a dificuldade em discernir as chamadas *fake news* tem propiciado um impacto na política e na sociedade como um todo. Em um estudo realizado pelo Ibope Inteligência em 2018, desenvolvido pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, indica que três em cada dez jovens e adultos de 16 a 64 anos no Brasil (29% do total, cerca de 38 milhões de pessoas) são considerados analfabetos funcionais. Isso demonstra que parte dos brasileiros tem dificuldades de interpretar textos e se expressar por meio de letras e números em situações cotidianas, podendo resultar na dificuldade com o uso das mídias sociais e o discernimento das notícias falsas.

A crise da democracia, para o autor, está associada à falta de confiança, por parte da população, nas instituições políticas e também pelo fracasso da democracia sob o ponto de vista do resgate da dimensão social. Diante disso, questões impensadas há décadas passaram a ter relevância, como a importância dos partidos políticos na sociedade moderna. Em virtude desse processo, alguns estudos, conduzidos nos últimos anos, atestam para um crescente distanciamento dos eleitores em relação aos partidos. Esse fato foi bem perceptível nas eleições de 2018, no Brasil, em que não importava aos eleitores de Bolsonaro a qual partido ele iria se filiar para se candidatar.

Baquero (2000) argumenta que o interesse do cidadão pela vida política tem diminuído significativamente. Não existe entusiasmo ou motivação para participar da política, as

eleições se caracterizam pela apatia e desencanto, e a classe política não é confiável para a população. Em uma pesquisa recente realizada pelo Instituto Datafolha, sete em cada dez brasileiros (68%) declararam não ter confiança nos partidos políticos, 67% declararam não ter confiança no Congresso Nacional (o índice mais alto da série histórica) e 64%, na Presidência da República.⁷ No contexto brasileiro, principalmente, percebe-se que a mídia exerce um papel crucial nessa falta de confiança. Com o início da “Operação Lava Jato”, que investiga lideranças e partidos políticos e com a mídia dando ampla cobertura a esses desdobramentos, contribuiu-se para a descrença na política nacional.

Baquero (2000) explica que, no caso da América Latina, a cultura política está orientada para o sistema presidencialista em detrimento do mecanismo legislativo. O cidadão latino-americano, em geral, não vê os partidos como sendo os institutos que resolveriam problemas políticos. Ao contrário, orientam-se e esperam que os conflitos políticos sejam resolvidos pelo Executivo. Ao ir às ruas em 2013, a fim de pedir o *impeachment* da presidenta Dilma, boa parte da população entendia que os problemas que o País enfrentava era responsabilidade apenas do Executivo, ignorando o papel do Congresso na corrupção e até mesmo na crise econômica.

A crise de representação política, conforme o autor, pode ser verificada pelo alto índice de representantes eleitos trocando de partidos:

Nos últimos anos, a questão da volatilidade eleitoral tem emergido como um fator obstaculizador da institucionalização partidária e democrática. A argumentação vai no sentido de que a baixa volatilidade eleitoral favorece a consolidação democrática, enquanto que altos índices comprometem essa estabilidade (BAQUERO, 2000, p. 31).

Essa volatilidade, para o autor, potencializa o descrédito nos partidos políticos, já que esse fator não permite que as estruturas internas dos partidos se solidifiquem. Um bom exemplo desse fator é o partido fundado por Marina Silva, a REDE. Apesar de ser um partido recente, ele tem enfrentado uma divisão por parte dos filiados e também a desfiliação de outros, fazendo com que o partido tenha mais dificuldade em se consolidar. Além disso, Marina, que foi um forte concorrente nas eleições de 2010 e 2014, chegando em terceiro lugar, teve uma candidatura que foi um fiasco em 2018, quando obteve apenas 1% dos votos válidos, ficando em sétimo lugar na disputa presidencial.

⁷ Pesquisa divulgada em 15 de junho de 2018. Acesso ao [link](https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtml) <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtml>.

Baquero (2000) cita Manz e Zuazo (1998) ao afirmar que o problema principal que os partidos enfrentam na atualidade refere-se à representatividade. Os eleitores não se sentem mais identificados com os partidos tradicionais. No caso do Brasil, isso ficou bem claro quando se teve nas eleições de 2018 uma renovação do Congresso, em que partidos tradicionais como MDB e PSDB perderam bastante cadeiras, enquanto partidos como o PSL ganharam bastante cadeiras se comparado às eleições de 2014. Essa falta de identificação partidária, segundo Baquero (2000, p. 33), pode levar ao surgimento de opções políticas à margem desses partidos: “o que é mais preocupante, baseados no princípio da antipolítica, levando ao que tem se convencido chamar de dessocialização da sociedade”. Mais uma vez, pode-se usar o exemplo das eleições de 2018 para compreender esse processo citado pelo autor, em que se tiveram candidatos eleitos, tanto no âmbito estadual como federal, adotando o discurso do antipolítico, pessoas sem capital político conseguindo se eleger, os chamados *outsiders*.

Para Baquero (2000), a crise dos partidos políticos na América Latina em geral se dá pelo fato de que o princípio básico subjacente à ideia da democracia representativa é o liberalismo. “Essa ideologia, cujos pressupostos limitam a ingerência política dos cidadãos ao voto, sem estimular uma maior participação partidária, não tem contribuído para que essas organizações sejam vistas como verdadeiras representantes da sociedade” (BAQUERO, 2000, p. 74). Alguns autores, segundo Baquero (2000), entendem a polarização partidária como sendo também um problema para a crise. Porém, o autor destaca que em sociedades caracterizadas pela exclusão social e pela concentração de renda, como é o caso do Brasil e de muitos países da América Latina, a polarização ideológica é inevitável, mas isso não significa, necessariamente, ser um fator de ruptura institucional.

Mesmo em 2000, Baquero já sinalizava que o crescimento da população em condições de extrema pobreza na América Latina gerava condições para o surgimento de novas lideranças políticas à margem das políticas convencionais mesmo na chamada democracia representativa.

O caráter estrutural de disponibilidade das massas nesta região aumenta a predisposição dos cidadãos por soluções fortes e rápidas, em detrimento de mediação e negociação política via partidos políticos. Nesse cenário, a incerteza e a insegurança, aliadas a um desencanto com os estilos tradicionais de fazer política, bem como a ineficiência da política representativa tradicional, criam condições para o sucesso de candidatos que utilizam o discurso da antipolítica (BAQUERO, 2000, p. 75).

Outra especificidade da América Latina destacada por Baquero (2000) é que, nesta região, ao contrário do que ocorre nas democracias ocidentais, não dá para afirmar que o fato de ter uma parcela significativa de cidadãos que rejeitam ou são indiferentes aos valores democráticos, não seja um fator que compromete a estabilidade política. Mesmo que esse grupo exista em todos os países, na América Latina, essas parcelas podem ter papel decisivo na manutenção de um sistema intolerante e instável, contribuindo pouco para a consolidação da democracia. No Brasil, durante as manifestações que pediam o *impeachment* da presidente Dilma, algumas pessoas apareceram com cartazes pedindo a intervenção militar, tendo em vista que esse mesmo processo ocorreu antes do golpe civil-militar em 1964. Desse modo, percebe-se a importância desses grupos, que têm papel decisivo em momentos políticos, como o autor colocou.

Baquero (2000) aponta que a manutenção de culturas políticas orientadas pelo individualismo, passividade e indiferença mantém a democracia na América Latina num estado permanentemente de instabilidade, em que a existência formal de instituições democráticas se choca com uma cultura política desconfiada e desencantada. Assim, o declínio de partidos políticos e o crescimento do discurso apolítico e não democrático são inevitáveis.

3.2 PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA E O FORTE PERSONALISMO COMO EMPECILHOS AO SISTEMA POLÍTICO

A instabilidade da democracia no Brasil voltou a ser debatida após o *impeachment* de 2016, que atingiu a presidente Dilma Rousseff. Outra questão debatida diante desse fato é o presidencialismo de coalizão, que, muitas vezes, faz do presidente “refém” do Congresso, já que o presidente precisa fazer acordos com congressistas para aprovar projetos e conseguir governar. Sérgio Abranches (1988) discute o presidencialismo de coalizão, que ele entende como sendo um dilema institucional no Brasil. Abranches (1988) destaca que um dos problemas brasileiros é o caso da heterogeneidade econômica, social, política e cultural bem mais elevada se comparada à de outros países. Essa heterogeneidade perpassa os níveis de produtividade na economia e o perfil de distribuição de renda entre outras questões.

O avanço do capitalismo industrial no Brasil pode ser caracterizado, segundo o autor, por sua “assincronia”, associada a um atraso em relação à ordem capitalista mundial e à

“heterogeneidade [que] compõe-se na reprodução das desigualdades”. Esses fatores elevam as chances de gerar conflitos.

Elevam-se, portanto, as taxas potencial e real de conflito. Este permaneceu reprimido de várias maneiras, da repressão aberta à sutil imposição de barreiras elitistas, políticas, econômicas, sociais e culturais à sua plena manifestação. Embora alguns destes elementos de contenção forçada do conflito tenham desaparecido com a desarticulação do regime autoritário, muitos deles permanecem em operação. Convivem, assim, focos largos e irresolutos de conflito e barreiras à sua livre manifestação (ABRANCHES, 1988, p. 7).

A estrutura econômica alcançou diversidade e grande complexidade. Ao mesmo tempo, a estrutura social se tornou mais diferenciada, marcada por profundas desigualdades. Daí, resulta maior amplitude e pluralidade de interesses de forma a acentuar a competitividade, aumentando o conflito. Enquanto isso, o Estado cresceu e burocratizou-se, e a organização política não soube processar institucionalmente essa diversidade. A política brasileira não soube agregar e expressar a pluralidade de interesses que se encontra no País (ABRANCHES, 1988).

Segundo Abranches (1988), o conflito entre o Executivo e o Legislativo tem sido historicamente um elemento crítico para a estabilidade democrática no Brasil. Isso se dá em grande medida, de acordo com o autor, por causa dos efeitos da fragmentação das forças políticas no Congresso e da agenda “inflacionada de problemas e demandas impostas ao Executivo”.

Na perspectiva do autor, a transição para a Nova República no Brasil se deu em função de um esgotamento do modelo político anterior e à falência do conjunto das instituições específicas do regime autoritário. Diante disso, como aponta Abranches (1988), vive-se em constante instabilidade, que é dada em função do quadro econômico-social e da derrocada da velha ordem. O autor ainda explica que todo o processo de mudança de regime político, em maior ou menor grau, traz descontinuidades e desajustes entre as forças que promovem essa transição e o conjunto de forças políticas que efetivamente conduzirá o novo regime ou a nova construção institucional. Essas mudanças acabam por criar expectativas de todos que se sentiram lesados no regime anterior, criando uma esperança de mudança que não pode ser assegurada. Em função desses fatores, citados pelo autor, compreende-se a redemocratização do País, que se deu a partir de 1985 e se tornou efetiva do ponto de vista eleitoral em 1989, ano em que ocorreu a primeira eleição direta após os governos ditatoriais militares. Como sucedeu essa mudança de regime no País, consegue-se entender a instabilidade política ainda

gerada desde esse período diante de conflitos de interesses sociais e políticos advindos dessa época, que acabaram, de certa forma, refletindo no golpe de 2016.

Abranches (1988) alerta que há necessidade de uma rápida institucionalização de procedimentos de negociação e resolução de conflitos, os quais evitem que todas as crises desemboquem nas lideranças e, sobretudo, na Presidência. Foi isso justamente o que ocorreu em 2016: uma crise política gerada desde as Jornadas de 2013, juntamente com a crise de governabilidade, em que Dilma teve de lidar com o fato de o PSDB não ter aceitado os resultados das eleições de 2014, bem como a crise do PT com o atual MDB, que culminou na aceitação do processo de *impeachment*, o qual foi baseado em argumentações jurídicas frágeis. Por isso, a crise econômica e política instaurada no País desembocou em uma só liderança, no caso a presidenta Dilma.

Para Abranches (1988), não apenas o arcabouço constitucional e o sistema político e estatal se encontram em transição. Segundo o autor, nesse processo de mudança de regime, também a estrutura geral de organização e a representação de interesses sociais passam por essa transição. Para isso, requerem uma institucionalização mais legítima, moderna e aberta.

Outro fator discutido por Abranches (1988) com relação à particularidade da política brasileira é o multipartidarismo. Em 1988, o autor defendia o multipartidarismo, que, na visão dele, era uma preocupação exagerada. Em primeiro lugar, o autor aponta que o fator determinante nesse fracionamento partidário se dá pelo fato da própria pluralidade social, regional e cultural. O sistema representativo deve-se ajustar “aos graus irreduzíveis de heterogeneidade”, para não ocorrer a deslegitimação ao deixar segmentos sociais significativos sem representação adequada. Em segundo lugar, como aponta o autor, há diferenças ponderáveis entre o número de partidos que disputam as eleições e o número de partidos com efetiva representação parlamentar. Com isso, a garantia da representação das minorias não determina a inviabilidade de maiorias estáveis embora esse fator implique a necessidade de coalizões governamentais. Assim, Abranches (1988, p. 13) determina que a própria dinâmica eleitoral contém “elementos de autorregulação que reduzem a fragmentação parlamentar, em relação à fragmentação eleitoral”.

Além disso, a capacidade de formar maiorias estáveis e a necessidade de recorrer a coalizões não são exclusivamente determinadas pela regra de representação, nem pelo número de partidos, mas também pelo perfil social dos interesses, pelo grau de heterogeneidade e pluralidade na sociedade e por fatores culturais, regionais e linguísticos, entre outros, que não são passíveis de anulação pela via do regime de representação. Ao contrário, a tentativa de controlar a pluralidade, reduzindo artificialmente o número de partidos representados no parlamento e aumentando as

distorções distributivas na relação voto/cadeira, pode tornar-se um forte elemento de deslegitimação e instabilidade (ABRANCHES, 1988, p. 13-14).

Desse modo, com relação à representação partidário-eleitoral, o caso brasileiro, se comparado aos de outros países, não apresenta desvios notáveis conforme aponta o autor. Porém, segundo Abranches (1988), as coligações eleitorais merecem atenção por parte dos estudiosos, já que em alguns países as coligações e alianças se apresentam como exceção, enquanto no Brasil é regra. De acordo com o autor, a possibilidade de alianças políticas e coligações amplia o campo de escolhas eleitorais, elevando a fragmentação partidária. Esse fator não só garante a sobrevivência de partidos de baixa densidade eleitoral, mas também multiplica as possibilidades de escolhas que vão além das legendas partidárias.

Abranches (1988, p. 19) aponta que uma das características que marca a especificidade do caso brasileiro é o presidencialismo, sobretudo diante das seguintes características: “não existe, nas liberais-democracias mais estáveis, um só exemplo de associação entre representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo”. Outra característica é a correlação entre essa fragmentação partidária, diversidade social e maior probabilidade de grandes coalizações. Tais fatores, para o autor, “beiram o truísmo” (ABRANCHES, 1988, p. 21). Nesse sentido, a formação de alianças e a maior capacidade de negociação são fundamentais para se ter governabilidade e estabilidade institucional diante de sociedades divididas e conflitivas, como é o caso do Brasil. O *impeachment* de 2016 pode ser observado a partir desses fatores. O governo Dilma não soube manter as alianças, principalmente com o MDB, ao mesmo tempo em que não soube manter negociações com o chamado “Centrão”. Diante desses aspectos, a arena tornou-se favorável a um rompimento entre Executivo e Legislativo. Por outro lado, o governo Temer soube negociar e fazer alianças a tal ponto que duas votações no Congresso barraram a continuidade de investigações contra o presidente envolvido em escândalos de corrupção.

Para Abranches (1988, p. 21), a opinião pública tem uma visão errônea com relação à política brasileira ao entender que “nossas mazelas derivam todas de um sistema de representação e das fragilidades de nosso quadro partidário”, sendo que, na verdade, os problemas “derivam muito mais da incapacidade de nossas elites em compatibilizar nosso formato institucional com o perfil heterogêneo, plural, diferenciado e desigual de nossa ordem social”.

Diante dessa discussão, o autor ressalta a singularidade brasileira, que organiza o Executivo com base em grandes coalizões, como já foi observado. Essa característica é denominada por ele de “presidencialismo de coalizão”, marcante na política brasileira e

gerador de grandes conflitos e até mesmo de rompimentos com a ordem democrática, como se viu em 2016. Ao distinguir a forma de coalizão dada na democracia brasileira, Abranches (1988, p. 22) diz:

Fica evidente que a distinção se faz fundamentalmente entre um 'presidencialismo imperial', baseado na independência entre os poderes, se não na hegemonia do Executivo, e que organiza o ministério como amplas coalizões, e um presidencialismo 'mitigado' pelo controle parlamentar sobre o gabinete e que também constitui este gabinete, eventual ou frequentemente, através de grandes coalizões o Brasil retorna ao conjunto das nações democráticas, sendo o único caso de presidencialismo de coalizão.

Abranches (1988) explica que a formação de se dá em dois eixos: o partidário e o regional (estadual). Diante disso, a sustentação política não é somente sob a perspectiva partidário-parlamentar, mas também regional. Nesse aspecto, faz-se necessário que o governo procure controlar pelo menos a maioria qualificada, a qual lhe permita bloquear e promover mudanças constitucionais.

É um sistema caracterizado pela instabilidade, de alto risco e cuja sustentação baseia-se, quase exclusivamente, no desempenho corrente do governo e na sua disposição de respeitar estritamente os pontos ideológicos ou programáticos considerados inegociáveis, os quais nem sempre são explícita e coerentemente fixados na fase de formação da coalizão (ABRANCHES, 1988, p. 27).

Abranches (1988) afirma que, em estruturas políticas sociais mais homogêneas e estáveis, tem-se uma ênfase maior em coalizões, diminuindo o número de parceiros e aumentando as proximidades ideológicas entre eles, objetivando reduzir os riscos e contrariedades associadas a alianças mais amplas e diversificadas. Porém, em democracias de maior heterogeneidade e conflito, essas coalizões podem ser inviáveis e insuficientes. Nesses casos, como no Brasil, a solução seria a grande coalizão, que admite maior diversidade ideológica. Portanto, para a resolução de conflitos e formação de consensos, mecanismos e procedimentos institucionais complementares ao arcabouço representativo devem ser primordiais.

A formação de coalizões envolve três momentos, como explica Abranches (1988): 1) a constituição da aliança eleitoral, que requer negociação; 2) a constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos com relação a um programa de governo que tenha consenso mínimo; e 3) a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante. O autor destaca que a transição entre o segundo e o terceiro momentos é que

determina as condições fundamentais da coalizão, portanto, se o governante terá ou não governabilidade.

A formação do governo, a elaboração de seu programa de ação e do calendário negociado de eventos têm impacto direto sobre a estabilidade futura. Numa estrutura multipartidária, marcada pelo fracionamento, o sucesso das negociações, na direção de um acordo explícito que compatibilize as divergências e potencialize os pontos de consenso, é decisivo para capacitar o sistema político a atender ou conter legitimamente demandas políticas, sociais e econômicas competitivas e a formular um programa coerente e efetivo (ABRANCHES, 1988, p. 28).

O estabelecimento de compromissos, ainda que adequados a atender às diferentes ideologias, constitui-se em um dos requisitos essenciais, segundo o autor, para a legitimidade e continuidade da coalizão. Com relação à negociação com outros partidos, “busca-se enfatizar os princípios compatíveis e complementares e contornar aqueles que sejam divergentes” (ABRANCHES, 1988, p. 28). Porém, o autor destaca que, em momentos de crise, entre os pontos de divergência, encontram-se questões que são como obstáculos na agenda política, tais como o controle da inflação e as prioridades para o gasto público ou política salarial. Diante disso, apresenta-se o dilema quanto à identificação do limite de tolerância dos parceiros, que depende da posição das lideranças políticas e de fatores a elas externos, de um lado, e da reação de interesses da sociedade, de outro. Ou seja, em momentos de crise econômica, por exemplo, as negociações não dependem apenas de fatores ligados à agenda política, mas também à opinião pública de modo geral. O governo Dilma teve de lidar com as manifestações que pediam o *impeachment* da presidente, prejudicando, em boa parte, as negociações com a base e com o Congresso. Por outro lado, Temer, apesar da baixa popularidade, conseguiu negociar com os aliados enfatizando as reformas que poderiam ser feitas em seu governo e conseguindo a coalizão para governar.

Abranches (1988) explica que o maior risco ao desempenho da coalizão está no quadro institucional do Estado para decidir, negociar e implementar políticas. Isso se dá devido ao potencial conflito, fazendo com que se retirem do programa ou do compromisso básico da aliança as questões mais “divisivas”, deixando-as para outras fases do processo decisório. Então, pode-se usar o exemplo da Reforma da Previdência, um tema que tem dividido posições dentro da política nacional, fazendo com que se adie a discussão, como aconteceu no governo Temer, que tinha em seu programa o compromisso de fazer a Reforma. No entanto, por ser uma questão “divisiva”, acabou por levando para votação na Câmara.

Para Abranches (1988), a existência de distâncias muito grandes na posição ideológica e programática, e, principalmente, a existência de divisões na ação concreta dos componentes

da coalizão podem comprometer seriamente sua estabilidade. Porém, se existirem subconjuntos capazes de encontrar meios de suprir esses vazios com opções que serão aceitáveis a ambos os lados, é possível evitar o comprometimento da estabilidade do governo. “Mais que do peso da oposição dos ‘de fora’ – sobretudo em se tratando de grandes coalizões –, o destino do governo depende da habilidade dos ‘de dentro’ em evitar que as divisões internas determinem a ruptura da aliança” (ABRANCHES, 1988, p. 29).

O autor destaca que dificilmente uma grande coalizão governante terá condições de estabilidade, em períodos de grande crise, sem um amplo apoio político-social, que ultrapasse os limites das lideranças partidárias e envolva todos os segmentos sociais politicamente organizados. Diante disso, percebe-se que a instabilidade do governo Dilma, que levou ao *impeachment*, se deu não só pela perda de apoio da base aliada, criando dificuldades para negociar e governar, mas também pela perda de apoio de uma parte da sociedade.

Abranches (1988, p. 31-32) indica uma série de tendências sobre a situação brasileira contemporânea:

[...] (a) alto grau de heterogeneidade estrutural, quer na economia, quer na sociedade, além de fortes disparidades regionais; (b) alta propensão ao conflito de interesses, cortando a estrutura de classes, horizontal e verticalmente, associada a diferentes manifestações de clivagens inter e intra-regionais; (c) fracionamento partidário-parlamentar, entre médio e mediano, e alta propensão à formação de governos baseados em grandes coalizões, muito provavelmente com índices relativamente elevados de fragmentação governamental; (d) forte tradição presidencialista e proporcional. A primeira indicando, talvez, a inviabilidade de consolidação de um regime parlamentarista puro. A segunda, apontando para a natural necessidade de admitir à representação os diversos segmentos da sociedade plural brasileira; (e) insuficiência e inadequação do quadro institucional do Estado para resolução de conflitos e inexistência de mecanismos institucionais para a manutenção do ‘equilíbrio constitucional’.

O autor conclui que os dilemas brasileiros, principalmente com relação à dinâmica do “presidencialismo de coalizão”, só poderão ser resolvidos com “instrumentos que permitam regular a diversidade, conviver com ela, pois nosso quadro sociocultural e econômico faz da diferença uma destinação” (ABRANCHES, 1988, p. 32). Todavia, diante de uma elite política que em nada representa a maior parte da população brasileira, a possibilidade de justiça e de uma governabilidade que atenda à maior parte da população se encontra bem distante da realidade, principalmente depois de uma ruptura democrática, que retirou do poder uma presidente sob um pretexto jurídico frágil, com a única finalidade de atender aos interesses das classes dominantes.

O PT conseguiu durante os mandatos do ex-presidente Lula e no primeiro mandato de Dilma manter um amplo apoio junto aos parlamentares a partir de negociações de ministérios e cargos entre outras negociatas que foram sendo exigidas para se manter o apoio da base aliada. Em 2014, Dilma foi eleita com apoio de nove partidos, que significavam uma ampla maioria no Congresso. No entanto, já depois da eleição e no início do mandato, em função de sua postura de não ceder a negociações com o então deputado Eduardo Cunha, levou a uma perda de apoio significativo, não somente do então PMDB do presidente da Câmara, mas do chamado Centrão, que era controlado pelo peemedebista. Isso resultou em perda de capital político, em sucessivas derrotas no Congresso Nacional e na aceitação e aprovação do processo de *impeachment*, quando Dilma teve apoio apenas dos partidos de centro-esquerda, que somavam menos de 150 votos.

Temer, por sua vez, assumiu o mandato, com forte capital político, conseguindo manter a política de negociação com o Centrão. Manteve-se no governo, mesmo diante das duas denúncias feitas pela Procuradoria da República sobre corrupção passiva decorrentes das denúncias feitas pelos donos da JBS, num escândalo que teve grande repercussão midiática. O presidente conseguiu votar a PEC dos Tetos, que limitou os gastos com saúde, educação e outras áreas, bem como a Reforma Trabalhista. Com as denúncias, perdeu fôlego para apoiar a Reforma da Previdência, que precisava de 308 dos 513 deputados, mas encerrou o mandato com um apoio significativo mesmo com uma das mais baixas popularidades de um presidente da República.

Bolsonaro (PSL), por sua vez, saiu vitorioso a partir de uma eleição imprevisível, principalmente depois de ter sido esfaqueado nas ruas de Juiz de Fora, no dia 06 de setembro, em plena campanha antes do primeiro turno. Submetido a cirurgias, ficou fora dos debates e acabou ganhando grande visibilidade midiática, já que só havia dois partidos que o apoiavam – PSL e PRTB –, o que dava apenas nove segundos no HGPE. Todavia, tornou-se favorito e venceu o pleito. Com a sua vitória e o início de governo, está articulando uma maioria no Congresso, já que o seu partido – PSL – elegeu 52 deputados. Ele precisa de 308 votos para aprovar a Reforma da Previdência. Como o Congresso manteve o perfil conservador e fundamentalmente com boa parte de parlamentares ligados a bancadas temáticas (Bancada Evangélica, Bancada da Bala e Bancada Ruralista), Bolsonaro, já na montagem de seu governo e antes de tomar posse, passou a negociar com essas bancadas, e não com partidos, usando o discurso de que a escolha dos ministros se deu por critérios técnicos, e não pela política tradicional de troca de favores. Entretanto, para aprovar as reformas, Bolsonaro já começa a se aproximar dos políticos tradicionais para ter apoio dos partidos que formam o

Centrão. O PSL já declarou apoio ao deputado Rodrigo Maia (DEM) para a Presidência da Câmara dos Deputados, bem como nos bastidores já negocia apoio a Renan Calheiros (MDB) para a Presidência do Senado. Ou seja, apesar do discurso de ruptura com a política tradicional, Bolsonaro, aos poucos, vai cedendo e aderindo às velhas práticas de negociação entre Executivo e Legislativo no Brasil.

Outro entrave para que o presidencialismo de coalizão funcione é o crescente personalismo em detrimento de um funcionamento mais institucionalizado dos partidos políticos. Nesse sentido, para se compreender o crescente personalismo na política, é fundamental retomar o debate sobre a relação simbiótica entre o campo da política com a mídia. Ao buscar visibilidade e formas de se legitimar na esfera dos meios de comunicação, os atores políticos acabam tendo que se adequar à gramática dos *media*. Por isso, o discurso e as práticas tornam-se espetaculares, mais teatrais e muito mais personalistas (GOMES, 2004; RUBIM, 2002; MANIN, 1995; LEAL; VIEIRA, 2009).

Antes de entrar na discussão sobre o personalismo, é importante tecer algumas considerações acerca do sistema partidário brasileiro e os vários momentos de ruptura institucional que se vivenciam e que dificultam uma identificação partidária maior. Desde a Proclamação da República do Brasil, em 1889, o País teve poucas fases de uma democracia vigente. Até os anos 1930, conviveu com a política do café com leite, em que havia um revezamento entre as oligarquias políticas mineiras e paulistas. Com a ascensão de Getúlio Vargas, houve uma incorporação de novos atores sociais e políticos, como empresários e trabalhadores, mas sem ser por canais institucionalmente transparentes e republicanos. Ocorreu mais por formas de cooptação (SANTOS, 1993). Em 1937, Vargas instaurou um período ditatorial.

No período de 1945 a 1964, conforme aponta Lavareda (1991), os partidos políticos ainda não representavam relevância muito significativa nas eleições, mas o fortalecimento dos partidos era visto no final desse período. Em 1964, novamente outra ruptura, justamente em um momento em que os partidos políticos começavam a ter destaque entre os eleitores.

A partir de 1985, passou por um novo processo de redemocratização. A partir daí, passa a ocorrer uma reestruturação do sistema partidário no Brasil. Oliveira (2005) destaca que a consolidação dos partidos políticos no Brasil não se dá somente no problema de faltar enraizamento histórico e devido às rupturas democráticas, mas também devido a fenômenos da contemporaneidade que afetam a política nas sociedades industrializadas. Oliveira (2005) aponta que o declínio dos partidos políticos, o aumento da volatilidade eleitoral e o forte

personalismo das campanhas se fazem presentes no Brasil, contribuindo para a crise do sistema político partidário.

Jairo Nicolau (2017) também defende que a ideia de que o partido, como unidade fundamental da representação política, é enfraquecido no Brasil devido a vários fatores. O desconhecimento com relação ao sistema partidário no Brasil é um dos motivos, apontados pelo autor, para que o eleitor não veja os partidos como uma unidade importante para a democracia representativa. O autor cita, ainda, uma pesquisa (Eseb-2014) que indica que um número muito reduzido de eleitores vota em candidatos do partido pelo qual tem simpatia, demonstrando um afastamento do eleitorado com os partidos políticos.

Nicolau (2017) aponta que a identificação do eleitorado com partidos é primordial, pois, embora os deputados sejam eleitos em um processo no qual os partidos contam pouco, ao começarem o mandato, os parlamentares encontram um ambiente em que os partidos são peças fundamentais do trabalho legislativo. Diante da especificidade brasileira com relação ao “presidencialismo de coalizão”, as bancadas formadas pelas legendas partidárias são essenciais para a governabilidade e para a própria representatividade real dos eleitores.

Esse autor destaca ainda dois processos que caracterizaram a democracia brasileira após a redemocratização (1988): a alta taxa de migração dos políticos entre os partidos e o aumento da fragmentação partidária. Se se levar em conta que esses fatores se dão durante o exercício do mandato, os políticos brasileiros têm permanentemente reconfigurado a distribuição de poder definida pelos votos nas urnas. “Desse modo, a ideia de que, na democracia, as eleições são ‘a fonte’ de distribuição de poder entre os partidos precisa ser relativizada no Brasil...” (NICOLAU, 2017, p. 95).

Diante disso, observa-se que, além de a democracia brasileira ser pouco consolidada, algumas especificidades do sistema partidário brasileiro contribuem para o enfraquecimento da identificação dos eleitores com os partidos políticos, intensificando a crise partidária vivenciada na sociedade contemporânea de modo geral.

A partir de tais considerações acerca do sistema partidário, fica mais fácil compreender como o personalismo se faz cada vez mais presente não somente na relação com as mídias massivas, mas também com as mídias digitais. Trata-se de uma característica recorrente na sociedade midiaticizada, sobretudo em momento de crise da democracia de partido e do crescimento da democracia de público (MANIN, 1995). Trazer essa discussão para a pesquisa leva a compreender o processo político centrado nas mídias. Baquero (2000) traz uma discussão em sua obra, *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*, sobre a perda de confiança e o distanciamento dos eleitores diante dos

partidos políticos. Esse enfraquecimento dos partidos tem dado força ao crescente personalismo na política. Segundo o autor, resultados de estudos de caráter empírico, conduzidos nos últimos anos em diversos países, atestam para um crescente distanciamento dos eleitores em relação aos partidos políticos. Diante disso, os processos eleitorais têm-se caracterizado muito mais por disputas entre pessoas do que entre partidos políticos.

Esse fenômeno tem implicações na forma como os partidos reagem às pressões da sociedade civil. Se os cidadãos escolhem candidatos em detrimento de partidos, isso cria uma situação em que os representantes eleitos sentem-se livres para se mobilizar à margem das diretrizes dos partidos, enfatizando posturas fisiológicas que pouco ou nada contribuem para a consolidação da democracia, particularmente nas sociedades em desenvolvimento (BAQUERO, 2000, p. 22).

Baquero (2000) afirma que a maior parte das pesquisas de opinião pública na América Latina mostra que, entre partidos e pessoas, os eleitores escolhem predominantemente o candidato. Pode-se ilustrar essa situação mediante a eleição de Bolsonaro para a Presidência, que foi eleito por um partido de pouca relevância política. O PSL tem hoje apenas oito deputados na Câmara dos Deputados. Para Baquero (2000), o personalismo decorre de uma evolução histórica da cultura política latino-americana, em que as populações são altamente receptivas a líderes personalistas e populistas. Deve-se fazer uma ressalva de que o personalismo não necessariamente elimina a importância das clivagens ideológicas e políticas. Bolsonaro, mesmo tendo sido eleito pelo forte apelo personalista, agrega valores conservadores de direita, os quais são compartilhados por uma boa parcela da população que o elegeu. Portanto, a eleição marcou uma disputa entre uma visão conservadora de direita *versus* valores progressistas de esquerda na disputa entre Bolsonaro e Haddad (PT).

Manin (1995) aponta a questão do personalismo de uma forma geral como um fenômeno da sociedade contemporânea como um todo. De acordo com o autor, na sociedade atual, os partidos políticos ficam em segundo plano, perdendo espaço para o voto. Assim, o eleitor, na atual sociedade, é influenciado pela imagem do líder, da pessoa. Essa característica cria uma crise de representação, com baixa identificação do eleitor com os partidos e com organizações como os sindicatos, por exemplo. Esse fator resulta em uma instabilidade eleitoral e ao mesmo tempo fortalece a mídia, que hoje acaba tomando o lugar que antes era dos partidos, fazendo, assim, com que o campo político vá perdendo cada vez mais sua autonomia diante do campo midiático. Isso é sintomático quando, por exemplo, são eleitos com grande proporção de votos candidatos que não entendem do universo da política como ocorre no Brasil. Nas eleições de 2018, foram eleitos deputados como Alexandre Frota (PSL),

que foi ator pornô e depois se vinculou à Igreja Universal, passando a adotar posturas conservadoras. Outro deputado eleito foi Tiririca (PR), que se tornou celebridade por ser uma figura midiática excêntrica – um palhaço que ganhou notoriedade, e os próprios filhos do presidente Jair Bolsonaro, que ganharam visibilidade por defenderem posturas conservadoras e terem enorme facilidade em transitar no mundo digital, com milhões de seguidores, como o pai. Ambos tiveram um número de votação bem expressivo.

Manin (1995) destaca que, antes, os partidos políticos se preocupavam em apresentar o plano de governo e se comprometiam a cumpri-lo caso chegassem ao poder. Porém, hoje, “a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes” (MANIN, 1995, p. 2). O autor aponta que, como consequência dessa personalização, as eleições já não têm mais como foco o cidadão e suas reivindicações. Manin (1995) define esse cenário como “democracia de público”.

A mídia aparece como sendo uma peça fundamental para esse processo de personalização, já que os candidatos se comunicam diretamente com a população através dos meios de comunicação, fazendo com que a mediação dos partidos políticos perca espaço. Manin (1995, p. 26) ressalta que “os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias”.

Autores brasileiros também discutem o personalismo na política, que vem como consequência da espetacularização. Albuquerque e Dias (2002) questionam o que eles chamam a teoria da substituição de Manin (1995), na qual os partidos políticos estariam sendo substituídos pela mídia. Para os autores, até mesmo analisando o caso brasileiro, os partidos estavam numa ascensão em termos de identificação partidária e não havia aqui ainda uma tradição de partidarismo como nas democracias consolidadas. Segundo Albuquerque e Dias (2002), os meios de comunicação e partidos não são instituições que se perdem no tempo. Elas existem e estabelecem relações entre si. Além disso, os partidos eram fundamentais para as estratégias de garantia de maior tempo na propaganda política e eleitoral. Os partidos com maior bancada tinham maior tempo no HGPE nas mídias massivas (rádio e TV). Até 2014, o HGPE ainda foi o espaço hegemônico para as disputas eleitorais. A partir da eleição de 2016, perdeu espaço para as mídias digitais. Na eleição de 2018, com a mudança na legislação eleitoral, as mídias massivas foram pouco utilizadas até pelo tempo escasso (OLIVEIRA; FERNANDES; CHAGAS, 2018).

Porém, há algum tempo, o partido político não tem exercido muita influência na hora do voto. Para os autores, isso ocorre, porque a escolha eleitoral tem apresentado traços bem

acentuados de personalismo, com as taxas de voto de legenda inferiores à incidência de votos nominais, uma vez que, durante as campanhas eleitorais, os partidos políticos centram-se na imagem do candidato. Além disso, há o sistema de lista aberta, que distribui as cadeiras obtidas pelo partido entre os seus candidatos mais bem votados, o que favorece a personalização e conspira contra a unidade partidária.

Em contrapartida, os autores lembram que as regras estabelecidas pela legislação brasileira para a propaganda política gratuita de televisão concedem tempo aos candidatos. E isso pode ser considerado um fator de estímulo à disciplina partidária. Diante disso, Albuquerque e Dias (2002) contestam o argumento da substituição, de Manin (1995), que seria o produto da análise de duas distintas linhas de pesquisa: a primeira seria a defesa do declínio dos partidos políticos e a segunda refere-se ao aumento da importância política dos meios de comunicação de massa.

Ao contestar o primeiro argumento de Manin (1995), que defende o declínio dos partidos políticos, Albuquerque e Dias (2002) afirmam que, nas sociedades contemporâneas, os partidos políticos são instituições que competem pela conquista de votos e, assim, por cargos e prestígios políticos. Os partidos ainda detêm o monopólio da representação política, fazendo com que a filiação a um partido seja considerada quando se quer viabilizar um projeto ou para se ter representação de interesses setoriais.

Albuquerque e Dias (2002) contestam a segunda perspectiva de Manin (1995), que considera a importância política dos meios de comunicação de massa. Os autores citam Lippmann ao afirmar que uma opinião pública efetiva só pode existir na medida em que o público tenha representações corretas no mundo. Assim, a imprensa falha ao cumprir essa missão, pois há um limite temporal e uma ausência de métodos sistemáticos no processo de produção de notícias. As notícias tendem a produzir representações inadequadas da realidade. Conforme os autores, os meios de comunicação de massa emergem como um centro autônomo de poder, que concorre com os demais centros, e sua atuação favorece significativamente a personalização da política. Todavia, deve-se contrariar o pensamento positivista, de que uma imprensa livre e atuante constitui uma linha segura de defesa da democracia.

Albuquerque e Dias (2002) citam ainda os resultados de uma pesquisa realizada por Samuels (1997), que demonstra como o sistema eleitoral brasileiro gera incentivos para o personalismo na competição por votos. Ao mesmo tempo, estratégias de valorização da legenda partidária podem ser bem-sucedidas na captação de votos. Enfim, Albuquerque e

Dias (2002) afirmam que a tese de um irreversível declínio dos partidos políticos na dinâmica representativa, e de sua substituição pelos meios de comunicação, pode ser inadequada para explicar especificamente o caso brasileiro tanto pelos fatores personalistas que existem na cultura nacional quanto pelo formato institucional da propaganda política na TV. Além disso, há um fortalecimento do sistema partidário tanto na esfera eleitoral quanto na representativa. Pode-se, sim, perceber um processo de personalização, mas este não significa um declínio ou uma perda de importância dos partidos políticos.

Fazendo uma relação com o contexto atual, as críticas de Albuquerque e Dias (2002) precisam ser relativizadas, já que, de fato, os partidos entraram numa crise de representação ainda mais aguda desde as Jornadas de Junho de 2013, em que a própria mídia fortaleceu o discurso contra a política tradicional e os partidos políticos. Além do mais, as eleições de 2016 e 2018 reduziram o tempo do HGPE e revelaram grande força das mídias digitais nas disputas, levando candidatos com pouco tempo no HGPE a se elegerem, como Bolsonaro (PSL) e vários governadores. Isso mostra o caráter dinâmico da política e, principalmente, da mídia que hoje está em mudanças muito aceleradas.

Lima (2006) também defende o crescimento do personalismo na política. Segundo o autor, a preferência da mídia pela cobertura jornalística dos candidatos, e não dos partidos, faz crescer a personalização da política e do processo político. A mídia, na visão de Lima, tem trabalhado a disputa política como sendo uma disputa entre pessoas (políticos), e não entre propostas políticas alternativas (partidos). Nas últimas eleições (não somente nas últimas), constata-se nitidamente uma cobertura midiática de personagens políticos, os quais travam disputas entre si.

Nessa mesma linha, Leal (2012) destaca esse quadro de personalismo na política e retrata um processo de transformação nas estratégias de comunicação política de candidatos e governos, adaptando-se também à lógica personalista da mídia, que vêm enfatizando a figura do candidato em detrimento da sua ideologia partidária.

Uma das marcas desse modelo é a valorização da figura do candidato ou do governante em detrimento do partido político ou do governo. No Brasil, todas as eleições presidenciais disputadas democraticamente desde 1989 parecem corroborar a hipótese: Collor se elegeu por uma agremiação inexpressiva; FHC venceu fortemente ancorado em fatores econômicos conjunturais (o Plano Real em 1994; o risco da perda da estabilidade econômica em 1998); Lula, em suas duas vitórias, mostrou ser eleitoralmente muito mais significativo que o PT; e, por fim, Dilma deveu muito de sua eleição à estratégia de campanha que colou sua imagem à de Lula (LEAL, 2012, p. 12).

Na perspectiva de Leal (2012), a perda de referenciais ideológicos dos partidos contribui para centrar as discussões nas supostas qualidades dos candidatos e para fatores de curto prazo. Competência, integridade, capacidade de decisão, carisma e atributos pessoais (aparência, idade, religião, saúde etc.) preenchem o espaço deixado vago pela discussão política, sobretudo, em disputas políticas com ideologias não muito distintas.

Leal e Vieira (2009) apontam para outro fator que contribui para o personalismo. O eleitor não tem estímulos para buscar informações, seja pelo custo ou até mesmo pela falta de tempo, que é uma característica da sociedade moderna. Diante disso, os dados com os quais o eleitor trabalha são subprodutos de informações advindas de outras atividades (pessoais e econômicas, por exemplo). As informações políticas às quais o eleitor tem acesso são indiretas e decorrem de impressões geradas em outros campos da vida cotidiana. Dessa forma, os indivíduos conectam os fragmentos de informações novas à informação que dispunham anteriormente. Assim, o personalismo político decorre dessa lógica, em que a ênfase na escolha de pessoas, e não de partidos ou programas políticos, pode ser explicada pelo fato de o personalismo ser um critério mais econômico, uma vez que “aproxima informações novas aos estereótipos já existentes”.

Outro motivo apontado por Leal e Vieira (2009) é o fato de o universo de eleitores estar ficando cada vez maior. Com isso, as chances de interação entre o candidato e o eleitor tendem a ser mais restritas. A comunicação por meios das mídias, como foi visto, personaliza mais o processo político, tendo em vista que o campo político, ao atender lógica midiática, passa a incorporar as estéticas e narrativas da publicidade comercial. Dessa maneira, a propaganda política passa a facilitar a compreensão do consumidor da informação, excluindo e definindo ênfases com o objetivo de conquistar eleitores.

Wattenberg (1991) descreve também a ascensão da política centrada nos candidatos. O autor define a era da política, na sociedade contemporânea, como centrada nos candidatos. No momento da eleição, o eleitor contemporâneo julga seus interesses individuais, não considerando sua classe ou as ideologias partidárias. Somados a isso, a diminuição do controle partidário sobre as candidaturas, o crescimento das taxas de mudança de voto e de partidos nas eleições por parte de eleitores, bem como a alternância de atores políticos dentro dos partidos e a mídia tendo papel central na disputa política contribuem para o personalismo na política.

Leal (2012) aponta para muitos riscos e problemas no modelo personalista que vem sendo construído no campo político com a contribuição do campo midiático. O problema é

que a sociedade fica à espera de um “salvador da pátria”, que a redimirá dos problemas como se existisse tal liderança. O autor esclarece que a sociedade deve se organizar para discutir seus problemas e apresentar soluções, e os partidos políticos deveriam exercer papel importante nesse sentido ou então a sociedade “continuará espera de ‘salvadores’ que nunca virão” (LEAL, 2012, p. 12).

3.3 CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL: O GOLPE CONTRA DILMA ROUSSEFF

Discussões sobre a crise de representação política, o declínio dos partidos políticos, a ênfase cada vez mais personalista e o papel da mídia como palco e ator social são debates extremamente importantes para se compreender a crise institucional que levou ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Nesse sentido, André Singer (2012) traz, em sua obra, *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, uma discussão em relação aos sentidos e contradições do governo petista.

Singer (2012) inicia sua obra apontando que o lulismo, termo dado à adesão por parte da população à figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, existe sob o “signo da contradição”. É o caráter ambíguo, segundo o autor, que dificulta a interpretação com relação ao fenômeno da popularidade de Lula.

Ao refazer passos históricos, a fim de compreender o fenômeno do lulismo, o autor destaca que o ex-metalúrgico manteve a ordem neoliberal estabelecida nos governos anteriores (Collor e FHC), com o objetivo de evitar o confronto com o capital. Desse modo, Lula adotou uma política econômica conservadora.

Foi em 2006, em pleito de continuidade, que houve relevantes trocas de posição social dentro da coalizão majoritária que havia garantido a eleição de Lula em 2002. De acordo com Singer (2012), em função das opções governamentais tomadas no primeiro mandato de Lula, a classe média afastou-se e contingentes pobres passaram a ocupar o seu lugar. Nesse aspecto, foi em 2006 que a eleição foi decisiva do ponto de vista das classes, em que o subproletariado aderiu de forma massiva ao lulismo e a classe média ao PSDB.

Em suma, foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais

pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital (SINGER, 2012, p. 15-16).

Esse realinhamento, citado pelo autor, que separou ricos e pobres, a região Norte e a Nordeste do Brasil, pode ser percebido até hoje. As eleições de 2018 tiveram reflexos dessa característica, que tem sido recorrente desde 2006.⁸ Ao mesmo tempo, como lembra Singer (2012), decorre desse realinhamento o antilulismo, que se concentrava, naquele momento, no PSDB, afastando a classe média de Lula e do PT, e criando uma tensão social e uma polarização. Compreender esse afastamento da classe média e o crescimento do antilulismo, que mais tarde viria a ser o antipetismo, de forma geral, leva a compreender as manifestações de junho de 2013, que levaram, em maioria, a classe média às ruas pedindo o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT). Já em 2006, percebia-se a polarização política que refletiu no golpe de 2016 e também nas eleições de 2014, 2016 e 2018.

Para Singer (2012), um dos fatores que catalisou o afastamento da classe média de Lula e do PT foi o “Mensalão”, que culminou na prisão de algumas lideranças petistas acusadas de corrupção, lavagem de dinheiro e outras acusações. Dessa forma, inverteu-se a fórmula de 1989, quando Lula foi derrotado pelos mais pobres, que haviam votado em Fernando Collor. Em 2006, ocorreu o contrário, quando Lula recebeu o apoio dos mais pobres, que foram beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar suas condições de vida e se afastou da classe média como já foi apontado. “No plano ideológico, isso trouxe, outra vez, à tona a gramática varguista, que opunha o ‘povo’ ao ‘antipovo’” (SINGER, 2012, p. 16).

Segundo Singer (2012), a conjuntura econômica mundial favorável em 2003 e 2008 ajudou a produzir o lulismo. Porém, as decisões no primeiro mandato, intensificadas no segundo, canalizaram os fatores positivos da economia internacional para a redução da pobreza e a ativação do mercado interno. Diante desses fatores, conforme Singer (2012), o subproletariado, reconhecendo no lulismo as conquistas que sempre sonharam, deu suporte para o avanço do governo petista, garantindo a vitória de Dilma Rousseff em 2010 para a continuidade do projeto lulista. Até aí, não se percebia o antipetismo crescente, que levaria ao golpe de 2016 e à derrota do PT nas eleições de 2018.

⁸ No segundo turno, Fernando Haddad do PT ganhou em todos os estados do Nordeste enquanto Jair Bolsonaro do PSL conquistou a maior parte dos votos na região Centro-Sul, principalmente no Sudeste e Sul. Percebe-se que esse realinhamento que criou divisões regionais e entre classes sociais ainda permanece desde 2006. O mapa eleitoral de 2018 deixa essa característica bem visível. O mapa pode ser consultado através do *link* no *site* do Jornal Gazeta do Povo: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-estados-2turno/>.

Diante da polarização, já criada em 2006, Singer (2012) acredita que no lulismo essa polarização se dá entre pobres e ricos. Esse fator é perceptível quando visto pela perspectiva regional, onde o Nordeste, que é mais pobre, concentra até hoje os votos petistas. O autor observa ainda que, apesar de PT e PSDB ficarem programaticamente próximos em função do realinhamento de políticas econômicas semelhantes, os partidos são expressões de uma polarização social bem intensa. Deve-se fazer uma ressalva de que evitavam a radicalização política da polarização social até aquele momento. Essa polarização entre PT e PSDB seguia certa diplomacia até 2010. Porém, a partir das manifestações de 2013, da Operação Lava Jato, que atingiu parte da cúpula do PT e da queda da popularidade de Dilma, o PSDB viu uma oportunidade de se aproveitar do antilulismo ou antipetismo. A partir daí, travou-se uma guerra entre os partidos e, mesmo com a vitória de Dilma em 2014, o PSDB, ainda se aproveitando da crise instalada no governo, tentou de todas as formas prejudicar a governabilidade de Dilma. Os tucanos exerceram papel central, juntamente com o MDB, na abertura do processo de impedimento da presidente Dilma mesmo com uma sustentação jurídica considerada frágil (SOUZA, 2016). Todavia, diante das eleições de 2018, observa-se que a polarização PT *versus* PSDB se rompeu, dando espaço a um novo realinhamento, agora entre a extrema direita representada pela figura de Bolsonaro e a esquerda e o PT representados pela figura de Fernando Haddad.

Retomando a discussão do lulismo, Singer (2012) defende que, na prática, o que ocorreu nos governos petistas foi algo como um “semitransformismo”. Para o autor, os quadros do PT, que anos antes defendiam um programa “intensamente reformista”, tornaram-se agentes de um “reformismo fraco”. Isso ocorreu devido ao comprometimento com a decisão de não causar a radicalização que o partido pregava na origem. Essa mudança de postura do PT foi decisiva para que Lula chegasse ao poder em 2003, porém trouxe certa decepção para alguns militantes. A criação do PSOL, partido criado em 2004, foi impulsionada por dissidências do PT. Observa-se que, se, por um lado, o PT conseguiu adeptos, principalmente das classes mais baixas, por outro, devido à sua mudança de postura, perdeu apoio, principalmente da sua militância intelectual, que, de fato, acreditava em reformas radicais. Singer (2012, p. 45) defende que o “reformismo lulista é lento e desmobilizador, mas é reformismo”. Na ótica do autor, criou-se uma ilusão de estagnação, para, na realidade, promover reformas que produzissem mudanças de forma mais silenciosa.

Nota-se, por fim, que a reação das camadas médias às inflexões em curso, mesmo que o espírito que as preside seja moderado e conciliador, reflete a brisa da mudança. A polarização que ocorre na sociedade é sintoma de movimento nas estruturas. O

subproletariado firmou-se no suporte a Lula e ao PT, na expectativa de que se cumprisse o programa de inclusão, enquanto a classe média se unificou em torno do PSDB, na procura de restaurar o *status quo ante* mesmo que isso não pudesse ser dito em todas as letras (SINGER, 2012, p. 46).

Em 2012, o autor observa a polarização que divide, ainda hoje, as classes mais baixas das classes médias. Essa mudança trazida pelo PT, de forma gradual, trouxe incômodo ao empresariado e às classes médias, levando, mesmo que diante de outros fatores, ao golpe de 2016. Naquele momento, o PSDB unificava a classe média. Entretanto, diante de um contexto em que a mídia juntamente com o Judiciário desqualificava a política como um todo, levou a uma crise dos partidos tradicionais no Brasil. A classe média não mais se sentia representada pelo PSDB, mas sim por *personas* que adotaram o discurso do “não político”. Mesmo diante da crise que envolve partidos tradicionais, o PT ainda permanece como o partido da classe mais pobre. Apesar do crescimento do discurso antipetista, o partido ainda conquistou a maior bancada na Câmara.⁹

Nesse sentido, percebe-se como o lulismo ainda tem força. Mesmo preso¹⁰, Lula ainda consegue manter a popularidade política. No início das eleições de 2018, quando ainda era o candidato pelo PT, Lula aparecia na frente em todas as pesquisas. Diante da Operação Lava Jato e de uma imprensa que destaca no noticiário a corrupção petista e num quadro em que vários partidos aparecem no centro das investigações, o PT ainda tem forte influência na política nacional, demonstrando a força do lulismo, sobretudo nas camadas sociais mais baixas.

[...] Enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos. Não espanta que o debate sobre populismo tenha ressurgido das camadas pré-sal anteriores a 1964, onde parecia destinado a dormir para sempre (SINGER, 2012, p. 83).

⁹ O Partido dos Trabalhadores foi fundado por militantes de oposição à Ditadura Militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação em 1980. O partido foi fruto da aproximação entre os movimentos sindicais da região do ABC Paulista, que organizaram grandes greves entre 1978 e 1980, e militantes antigos da esquerda brasileira, entre eles ex-presos políticos e exilados que tiveram seus direitos devolvidos pela lei da anistia. Sob a liderança de Lula e devido à base do partido ser composta por trabalhadores, a identificação partidária com a classe mais pobre foi crescente, sobretudo diante do aumento das políticas sociais nos governos petistas.

¹⁰ Após ser condenado em segunda instância, a 12 anos e um mês, por corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Lava Jato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso no dia 07 de abril após se entregar à Polícia Federal no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. Lula está cumprindo pena em Curitiba – PR – no Prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal.

Dessa forma, Singer (2012) destaca a popularidade de Lula, que saiu de seu segundo mandato com 80% de aprovação. Ainda pela prisão de Lula, pode-se observar que o lulismo ainda se faz presente diante da popularidade alcançada pelo ex-presidente.

O PT passou por modificações acentuadas antes mesmo de chegar ao poder, como a moderação do discurso, a disposição a qualquer tipo de aliança para conquistar votos e o enfraquecimento do vínculo com movimentos sociais, bem como uma paralela inserção estatal privilegiada. Estes são alguns pontos que Singer (2012) cita que são encarados de forma crítica pelo universo intelectual que sempre apoiou o PT. Diante disso, houve um distanciamento de parte da ala da esquerda que não concordava com esse conservadorismo adotado pelo PT, principalmente em se tratando de políticas econômicas neoliberais. Mas esse não seria o ponto que levaria à perda do mandato da presidente Dilma e ao crescente discurso antipetista. Destaca-se a perda de popularidade também como um fator importante, mas não suficiente para explicar a queda da presidente. O que defendem alguns autores é que as instituições, como a grande mídia e o Judiciário, serviram a interesses da elite do País, que se viu incomodada muito menos pela crise econômica e muito mais pelas políticas sociais instauradas pelo Partido dos Trabalhadores.

O *impeachment* da presidente Dilma e a crise política instaurada no País têm sido discutidos por importantes autores brasileiros. Na obra *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*, Santos (2017) argumenta que o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar que expressou, segundo o autor, a submissão da inteligência empresarial ao interesse do oportunismo político.

Santos (2017) afirma desconhecer razões de princípio que tornem qualquer sistema representativo imune à possibilidade de que representantes possam dar um golpe, desconstruindo o poder constitucional originário, exclusivo da população. Para o autor, mesmo diante dos golpes no Paraguai e Honduras, o caso do Brasil é específico e único, em que a “usurpação está na essência do golpe constitucional”.¹¹

¹¹ Em 2012, o Paraguai enfrentou um golpe parlamentar, que, apesar de ter diferenças significativas, teve um processo bem próximo do que aconteceu no Brasil. Usando a retórica de que o presidente eleito Fernando Lugo modificaria a Constituição, para permitir a reeleição, a oposição, juntamente com o vice-presidente Frederico Franco, que rompeu com o presidente em dado momento, articularam um golpe. E em menos de 48 horas, o Senado paraguaio aprovou a remoção de Lugo do poder, assumindo, assim, o vice, Frederico Franco. Em Honduras, o golpe também aconteceu de forma parecida aos casos paraguaio e brasileiro. Após uma tentativa de organizar uma consulta popular, em 2006, que abrisse caminho para reformar a Constituição, alguns rumores circularam afirmando que o presidente eleito Zelaya queria aprovar a reeleição, abrindo um pretexto para sua deposição de forma abrupta. Zelaya ainda foi obrigado a deixar o país. O governo interino de Micheletti atacou os movimentos populares e rompeu com a Constituição logo após o golpe. Tais golpes parlamentares possuem características semelhantes ao que ocorreu no Brasil e merecem atenção.

Para Santos (2017), refletir a democracia contemporânea como se ela fosse “inocente de violações” tem demonstrado ser insuficiente para explicar contextos atuais. Ele afirma que acreditar em democracias como consolidadas implica em não compreender rupturas institucionais que não são exclusivas das intervenções golpistas às ameaças à democracia. O que se tem visto são democracias que ostentam uma quantidade de interrupções e impedimentos em número superior às crises institucionais dos períodos oligárquicos da Europa e em vários países da América Latina, inclusive no Brasil, como destaca o autor: “Investigar a prática democrática e suas consequências, ou interferências golpistas, como se as últimas se originassem em universo paralelo ao cosmos democrático, constitui equívoco essencial” (SANTOS, 2017, p. 11).

Os golpes em períodos democráticos têm se dado de forma diferente, de modo a maquiarem como se estivessem seguindo protocolos constitucionais. Tem-se naturalizado, de acordo com Santos (2017), o fenômeno da substituição de poder votado por algum tipo de poder arbitrado, fora da arena constitucional, como se deu no Brasil.

Dessa forma, Santos (2017) destaca que o “assalto ao poder” pode ocorrer em qualquer regime, porém os golpes parlamentares só ocorrem em sistemas de democracia representativa. Nos golpes parlamentares, conforme nomeia o autor, tenta-se preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto é alterada a hierarquia das preferências governamentais. Santos (2017) afirma que os golpes parlamentares também dispensam a liderança e a violência institucional escandalosa, armada ou jurídica, como acontece em golpes militares. Esses golpes são considerados inéditos na história das democracias representativas. Justamente por isso, segundo Santos (2017), há poucos exemplos disponíveis na história. Contudo, o Tribunal Internacional da Democracia, que se reuniu no Rio de Janeiro, em 19 e 20 de julho de 2016, listou o episódio paraguaio e o hondurenho como acontecimentos semelhantes ao do Brasil, concluindo que ambos constituíram golpe de Estado.

A coalizão golpista, conforme Santos (2017), abriga interesses conflitantes e ambiciosos de recompensas. Após o golpe, passa a haver uma disputa pelo controle do governo instalado, até restabelecer o cotidiano anterior, “com mudança dos personagens principais”.

Golpes parlamentares sofrem de inerente instabilidade, que não desaparece com a substituição dos golpeados – dieta pacificadora dos golpes tradicionais, em geral, tendendo antes a crescer, se mantidas as condições básicas de funcionamento

democrático. O acordo prévio sobre quem deve deixar o governo não antecipa quem deve herdá-lo, e ainda menos como exercê-lo (SANTOS, 2017, p. 17).

A crise política vivenciada pelo governo Temer, governo que sucedeu ao golpe, é o reflexo da instabilidade causada pelo golpe parlamentar. Da mesma forma, pode-se apontar os resultados das eleições de 2018, que também foram consequências da instabilidade causada pelo golpe.

Santos (2017) aponta para alguns pontos de convergência entre os golpes de 1964 e 2016, que, apesar de terem roteiros diferentes, possuem elementos estratégicos que foram guiados pelos mesmos grupos dominantes. Ambos os golpes constituem clara reação dos conservadores à participação popular na vida pública, bem como a rejeição de políticas de acentuado conteúdo social. Assim como ocorreu em 1964, em 2016 também se obteve sucesso no recrutamento ideológico e de mobilização de segmentos da população contra a pauta de um governo que buscava reduzir as desigualdades sociais. Porém, o autor ressalta que a ecologia da política se transformou profundamente no entretanto. Ou seja, a repercussão da infraestrutura na dinâmica da vida política é hoje de outra natureza. Portanto, em sociedades tão amadurecidas como a brasileira atual, torna-se difícil reeditar golpes como o de 1964. Dessa maneira, pode-se compreender as diferentes implicações desses golpes.

Para Santos (2017, p. 128), o *impeachment* de Dilma deve ser tratado como um golpe parlamentar e

constitui um dos desenlaces possíveis de processos críticos derivados da ecologia política das sociedades capitalistas, submetidas à competição toqueviliana – em que apenas um grupo seria privilegiado pelas decisões políticas – e a efeitos da prática democrática.

Santos (2017) afirma que há enormes dificuldades de as democracias absorverem de modo criativo as tensões advindas da acumulação de capital e da participação ampliada. Desse modo, o autor conclui que, “em democracias representativas, o número de interesses contrariados é potencialmente superior ao número de interesses atendidos” (SANTOS, 2017, p. 156). Com isso, pressupõe-se que as crises de representação nascem com as democracias representativas, e conflitos de interesses podem gerar rupturas, com o intuito de atender a interesses de grupos dominantes. Em situações de crise aguda e prolongada, segundo Santos (2017), distinções entre formatos democráticos são materialmente irrelevantes como critério de escolhas trágicas. Seja em uma democracia consolidada ou em uma oligarquia esclarecida, a superação do momento crítico não vai estar ligada ao tipo nominalmente definido.

Nesse sentido, o autor observa que a ecologia das instituições nacionais pós-redemocratização (1988) era favorável tanto ao exercício da democracia quanto, o que lhe vem associado, ao surgimento da conjectura da insatisfação democrática e ao possível desenlace desfavorável à fração popular do País.

O processo de impedimento da presidente Dilma inaugurou a atitude conservadora de interromper por via não eleitoral o governo petista, com a contribuição direta do Judiciário, mediante a Ação Penal 470. A Ação Penal 470 refere-se ao caso de corrupção que ficou mais conhecido como “mensalão”, esquema de prática de compra de votos. Essa ação envolveu em sua maioria políticos filiados ou ligados ao Partido dos Trabalhadores.

A Ação Penal 470 estreou ostensivo espetáculo de intervenção jurídica na ordem política. Aproveitou pretexto sem fundamento real e instaurou o primeiro processo político de degradação, além do de punição penal, com o apoio midiático e apelo classista [...] (SANTOS, 2017, p. 159).

Santos (2017, p. 159) afirma que a “semeadura do golpe se iniciou em sincronia com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva”. Para o autor, os resultados, mesmo que ainda tímidos, dos programas sociais inaugurados por Lula em 2002 geraram incômodo nas classes médias e altas. Já em 2006, convocaram o Judiciário, que, em 2012, deu início à formulação jurídica dos fundamentos para os golpes parlamentares. Com a conclusão das etapas da AP 470, 24 dos 40 denunciados de 2006 haviam sido condenados por corrupção passiva ou ativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha entre outras acusações. Segundo Santos (2017), com as condenações, as classes média e alta excederam o limite da tolerância e da paciência, diante do crescimento das políticas públicas e principalmente diante da diminuição da desigualdade de renda, propiciando que a classe mais baixa tivesse poder de compra e passasse a frequentar as universidades, tal qual acontecia às classes média e alta. Porém, Santos (2017) aponta que, desde 2009, esse quadro de estabilidade econômica e social modificou-se. A moldura de jogo em expansão foi bruscamente alterada pela crise internacional de 2007-2008, tornando a competição distributiva interna mais aguda. Com isso, como assevera Santos (2017), o otimismo do crédito foi sucedido pelo endividamento, afetando todos.

Nesse contexto, como explica Santos (2017), os trabalhadores brasileiros conseguiam compreender que os desdobramentos das crises internacionais eram maiores do que as próprias dificuldades internas. Entretanto, para os empresários brasileiros e grande parte da classe média, a crise era fruto do “desperdício do governo petista com farmácias populares, ao populismo dos aumentos do salário real, à sandice do programa de construção de hidrelétricas,

ao investimento em prospecção de petróleo em águas profundas” (SANTOS, 2017, p. 163). Ou seja, a crise se devia à “incompetência do Partido dos Trabalhadores e à corrupção”. Desse modo, a própria AP 470 reforçava que a corrupção era o problema.

Para Santos (2017, p. 178-179), a AP 470 foi um julgamento de exceção: “A veemência dos argumentos, dos discursos e dos votos buscava ocupar, ofuscando-o, o vazio de provas condenatórias”. A tese defendida pelo autor é de que, mesmo que certos condenados tenham cometido crimes denunciados, a AP 470 fraudou a lógica política e constitucional, lançando fundamentos para potenciais golpes parlamentares ao tornar legítimas “três teses esdrúxulas” – sequestro do poder constituinte do povo, disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado, e imputação de possibilidade objetiva e causalidade adequada.

Santos (2017, p. 179) afirma que as manifestações de 2013 “aumentaram a temperatura das multidões” e que nenhuma medida proposta pelo governo diminuiria as tensões. A campanha presidencial de 2014 se deu em meio a uma crise do governo Dilma e a uma polarização: “O vocabulário das redes sociais durante a campanha presidencial de 2014 atestava que o calor dos ânimos, como consagra o humor popular, fervia a noventa graus centígrados” (SANTOS, 2017, p. 179).

A vitória de Dilma em 2014 expôs a profunda divisão da população, herdada das manifestações de 2013 e da “radicalidade retórica e passional das campanhas” segundo Santos (2017, p. 180). Para piorar o quadro, Dilma inaugurou o segundo mandato anunciando um programa de austeridade e de ajuste fiscal, como lembra o autor, e despertando a frustração dos apoiadores que se somou à ira dos derrotados diante da apropriação de seu programa de governo. A rejeição por parte da esquerda reverteria o apoio que Dilma recebera nas urnas, propiciando uma queda de aprovação do governo ainda maior e que não mais recuperaria até o golpe de 2016.

A partir daí, de acordo com Santos (2017), armou-se uma coalizão de assalto conservador ao poder envolvendo desde a sabotagem do Legislativo a ações do Executivo.

A ingovernabilidade parlamentar não foi razão suficiente para a abertura do processo de impedimento; o impedimento foi a razão teleológica da sabotagem parlamentar. Assim, como a gradativa indiferença dos empresários aos acenos do governo, paralisando planos de investimento e expansão de empresas, não expressava redução da confiança da disposição do Executivo em honrar seus contratos [...] (SANTOS, 2017, p. 180).

O empresariado, segundo o autor, preferia soluções radicais para enfrentar as consequências da crise mundial, considerando impossível continuar adiando. Diante de tal quadro, o Partido dos Trabalhadores se via em uma situação difícil, já que, por outro lado, deveria continuar honrando as promessas aos próprios trabalhadores, não podendo pautar propostas que atingiriam de forma negativa a classe.

Diante deste quadro, a expectativa de um impedimento, encabeçado também pelo PSDB que não havia aceitado a derrota, “estava agora nas ruas, nas redes sociais e na imprensa partidarizada”, conforme destaca Santos (2017, p. 180). O autor ainda lembra que a ideia do *impeachment* ganhou ainda mais força com a adesão de lideranças do PMDB. Tal adesão foi crucial, já que o processo de impedimento foi aceito pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha do PMDB.

A convergência entre juízes, imprensa e a maioria dos políticos resultou no extenso consenso *a priori* contra a continuidade do governo de Dilma Rousseff. O apoio recebido das classes médias e de parte da população de baixa renda testemunha a gravidade da extensão e intensidade da insatisfação poliárquica [...] (SANTOS, 2017, p. 182).

Para Santos (2017), o golpe foi resultado da convergência de vetos de agentes políticos relevantes em operações que não foram planejadas, mas que tinham coincidência de objetivos. Um golpe parlamentar, na visão do autor, precisa de concordância quanto aos procedimentos e quanto a “silêncios”. O silêncio da imprensa e do Judiciário, ao negar reconhecer as ocorrências de arbitrariedades no processo, foi importante para moldar o golpe.

O golpe parlamentar em sociedades de democracia representativa de massa, segundo o autor, consiste em retirar o poder constituinte do povo. A Constituição passa a ser reinterpretada pelo governo golpista, que delibera, com o apoio da coalizão, o que é constitucional e o que é crime contra a Constituição. Nesse sentido, não precisa haver violência contra os adversários, basta aplicações “inovadoras dos capítulos da Constituição necessários à consolidação do golpe”. Diante disso, torna-se necessário manter os interesses do Judiciário e da imprensa, por terem contribuído com o golpe, cada um cumprindo um papel diferente. Uma das últimas medidas de Temer no governo golpista foi justamente sancionar o aumento salarial para o Judiciário, mesmo diante de uma crise econômica, demonstrando que

a instituição merecia uma recompensa por ter aprovado as arbitrariedades do processo de impedimento como legais.¹²

Na perspectiva de Santos (2017), o “sequestro do poder constituinte do povo” se dá por meio do golpe parlamentar, sendo o Judiciário e o empresariado atores principais desse espetáculo, juntamente com a imprensa, que tem papel relevante, já que atua como filtro do noticiário que chega às grandes massas. Os parlamentares que articularam o *impeachment* puderam contar ainda, como lembra o autor, com a operação dos procuradores e juízes da Lava Jato, que, na visão de Santos (2017, p. 185-186), têm “obsessão em atribuir malignidade por intenção a fatos insignificantes”.

Santos (2017) previa que o futuro pós-golpe seria tortuoso se comparado com a situação de outras democracias representativas, que, mesmo sendo poupadas da farsa de golpes parlamentares, têm no poder conservadores, como é o caso dos Estados Unidos, por exemplo, ou enfrentam a desistência de governos populares, como aconteceu na Espanha e na Grécia. Voltando ao Brasil, Santos (2017) conclui que, independente da competência, da flexibilidade política ou da honestidade dos governos destituídos, o golpe aconteceria da mesma forma, visto que foram infundadas as razões do impedimento.

Por fim, Santos (2017) defende que os golpes parlamentares, como o que se deu no Brasil, constituem um fenômeno novo na história das tensões entre o capitalismo e a democracia de massas. Dessa forma, o Brasil, mais provavelmente, não será o único a enfrentar um golpe com a “bênção constitucional”. Para o autor, o País está apenas anunciando a crise das democracias em meio ao capitalismo no século XXI.

Souza (2016), na obra *Radiografia do Golpe*, também discute o *impeachment* de Dilma Rousseff. Assim como Santos (2017), o autor defende que o processo constitui um golpe parlamentar. Ele explica que todos os golpes de Estado tiveram a corrupção como mote, justamente por que ela pode ser usada de forma isolada contra o inimigo político de ocasião, pois não se sabe e nem se define o que é corrupção. “A farsa é tão completa que até mesmo uma presidente que, pelo menos até a data em que o impedimento foi votado na Câmara dos Deputados e aceito pelo Senado, jamais havia sido sequer acusada de corrupção torna-se sua vítima” (SOUZA, 2016, p. 12).

¹² Pouco antes de deixar o cargo, o presidente Michel Temer sancionou, em 26 de novembro de 2018, o reajuste salarial para os ministros do Supremo Tribunal Federal. O aumento foi muito criticado, inclusive na mídia, devido ao impacto nas contas públicas diante de um cenário de crise econômica. O reajuste levou a repercussões negativas nas redes sociais também, que ironizavam e questionavam se o ato não seria uma recompensa ao Judiciário diante da postura da Corte sobre o golpe e as acusações de corrupção envolvendo o peemedebista. Acesso à matéria no *link* <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/temer-sanciona-reajuste-de-1638-para-ministros-do-stf.shtml>.

Souza (2016) explica que a responsabilidade do golpe se dá à “elite do dinheiro”, que o autor define ser, antes de tudo, a elite financeira, que comanda os grandes bancos e fundos de investimento.

É a ela que as outras frações de endinheirados, como a fração do agronegócio, da indústria e do comércio, confiam seu lucro. Todas as frações de endinheirados ganham mesmo é com as taxas de juros exorbitantes, que significam uma espécie de ‘taxa extra’ associada ao preço do mercado. Todas as outras classes pagam essa taxa a esta ínfima elite (SOUZA, 2016, p. 13).

Para Souza (2016), é importante perceber a complexa articulação de interesses, que permitiu a ação planejada por diversos atores sociais, que terminaram na derrubada, sob um pretexto, sem fundamentação jurídica, de um governo eleito democraticamente.

Segundo o autor, as manifestações de junho de 2013 marcaram o ponto de virada da hegemonia ideológica, até então dominante, e da popularidade dos governos petistas. Souza (2016) destaca que é essencial compreender como esses protestos localizados com foco em políticas municipais foram manipulados de tal modo a se “federalizarem” e atingirem a popularidade da presidente Dilma, com, até aquele momento, os mais altos índices de aprovação.

O autor analisa que antes a cobertura midiática era negativa com relação aos protestos, porém, em um certo momento, essa cobertura passou a ser positiva: “O protesto passou a ser definido como pacífico, e a bandeira brasileira se tornou seu símbolo. Agora os protestos eram tidos como ‘expressão democrática’ e já não se dizia que causavam tumulto ou prejuízo ao trânsito” (SOUZA, 2016, p. 90).

O autor explica que em um segundo momento a cobertura jornalística sobre os protestos mudaram, assim como mudou também o público que apoiava as manifestações:

Começava a criação estética e moral do movimento antigoverno federal capitaneado pela grande imprensa: os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Mudaram não apenas as bandeiras iniciais do movimento, mas também o público que as apoiava (SOUZA, 2016, p. 91).

Souza (2016) explica que já se tinha em junho de 2013 o delineamento geral de todas as forças que mais tarde iriam se articular no golpe de abril de 2016. Algumas alianças, segundo o autor, consolidaram-se durante o processo e outras começaram a se desenvolver em 2013. Fica nítida a aliança consolidada em 2013 entre a mídia e a classe média conservadora. Como aponta Souza (2016), o moralismo e o conservadorismo foram usados como estratégia

para conquistar o eleitorado nas eleições de 2014, demonstrando que essas características do conservadorismo da direita foram reaparecendo já nas manifestações de 2013 e sendo articuladas para a tomada do poder em 2016 e até mesmo como estratégia para conquistar eleitores nas eleições de 2018.

Souza (2016) critica ainda o termo populismo, muito usado pelos editoriais de jornais e TV na época da cobertura das manifestações de 2013. Para o autor, essa acusação de populismo é interessante, no sentido de que ela indica que alguém estaria se aproveitando da ingenuidade dos pobres para se consolidar no poder, sendo que o “bom”, em especial para as classes dominantes, seria continuar a esquecer e abandonar os pobres, já que assim eles não seriam feitos de tolos. “Se agradar a maioria é populismo, a boa democracia é, então, aquela que os esquece e se dedica à minoria de privilegiados” (SOUZA, 2016, p. 98).

Souza (2016) explica que a dificuldade com a noção de populismo como meio de deslegitimar as políticas públicas de apoio às classes mais baixas demonstram que a classe média conservadora e os partidos que a representam estão na defensiva sem terem um discurso articulado e convincente. Segundo o autor, por conta disso, não conseguem ganhar eleições para presidente até o dado momento, pois não possuíam uma narrativa convincente para descrever o rumo tomado pela sociedade. Souza (2016) explica que as chamadas “jornadas de junho” possibilitaram um vislumbre de uma nova narrativa para a direita e seu público. Pelo crescimento do discurso do “antipetismo”, do discurso apolítico criado nesse cenário de 2013, que políticos como Jair Bolsonaro (PSL) e João Doria (PSDB) passaram a ganhar espaço. É preciso compreender também que os partidos da direita tradicional, que, a princípio, estava ligada a essa elite do dinheiro, citada por Souza (2016), também saiu perdendo diante desse discurso criado nas “jornadas”. Percebe-se isso claramente com os resultados das eleições de 2018, em que partidos tradicionais de centro-direita, como PSDB e MDB, perderam cadeiras de forma representativa no Congresso Nacional. O MDB saiu da posição de maior partido do Congresso para uma bancada de apenas 34 deputados.

O resultado da eleição de 2018 significou um Congresso ainda mais fragmentado. Na Câmara dos Deputados, os partidos que saíram com maior representação foram: PT (56 parlamentares), PSL (52), PP (37), MDB (34), PSD (34), PR (33), PSB (32), PRB (30), DEM (29), PSDB (29), PDT (28), SD (13), PODE (11), PSOL (10) e PTB (10). Os demais partidos elegeram menos de 10 deputados e, pela nova legislação eleitoral, não terão direito ao Fundo Partidário, o que poderá provocar a migração de parlamentares para outros partidos, o que é permitido pela legislação: PC do B (9), NOVO (8), PPS (8), PROS (8), PSC (8), AVANTE (7), PHS (6), PATRI (5), PRP (4), PV (4), PMN (3), PTC (2), DC (1), PPL (1) e REDE (1).

No caso do Senado, dos 81 parlamentares, 27 cumprem mandato de 2015 a 2022. Outros 54 foram eleitos em 2018, ampliando ainda mais a fragmentação, passando a ter 21 partidos com senadores no Parlamento. O MDB, mesmo tendo um resultado eleitoral fraco, manteve o maior número em decorrência dos senadores que já cumprem mandato – 12. Em seguida, a configuração ficou a seguinte: PSDB (9), PSD (7), DEM (6), PT (6), PODE (5), PP (5), REDE (5), PDT (4), PSL (4), PTB (3), PR (2), PHS (2), PPS (2) e PSB (2). O PRB, PROS, PRP, PSC, PTC e SD têm um senador cada.

Além disso, houve uma confusão tanto real quanto deliberada acerca do caráter antipolítico do movimento pela rejeição às vezes violenta de bandeiras de partidos políticos. Muitos perceberam nisso o nascimento de ‘nova forma de fazer política’, contrária à forma fossilizada e burocratizada dos partidos tradicionais. Criou-se então uma oposição entre uma política viciada, tendencialmente corrupta e distante das ruas, e uma ‘nova política’, supostamente mais espontânea, com maior capilaridade social, em grande parte possibilitada pelo uso das mídias sociais, que foram uma importante base de arregimentação política das manifestações (SOUZA, 2016, p. 99).

A partir dessa análise de Souza (2016), percebe-se o crescimento desse discurso do antipolítico, que demoniza a política como um todo, reforçado pela mídia tradicional e também pelas mídias digitais. Após os resultados das eleições de 2018, pode-se notar que as “jornadas de 2013”, juntamente com o golpe de 2016, refletiram no processo tanto no âmbito federal quanto no estadual.

Para Souza (2016), a mídia teve um papel importante no golpe, pois a cobertura midiática torna possível separar o mundo entre bandidos e mocinhos, com base em uma oposição binária e simplista, mas de fácil compreensão, pois as avaliações se dão baseadas no senso comum do dia a dia. A mídia é a instância que torna esse julgamento e separação entre pessoas boas e más, possíveis e críveis. A mídia passa a ampliar os horizontes interpretativos das novelas, repassando-os à política e à sociedade. A partir daí, criam-se personagens políticos, que são enquadrados pela mídia como vilões e mocinhos. Esse personalismo é fator comum no campo midiático, que perpassa o campo político justamente para atender à lógica midiática.

Souza (2016) afirma que, nas eleições de 2014, ainda que a margem da vitória eleitoral tenha sido bem pequena, uma clara divisão de classes se estabeleceu. O autor explica que essa divisão se deu tanto no perfil região, em uma divisão entre Sul e Sudeste ao Norte e Nordeste, quanto no perfil das grandes cidades, onde a divisão ocorreu entre as periferias e os centros urbanos. A tentativa de usar os protestos de junho de 2013 contra a presidente teve sucesso

apenas parcial, naquele momento, já que Dilma ainda saiu em vantagem tendo em vista os votos conquistados das classes mais populares. Para o autor, um dos fatores que contribuíram para que Dilma conquistasse as classes mais populares foi o fato de ter reinterpretado as manifestações no sentido de atender às reivindicações populares da primeira metade da onda de protestos: “Essa estratégia correta serviu de proteção pelo menos parcial à demonização do governo pela mídia conservadora” (SOUZA, 2016, p. 104).

Para o autor, a manipulação midiática do tema corrupção, dando visibilidade a alguns e tirando a visibilidade de outros, permitiu que a direita tentasse se apropriar dessas bandeiras como suas, fazendo com que a candidatura de Aécio Neves (PSDB) ganhasse autoconfiança, bem como os discursos clássicos do “controle da gastança” e da austeridade fiscal, que também contribuíram para a imagem de Aécio.

Souza (2016) explica que, depois da quarta derrota seguida, as forças conservadoras não só não aceitariam a derrota eleitoral como começaram a tentar um caminho não democrático. Para manipular essa base social, criou-se um discurso anticorrupção usado de modo seletivo contra o PT, procurando atingir principalmente seus líderes (Lula e Dilma).

O autor destaca que o golpe se deu sob forma de parceria entre a mídia e o aparelho repressivo do Estado, que seriam Ministério Público e Polícia Federal. “Primeiro temos a defesa das pautas corporativas do aparelho jurídico-policial e depois o vazamento seletivo, sistemático e ilegal de trechos de depoimentos comprometedores amplamente novelizados e transformados em espetáculo para um público cativo” (SOUZA, 2016, p. 107).

O autor aponta ainda outro problema na política, que potencializou o desgaste do governo Dilma, que é o “presidencialismo de coalizão”. Souza (2016) explica que, como o presidente muito dificilmente vai eleger também uma maioria parlamentar que possa formar sua base de apoio no Congresso, é obrigado a compor e entrar em uma série de acordos e barganhas com os partidos no Congresso se quiser governar.

Uma série de fatores estruturais convergentes, como fragmentação partidária, massiva sobre representação de interesses econômicos com agenda conservadora via financiamento privado de eleições e a pouca representatividade e responsabilidade em relação ao eleitor que o sistema de lista partidária confere, faz do legislativo um bastião dos interesses mais conservadores da sociedade brasileira (SOUZA, 2016, p. 108).

Para o autor, o governo do PT representou um desafio ao funcionamento desse sistema a partir do momento em que este não representava os interesses conservadores da maioria do Congresso.

Assim como defende Santos (2017), Souza (2016) também aponta para a personalização da corrupção de forma a atingir o inimigo político. Além disso, segundo o autor, o público em geral tem dificuldade em compreender o funcionamento da sociedade e de seus diversos campos, que são de certa forma bem complexos, como a economia e a política. A personalização da corrupção, conforme o autor, não contribui em nada para compreender essa complexidade, que desafia, inclusive, os especialistas.

Essa personalização da corrupção, segundo o autor, confere a falsa impressão de que a vida social é regida por intencionalidades individuais como as novelas e “infantiliza e imbeciliza” uma sociedade como um todo, explicando os fatos por intermédio de personagens bons ou maus. Ao simplificar a política, a mídia não esclarece o público. Ao contrário, ela manipula na direção que mais lhe convém.

A perspectiva de Souza (2016), o golpe se deu pelo amplo acordo de interesses da elite. Essa elite tentou ganhar as eleições de 2014, sendo representada por Aécio Neves, com a ajuda da mídia conservadora e do Judiciário, que personalizou a corrupção e se aproveitou das manifestações de 2013, a fim de manipular a população. Não conseguiu ganhar as eleições, mas conseguiu comprar centenas de deputados, via financiamento privado de eleições, sob o comando de Eduardo Cunha (MDB), presidente da Câmara dos Deputados na época, “formando o Congresso mais venal e mais reacionário de que se tem notícia no Brasil” até então. O autor explica que, por esse motivo, o parlamentarismo é tão importante para a reação conservadora, pois permite retirar completamente o povo da política, como aconteceu com o golpe parlamentar de 2016.

Segundo Albuquerque e Paula (2017), o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff colocou em xeque também a premissa acadêmica de que a democracia brasileira estava consolidada sob um arranjo institucional sólido garantido pela Constituição de 1988. Para os autores, a literatura exagerou ao dar um enfoque positivo e crucial das instituições de controle para a democracia representativa sem considerar a falsa segurança do regime assentado nessas condições.

Os autores destacam que a Ciência Política tem nomeado o processo de impedimento como um “golpe parlamentar” conforme os autores mencionados defendem. Porém, de acordo com Albuquerque e Paula (2017), ao considerarem que o processo adquire um verniz público legítimo na medida em que tudo “se passou dentro da lei”, os estudiosos deixam de crer em variáveis relevantes. Em especial, o fato de que o golpe não teria sido possível sem a participação ativa de um conjunto de instituições: o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia

Federal e a imprensa, que agiram de forma coordenada e direcionada a um objetivo comum. Os autores argumentam que essas instituições se consolidaram como um sistema de instituições de *accountability*, “legitimado como elemento fundamental da democracia, comprometido com a luta contra a “corrupção”” (ALBUQUERQUE; PAULA, 2017, p. 4). À medida que esses agentes, que não foram eleitos, assumem um papel protagonista no campo político, a autoridade dos representantes eleitos e das instituições representativas declina.

Albuquerque e Paula (2017) afirmam que há déficits e limites nas instituições políticas, que devem ser enfrentados de forma pontual. Porém, os autores têm como interesse principal demonstrar como a compreensão acadêmica acerca do golpe se ofuscou devido ao consenso da Ciência Política e também da Comunicação de que, ao atingir alguns requisitos básicos, a estabilidade da democracia estaria preservada. Essa perspectiva não é um fator exclusivo do Brasil. Ou seja, a forma como o campo de estudos sobre a democracia se desenvolveu desde a década de 1950 propiciou esse pensamento.

Em todos os casos, notamos que a visão minimalista e instrumental do que seria a política, e, conseqüentemente, a democracia, centraliza em boa medida o vínculo da representação no processo eleitoral. Entretanto, o que ocorreria no intervalo entre eleições – que seria para eles o momento último de expressar a ‘vontade popular’ –, é desenvolvido via ferramentas institucionais de *accountability*/controle vertical, que junto às de controle horizontal garantiram um sistema democrático estável (ALBUQUERQUE, PAULA, 2017, p. 6).

Os autores apontaram algumas dessas ferramentas. A primeira delas diz respeito ao esvaziamento da dimensão da participação popular nas instituições representativas. A segunda trata-se do papel crescentemente ativo que o Poder Judiciário tem desempenhado em decisões políticas, que seriam, a princípio, reservadas aos Poderes Legislativo e Executivo. Apesar de não ser um fenômeno específico do Brasil, para os autores, em particular, no caso do Brasil, o Judiciário tem exercido uma crescente “ingerência sobre o sistema representativo”. Essa “judicialização” ficou mais nítida durante o processo de *impeachment*, influenciando diretamente o golpe por meio de conexões à “Operação Lava Jato”. O terceiro elemento que, segundo os autores, é fundamental para se entender o golpe diz respeito ao papel fundamental que a imprensa desempenhou no processo ao, de forma sistêmica, deslegitimar os governos petistas, associando-os à corrupção, estando sempre no centro da temática, e ao sugerir que os petistas estariam por trás de um projeto “protoautoritário” de perpetuação no poder.

[...] os meios de comunicação ativamente conspiraram para esvaziar a legitimidade não apenas dos governantes eleitos – particularmente os presidentes petistas entre 2013 e 2016 – mas do próprio princípio do voto popular como base da autoridade

política, caracterizando-o como tendo uma natureza populista e fundamentado na ignorância. Em oposição a ele, a imprensa reivindicou para si o papel de porta-voz da opinião pública esclarecida, cuja responsabilidade inclui atenuar ou corrigir o resultado de más decisões populares (ALBUQUERQUE; PAULA, 2017, p. 8).

A partir do momento em que os governos petistas insistiram em continuar no poder por meio das urnas, mesmo diante de um enquadramento sempre negativo da imprensa, a grande mídia se tornou cada mais “propensa a encampar soluções menos ortodoxas”. Contribuiu, assim, para dar sustentação a um crescente movimento de criminalização da política na medida em que sempre associava os líderes políticos, sobretudo os do PT, ao fenômeno da corrupção. Ao legitimar um processo de crescente intervenção do Judiciário na dinâmica política, a mídia exerceu um papel crucial no golpe, criando condições que ajudaram a viabilizá-lo.

Albuquerque e Paula (2017) defendem que a lógica da globalização neoliberal se difere fundamentalmente e, de certo modo, é até mesmo incompatível com os princípios fundamentais da democracia representativa clássica. Isso é nítido, principalmente em se tratando de elementos da soberania nacional e da participação popular na política. Para defender essa tese, os autores apresentam alguns aspectos. O primeiro deles “diz respeito às características peculiares que o neoliberalismo apresenta como fenômeno político e cultural”. O avanço do neoliberalismo favoreceu a “supremacia dos economistas”, que, detêm, pelo menos é assim que são clamados, métodos mais rigorosos de investigação. Com isso, reivindicam um papel de liderança nas ciências sociais.

Ao falar sobre a democracia, Santos (2007) associa o fato de que o campo político está quase sempre entrelaçado ao campo econômico, diante da oscilação entre períodos de organização política democrática e períodos de ditaduras, civis ou militares, em países de economias muito ou pouco atrasadas, apontando também esse fator de “supremacia dos economistas” diante do campo político. Outro autor que também defende que a globalização contribui para o enfraquecimento da política nacional é Baquero (2000). Para ele, o processo de globalização tem contribuído para que os partidos e sua capacidade já frágil de representação se debilizem ainda mais devido ao peso crescente de decisões transnacionais ou infranacionais que fragilizam os atores políticos e sociais que se encontram dentro dos limites dos Estados Nacionais. Gera-se, então, uma fragmentação das sociedades nacionais, potencializando o surgimento de novas expressões políticas inéditas, que têm como característica fundamental a rejeição aos partidos e à prática política tradicional.

Outro aspecto apresentado por Albuquerque e Paula (2017) para defender que a globalização neoliberal se difere dos princípios fundamentais da democracia representativa diz respeito à análise dos patrocinadores por traz dessa globalização. O processo de transformação da ordem mundial de acordo com os princípios neoliberais está sob a coordenação, conforme os autores, do governo americano e de instituições financeiras internacionais (IFI), como o Banco Mundial (*World Bank*) e o Fundo Monetário Internacional (*International Monetary Fund* ou FMI). Esse arranjo se tornou conhecido como o “Consenso de Washington”. Essas instituições se tornaram ativas promotoras dessa agenda neoliberal. Para isso, elas se utilizam de uma estratégia de condicionalidade, em que os países endividados recebem ajuda e em troca devem se comprometer com a aplicação de medidas neoliberais – disciplina fiscal, liberalização do comércio, privatização, desregulamentação etc. A Argentina, uma importante economia da América Latina, tem sofrido com a crise econômica e recentemente fechou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em que o país receberia o valor de US\$ 50 bilhões e em troca assumiria o “compromisso de estabelecer um piso para gastos com assistência social, além de reformas no código tributário e na legislação social”.¹³ Recentemente, o Banco Mundial também recomendou ao Brasil uma série de propostas para “enxugar” a máquina estatal. Dentre as recomendações, está a Reforma da Previdência. Percebe-se, com esses exemplos, de forma clara, a influência dessas instituições sobre economias no mundo todo, em especial na América Latina.

O papel das IFIs foi muito além disso, contudo. Em especial, o Banco Mundial se converteu em um arauto do neoliberalismo ao se definir como um Banco de Conhecimento (*Knowledge Bank*), cujo foco de atuação se ampliou sistematicamente para além do campo estritamente econômico (Kramarz & Momani, 2013), e passou a abranger questões como a promoção de boas práticas de governança, o combate à corrupção e a defesa da agenda da liberdade de imprensa e da democracia participativa, todos entendidos como elementos fomentadores da *accountability* por parte das instituições públicas. Desse modo, o Banco Mundial contribuiu significativamente para solapar a soberania do Estado-Nação que, crescentemente, se vê subordinada a demandas decorrentes da sua adesão a acordos transnacionais populares (ALBUQUERQUE; PAULA, 2017, p. 11).

Paralelo a essas instituições financeiras, há também outro conjunto de agentes (chamados de atores não estatais), que também têm minimizado a autoridade do Estado Nacional e da democracia representativa, na medida em que criam mecanismos de poder e legitimidade, como explicam os autores, sobrepondo-se àqueles que tradicionalmente agem no âmbito do Estado Nação. Dentre esses agentes, estão as agências internacionais de

¹³ Dados retirados da matéria no Portal G1. Acesso no *link* <<https://g1.globo.com/economia/noticia/argentina-fecha-acordo-de-financiamento-com-fmi.ghtml>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

avaliação de risco financeiro, Organizações Não Governamentais e outras. Os autores destacam o papel da imprensa nesse processo à medida que ela reivindica “exercer um papel relevante na política como porta-voz da Opinião Pública”.

Por fim, os autores afirmam que essas instituições financeiras e esses atores não estatais têm influenciado não só a agenda política internacional, mas também as agendas acadêmicas.

Ao longo das últimas décadas, a agenda relacionada às instituições da *accountability* – e a conceitos a ela relacionados, tais como *Rule of Law*, governança, corrupção e liberdade de imprensa – ganhou espaço junto aos pesquisadores, em detrimento dos fundamentos que relacionam a democracia à vontade popular, tal como expressa nas urnas. Essa mudança não ocorreu por acaso, mas reflete um esforço sistemático (e bem-sucedido) de um conjunto de agentes externos ao campo acadêmico – IFIs, setores do governo americano e ONGs e *think tanks* a eles relacionados – no sentido de promover uma agenda de investigação neoliberal que esvazia os elementos relativos à legitimação popular da democracia – mesmo na forma limitada como ela se exerce por meio do voto – em benefício de um conjunto de instâncias de controle de caráter técnico, sejam elas instituições públicas (as instituições do aparato Judiciário) ou privado (a imprensa, as ONGs...), boa parte das quais têm um escopo de atuação transnacional. É um argumento central deste texto que a concepção de ‘democracia de qualidade’ associada às instituições de *accountability* se opõe, em aspectos muito importantes, aos próprios fundamentos daquilo que, no passado, se convencionou chamar de democracia (ALBUQUERQUE, PAULA; 2017, p. 23).

Ao concluir, os autores afirmam que o uso do termo “populismo”, para descrever a fonte dos problemas de legitimidade enfrentados pela democracia, demonstra um desconforto diante da vontade popular, que não é submetida ao controle das agências de *accountability*. O golpe brasileiro de 2016 demonstra que uma via radical foi adotada para resolver o problema da “vontade popular”. Os agentes de *accountability* julgaram adequado resolver o problema por si mesmos, já que o voto popular “teimava em fornecer respostas inadequadas para os dilemas do país”.

Na coluna do dia 12 de maio de 2016, o jornalista Jânio de Freitas posicionou-se de forma negativa com relação ao processo de *impeachment*, que ele nomeou como um “episódio sórdido da antidemocracia”. A coluna apontou erros do governo petista que, ao convocar Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, tão “identificado com o neoliberalismo”, “equivaleu a comunicar a oposição que a presidente estava em pânico com a situação econômica” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). Ao enfatizar que Dilma traiu os eleitores e perdeu defensores, a coluna aponta críticas ao governo, porém também aponta acertos do governo petista ao defender que tinha naquele momento um País menos desigual e mais decente.

4 AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (PT) E O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA *FOLHA DE S. PAULO* DURANTE O PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

Este capítulo traz uma análise acerca da crise política vivenciada pelo governo Dilma Rousseff (PT) durante o processo de *impeachment*, buscando compreender as estratégias comunicacionais utilizadas pela presidente, bem como o enquadramento noticioso dado pelo jornal *Folha de S. Paulo* ao processo. Tendo em vista a centralidade da mídia para o campo político, assim como a crise dos partidos políticos tradicionais no Brasil, tais análises são importantes para compreender o papel do campo da comunicação no campo político e de que forma mantêm uma relação de interdependência e mútua interferência.

4.1 CONTEXTO POLÍTICO E O PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

A presente pesquisa busca compreender o momento de crise política instaurada no País a partir do golpe de 2016. Nesse sentido, é essencial compreender o contexto político que se iniciou bem antes. Em 2013, após uma onda de manifestações que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, o governo Dilma Rousseff (PT) passou a ter grande rejeição após altos índices de popularidade em 2011 e 2012. Segundo a pesquisa Datafolha, Dilma terminou seu primeiro ano de governo com 59% de aprovação. Em março de 2012, o índice de aprovação de Dilma Rousseff subiu, e, conforme dados do Ibope, o governo era aprovado por 63% da população. Dilma tinha uma popularidade de 77%, em junho de 2013. Com as manifestações, uma pesquisa Datafolha apontou uma queda de oito pontos na aprovação da presidente Dilma. O mesmo resultado foi apontado na pesquisa do Ibope. No final do mês de junho, foi realizada outra pesquisa, que registrou uma queda de 27% na aprovação da presidente e a reprovação teve seu primeiro aumento, chegando a 25%.¹⁴ As manifestações foram motivadas inicialmente pelo aumento no preço das passagens de transporte público em várias cidades e, depois, foram guiadas também pelos gastos com a Copa do Mundo no Brasil. No início de 2014, surgiram as primeiras revelações sobre a Operação “Lava Jato”, da Polícia Federal, que investiga um esquema de corrupção e pagamentos de propina na Petrobrás. Essa operação tem o Partido dos Trabalhadores (PT) – partido de Dilma – como um dos principais

¹⁴ Dados retirados da matéria publicada pelo *site* BBC Brasil intitulada: De campeã de popularidade a 62% de rejeição: Seis momentos-chave no governo Dilma. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc. Acesso em: dia 23 de junho de 2017.

investigados. Isso também contribuiu para a queda da popularidade da presidente Rousseff. No mesmo ano, em 2014, Dilma disputou a eleição, que foi uma das mais acirradas na história do País. No segundo turno, Dilma Rousseff enfrentou Aécio Neves (PSDB) e ganhou por 51,64% dos votos contra 48,36%.

Após essa disputa acirrada, o governo Dilma teve de lidar com os desdobramentos da Operação “Lava Jato”, que prendeu o ex-tesoureiro do PT – João Vaccari Netto – e o marqueteiro do PT, João Santana. Diante dessa crise provocada pelas investigações de corrupção e ainda pela crise econômica que ainda atingia o País e, conseqüentemente, pela alta rejeição popular, a oposição começou a articular o pedido de *impeachment*. O motivo justificado para pedir a saída da presidente refere-se às chamadas pedaladas fiscais. As pedaladas fiscais foi o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o INSS. O objetivo do Tesouro e do Ministério da Fazenda era melhorar artificialmente as contas federais. Ao deixar de transferir o dinheiro, o governo apresentava todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática e, assim, segundo a acusação, o governo de Dilma ludibriava o mercado financeiro e especialistas em contas públicas, conseguindo com isso também a possibilidade de reeleição.

Todo esse cenário político desfavorável deve-se, principalmente, às articulações de um dos maiores opositores do governo Dilma Rousseff – o deputado e então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). Em fevereiro de 2015, quando ele já era crítico do governo, disputou a Presidência da Casa e não contou com o apoio do governo, que resolveu lançar um nome do PT – o deputado Arlindo Chinaglia. Cunha saiu vitorioso com amplo apoio dos deputados. Obteve 267 votos dos 513 deputados e venceu já no primeiro turno.

A partir daí, Cunha declarou guerra à Dilma e passou a colocar em votação no Congresso uma série de medidas que tornavam ainda mais caóticas as contas do governo, que tentava a todo custo aprovar um pacote de ajuste fiscal com redução de gastos – conhecidas como pautas bombas por tornarem mais difícil o cenário de ajuste fiscal. Os embates entre o presidente da Câmara e o PT culminaram na votação na Comissão de Ética sobre a aceitação ou não do pedido de abertura de processo contra Cunha. Os três deputados do PT – Leo de Brito (PT-AC), Valmir Prascidelli (PT-SP) e Zé Geraldo (PT-PA) –, que integram a Comissão, anunciaram que votariam contra Cunha. Foi quando o deputado resolveu partir para a ofensiva contra o governo mais uma vez.

Eduardo Cunha (PMDB), que já havia declarado oposição ao governo, resolveu acatar e abrir o processo de impedimento contra a presidente Dilma Rousseff. Essa aprovação ocorreu após a bancada do PT no Congresso aprovar a continuidade do processo contra Eduardo Cunha, que foi acusado de receber propina no esquema de corrupção da Petrobrás. O pedido de *impeachment* foi requerido pelos juristas Hélio Bicudo, fundador do PT, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior. O processo teve como justificativa as “pedaladas fiscais”, prática atribuída ao governo por atrasar repasses a bancos públicos, a fim de cumprir as metas parciais da previsão orçamentária.

Em abril de 2016, a Câmara aprovou a comissão que julgaria o processo de impedimento de Dilma Rousseff. Por 38 votos a 27, a comissão aprovou no dia 11 a abertura do processo de afastamento da presidente e o parecer do relator Jovair Arantes (PTB-GO), que foi favorável ao processo. Logo após, o processo foi votado pelo Plenário da Câmara, por 367 votos a favor e 137 contra, no dia 17 de abril.

O processo seguiu para o Senado, conforme indica a Constituição. No dia 06 de maio, a Comissão Especial do *Impeachment* no Senado aprovou por 15 votos contra cinco o parecer do relator Antonio Anastasia (PSDB), que foi favorável à abertura do julgamento de Dilma Rousseff. Após essa decisão, foi aberta a votação no Plenário do Senado, que aprovou com 55 votos a favor e 22 contrários o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Após essa decisão, Dilma ficou afastada do cargo por 180 dias e seu vice Michel Temer (PMDB) assumiu até o julgamento final, que decidiu se Dilma Rousseff deixaria ou não a Presidência da República.

Outra votação no Senado aconteceu no dia 10 de agosto e terminou com 59 senadores a favor do andamento do processo e 21 contrários, um placar ainda mais amplo do que o que decidiu pelo afastamento de Dilma em maio. No dia 29 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi ao Senado se defender das acusações. A presidente, que estava afastada, respondeu a questionamentos dos 48 senadores inscritos a fazer perguntas. Como previsto pelo rito no Senado, no dia 30 de agosto, continuaram os debates entre os senadores, advogados de defesa e acusação. E, no dia 31 de agosto, o Plenário do Senado aprovou por 61 votos favoráveis e 20 contrários o *impeachment* de Dilma Rousseff. A presidente afastada foi então condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal – as chamadas “pedaladas fiscais” no Plano Safra e os decretos que geraram gastos sem autorização do Congresso Nacional. Porém, Dilma Rousseff não foi punida com a inabilitação para funções públicas. Com isso, ela continuou apta a se candidatar para cargos eletivos e também exercer outras funções na administração pública, como ocorreu em 2018, quando disputou o Senado por

Minas Gerais, não se elegendo. Diante desse contexto, a pesquisa busca compreender as estratégias comunicacionais utilizadas por Dilma Rousseff, bem como o enquadramento midiático dado pelo jornal *Folha de S. Paulo* aos momentos de crise durante o processo de *impeachment* da petista.

4.2 AS ESTRATÉGIAS DE DILMA ROUSSEFF (PT) DURANTE O PROCESSO DE *IMPEACHMENT*: ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS

Nesta parte da pesquisa, a análise tem como objeto de pesquisa os pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff (PT), a fim de compreender as estratégias de comunicação utilizadas em meio à crise política gerada com o processo de impedimento da presidente. Para a presente pesquisa, será utilizada a Análise de Conteúdo (AC).

4.2.1 Metodologia e *Corpus* de Análise

Como procedimentos metodológicos, foram utilizadas as seguintes técnicas: (a) pesquisa bibliográfica – a partir da leitura de livros, artigos, teses e dissertações, foram construídos os capítulos teóricos; (b) pesquisa documental – com a coleta, primeiro, dos pronunciamentos tanto de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) a partir de alguns momentos considerados mais importantes de seus governos e, posteriormente, do jornal *Folha de S. Paulo*, que remetiam a esses mesmos períodos.

Quanto à pesquisa documental, Antônio Carlos Gil (1995) afirma que muitos dados importantes na pesquisa social provêm de fontes de “papel”: arquivos históricos, registros estatísticos, diários, biografias, jornais, revistas etc. As fontes de “papel”, muitas vezes, são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos, para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos só se torna possível a investigação social a partir de documentos. Como são em grande número, são citados os principais: os registros estatísticos, os documentos escritos e a comunicação de massa e digital. Hoje, principalmente, com a capacidade de armazenamento, a *internet* tornou-se uma rica fonte documental. Por exemplo, um aluno que queira ter acesso a programas televisivos, mas na época não gravou, há grandes chances de encontrá-los, dependendo do tempo quando passou, na *internet*, em algum portal. O mesmo ocorre com portais, como o da *Veja* e o da *Folha de S. Paulo*, que hoje disponibilizam todo o seu acervo para os seus assinantes.

Quanto às fontes de documentações, Gil (1995) destaca as fontes de documentação. Uma das características das sociedades modernas no que diz respeito à informação é o fato de, na atualidade, as instituições terem grande quantidade de dados estatísticos referentes aos mais diferentes tipos de assuntos. Tais dados são geralmente coletados e armazenados para servir aos interesses de organizações, sobretudo da Administração Pública. Todavia, podem ser muito úteis para a pesquisa social.

A pesquisa documental será feita, neste momento, a partir da coleta do material referente aos pronunciamentos feitos pela presidente Dilma durante o processo de *impeachment* usando como recorte as seguintes datas: I – Aceitação do processo de *impeachment* – 02 de dezembro de 2015; II – Votação em Plenário da Câmara que decide pela continuidade do processo – 18 de abril de 2016; III – Votação no Senado que decide pelo afastamento de Dilma – 12 de maio de 2016; e IV – Votação no Senado que decide pela perda do mandato da presidente – 31 de agosto de 2016.

Para a presente pesquisa, será usada como metodologia a Análise de Conteúdo (AC). Parte-se do entendimento de Bardin (2011), que compreende a análise de conteúdo como um método que aplica tanto técnicas quantitativas como qualitativas e visa a obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores que permitam ao pesquisador fazer inferências sobre o objeto investigado. Desenvolve-se em três etapas: (a) pré-análise do material coletado, (b) fase de categorização e (c) fase de inferências. Neste momento da pesquisa, em que serão analisadas as estratégias de comunicação do governo Dilma Rousseff (PT), pretende-se trabalhar com as seguintes categorias de análise: I – A construção da imagem de Dilma Rousseff; II – A construção da imagem do governo; III – Ataque aos adversários; e IV – Temáticas acionadas.

Diante do recorte definido, a análise será realizada de forma qualitativa. O Quadro 1 traz os pronunciamentos coletados da presidente Dilma Rousseff (PT).

Quadro 1 – Pronunciamentos de Dilma Rousseff (PT)

Data	Ocasão dos Pronunciamentos e Coletivas	Descrição
02/12/2015	Aceitação do pedido de <i>impeachment</i> na Câmara dos Deputados.	Dilma reafirmou a improcedência do pedido de cassação contra ela e se dizia convicta do arquivamento do pedido.
18/04/2016	Aprovação no Plenário da Câmara para continuidade do	Na coletiva, Dilma respondeu a várias perguntas, adotando sempre o discurso de legalidade, que havia sido eleita e que era vítima de um golpe. Falou sobre a

	processo.	votação na Câmara, que, segundo ela, não discutiu o crime de responsabilidade, demonstrando se tratar de um jogo político e de uma vingança por parte de Eduardo Cunha.
12/05/2016	Aprovação no Senado pelo afastamento da presidente.	Dilma lembrou sua trajetória e a dor que havia sofrido com a tortura durante a Ditadura e com o câncer. Dilma reforçou seu discurso de legalidade e de estar sendo vítima de um golpe, chamando a população às ruas.
31/08/2016	Votação final do Senado em que Dilma Rousseff perde o cargo de presidente da República.	Realizou o pronunciamento ao lado de aliados políticos. Atacou fortemente os opositores e o governo Temer. Dilma reafirmou o discurso de golpe e falou sobre as perdas que viriam para a população com o novo governo.

Fonte: autoria própria.

Conforme se pode observar no Quadro 1, no dia 02 de dezembro de 2015, dia em que o presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB) aceitou o processo de impedimento de Dilma Rousseff, a presidente falou sobre o assunto em uma coletiva de imprensa, que ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília. Dilma começou o pronunciamento dizendo que havia sido aprovado no Congresso Nacional o Projeto de Lei que atualizava a meta fiscal e que essa aprovação permitiria a continuidade dos serviços públicos fundamentais para os brasileiros. Em seguida, Dilma defendeu-se diante da aceitação do processo de *impeachment* afirmando que as acusações eram inconsistentes e improcedentes. A presidente ainda completou dizendo que não havia qualquer suspeita de desvio de dinheiro público contra ela, de que ela não possuía contas no exterior e que todos os seus bens estavam legalmente declarados. Dilma citou os conteúdos de um grampo telefônico divulgados pela imprensa, que afirmavam o interesse na barganha dos votos de membros da base governista no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. E que, caso essas negociações fossem adiante, haveria o arquivamento do processo de *impeachment*. Dilma declarou que não aceitaria quaisquer tipos de barganha que ofenderiam os princípios morais e éticos que devem governar a vida pública. Ao finalizar, Dilma reafirmou a improcedência do pedido de cassação contra ela e se disse convicta do arquivamento do pedido. Ela sugeriu que a continuidade do processo iria abalar a democracia e a estabilidade do País.

No dia 18 de abril de 2016, aconteceu uma entrevista coletiva concedida pela presidente da República, no Palácio do Planalto, após a votação no Plenário da Câmara, que resultou na continuidade do processo, que iria seguir para o Senado. Dilma discursou sozinha, sem acompanhamento de ministros. Dilma iniciou sua fala reafirmando que o processo em questão se tratava de uma injustiça e que havia acompanhado a votação do dia anterior e não

havia visto discussão alguma sobre o crime de responsabilidade. Dilma ainda reforçou que havia sido eleita por 54 milhões de votos e que por isso se indignava com a decisão da Câmara. Dilma defendeu-se dizendo que não havia crime de responsabilidade e que esse ato pelo qual ela estava sendo julgada já havia sido praticado por outros presidentes da República.

Dilma reafirmou que os atos praticados foram baseados em pareceres técnicos e que não foram atos praticados para que ela se enriquecesse indevidamente. A presidente explicou que a decisão dos atos, pelos quais ela estava sendo julgada, foi baseada, também, em avaliações jurídicas. Dilma ainda disse que, além disso, ela não estava sendo acusada de desvio de dinheiro público e que não havia acusação alguma de enriquecimento ilícito contra ela, bem como não havia acusações de que ela teria contas no exterior. A presidente afirmou que era vítima de uma injustiça, já que quem praticava atos ilícitos e tinha contas no exterior a julgavam e presidiam uma sessão que tratava de uma questão tão grave, que é a questão do impedimento de um presidente da República, fazendo uma referência indireta ao deputado Eduardo Cunha. Dilma justificou a crise econômica afirmando que todos os projetos importantes, que eram necessários ser votados para que o Brasil retomasse o crescimento de forma mais rápida, ou eram postergados ou não eram votados.

A presidente lembrou o motivo da abertura do processo, que, segundo ela, foi aceito por vingança pelo fato de não terem negociado voto na Comissão de Ética da Câmara. Na época, lembrou Dilma, os jornais noticiaram esse fato. E que a defesa apresentou nada além do que as notícias de jornais. Dilma disse que no passado enfrentou a ditadura e que enfrentaria, por convicção, um golpe de Estado. Um golpe que, segundo ela, “usa de uma aparência de processo legal e democrático, para perpetrar, talvez, o mais abominável crime contra uma pessoa, que é a injustiça, é condenar o inocente” (ROUSSEFF, coletiva de imprensa – Palácio do Planalto, 2016).

Dilma discursou que nenhum governo será legítimo sem ser por obra do voto direto. Ela ainda afirmou que o processo em questão não poderia ser chamado de *impeachment*, pois era uma tentativa de voto indireto. Essa tentativa de eleição indireta, segundo a presidente, se dava, porque aqueles que queriam ascender ao poder não tinham votos para tal. Dilma declarou ainda que era estarrecedor que um vice-presidente no exercício de seu mandato conspirasse contra a presidente abertamente: “Em nenhuma democracia do mundo, uma pessoa que fizesse isso seria respeitada. Porque a sociedade humana não gosta de traidor” (ROUSSEFF, coletiva de imprensa – Palácio do Planalto, 2016).

A presidente finalizou a sua fala afirmando que continuaria lutando e que enfrentaria o processo e se defenderia no Senado. Declarou que faria isso não por ela, mas pelos 54 milhões de votos que teve. E reafirmou que, sem democracia, não haveria crescimento econômico e não haveria capacidade de manter as políticas de inclusão sociais: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, ProUni, Fies e todas as políticas que o PT desenvolveu nos últimos anos. A partir daí, foi dada a palavra aos jornalistas, que fizeram perguntas sobre o processo, a votação na Câmara e como se daria a defesa de Dilma no Senado.

No dia 12 de maio de 2016, foi dada uma declaração à imprensa concedida por Dilma Rousseff, que aconteceu após a votação no Senado, a qual decidiu pelo afastamento da presidente. A presidente discursou no Palácio do Planalto, acompanhada de vários aliados, entre deputados, senadores e ministros. Dilma iniciou o discurso explicando que havia sido aberto pelo Senado Federal o processo de *impeachment* e, assim, foi determinada a suspensão do seu mandato pelo prazo máximo de 180 dias. A presidente lembrou que foi eleita por 54 milhões de votos e que, por isso, iria se dirigir à população em um momento decisivo para a democracia brasileira. Dilma declarou que não era apenas o seu mandato que estava em jogo, mas também o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. Estavam em jogo também, segundo Dilma, as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos atendendo à população, a realização do sonho da casa própria (Minha Casa Minha Vida), a exploração do Pré-Sal etc.

Dilma discursou que, diante da decisão do Senado, queria, mais uma vez, esclarecer os fatos e denunciar os riscos para o País de um processo fraudulento, um golpe. A presidente declarou que, desde que foi eleita, parte da oposição, inconformada, pediu a recontagem dos votos, tentou anular as eleições e depois passou a conspirar pelo *impeachment*. Levaram o País, segundo Dilma, a um estado de permanente instabilidade política, impedindo a recuperação da economia. O objetivo era impedi-la de governar. Dilma ainda completou que o processo não se tratava de *impeachment*, e sim de um golpe, já que ela não havia cometido crime algum. A presidente explicou que não tinha contas no exterior, nunca havia recebido propinas e jamais havia compactuado com a corrupção.

Na declaração, Dilma disse que podia ter cometido erros, mas que não havia cometido crimes. Ela afirmou que os atos que praticou foram legais, corretos e necessários. Completou dizendo que atos como esse haviam sido praticados por outros presidentes, que não eram crimes na época deles e que também não era crime naquele momento. A presidente discursou

afirmando que os decretos de suplementação editados por ela seguiram autorizações previstas em lei. Ela afirmou ainda que as acusações de atrasar pagamentos do Plano Safra eram falsas, porque a lei não exige a participação dela na execução desse Plano.

Dilma declarou que o maior risco no momento era que o País fosse dirigido por um governo “dos sem-voto”, um governo que não fosse leito pelo voto direto da população brasileira. Um governo que, de acordo com ela, não teria legitimidade para propor e implementar soluções para os desafios do Brasil. Um governo que pode se ver tentado a reprimir os que protestam contra ele. Dilma discursou que se orgulhava de ser a primeira mulher eleita presidente do Brasil e que iria lutar com todos os instrumentos legais de que dispunha para exercer o seu mandato até o fim.

A presidente disse, durante o pronunciamento, que havia sofrido a dor da tortura (referindo-se à Ditadura Militar), a dor aflitiva da doença, e que naquele momento sofria mais uma vez a dor da injustiça. Dilma confessou que nunca tinha imaginado que seria necessário lutar, de novo, contra um novo golpe no Brasil. E finalizou discursando que tinha a certeza de que a população saberá dizer não ao golpe: “O nosso povo é sábio e tem experiência histórica. Aos brasileiros que se opõem ao golpe, independentemente de posições partidárias, faço um chamado: mantenham-se mobilizados, unidos e em paz” (ROUSSEFF, declaração à imprensa – Palácio do Planalto, 2016). A presidente discursou dizendo que a luta contra o golpe seria longa e que a democracia era o lado certo da história. Ela disse ainda que jamais iria desistir de lutar.

No dia 31 de agosto de 2016, foi realizado um pronunciamento à imprensa após a perda do mandato de presidente da República, sendo então seu último discurso como presidente. Dilma pronunciou-se nesse momento no Palácio do Planalto, ao lado de muitos aliados políticos, dentre eles parlamentares e ministros. Dilma abriu o discurso cumprimentando os aliados, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e todos os brasileiros. Ela disse que o Senado Federal havia tomado uma decisão que entra para a história das grandes injustiças: “Os senadores que votaram pelo *impeachment* escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar” (ROUSSEFF, pronunciamento à imprensa, 2016).

Dilma discursou que era o segundo golpe que enfrentava. O primeiro foi o golpe militar e o segundo foi o golpe parlamentar, o qual foi dada por uma farsa jurídica. Dilma declarou que ocorreu uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituíram a

vontade expressa por 54, 5 milhões de votos. Ela disse ainda que iria recorrer em todas as instâncias contra a fraude.

Dilma disse que seu projeto nacional progressista e democrático havia sido interrompido por uma força conservadora e reacionária com o apoio de uma “imprensa facciosa e venal”. Essa força, segundo Dilma, “vai capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social” (ROUSSEFF, pronunciamento à imprensa, 2016). Declarou que derrubaram a primeira mulher presidente do Brasil sem que houvesse qualquer justificativa constitucional.

A presidente afirmou que o golpe era contra os movimentos sociais e sindicais. O golpe era contra o povo. Dilma disse que falava aos brasileiros que a elegeram, aos que, durante o seu governo, entraram na faculdade, realizaram o sonho da casa própria, superaram a miséria, começaram a receber atendimento médico, aos que deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhe foram negados. Pediu para que estes não desistissem da luta. Dilma declarou que lutaria e que haveria contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer. Disse ainda que retornaria para “continuar a jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano”.

Dilma disse esperar que soubessem se unir em defesa das causas comuns a todos os progressistas, independente de filiação partidária ou posição política. Propôs que todos lutassem contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

Dilma discursou ainda que estava saindo como havia entrado: sem ter participado de atos ilícitos, sem ter traído seus compromissos e com dignidade. Dilma citou Darcy Ribeiro: “Não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles”. Declarou que as futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram as suas feias faces. Por fim, Dilma disse que não diria adeus e que tinha a certeza de que podia dizer até daqui a pouco. E se despediu compartilhando o verso de um poeta russo.

4.2.2 Análise de Conteúdo Qualitativa

1. A construção da imagem de Dilma Rousseff

Quanto à construção da imagem de Dilma nos pronunciamentos realizados durante o processo de *impeachment*, pode-se destacar, primeiramente, como, hoje, o capital simbólico,

apontado por Bourdieu (1986), que inclui o capital político e a exposição midiática, relaciona-se, principalmente, com as estratégias de gestão de visibilidade. Isso porque, conforme apontam Lima (2006) e Rodrigues (1990), a mídia passa a ter um papel de mediadora social e ocupa um espaço de centralidade na era contemporânea. Assim, é importante entender as estratégias de comunicação utilizadas pela então presidente e a adaptação do seu discurso à lógica midiática.

Antes de entrar na discussão sobre a questão da visibilidade, é essencial remeter ao fato de a presidente Dilma estar numa situação de fragilidade, desde o início do seu segundo governo, revelando a perda de capital político. Conforme apontam Bourdieu (1986) e Miguel (2003), o capital político é crucial, principalmente quando se trata de um presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988). Nesse sentido, conforme explica Bourdieu (1986), o capital político tem a ver com o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos. A carreira política e o capital político estabelecem, então, uma relação entre eles, já que é necessário capital para alavancar a carreira política, da mesma forma que a ocupação de cargos mais elevados na carreira política atraem capital. Trazendo a questão do capital político para a carreira de Dilma, é possível perceber que o fato de Dilma no passado ter lutado contra a ditadura militar, bem como ter conquistado cargos importantes de secretarias e no governo Lula ter ocupado o cargo de ministra de Minas e Energia, trouxe a ela capital para alavancar a carreira. E esse capital é trazido também em seus pronunciamentos durante o processo de *impeachment* e são utilizados também para construir uma imagem de Dilma.

Eu, no passado, na minha juventude, enfrentei por convicção a ditadura [...]. Aliás, eu comecei lutando em uma época em que era muito difícil lutar. Era a época da ditadura aberta, escancarada, aquela que te torturava fisicamente e que matava e tirava a vida das pessoas, companheiros teus (ROUSSEFF, declaração à imprensa – Palácio do Planalto, 12 de maio 2016).

No entanto, apesar de acionar fatos da sua trajetória, é fundamental retomar o contexto político que marca o momento de forte crise política, institucional e econômica que foi, aos poucos, gradativamente, gerando essa perda de capital político de Dilma e do PT. Desde as Jornadas de Junho de 2013, a popularidade da petista caiu consideravelmente. Mesmo tendo sido reeleita em 2014 com uma frente ampla de partidos, o início do segundo mandato já mostrava a perda de apoio de partidos políticos. O seu capital político foi se esvaziando, principalmente, depois da derrota do PT na disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados. O seu adversário, Eduardo Cunha (PMDB), mostrou força junto aos

parlamentares não só por vencer a disputa, mas por emplacar uma agenda de pautas que prejudicam a proposta de ajuste fiscal do governo Dilma. Aos poucos, os partidos e os políticos foram abandonando a base aliada. Em 2016, isso ficou visível quando Dilma não conseguiu nem os números necessários para barrar a aceitação do processo de *impeachment* tanto na Câmara como no Senado.

Além da perda de apoio político, que foi uma das principais variáveis de sua queda, Dilma também perdeu capital simbólico ao ter uma visibilidade cada vez mais negativa por parte da grande imprensa brasileira. Por isso, como será mostrado a seguir, os pronunciamentos dela evidenciam uma presidente isolada, fragilizada, sem apoio político e com um discurso que tenta retomar um apoio popular que o PT teve durante os mandatos anteriores, mas que foi perdido em função da crise econômica e da crise política. Para tentar buscar apoio, a presidente recorreu à sua trajetória, aos avanços que os governos do PT promoveram nos mandatos de Lula e de Dilma e ao fato de o País ter uma mulher à frente da Presidência pela primeira vez na história e comprometida com as causas populares.

Nos pronunciamentos apresentados aqui, no que diz respeito à construção da imagem da ex-presidente, observa-se que, mesmo fazendo menções aos avanços dos governos do PT, Dilma Rousseff (PT) buscou dar um tom personalista, enfatizando a sua trajetória de luta política e o fato de ter sido eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Esse fato foi priorizado em sua fala durante todo o processo: “Por isso, quero dizer a vocês, a todos vocês que eu tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidente do Brasil” (ROUSSEFF, declaração à imprensa – Palácio do Planalto, 12 de maio de 2016). Dilma utilizou-se desse fato como estratégia de defesa diante do *impeachment*: “As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces” (ROUSSEFF, declaração à imprensa – Palácio do Planalto, 12 de maio de 2016). Dilma construiu uma imagem por meio dos pronunciamentos de representante das mulheres, mostrando que conquistou um espaço nunca antes conquistado por uma mulher. Por meio dos discursos, percebe-se também a construção de uma imagem forte, honesta e íntegra da presidente. No pronunciamento do dia 02 de dezembro de 2015, Dilma destacou que seu passado e presente atestavam a sua idoneidade e o seu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública.

Voltando à discussão teórica sobre a personalização na política, Manin (1995) discute a questão do personalismo na sociedade contemporânea. Para Manin, na sociedade atual, os partidos políticos ficam em segundo plano, perdendo espaço para o voto. Dessa forma, o eleitor na atual sociedade é influenciado pela imagem do líder, da pessoa, criando o processo

de personalização. Essa característica cria uma crise de representação, com baixa identificação do eleitor com os partidos e com organizações como os sindicatos, por exemplo. Esse fator resulta em uma instabilidade eleitoral e ao mesmo tempo fortalece a mídia, que hoje acaba tomando o lugar que antes era dos partidos, fazendo, assim, com que o campo político vá perdendo cada vez mais sua autonomia diante do campo midiático. Manin (1995) destaca que, antes, os partidos políticos se preocupavam em apresentar o plano de governo e se comprometiam a cumpri-lo caso chegassem ao poder. Porém, como explica Manin (1995), hoje a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, foca na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes.

No caso do Brasil, há outras variáveis que devem ser levadas em conta. Com as Jornadas de Junho de 2013, cresceu uma onda de questionamentos contra o sistema político de uma forma geral. Políticos e partidos considerados como o retrato da política tradicional passaram a ser rejeitados. Tal discurso foi cada vez mais difundido por grupos econômicos e, principalmente, pela grande mídia que difundiu o discurso contra a política. Isso resultou no crescimento da rejeição às instituições políticas e aos partidos. Os dados das eleições de 2016 e 2018 revelaram claramente o resultado de tal processo, com a emergência dos políticos que se colocaram como *outsiders* e contra a política tradicional, mesmo que em alguns casos sempre tiveram vínculos com a política. As eleições de João Doria (PSDB) para prefeito em 2016 e para governador em 2018, assim como de outros governadores e do atual presidente Jair Bolsonaro (PSL), estão relacionados com o discurso da antipolítica. Mesmo com o desgaste do PT, em decorrência das denúncias de corrupção com a Operação Lava Jato, e a sua queda de popularidade, Dilma insistiu em resgatar a sua trajetória, principalmente, para retomar o apoio dos segmentos populares, como os movimentos sociais e os eleitores que se posicionam mais à esquerda.

Trazendo a discussão para o processo de campanha permanente, Galicia (2010) aponta que há necessidade de o político conquistar o eleitor no cotidiano. O político que não calcula sua agenda e como manter o apoio popular todos os dias tende a fracassar. No caso de Dilma, percebe-se um distanciamento não somente da política, mas de seu partido, dos eleitores, sobretudo os mais pobres, que compõem a maior parte do eleitorado do PT. Esse fator pode ter sido favorável às manifestações de 2013, que resultaram no *impeachment*. Pode-se analisar, por meio dos pronunciamentos, que Dilma, então, recorreu a seus atributos pessoais, utilizando-se da figura feminina, da sua trajetória política e dos atributos administrativos, em busca de uma imagem positiva. Ao utilizar em seus discursos o fato de ter sido eleita a

primeira mulher presidente do Brasil, Dilma traz o seu atributo pessoal de ser mulher. Ao mesmo tempo, Dilma utiliza-se, a todo o momento, do fato de ter enfrentado a ditadura militar, com o objetivo de trazer a sua trajetória de luta política como um capital político, tentando fortalecer sua imagem. Outro recurso utilizado por Dilma em seus pronunciamentos é trazer o atributo de seu governo ter combatido a corrupção fortemente em seu primeiro mandato e o fato de não ter aceitado barganhar votos com Eduardo Cunha. Constata-se que é um discurso mais alinhado com o perfil de centro-esquerda, que já tinha sido bastante explorado no segundo turno em 2014, mas que havia sido abandonado no início de seu segundo mandato com propostas neoliberais de ajuste fiscal. Dessa forma, observa-se uma retomada de bandeiras históricas do PT e de Dilma em sua história de militante de esquerda.

Observa-se que, ao tratar do *impeachment* e de seu governo, Dilma adotou um caráter teatral e espetacular, que está relacionado à própria centralidade da mídia. Conforme ressalta Goffman (2013), frente ao seu interlocutor, o indivíduo deve mostrar ter controle e a crença no que está dizendo. No caso de Dilma Rousseff, mesmo nas várias etapas de discussão e aprovação do *impeachment*, ela apresentou-se como uma mulher íntegra e que estava sofrendo um golpe parlamentar e político. No entanto, um olhar mais atento ao contexto e às próprias aparições de Dilma e nas suas falas, mostram uma aparição contraditória. Se os discursos tentavam mostrar a força de Dilma em várias etapas de luta de sua vida, o momento político de uma presidente isolada e sem apoio, ridicularizada em “memes” nas redes sociais até em função da misoginia, apontavam para uma imagem bastante fragilizada de uma liderança política prestes a perder o poder.

Todas essas estratégias trazem a personalização para o discurso adotado por Dilma seguindo a lógica descrita por Manin (1995). Porém, Dilma não deixou de utilizar-se dos atributos trazidos pelo governo do PT juntamente com o governo Lula. Dilma sempre reforçou as políticas sociais aplicadas nos governos petistas, já que isso reforçaria também uma imagem positiva para a presidente.

2. A construção da imagem do governo

Tendo em vista o conceito de campanha permanente, Hecló (2000) defende que o processo é como uma combinação de imagem e cálculo estratégico, que transforma o governo em uma perpétua campanha e refaz o governo um instrumento designado para sustentar a popularidade oficial de um eleito. Dessa forma, percebe-se que Dilma e sua equipe falharam na comunicação governamental, no sentido de não serem estratégicos ao prestar contas e

dialogar com a população, gerando a crise política e propiciando um ambiente estável para o *impeachment*. Diante disso, é importante compreender também como a petista trabalhou a imagem de forma estratégica no momento em que se ocorria o processo. Quanto à imagem do governo Dilma e das gestões do PT, a presidente defendeu, em seus pronunciamentos e na coletiva de imprensa, os programas sociais e a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na declaração feita à imprensa no dia 12 de maio, Dilma disse que o que estava em jogo no processo de *impeachment* eram também as conquistas dos últimos 13 anos, período em que o PT estava no governo.

Os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção as crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com o Minha Casa Minha Vida. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. (ROUSSEFF, declaração à imprensa – Palácio do Planalto, 12 de maio 2016).

Dilma apresentou os pontos positivos do governo petista, com os investimentos nos programas sociais e a possível perda para a sociedade caso acontecesse o *impeachment*. Ela defendeu uma imagem positiva de seu governo ao citar que este “nunca cometeu nenhum ato repressivo contra movimento sociais, contra movimentos reivindicatórios, contra manifestantes de qualquer posição política” (ROUSSEFF, declaração à imprensa – Palácio do Planalto, 12 de maio 2016).

Em seu último discurso, Dilma reforçou as positivities do governo petista e a perda que viria com sua saída da Presidência. Ao discursar que por 13 anos o PT realizou com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdade da história do Brasil, Dilma trouxe uma imagem positiva opondo-se ao discurso negativo trazido pelo processo de *impeachment*.

Dessa maneira, observa-se que Dilma procurou se utilizar da retórica da situação – de que o seu governo deveria ser compreendido numa sequência de governos do PT que geraram mudanças sociais e econômicas importantes no País com a inclusão dos segmentos populares. No entanto, o cidadão/eleitor tem, conforme aponta Manin (1995), cada vez mais uma perspectiva plebiscitária focada no presente. Se o governo enfrentava uma grave crise econômica e política, o apoio popular foi se perdendo, já que o atual momento era de crise, e não de conquistas, como ocorreu nos anos anteriores. Nesse sentido, o discurso da oposição parecia mais convincente, ao propor a mudança, mesmo que não fosse no ritual considerado democrático, uma vez que a denúncia de pedaladas fiscais era juridicamente frágil. Por isso,

Souza (2016) e Santos (2017) consideram que o *impeachment* foi um golpe jurídico, político e midiático.

3. Ataque aos adversários

Ao tratar da propaganda negativa, Borba (2015) enfatiza que, nos Estados Unidos, um dos principais fenômenos que podem ser observados é a crescente utilização da propaganda negativa como estratégia de campanha. Para o autor, a propaganda negativa é persuasiva, uma vez que estimula o medo e a ansiedade, associando riscos à candidatura do adversário. Domenach (1963), ao tratar da propaganda política, também considera a propaganda contra os adversários uma característica predominante no século XX. O autor enumera algumas regras que considera importantes para a contrapropaganda, a propaganda de combate às teses do adversário: 1º) assinalar os temas dos adversários; 2º) atacar os pontos fracos; 3º) jamais atacar frontalmente a propaganda adversária quando for poderosa; 4º) atacar e desconsiderar o adversário, a vida privada, as mudanças de atitude política e as relações duvidosas são munições triviais contra o adversário; 5º) colocar a propaganda do adversário em contradição com os fatos; 6º) ridicularizar o adversário, “quer imitar seu estilo e sua argumentação, quer atribuindo-lhe zombarias”; e 7º) fazer predominar seu “clima de força”. Dessa forma, analisar como Dilma Rousseff adotou a estratégia da contrapropaganda é fundamental. Percebe-se que Dilma utilizou muito o ataque às relações duvidosas de seus adversários e fez predominar em alguns momentos sua “força”.

Dilma adotou um discurso de ataque aos adversários e opositores tanto para justificar a crise econômica quanto para justificar o processo de *impeachment*. Em seu primeiro discurso, quando foi aceito o processo de impedimento, Dilma atacou o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). A presidente discursou que, como a imprensa já havia noticiado, haveria interesse na barganha dos votos da base governista no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e, em troca, haveria o arquivamento dos pedidos de *impeachment*. Como a base governista não apoiou Eduardo Cunha (PMDB), este deu abertura ao processo de cassação de Dilma.

Na coletiva de imprensa do dia 18 de abril, após o Plenário da Câmara aprovar a continuidade do processo, Dilma novamente atacou Eduardo Cunha: “Eu me sinto injustiçada, porque aqueles que praticaram atos ilícitos, que têm contas no exterior, presidem a sessão que trata de uma questão tão grave como é a questão do impedimento de um presidente da República” (ROUSSEFF, Coletiva de imprensa, 18 de abril de 2016). A presidente ainda

discursou que a oposição e adversários não permitiram que ela governasse em um clima de estabilidade política: “Vejam vocês que, contra mim, praticaram sistematicamente a tática – ou a estratégia, se vocês quiserem – do quanto pior, melhor. Quanto pior, melhor assim, pior para o governo, melhor para a oposição” (ROUSSEFF, Coletiva de imprensa, 18 de abril de 2016). Dilma atacou os adversários também justificando que não haveria como recuperar a economia, já que projetos importantes, que eram necessários para que o Brasil retomasse o crescimento, ou eram postergados, ou não eram votados.

Na coletiva de imprensa, Dilma atacou o então vice-presidente Michel Temer (PMDB): “É estarrecedor que um vice-presidente no exercício de seu mandato conspire contra a presidente abertamente. Em nenhuma democracia do mundo, uma pessoa que fizesse isso seria respeitada, porque a sociedade humana não gosta de traidor” (ROUSSEFF, Coletiva de imprensa, 18 de abril de 2016). Dilma adotou uma estratégia de acusar os adversários e a oposição de terem sabotado o seu governo e serem responsáveis por um golpe. Em seu discurso do dia 12 de maio, Dilma disse que a oposição forjou um ambiente propício para o golpe.

Em seu último pronunciamento, após a decisão da perda do mandato de presidente, Dilma atacou o governo Temer dizendo que todos juntos iriam “lutar contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo direito pleno à democracia (ROUSSEFF, Pronunciamento, 31 de agosto de 2016). Dilma atacou ainda a mídia discursando que o projeto nacional, progressista e democrático que o governo petista representava “foi interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária com o apoio de uma imprensa facciosa e venal”.

Pode-se perceber que Dilma adotou como estratégia o ataque aos adversários e oposição, bem como à mídia. Adotando esse argumento, Dilma adotou o discurso de que, com a articulação desse grupo, ocorreu um golpe, e não um *impeachment*.

Trazendo a discussão para a teoria da espetacularização, Debord (1997) afirma que a sociedade do espetáculo é mediada pelo simulacro que tomou o lugar da realidade. Para o autor francês, a teatralidade e a representação tomaram totalmente a sociedade que passou a ser monopolizada pelas aparências. Para Gomes (2004), há um crescente interesse do jornalismo atualmente pela dramatização, principalmente depois da televisão. Esse autor afirma que se o jornalismo busca desqualificar algumas encenações protagonizadas por políticos, porque ele mesmo quer controlar o espetáculo político. Dessa forma, os campos

midiático e político sofrem interferências da espetacularização, fazendo com que as relações sejam mediadas por personagens.

Assim, pode-se concluir que o *impeachment* é o palco do espetáculo, onde há personagens, dramas, vilões e mocinhos. Analisando os pronunciamentos de Dilma, a presidente se coloca no lugar de vítima de um golpe, que foi arquitetado pela oposição. Nos discursos, Dilma coloca seu vice-presidente Temer (MDB) como o traidor, que conspirou pelas suas costas, e Cunha (MDB) seria o outro vilão, que aceitou o pedido de *impeachment* como vingança, já que petistas não o apoiaram na Comissão de Ética da Câmara.

No caso do *impeachment* de Dilma, as estratégias de comunicação da presidente parecem ter sido pouco eficazes mesmo que a intenção e a metodologia utilizadas aqui não permitam fazer inferências sobre o impacto sobre o público. Mas a propaganda negativa adotada por Dilma contra adversários como Eduardo Cunha e Michel Temer acabou surtindo pouco efeito, porque o cidadão não acompanha o processo político e os bastidores do poder. Portanto, o eleitor não acompanhou a eleição para a Câmara dos Deputados em que foi travada a disputa entre o PT e Cunha. Da mesma forma, as articulações do PMDB e da base aliada para aprovar o *impeachment* de Dilma não ganharam visibilidade na mídia no sentido de se configurar como uma manobra para se efetivar um golpe. Dessa maneira, o *marketing* de oposição (NOGUERA, 2001) utilizado por Dilma foi pouco eficaz diante do enquadramento midiático ainda negativo ao governo. Nesse sentido, mais uma vez a estratégia comunicacional do governo petista mostrou-se falha, tendo em vista o papel ainda central da grande mídia.

Disso, decorre a perda do capital simbólico. Ao partir para o enfrentamento com a mídia, num momento de fragilidade, Dilma perdeu espaços para tornar público o seu posicionamento, para se defender e para mostrar que havia uma articulação política e de que o *impeachment* estava sustentando uma tese jurídica fraca. Se num primeiro momento a grande imprensa foi mais cautelosa em defender a saída de Dilma, em 2016, assumiu claramente a posição de que o *impeachment* era a melhor alternativa para que o País saísse da crise política e econômica. Portanto, havia grande discrepância entre os poucos discursos de Dilma e do PT, que ganhavam visibilidade positiva na mídia, em contraponto ao discurso hegemônico de um país mergulhado na crise política, na corrupção, na crise econômica, sem falar na divulgação das pesquisas de opinião pública que apontavam a enorme rejeição de Dilma junto aos cidadãos. Depois de afastada até a votação final do *impeachment*, a presidente teve que usar os espaços da *internet* para se manifestar, uma vez que as suas aparições na mídia se tornaram cada vez menos frequentes. Enquanto isso, os argumentos a favor do *impeachment* tornavam-

se cada vez mais fortes no espaço midiático, além da forte mobilização política nos bastidores. Desse modo, a defesa do governo do PT e dos seus avanços era um discurso cada vez mais limitado a grupos de esquerda na *internet* e em *blogs* e *sites* alternativos frente a um discurso hegemônico da grande imprensa que procurava legitimar o *impeachment*.

4. Temáticas acionadas

Serão analisadas neste momento as temáticas mais acionadas nos pronunciamentos e coletivas, buscando compreender a ênfase dada aos discursos da presidente como estratégia diante do processo de *impeachment*.

Quadro 2 – Temáticas mais acionadas

Data dos pronunciamentos/coletivas	Temáticas mais acionadas
02/12/2015	Trajatória; Presidente da Câmara dos Deputados; Democracia.
18/04/2016	Injustiça; Deputados; Democracia; Oposição; Golpe; Trajetória; Legitimidade; Programas Sociais; Senado.
12/05/2016	Senado; Democracia; Brasileiros; Constituição; Programas Sociais; Oposição; Injustiça; Lei Orçamentária; Legitimidade; Trajetória; Golpe.
31/08/2016	Luiz Inácio Lula da Silva; Senado; Constituição; Golpe Parlamentar; Eleição Indireta; Trajetória; Retrocesso Social; Brasileiros; Luta; História.

Fonte: autoria própria.

Como se pode observar no Quadro 2, no dia 02 de dezembro de 2015, a presidente recorreu à sua trajetória política, sobretudo sua luta durante a ditadura militar no Brasil, atacou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB), que aceitou a abertura do processo, e acionou diversas vezes a temática da democracia, afirmando acreditar nas instituições diante de um processo sem base jurídica.

No dia 18 de abril de 2016, na votação em Plenário, Dilma acionou diversas temáticas. Dilma destacou a temática da legitimidade ao afirmar que o processo se tratava de um golpe, já que não havia embasamento legal. A presidente atacou a oposição e a votação na Câmara, que, segundo ela, não enfatizou a discussão no crime de responsabilidade. Outras temáticas acionadas foram a trajetória política – a presidente destacou sua luta contra a ditadura e o fato de ter sido a primeira mulher eleita presidente – e os programas sociais – a presidente destacou os investimentos dos governos petistas. Dilma aciona também a falta de legitimidade

de um possível governo de Michel Temer, que não chegaria ao poder pela vontade dos brasileiros, e sim de forma não democrática.

Já no dia 12 de maio, quando a presidente foi afastada e Michel Temer assumiu interinamente, dentre as temáticas mais acionadas, estavam a Constituição, a democracia e a legitimidade. Dilma enfatizou que o processo de *impeachment* se constitui como um golpe parlamentar e que, dessa forma, a democracia estava sendo atacada. A presidente questionou a legitimidade do processo e do governo Michel Temer, que não havia sido escolhido pelos brasileiros. Mais uma vez, a presidente atacou a oposição, acionando a questão orçamentária e a sabotagem ao seu governo. Dilma acionou sua trajetória política novamente e as conquistas dos governos petistas que poderiam ser perdidas no novo governo.

Por fim, no dia 31 de agosto, Dilma novamente recorreu a temáticas como a sua trajetória, democracia e legitimidade, reforçando o discurso de que o processo de *impeachment* se tratava de um golpe. Dilma acionou a temática da Luta, chamando os brasileiros para se manifestarem contra um governo ilegítimo, que traria retrocessos sociais.

Por meio das temáticas, observa-se que Dilma Rousseff adotou como estratégia, de forma mais recorrente, trazer sua trajetória política de luta a favor da democracia. Ao mesmo tempo, ela acionou a temática de golpe parlamentar e retrocessos sociais que viriam com um governo sem legitimidade. Nota-se que, ao final do processo, o ataque à oposição foi mais árduo ao mesmo tempo em que os discursos passaram a ser mais voltados à população do que aos deputados e senadores.

Novamente, recorrendo à discussão sobre propaganda política e campanha permanente, conforme aponta Riker, citado por Oliveira (2005), numa disputa política e eleitoral, o grupo que tem domínio da agenda tem grande probabilidade de conseguir ter maior eficácia persuasiva e sair vitorioso. Nesse sentido, no caso do *impeachment*, constata-se que Dilma e o PT não tinham mais domínio sobre os temas em questão. Os principais assuntos que preocupavam os brasileiros e eram assuntos prioritários para a mídia relacionavam-se à crise econômica e à corrupção. Naquele momento, Dilma não tinha como ter domínio em relação ao discurso econômico, pois havia uma forte crise, com aumento do desemprego, além de um forte ajuste fiscal que contrariava a postura da esquerda. No que diz respeito à corrupção, apesar de a presidente não ter seu nome envolvido em escândalos, o fato de vários integrantes do PT terem sido presos ou estarem sendo investigados, tornava o tema muito difícil para ser trabalhado por Dilma. Mesmo que insistisse na sua trajetória e na sua honestidade, não tinha como se dissociar do que ocorria com o PT.

Ao discutir a comunicação governamental e eleitoral, Galicia (2010) também alerta sobre o poder midiático no processo de campanha permanente. Dessa forma, do ponto de vista acadêmico, é importante não só analisar as estratégias dos atores políticos, mas também a mídia.

4.3 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

Ao analisar a comunicação política, é imprescindível discutir o papel da mídia no campo político. Dessa maneira, propõe-se compreender o conceito de enquadramento e como ele é reproduzido pela mídia massiva, entendendo que tal tarefa é essencial para a presente pesquisa e para analisar a mídia como ator social e político. As teorias contemporâneas do jornalismo trabalham a perspectiva de que as notícias são um processo de construção social complexo que envolvem múltiplos fatores, como a linha editorial do veículo, os critérios de noticiabilidade, a dependência das fontes, os recursos disponíveis e as rotinas de produção. Dentre tais teorias, destaca-se a teoria do enquadramento, que trabalha com a ideia de que os jornais, ao selecionarem determinados fatos, enfatizam alguns aspectos a partir de mapas culturais, excluindo outros elementos. Isso relaciona-se à cultura profissional dos jornalistas, ao padrão de narrativas predominante no jornalismo e à própria linha editorial dos veículos.

O termo “frame” foi desenvolvido por Goffman (1974), a fim de buscar argumentos que definem os modos como os indivíduos organizam o conhecimento no seu cotidiano. Para Motta (2007), Goffman queria demonstrar que a vida cotidiana é uma sondagem, um movimento recíproco, contínuo, de construção e reconstrução de sentidos negociados. O conceito de *frame*, traduzido por enquadramento, é definido por Motta (2007, p. 3):

Premissas organizativas das atividades dos atores sociais: definições de situações que se constroem de acordo com princípios que organizam a compreensão dos acontecimentos e nossa implicação com eles. *Frames*, marcos ou enquadramentos constituem os modos através dos quais se cataloga e se vive a experiência da realidade.

Assim, segundo Motta (2007), o *frame* não se refere ao ato de enquadrar a realidade por parte de um dos interlocutores apenas. Os *frames* são princípios organizativos compartilhados e fundamentados na cultura a partir de expectativas recíprocas e comuns.

Mendonça e Simões (2012) também citam Goffman afirmando que seu foco, ao tratar do conceito, incide sobre as pequenas interações cotidianas que organizam as experiências dos sujeitos no mundo. De acordo com os autores, para Goffman, os *frames* não são estratégias

simplesmente construídas por atores sociais para influenciar seus interlocutores. Desse modo, os atores não são completamente livres e independentes na interação. Eles são configurados pela situação, que os precede embora eles atuem sobre ela.

O conceito de enquadramento jornalístico tem sido incorporado às recentes teorias sobre os efeitos políticos da mídia e do estabelecimento da agenda pública como lembra Motta (2007). Partindo dessa perspectiva teórica, a mídia não apenas agenda as preocupações, mas também influencia sobre como se pensa acerca dos temas políticos. Daí, a importância de se trabalhar o conceito de enquadramento noticioso.

Motta (2007) defende, então, que o enquadramento predominante na mídia é o dramático (narrativo), que seria um enquadramento já enraizado na sociedade e na cultura, sendo ordenador, prático e, principalmente, compreensível. Por isso, segundo o autor, os jornalistas recorrem às metáforas dos jogos para relatar a complexidade da política. O uso de jogos permite aos jornalistas “revelar, amplificar ou instituir conflitos, tensões, clímax; heróis e vilões; bons e maus homens como na literatura” (MOTTA, 2007, p. 9). Na perspectiva do autor, esses enquadramentos são inventados pelos jornalistas para organizar a “complexa realidade política”. Ele afirma que o jornalismo político tende a utilizar os enquadramentos lúdicos, tipo jogos (guerra, batalha, duelo, luta de boxe, jogos de tabuleiro e ciclo de herói entre outros), porque esses *frames* culturais enquadram de maneira acessível os enfrentamentos políticos e facilitam a compreensão dos complexos conflitos da política.

Assim, pode-se entender a lógica espetacular mediante esse enquadramento lúdico dado aos jornalistas, inicialmente para fazer com que os eleitores entendam mais facilmente o “jogo” político. Mas isso não significa que o enquadramento lúdico não sofra influência dos critérios de noticiabilidade, dos valores carregados pelos jornalistas e até por questões mercadológicas que fazem com que o veículo opte por criar seu “vilão” ou seu “herói”, enquadrando certas notícias conforme sua perspectiva.

Para Motta (2007), os jornalistas apresentam a realidade política como um campo em conflito. Na ótica do autor, isso interessa ao jornalismo, já que ele depende da audiência, que precisa seduzir e capturar a atenção. Assim, o jornalismo instiga o conflito, trazendo as personagens políticas para a arena e convocando os políticos para fazer acusações e respostas sucessivas: “Se há oposições latentes na política, o jornalismo as promove; se não há, ele as incita” (MOTTA, 2007, p. 10).

Motta (2007) ainda completa que o jornalismo precisa do dramático. Por isso, ele atrai o conflito e o enquadra, pondo o contraditório, os protagonistas e seus antagonistas, os heróis e vilões em cena. Nesse sentido, Motta (2007, p. 10) diz que as narrativas jornalísticas não são

apenas representações, mas apresentações da realidade: “Um drama é uma ação representada, mas é mais do que isso, produz um efeito de identificação com as ações e uma participação nelas”. Assim, percebe-se que o enquadramento dramático utilizado por jornalistas para facilitar o entendimento dos leitores ou telespectadores reforça ainda mais o caráter espetacular e personalista da mídia, criando um processo de espetacularização também dentro do campo político, uma vez que esse enquadramento cria ainda mais conflitos entre atores e partidos políticos.

Motta (2007) conclui que as disputas políticas representadas em metáforas de jogos tornam-se pedagógicas sem serem didáticas. Ao enquadrar de forma dramática e lúdica o jornalismo, utiliza-se de uma representação objetiva do real, porém esse enquadramento nunca será o real, estando sujeito a contaminações do imaginário. Motta (2007) explica ainda que, ao tentar relatar os dramas, as tragédias e os conflitos cotidianos de forma objetiva, o jornalismo tende para o racional, mas não escapa do ficcional. Assim, o jornalismo fica longe de ser o espelho fiel da realidade, pois não consegue liberar-se das determinações culturais e simbólicas.

Porto (2004) classifica dois tipos de enquadramentos: os noticiosos e os interpretativos. Os primeiros estão centrados no ângulo das notícias, enquanto os segundos enfocam as avaliações de temas e eventos realizados por diferentes atores sociais. Segundo Porto (2004), o conceito de enquadramento tem sido utilizado para definir os “princípios de seleção, ênfase e apresentação” usados por jornalistas para organizar a realidade e o noticiário. No caso da cobertura pública e política, os enquadramentos permitem aos jornalistas conquistar audiências, organizar e interpretar temas e eventos políticos de forma específica. Para o autor, os enquadramentos noticiosos pautam as conversas e discussões sobre problemas sociais e políticos, fazendo com que o enquadramento tenha um importante efeito no modo como a audiência interpreta esses problemas. Em uma sociedade em que as pessoas possuem uma baixa escolaridade, por exemplo, essa interpretação tende a ser menos crítica. Com isso, o enquadramento dado pela mídia tem uma influência ainda maior.

Porto (2004) classifica quatro tipos principais de enquadramento no período eleitoral: (1) enquadramento temático: enfatiza programas, propostas e posições dos candidatos, exigindo uma análise crítica e mais interpretativa dos jornalistas; (2) enquadramento “corrida de cavalos”: destacam-se os resultados das pesquisas de opinião e as estratégias dos candidatos para subir nas intenções de votos; trata-se da evolução dos candidatos nas campanhas; (3) enquadramento personalista: traz para os noticiários os aspectos particulares

dos políticos, como dramas pessoais, traços de personalidade e ideologia; a mídia vem dando preferência para o personalismo, para o individual; e (4) enquadramento episódico: é a notícia com enfoque no cotidiano de campanha, quando são ressaltados eventos e declarações de candidatos sem considerar os demais enquadramentos.

Porto (2004) cita Capella e Jamieson (1997) ao defender que o enquadramento do processo político em termos de um jogo estratégico também contribui para fortalecer a teatralidade e o cinismo sobre o mundo da política no público. Enfim, o enquadramento, seja ele feito por ideologia dos jornalistas ou pela linha editorial da mídia, exerce grande poder sobre a opinião pública e, conseqüentemente, sobre a política e o processo eleitoral.

Mendonça e Simões (2012) discutem as diferentes abordagens do conceito de enquadramento. Os autores citam Bateson (2000), que propõe o conceito de enquadramento para refletir sobre a comunicação entre terapeuta e paciente no contexto da psicoterapia, tratando-se de um conceito que tem como propósito oferecer instruções para que o interlocutor perceba que mensagens estão incluídas e/ou excluídas em determinada situação. Segundo Mendonça e Simões (2012), isso significa que todo enquadramento permite indicar o tipo e a natureza da interação entre os interlocutores em determinada situação.

Para os autores, o enquadramento possibilita identificar as regras e as instruções que orientam determinada situação e o envolvimento dos atores nela. Mendonça e Simões (2012) destacam ainda que os quadros não são inventados pelos sujeitos, mas mobilizados na interação comunicativa. Deve haver, então, a existência de sentidos partilhados.

Mendonça e Simões (2012) reforçam que muitos estudos de enquadramento descaracterizam a noção do conceito na medida em que o tratam como produtos forjados estrategicamente por atores sociais para determinados efeitos.

Quadros não são simplesmente perspectivas ou opiniões, mas laços intersubjetivos que atravessam relações humanas e as estruturam. Sem desconsiderar que possam ser mobilizados estrategicamente, é preciso ter em mente que quadros são estruturas simbólicas que vinculam atores sociais e são por eles transformados (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 198).

Diante do surgimento de inúmeros estudos em torno de enquadramento, com análises do discurso da mídia nos diferentes campos sociais, Campos (2014) afirma que existe certa imprecisão teórica nos estudos em torno de enquadramento no que se refere aos estudos da interface mídia e política. A fim de delimitar metodologicamente os estudos de enquadramento que envolve a comunicação política, a partir de Gamson e Modigliani (1993),

busca-se a noção de “pacotes interpretativos”, compreendendo que o enquadramento presume a articulação de determinados discursos em uma dada organização formal.

Maia e Vimieiro (2011) também discutem pacotes interpretativos e os definem como agrupamentos formados por determinados dispositivos simbólicos, que têm como essência o enquadramento. Segundo as autoras, os pacotes são definidos como certo padrão em um determinado texto, que se compõe de diversos elementos.

Para identificar os pacotes interpretativos, Gamson e Modigliani (1993) dividiram os símbolos em dispositivos de enquadramento e dispositivos de raciocínio. Os símbolos que formam os dispositivos de enquadramento são constituídos por metáforas – *slogans* ou *chavões*, representações ou imagens visuais, enquanto os dispositivos de raciocínio são formados por elementos que ressaltam as diferenças por meio da análise causal (raízes), as consequências (efeitos) e os apelos a princípios (julgamento moral).

Para a presente pesquisa, será utilizada a metodologia de enquadramento empregada como operadora para a realização da análise de conteúdo, analisando os enunciados e discursos de natureza variada, a fim de captar o modo como a realidade é enquadrada por eles. Como já se pode perceber, esse tipo de análise reside em compreender o modo como os discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de percepções específicas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). O foco da metodologia, nesse caso, está no conteúdo dos discursos: “É no conteúdo que se busca o quadro, visto como uma espécie de ângulo, que permite compreender uma interpretação proposta em detrimento de outras” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 194). Dessa forma, serão elaborados “pacotes interpretativos” (GAMSON; MODIGLIANI, 1993; MAIA; VIMIEIRO, 2011), a fim de compreender de forma mais clara o enquadramento noticioso dado pelo jornal *Folha de S. Paulo* ao *impeachment* no governo Dilma Rousseff (PT) e ao governo Michel Temer (MDB), desde quando assumiu interinamente até os escândalos envolvendo o presidente.

4.4 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT

A partir do mapeamento de 141 notícias ou artigos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, nos recortes feitos a partir dos pronunciamentos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em momentos considerados chaves para a tramitação de seu processo de cassação, foram definidos seis pacotes interpretativos. Os momentos considerados cruciais foram: (a) a abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados a cargo do então presidente

da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB), no dia 02 de dezembro de 2015; (b) data da votação na Câmara dos Deputados – 17 de abril de 2016 – que deu abertura ao processo de cassação; (c) data de votação no Senado, quando Dilma foi afastada até que a votação final ocorresse; e (d) data de votação final do processo de *impeachment*, que ocorreu em 31 de agosto de 2016.

4.4.1 Análise Quantitativa do Enquadramento da *Folha de S. Paulo* sobre o *impeachment*

Com base no conteúdo das notícias coletadas, foram definidos os seguintes eixos interpretativos: (1) Batalha do *impeachment*; (2) Posicionamento sobre o *impeachment*; (3) *Impeachment* e seus rituais; (4) Crise econômica e o *impeachment*; (5) Crise política e o *impeachment*; e (6) O *impeachment* e o governo Michel Temer (PMDB). No Quadro 3, é explicado cada eixo interpretativo.

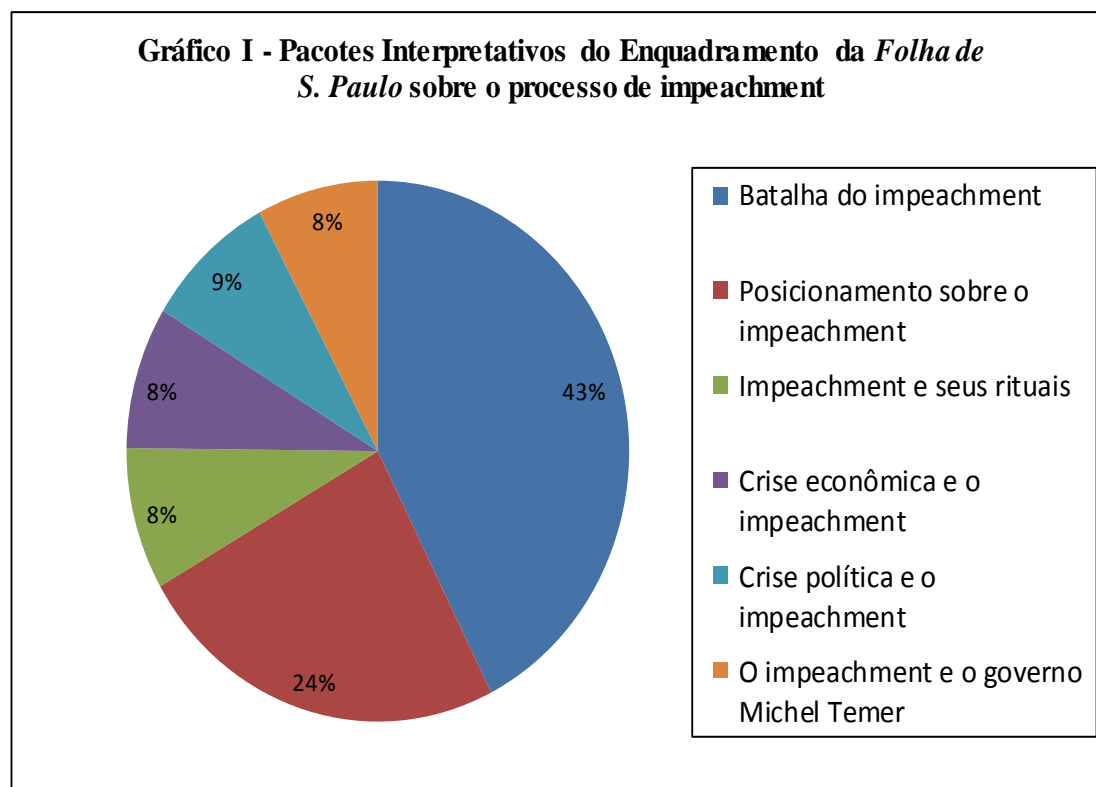
Quadro 3 – Pacotes Interpretativos do Enquadramento da *Folha de S. Paulo* sobre o processo de *impeachment*

Pacote Interpretativo	Descrição do tipo de enquadramento	Número de Notícias	Percentual
1. Batalha do <i>impeachment</i>	Refere-se a notícias que enfatizam a batalha, principalmente, nos bastidores para busca de apoio tanto por parte de Dilma Rousseff (PT) como da oposição em torno da aprovação ou não da aceitação de abertura e posteriormente da própria cassação da ex-presidente. Mostram ainda os possíveis placares e como está a disputa no Congresso, além da movimentação por parte de organizações da sociedade civil e da própria população a favor ou contra o <i>impeachment</i> .	60	42,56%
2. Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>	Seleciona as notícias que trazem o posicionamento seja de atores políticos, atores sociais ou integrantes do Judiciário ou de especialistas sobre o <i>impeachment</i> , a favor ou contra.	34	24,11%
3. <i>Impeachment</i> e seus rituais	Foca nas notícias mais técnicas que explicam mais didaticamente como se dá a tramitação do processo de <i>impeachment</i> da presidente no Congresso – tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.	12	8,51%
4. Crise econômica e o <i>impeachment</i>	Relaciona-se a notícias que, para mostrar a fragilidade da ex-presidente Dilma,	12	8,51%

	focam na crise econômica que afetava o País.		
5. Crise política e o <i>impeachment</i>	Relaciona-se, também, a notícias, que, neste caso, revelam a fragilidade de Dilma do ponto de vista político com a perda de apoio no Congresso, já que tinha uma forte base aliada e no período do <i>impeachment</i> perdeu apoio de quase todos, em destaque do próprio PMDB.	12	8,51%
6. O <i>impeachment</i> e o governo Michel Temer (PMDB)	Referem-se a notícias que já tratam de expectativas ou de atos do governo Temer, seja como interino quando Dilma foi afastada até o julgamento final ou depois que ele assume logo após o dia 31 quando foi aprovado o <i>impeachment</i> , limitando-se a um dia após a votação.	11	7,80%
TOTAL		141	100%

Fonte: autoria própria.

Como fica evidente no Quadro 3, de um total de 141 notícias publicadas pela *Folha de S. Paulo* sobre o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), um total de 60 (o que equivale a 42,56%) refere-se ao enquadramento “Batalha do *impeachment*”. Um total de 34 matérias refere-se ao posicionamento de atores políticos, sociais e especialistas com relação ao processo de *impeachment* (o que equivale a 24,11%). As matérias que se referem aos rituais do *impeachment*, à crise econômica e à crise política em torno do período do processo somam 36 matérias (o que equivale a 8,51% para cada pacote interpretativo). Por fim, as matérias que se referem ao *impeachment* com enfoque no governo de Michel Temer somam 11 (o que equivale a 7,80%). A seguir, encontra-se um gráfico que facilita a visualização dos pacotes interpretativos.



Fonte: autoria própria.

Quadro 4 – Cobertura da *Folha de São Paulo* no governo Dilma Rousseff

Unidade	Data	Título	Enquadramento
1.	01/12/15	Cunha ameaça <i>impeachment</i> , e petistas discutem salvá-lo	Crise política e o <i>impeachment</i>
2.	01/12/15	Para conseguir meta fiscal, Planalto anuncia corte de R\$ 11,2 bilhões	Crise econômica e <i>impeachment</i>
3.	01/12/15	Ajuste Fiscal não gerou economia, só a contenção de mais gastos	Crise econômica e <i>impeachment</i>
4.	01/12/15	Cortes inviabilizam urna eletrônica, diz Justiça	Crise econômica e <i>impeachment</i>
5.	01/12/15	Governo teme que a crise atual leve a alta nos juros em 2016	Crise econômica e <i>impeachment</i>
6.	01/12/15	Dólar encosta em R\$ 3,90 com tensão política e econômica	Crise econômica e <i>impeachment</i>
7.	01/12/15	'Fiquei perplexa', diz Dilma sobre Delcídio	Crise política e o <i>impeachment</i>
8.	02/12/15	Pressão no Planalto para salvar Cunha racha o PT	Batalha do <i>impeachment</i>
9.	03/12/15	PT se opõe a Cunha, que revida e aceita pedido de <i>impeachment</i> de Dilma	Batalha do <i>impeachment</i>
10.	03/12/15	Acusações contra a presidente são 'gravíssimas', justifica peemedebista	Batalha do <i>impeachment</i>
11.	03/12/15	<i>Impeachment</i> não resolve recessão, mas dá aval a arranjo diferente deste que nos envenenou	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
12.	03/12/15	Presidente se diz indignada e ataca Cunha	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
13.	03/12/15	Oposição afirma que decisão de Cunha não é golpe e foi legítima	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>

14.	03/12/15	Movimentos sociais questionam ato de Cunha e prometem ir às ruas por Dilma	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
15.	03/12/15	Dilma terá de reagrupar e coordenar suas tropas para barrar <i>impeachment</i>	Batalha do <i>impeachment</i>
16.	03/12/15	Grupo de Temer não freará o <i>impeachment</i>	Batalha do <i>impeachment</i>
17.	03/12/15	Ministros do STF e juristas discordam sobre o afastamento	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
18.	03/12/15	Autores do pedido celebram admissão e minimizam críticas	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
19.	03/12/15	Congresso Nacional aprova texto-base da mudança da meta fiscal	Crise econômica e <i>impeachment</i>
20.	03/12/15	Comissão do Senado dá aval ao projeto de lei da Repatriação	Crise econômica e <i>impeachment</i>
21.	03/12/15	Na encruzilhada escura/Jânio de Freitas	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
22.	16/04/16	Governo faz última ofensiva para barrar <i>impeachment</i>	Batalha do <i>impeachment</i>
23.	16/04/16	Mercado espera que Renan acelere rito no Senado/Valdo Cruz	Batalha do <i>impeachment</i>
24.	16/04/16	Guerra política toma conta de plenário	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
25.	16/04/16	Cachecóis e gafes marcam o 1º dia dos debates	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
26.	16/04/16	Primeiro a votar promete surpresa e decisão deve vir do Nordeste	Batalha do <i>impeachment</i>
27.	16/04/16	Dilma acusa Temer de querer dar fim a programas sociais	O <i>impeachment</i> e o governo Michel Temer (PMDB)
28.	16/04/16	Democracia: o lado certo da história	O <i>impeachment</i> e o governo Michel Temer (PMDB)
29.	16/04/16	Autor de voto que afastou Collor lembra de pressão de aliados de ex-presidente	Batalha do <i>impeachment</i>
30.	16/04/16	Temer faz ação diplomática contra ‘golpe’	O <i>impeachment</i> e o governo Michel Temer (PMDB)
31.	16/04/16	Solução para crise é demorada, diz analista	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
32.	16/04/16	Menções sobre crise política na <i>web</i> crescem/Ygor Salles	Crise política e o <i>impeachment</i>
33.	16/04/16	‘Precisamos mudar o jeito de se fazer política’/Thais Arbex	Crise política e o <i>impeachment</i>
34.	16/04/16	Manifestantes pró-governo vão às ruas/Sem assinatura	Batalha do <i>impeachment</i>
35.	16/04/16	Domingo de votação tem telão e churrasco entre amigos	Batalha do <i>impeachment</i>
36.	16/04/16	PM apreende facões e estilingue com manifestantes em Brasília	Batalha do <i>impeachment</i>
37.	16/04/16	Caravana: Militares & Liberais	Batalha do <i>impeachment</i>
38.	17/04/16	Dilma e Temer caçam os últimos votos em duelo do <i>impeachment</i>	Batalha do <i>impeachment</i>
39.	17/04/16	Dia começa animador para petista, mas termina tenso	Batalha do <i>impeachment</i>
40.	17/04/16	Dilma nomeia para 18 ministérios em edição extra do ‘Diário Oficial’	Batalha do <i>impeachment</i>
41.	17/04/16	Temer acusa Dilma de mentir e diz que manterá programas	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
42.	17/04/16	Presidente mergulha no varejo da política para salvar seu mandato	Batalha do <i>impeachment</i>
43.	17/04/16	Brasil elegerá hoje presidente num concurso de mensalão	Batalha do <i>impeachment</i>

44.	17/04/16	Avesa a reconhecer erros, Dilma não soube conter revolta política	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
45.	17/04/16	Julgamento político não é vale-tudo, diz especialista	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
46.	17/04/16	Protestos de 2013 marcaram o fim da retórica triunfal do PT	Crise política e <i>impeachment</i>
47.	17/04/16	7 pecados na capital	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
48.	17/04/16	Outra vez/Jânio de Freitas	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
49.	17/04/16	Lula se exaspera com sucessora: ‘como ela deixou chegar a isso?’	Batalha do <i>impeachment</i>
50.	17/04/16	Collor não teve apoio nem de seu partido em votação/Clóvis Rossi	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
51.	17/04/16	Colapso da confiança popular criou política do <i>impeachment</i> /Vinicius Torres Freire	Crise econômica e <i>impeachment</i>
52.	17/04/16	Política ofusca crise fiscal, maior dos problemas	Crise econômica e o <i>impeachment</i>
53.	17/04/16	Saída está em agenda de viabilidade duvidosa	Crise econômica e <i>impeachment</i>
54.	17/04/16	Sem-teto encaram 16 horas de viagem para engrossar coro contra <i>impeachment</i>	Batalha do <i>impeachment</i>
55.	17/04/16	17 de abril, um dia inesquecível/Elio Gaspari	<i>Impeachment</i> e seus rituais
56.	18/04/16	Câmara dá aval ao <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff	<i>Impeachment</i> e seus rituais
57.	18/04/16	‘Agora vem a parte mais difícil’, afirma Temer a aliados/Valdo Cruz e Daniela Lima	Batalha do <i>impeachment</i>
58.	18/04/16	Assessores de petista já falam em levar caso ao Supremo/Gustavo Uribe, Mariana Dias, Valdo Cruz e Mônica Bergamo	Batalha do <i>impeachment</i>
59.	18/04/16	Dilma só não foi traída pelo PT e PCdoB/	Batalha do <i>impeachment</i>
60.	18/04/16	Cunha é chamado de ‘ladrão’ e ‘gângster’	Batalha do <i>impeachment</i>
61.	18/04/16	País deve passar semanas com governo em decomposição e pastas sem titular/Bernardo Mello Franco	Crise política e <i>impeachment</i>
62.	18/04/16	Ritmo do processo passa às mãos de Renan	<i>Impeachment</i> e seus rituais
63.	18/04/16	Presidente Temer	O <i>impeachment</i> e o governo interino de Michel Temer (PMDB)
64.	18/04/16	Aécio diz que petista ‘colhe o que plantou’	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
65.	18/04/16	Acusados, Dilma e Collor diferem em valores, fonte e apuração da corrupção/Mario Sergio Conti	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
66.	18/04/16	Citados na Lava Jato engrossam placar	Batalha do <i>impeachment</i>
67.	18/04/16	Margem para o PT tentar fugir do desmonte é estreita	Crise política e o <i>impeachment</i>
68.	18/04/16	Como lição depois da derrota, PT precisa olhar uruguaio Pepe/Elio Gaspari	Crise política e o <i>impeachment</i>
69.	18/04/16	Tão longe, tão perto/Daniela Lima e Valdo Cruz	Crise política e o <i>impeachment</i>
70.	18/04/16	Volta do crescimento é foco de empresários/Valdo Cruz	O <i>impeachment</i> e o governo Michel Temer (PMDB)
71.	18/04/16	Brasil grande não deu certo com Dilma nem nunca dará	Crise econômica e o <i>impeachment</i>

72.	18/04/16	Vexames do dia do <i>impeachment</i> recomendam reformas já/Vinicius Torres Freire	Crise política e o <i>impeachment</i>
73.	18/04/16	Atos reúnem 250 mil na av. Paulista e 42 mil no Anhangabaú	Batalha do <i>impeachment</i>
74.	18/04/16	Resultado de votação é recebido com buzinaço e choro na Paulista	Batalha do <i>impeachment</i>
75.	18/04/16	Atos antiDilma no País têm rojões, <i>food trucks</i> e vuvuzelas	Batalha do <i>impeachment</i>
76.	18/04/16	Separados pelo muro	Batalha do <i>impeachment</i>
77.	18/04/16	Derrota é recebida com resignação em ato pró-governo no Anhangabaú	Batalha do <i>impeachment</i>
78.	18/04/16	Amigos fazem churrascos e celebram votos como gols em Copa do Mundo	Batalha do <i>impeachment</i>
79.	18/04/16	Rio tem choro na Lapa e comemoração em Copacabana	Batalha do <i>impeachment</i>
80.	18/04/16	Cobertura mostra Brasil petrificado diante da votação/Nelson de Sá	Batalha do <i>impeachment</i>
81.	18/04/16	Gestos de raiva de governistas já indicavam perda	Batalha do <i>impeachment</i>
82.	18/04/16	Estrangeiros veem riscos, mas elogiam as instituições	O <i>impeachment</i> e o governo Michel Temer (PMDB)
83.	10/05/16	Renan ignora deputado, e <i>impeachment</i> vai a voto na 4ª	Batalha do <i>impeachment</i>
84.	10/05/16	Dilma foi avisada no domingo que Maranhão anularia a votação	Batalha do <i>impeachment</i>
85.	10/05/16	Dilma quer ir ao Supremo contra recusa de Renan	Batalha do <i>impeachment</i>
86.	10/05/16	Judiciário deve novamente ser chamado a dar sua palavra	Batalha do <i>impeachment</i>
87.	10/05/16	Senador quer concluir a votação nessa quarta	Batalha do <i>impeachment</i>
88.	10/05/16	Deputados elevam pressão por nova eleição na Câmara	Batalha do <i>impeachment</i>
89.	10/05/16	Movimentos pró e contra Dilma saem às ruas após anulação	Batalha do <i>impeachment</i>
90.	10/05/16	MST invade fazenda de amigo de Temer	O <i>impeachment</i> e o governo Michel Temer (PMDB)
91.	10/05/16	Pororoca de extravagâncias/Mário Sérgio Conti	Batalha do <i>impeachment</i>
92.	10/05/16	Senado decide votar a cassação de Delcídio do Amaral nesta terça	Crise política e <i>impeachment</i>
93.	11/05/16	Dilma deverá ser afastada em votação hoje no Senado	Batalha do <i>impeachment</i>
94.	11/05/16	Base do governo busca alcançar 30 votos	Batalha do <i>impeachment</i>
95.	11/05/16	Lula já articula oposição ao governo Michel Temer	Batalha do <i>impeachment</i>
96.	11/05/16	Dilma desiste de descer a rampa do Planalto	O <i>impeachment</i> e seus rituais
97.	11/05/16	‘Só vou pedir que ela assine e sair’, diz senador	O <i>impeachment</i> e seus rituais
98.	11/05/16	Temer dirá que situação econômica é crítica	Crise econômica e <i>impeachment</i>
99.	11/05/16	Protestos pró-Dilma são ‘atos de guerrilha’, diz Moraes	Batalha do <i>impeachment</i>
100.	11/05/16	Protesto pró-governo em voo para Brasília acaba na Polícia Federal	Batalha do <i>impeachment</i>
101.	11/05/16	O Maranhão do deputado e do médico/Elio	O <i>impeachment</i> e seus rituais

		Gaspari	
102.	12/05/16	PT anuncia oposição a toda proposta de Temer	O <i>impeachment</i> e o governo de Michel Temer (PMDB)
103.	12/05/16	Petistas ‘jogaram a toalha’ na sessão/Mariana Haubert	Batalha do <i>impeachment</i>
104.	12/05/16	Supremo não deve discutir sobre mérito, afirma Teori	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
105.	12/05/16	Despedida	Batalha do <i>impeachment</i>
106.	12/05/16	O momento crucial/Jânio de Freitas	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
107.	12/05/16	Protestos têm adesão menor e confusão no fim da noite	Batalha do <i>impeachment</i>
108.	12/05/16	Pecado de Dilma não é venial, diz Gilmar	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
109.	12/05/16	Autora de pedido de <i>impeachment</i> divide opiniões como professora	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
110.	30/08/16	A senadores que decidirão o <i>impeachment</i> , Dilma diz temer a morte da democracia	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
111.	30/08/16	Petista defende biografia e se diz inocente	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
112.	30/08/16	Comportados, convidados de Dilma e acusação seguem sessão no Senado	Batalha do <i>impeachment</i>
113.	30/08/16	Jiboia jurídica/Marcelo Coelho	Batalha do <i>impeachment</i>
114.	30/08/16	Lastro demais para pouca vela/Mario Sérgio Conti	Batalha do <i>impeachment</i>
115.	30/08/16	Protesto em SP tem bombas e depredação	Batalha do <i>impeachment</i>
116.	30/08/16	Filmagem de documentários causa discórdia	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
117.	30/08/16	Previsível, fala de Dilma não muda <i>impeachment</i>	Batalha do <i>impeachment</i>
118.	30/08/16	Texto 8 vezes maior que a carta de Getúlio dilui o seu impacto	O <i>impeachment</i> e seus rituais
119.	30/08/16	Procuradoria fala em ‘tentativa de forçar’ delação da OAS	Crise política e <i>impeachment</i>
120.	31/08/16	Senado sela destino de Dilma, e Temer já prepara medidas	Batalha do <i>impeachment</i>
121.	31/08/16	Candidatas do PC do B defendem Dilma na televisão	Batalha do <i>impeachment</i>
122.	31/08/16	Acusação e defesa/Marcelo Coelho	O <i>impeachment</i> e seus rituais
123.	31/08/16	Petistas fazem última investida por votos	Batalha do <i>impeachment</i>
124.	31/08/16	Embate final tem choro de advogados	O <i>impeachment</i> e seus rituais
125.	31/08/16	Manifestantes entram em confronto com a PM em SP	Batalha do <i>impeachment</i>
126.	31/08/16	O que vem a ser o golpe de 2016/Elio Gaspari	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
127.	31/08/16	‘ <i>Impeachment</i> leva insegurança a prefeitos’	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
128.	01/09/16	Renan e PT articulam salvaguarda para Dilma	O <i>impeachment</i> e seus rituais
129.	01/09/16	Imbróglia coloca novamente STF no centro da arena política	O <i>impeachment</i> e seus rituais
130.	01/09/16	Benefício a Dilma pode ajudar Cunha em votação	O <i>impeachment</i> e seus rituais
131.	01/09/16	Olhavam para mim e riam, afirma autora de denúncia	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
132.	01/09/16	Cassação cria precedentes gravíssimos, diz Cardoso	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
133.	01/09/16	Dilma promete oposição ‘enérgica e	O <i>impeachment</i> e o governo

		incansável' contra gestão 'golpista'	Michel Temer (PMDB)
134.	01/09/16	O golpe no hospício/Jânio de Freitas	Batalha do <i>impeachment</i>
135.	01/09/16	Constituição foi respeitada, dizem EUA/Marcelo Nino e Clóvis Rossi	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
136.	01/09/16	Desfecho domina editoriais de publicações estrangeiras	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
137.	01/09/16	O Brasil deu um passo, mas há muito mais coisas para mudar	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
138.	01/09/16	'Acórdão' poupa Dilma para beneficiar Cunha	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>
139.	01/09/16	O golpe contra Dilma, na verdade, está só começando/Guilherme Boulos	O <i>impeachment</i> e o governo de Michel Temer (PMDB)
140.	01/09/16	Protestos em SP têm confrontos e feridos	O <i>impeachment</i> e o governo de Michel Temer (PMDB)
141.	01/09/16	Cassação deveria servir de exemplo para ocupantes de cargos públicos	Posicionamento sobre o <i>impeachment</i>

Fonte: autoria própria.

4.4.2 Análise Qualitativa do Enquadramento da *Folha de S. Paulo* sobre o *Impeachment*

Com base no conteúdo das notícias coletadas, foram definidos os seguintes eixos interpretativos: (1) Batalha do *impeachment*; (2) Posicionamento sobre o *impeachment*; (3) *Impeachment* e seus rituais; (4) Crise econômica e o *impeachment*; (5) Crise política e o *impeachment*; e (6) O *impeachment* e o governo Michel Temer (PMDB). Pretende-se, agora, desenvolver uma análise qualitativa mesclando os argumentos teóricos e conceituais com as evidências empíricas extraídas das notícias.

1. Batalha do *impeachment*

Foram escolhidas algumas das notícias, a fim de analisar de forma qualitativa o enquadramento dado pelo jornal *Folha de S. Paulo* ao processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. Conforme mostrado no Quadro 3, o eixo interpretativo a ser analisado neste momento refere-se a notícias que enfatizam a batalha, principalmente, nos bastidores para busca de apoio tanto por parte de Dilma Rousseff (PT) como da oposição em torno da aprovação ou não da aceitação de abertura e, posteriormente, da própria cassação da ex-presidente. Mostram ainda os possíveis placares e como estava a disputa no Congresso, além da movimentação por parte de organizações da sociedade civil e da própria população a favor ou contra o *impeachment*. Esse foi o enquadramento mais predominante diante do recorte definido. Ou seja, das 141 matérias analisadas, 60 delas foram referentes a esse pacote interpretativo (cerca de 42%). Tendo em vista o conceito de enquadramento, já discutido neste capítulo, é importante ressaltar o enquadramento predominante na mídia, que é o dramático

(narrativo), que seria um enquadramento já enraizado na sociedade e na cultura, sendo ordenador, prático e principalmente compreensível (MOTTA, 2007).

Para Motta (2007), os jornalistas apresentam a realidade política como um campo em conflito. Segundo o autor, isso interessa ao jornalismo, já que ele depende da audiência, que precisa seduzir e capturar a atenção. Assim, o jornalismo instiga o conflito, trazendo as personagens políticas para a arena e convocando os políticos para fazer acusações e respostas sucessivas. Dessa forma, o conflito gerado pelo processo de *impeachment* não poderia ser diferente. O enquadramento buscou simplificar os conflitos e bastidores diante de um episódio que quebra a “normalidade” do campo político. Analisando as matérias veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, conseguiu-se compreender o enquadramento dramático dado ao processo de *impeachment*. A matéria do dia 31 de agosto de 2016, intitulada “Senado sela destino de Dilma, e Temer já prepara medidas”, traz uma previsão da votação no Senado, que, de acordo com o jornal, seria a favor do afastamento da presidente Dilma Rousseff. A matéria traz um placar realizado pelo jornal, em que a maioria dos senadores é favorável à perda do mandato de Dilma Rousseff. Dessa forma, a *Folha de S. Paulo* mostra os bastidores do processo e a previsão da votação na batalha do *impeachment*. Além disso, a matéria aponta uma previsão de que a posse de Michel Temer (MDB) poderia ser dada como certa e já colocava como pauta as reuniões ministeriais e os primeiros atos do novo governo. Retomando a classificação de Porto (2004), mesmo que focada na corrida eleitoral, o placar do *impeachment* na *Folha de S. Paulo* é enquadrado como se fosse o enquadramento “corrida de cavalos”, em que há uma ênfase em torno de quem sairá vencedor ou perdedor. No caso, o jornal já faz um prognóstico de que Dilma seria cassada.

Na reportagem “Petistas ‘jogaram a toalha’ na sessão”, o jornal, mais uma vez, traz os bastidores da votação no Senado, que definiu o afastamento de Dilma da Presidência da República. A matéria destaca que a sessão no Senado, diferente do que ocorreu na Câmara, foi mais cansativa e menos “eletrizante”. E, novamente, a matéria mostrou uma previsibilidade da votação: “Levantamento feito pela *Folha* apontava que ao menos 53 votariam a favor da abertura do processo contra Dilma” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). A matéria reforçou que, diante dessa previsibilidade, Dilma seria afastada do cargo e ainda explicou as acusações apresentadas contra a presidente e os próximos passos do processo.

A matéria intitulada “Despedida”, do dia 12 de maio, também, traz os bastidores da batalha do *impeachment*. A matéria destacou que, apesar do clima triste, Dilma passou o último dia como presidente preparando discursos e um pronunciamento. A matéria ainda

apontou para o previsível resultado das votações: “[...] Dilma Rousseff sabia que dificilmente o Senado recusaria o pedido de *impeachment* e que aquele era o início de seu último dia como presidente” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). A matéria trouxe destaque ao dia da presidente, podendo ser seu último dia no cargo e demonstrando o sentimento de Dilma e de sua equipe diante da possibilidade do *impeachment*.

As notícias que enquadram a batalha do *impeachment*, demonstrando as expectativas e bastidores, atendem à lógica espetacular midiática. O espetáculo é como um conjunto das relações sociais mediadas pela imagem. Ao tentar mostrar os bastidores do processo de *impeachment* e tentar facilitar a compreensão do episódio através do personalismo e do confronto entre o governo e a oposição, a mídia leva a sociedade a uma aparência alienada da realidade (DEBORD, 1997). Percebe-se o interesse do jornalismo pela dramatização. Ao retratar que a equipe de Dilma estava triste e abatida, fica nítido o enquadramento espetacular (GOMES, 2004).

Na matéria intitulada “Dilma só não foi traída pelo PT e PC do B”, do dia 18 de abril de 2016, após a votação na Câmara dos Deputados, que decidiu pela continuidade do processo de impedimento contra Dilma, mais uma vez, o jornal traz os bastidores da batalha, apontando “traições” de partidos aliados ao governo. A reportagem retrata ainda o enfraquecimento do governo, já que até mesmo “deputados que integraram a gestão como ministros” votaram a favor do *impeachment*: “Segundo a *Folha* apurou, Dilma e Lula consideraram uma decepção a alteração de posição de alguns [...]” (*Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 2016). A matéria traz as palavras decepção e traição para expor o conflito diante do processo, empregando, mais uma vez, a dramatização no enquadramento da batalha do *impeachment*. O tom dramático e espetacular está presente nos próprios termos escolhidos – decepção e traição –, que remetem a um caráter teatral, em que o enredo aponta mocinhos e vilões, e remetem a sentimentos da vida privada, e não da vida pública. Isso fica evidente na forma como é retratada a ruptura entre a petista e o então vice-presidente. A matéria destaca ainda o conflito entre Temer e Dilma: “Ator ativo das articulações para a destituição da petista, o vice Michel Temer, caso assuma, levará pela terceira vez o PMDB ao comando do país” (*Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 2016). O jornal traz para a batalha do *impeachment* personagens em conflito na arena política.

Ao enquadrar a matéria “PT se opõe a Cunha, que revida e aceita o pedido de *impeachment* de Dilma”, mais uma vez, o jornal busca mostrar os bastidores da arena política. A matéria, publicada no dia 03 de dezembro de 2015, enaltece o conflito entre o presidente da

Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), e o governo ao explicar que o peemedebista aceitou o pedido de impedimento da presidente após o Partido dos Trabalhadores negar apoio a ele no Conselho de Ética da Câmara. Em outra matéria, também do mesmo dia, o jornal apontou possíveis estratégias que o governo poderia tomar para evitar a continuidade do processo de *impeachment*: “[...] a presidente Dilma Rousseff terá que fazer o que não conseguiu durante todo o ano para evitar que a Câmara dos Deputados aprove a abertura do seu pedido de *impeachment*: reagrupar e coordenar suas tropas” (*Folha de S. Paulo*, 03 de dezembro de 2015). A matéria prevê ainda que o “clima era desfavorável para Dilma Rousseff”.

Em outra reportagem, também vinculada no jornal no dia 18 de abril de 2016, traz no título “Cunha é chamado de ‘ladrão’ e ‘gângster’”, referindo-se a esse importante personagem dessa batalha. A matéria ressalta a opinião de aliados de Eduardo Cunha, que afirmaram que o presidente da Câmara ganhou força para tentar evitar sua própria cassação apesar da hostilidade vinda de aliados do governo petista. Dá ênfase, assim, às discussões internas na Câmara diante da votação. Ao mostrar o desentendimento entre o deputado Jean Wyllys (PSOL) e Jair Bolsonaro, na época no PSC, o jornal, mais uma vez, destaca os bastidores da votação e o conflito gerado pela crise do *impeachment*.

Na matéria intitulada “Citados na Lava Jato engrossam placar”, o destaque foi para os deputados alvos da operação Lava Jato, que foram favoráveis ao *impeachment*. A matéria informou ainda como votou as principais bancadas do Congresso e a previsibilidade da votação de cada senador na próxima etapa do processo. Dessa forma, mais uma vez, o jornal aponta para um desfecho e demonstra os bastidores da votação. Destaca-se, aqui, o jornalismo no papel de ator político ao buscar interferir na realidade política, já sentenciando, a partir de expectativas de votos dos senadores, o veredito do Senado sobre o processo de cassação da presidente (LIMA, 2006; TRAQUINA, 2001).

Como já foi discutido anteriormente, a opinião pública constrói-se através dos meios de comunicação. Assim, a mídia busca grandes audiências por meio da espetacularização e se utiliza do poder de interferência na opinião pública para lucrar, vendendo a notícia e interferindo em setores importantes da sociedade como a política (GOMES, 2004). Ao destacar a Operação Lava Jato e o fato do processo de *impeachment* estar envolto a pessoas investigadas, a mídia acaba por interferir no campo político de forma a enaltecer o *star system* da política não só ao dar visibilidade a ele, mas também ao desconstruir a imagem de outros atores políticos (SCHWARTZENBERG, 1977).

Ao analisar algumas matérias que tratam da batalha do *impeachment*, com um enquadramento dos bastidores do processo, percebe-se que o jornal buscou simplificar o

processo, trazendo os conflitos e personagens. Além disso, o jornal, como representação da grande mídia brasileira, que exerce influência na opinião pública, buscou trazer possíveis placares que sempre eram desfavoráveis ao governo Dilma, demonstrando a falta de força da petista para manter a governabilidade.

2. Posicionamento sobre o *impeachment*

O eixo interpretativo a ser analisado neste momento refere-se às notícias que trazem o posicionamento seja de atores políticos, atores sociais ou integrantes do Judiciário ou de especialistas sobre o *impeachment* a favor ou contra. Esse enquadramento, conforme mostra o Quadro 3, foi o segundo mais predominante. Das 141 matérias coletadas, 34 foram referentes às notícias que davam enfoque a posicionamentos sobre o processo de *impeachment* (cerca de 24,11%). Foram escolhidas algumas notícias veiculadas pelo jornal, a fim de analisar como foi enquadrado o posicionamento sobre o *impeachment*. No dia 03 de dezembro de 2015, o jornal veiculou na edição um artigo de opinião intitulado: “*Impeachment* não resolve recessão, mas dá aval”. O artigo destaca que, um dia antes de o presidente da Câmara aceitar o pedido de *impeachment*, foi divulgada “a brutal recessão que o país atravessa, com inflação de 10% ao ano”. Dessa forma, o artigo defende que, levando ou não à destituição de Dilma, o processo funcionaria como uma espécie de *reset*, com uma nova política, diferente da que levou à recessão (*Folha de S. Paulo*, 03 de dezembro de 2015). O artigo mostra um posicionamento negativo diante da crise econômica gerada durante o governo Dilma Rousseff, enquadrando de forma positiva a abertura do processo de *impeachment*.

A matéria intitulada “Cachecois e gafes marcam 1º dia de debates” enquadra de forma negativa os pronunciamentos dos deputados a favor e contra o *impeachment* no primeiro dia de debates no Congresso, um dia antes da votação que decidiu pela continuidade do processo de *impeachment*. A matéria que apontou os argumentos da defesa e da acusação também destacou a disputa entre os deputados que vestiam “fitas coloridas e exibiram faixas com mensagens como ‘não vai ter golpe’ e ‘Acabou a boquinha’”. O jornal reforçou ainda os momentos acirrados de embate no Congresso: “A deputada Carmen Zanotto (PPS – RS) também escorregou ao citar palavras de ‘baixo escalão’” (*Folha de S. Paulo*, 16 de abril de 2016). O posicionamento do jornal com relação a essa etapa do processo e à postura dos deputados foi negativo. A coluna posiciona-se de forma desfavorável à oposição do governo petista, mais especificamente às figuras Aécio Neves e Eduardo Cunha, destacando que “os

que tomam o poder não trazem correções”. Dessa maneira, observa-se um posicionamento crítico da coluna do jornal ao processo que levou à perda de mandato da presidente Dilma Rousseff.

A matéria intitulada “Constituição foi respeitada, dizem EUA” traz a posição dos Estados Unidos com relação ao resultado do processo que levou à perda do mandato da presidente, que foi favorável. A matéria destacou a posição americana, que “elogiou a solidez das instituições brasileiras e reiterou o respeito às regras democráticas”. A reportagem informou ainda que Argentina e Chile também consideraram que o processo respeitou as regras constitucionais, enquanto Venezuela, Equador e Bolívia convocaram seus embaixadores com o intuito de discutir a situação que viam como um golpe. Ao dar destaque ao posicionamento dos Estados Unidos, o jornal enquadrou nessa matéria, de forma positiva, o processo de *impeachment*.

Retomando a discussão sobre enquadramento, no caso da cobertura pública, política, os enquadramentos permitem aos jornalistas conquistar audiências, organizar e interpretar temas e eventos políticos de forma específica. Assim, os enquadramentos noticiosos pautam as conversas e discussões sobre problemas sociais e políticos, fazendo com que o enquadramento tenha um importante efeito no modo como a audiência interpreta esses problemas (PORTO, 2004). Analisando a forma como foram enquadradas as matérias sobre posicionamentos, escutando mais atores sociais, políticos, o Judiciário e especialistas, que consideravam o processo de *impeachment* constitucional, o jornal demonstrou um posicionamento favorável ao processo mesmo que em alguns momentos tenha dado voz a posicionamentos contrários ao processo de impedimento.

3. *Impeachment* e seus rituais

O pacote interpretativo analisado neste momento dará enfoque às notícias mais técnicas, que explicam mais didaticamente como se dá a tramitação do processo de *impeachment* da presidente no Congresso – tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Esse enquadramento, conforme foi visto no Quadro 3, equivale a 12 das 141 notícias analisadas (cerca de 8,51% do total). A matéria intitulada “Câmara dá aval ao *impeachment* de Dilma Rousseff” destaca o ritual de votação na Câmara dos Deputados, que decidiu pela continuidade do processo de impedimento contra a presidente: “Por 367 votos a 137, o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff (PT) avançou nesse domingo (17) na Câmara, a segunda vez em 24 anos em que o afastamento de um presidente foi aprovado pelos

deputados federais” (*Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 2016). A matéria destacou ainda que “uma grande festa no Plenário saudou o momento” em que um deputado deu o voto número 342, que seria o voto mínimo requerido constitucionalmente. Noticiou as comemorações nas ruas: “Nas ruas, multidões de amarelo explodiram em festa. Houve fogos, buzinaço e panelaço” (*Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 2016). O jornal explicou também como se daria o processo a partir da aprovação no Plenário da Câmara.

A reportagem intitulada “Ritmo do processo passa às mãos de Renan” ressaltou quais seriam os próximos passos do processo no Senado. Segundo o jornal, senadores a favor do *impeachment* tentariam pressionar o presidente do Senado, Renan Calheiros, aliado do Planalto, a acelerar o trâmite do processo, enquanto o plano dos governistas seria ganhar tempo atacando Temer: “A grande dúvida entre senadores governistas e da oposição é sobre como Renan irá se comportar em relação ao rito do *impeachment* [...]” (*Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 2016).

Um dia antes da votação no Senado, que decidiria pelo afastamento da presidente, o jornal enquadrrou uma matéria especulando qual seria o ritual realizado por Dilma Rousseff caso ela fosse afastada do cargo de presidente. A notícia intitulada “Dilma desiste de descer a rampa do Planalto” destaca que o gesto simbólico foi criticado pelo ex-presidente Lula, pois poderia dar um caráter de “fim de governo”. Dessa maneira, a equipe desistiu da ideia inicial de que a presidente desceria a rampa acompanhada dos ministros: “Após sair pela porta da frente do Planalto, Dilma deve cumprimentar a classe de militantes do PT e de movimentos sociais que estará em frente ao prédio [...]” (*Folha de S. Paulo*, 11 de maio de 2016). Dessa forma, a matéria dá uma prévia sobre como seria o ritual diante da possibilidade do afastamento. O jornal ainda destaca a estratégia do governo de reforçar o discurso de que ainda havia expectativa de reverter a decisão na análise final do processo de afastamento de Dilma Rousseff.

Na matéria intitulada “Embate final tem choro de advogados”, o jornal novamente destaca um rito do processo referente ao discurso da acusação e da defesa no Senado: “As últimas manifestações da defesa e da acusação no Senado, durante o julgamento do *impeachment* da presidente afastada Dilma Rousseff, foram permeadas por lágrimas nesta terça-feira (30)” (*Folha de S. Paulo*, 31 de agosto de 2016). Ao se referir à advogada de acusação Janaina Paschoal, que assinou a denúncia contra Dilma, ao lado de Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo, o jornal destacou que ela fez um “discurso mais ameno do que de costume e chegou a pedir desculpas a Dilma”. O jornal destacou que o advogado de Dilma, José

Eduardo Cardozo, “deixou o Plenário abraçado por senadores dilmistas” e “foi elogiado inclusive por aliados do presidente interino, Michel Temer”. “Na saída, Cardozo chorou ao voltar a mencionar a fala de Janaina sobre os netos da presidente” (*Folha de S. Paulo*, 31 de agosto de 2016). A matéria explica que o advogado achou inadmissível Janaina ter citado os netos de alguém que ela acusava.

Ao enquadrar os rituais referentes ao processo de *impeachment*, pode-se perceber que, em alguns momentos, o jornal atendeu à lógica da dramatização e espetacularização. A mídia aciona três subsistemas: a diversão, o drama e a ruptura das regularidades para se caracterizar um processo de espetacularização (GOMES, 2004). O processo de *impeachment* pode ser caracterizado como uma ruptura das regularidades conforme algumas matérias destacaram. O drama, trazido pelas matérias demonstrando a fragilidade dos advogados da acusação e da defesa, por exemplo, é acionado pelo jornal diversas vezes. Ao mesmo tempo, ao demonstrar os conflitos gerados pelo processo de *impeachment*, causando uma polarização dentro do Congresso e até mesmo nas ruas, não deixa de ser também espetacular tanto por romper com o cotidiano como por, em alguns casos, trazer manifestações que beiram o grotesco e o inusitado.

Analisando o enquadramento dos rituais do *impeachment*, observa-se o fator espetacular, bem como a necessidade de o jornal explicar os passos do processo e os possíveis resultados das votações. Giddens (1990) define o conceito de “sistemas peritos”, que se refere a sistemas de excelência técnica ou competência profissional, os quais organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que se vive hoje. Assim, é fácil compreender que a mídia atua como um “sistema perito” no que se refere à arena política, exercendo um papel centralizador no que se refere ao campo da política e à opinião pública. Por isso, os jornais acabam tendo propriedade para explicar, mesmo de forma simplista, o processo de *impeachment*.

4. Crise econômica e o *impeachment*

Será analisado, agora, o eixo interpretativo relacionado a notícias que, para mostrar a fragilidade da ex-presidente Dilma, focam na crise econômica que afetava o País. Esse enquadramento, conforme foi visto no Quadro 3, equivale a 12 das 141 notícias analisadas (cerca de 8,51% do total). Na matéria intitulada “Cortes inviabilizam urna eletrônica, diz Justiça”, o jornal destaca que um contingenciamento orçamentário imposto pelo governo poderia levar a Justiça Eleitoral a realizar as eleições municipais de 2016 sem urnas

eletrônicas: “A tesourada causou mais um desgaste entre as cúpulas dos Poderes” e “Lewandowski e Toffoli prometem trabalhar para derrubar o corte no Congresso, restabelecendo a verba para a Justiça Eleitoral” (*Folha de S. Paulo*, 1º de dezembro de 2015). A matéria traz um enquadramento negativo do governo, pois não só demonstra a crise econômica, como destaca a crise entre o Executivo e o Judiciário na medida em que a crise poderia afetar a Justiça Eleitoral.

Na reportagem intitulada “Governo teme que crise atual leve a alta nos juros em 2016”, o jornal destaca que, com a crise política e econômica, a equipe econômica avaliava que o Banco Central poderia não ter outra saída a não ser aumentar os juros no curto prazo. A matéria ainda destaca que “uma eventual alta nos juros é vista com ressalvas e críticas pela área política do governo Dilma, que teme um agravamento da recessão no País” (*Folha de S. Paulo*, 1º de dezembro de 2015). Segundo o jornal, diante do cenário de crise, “[...] a equipe econômica acredita que as agências de classificação de risco podem antecipar suas decisões para o início de 2016 e rebaixar a nota brasileira, levando a um novo aumento do dólar”, e pressionando ainda mais a inflação (*Folha de S. Paulo*, 1º de dezembro de 2015). O enquadramento negativo da matéria é reforçado novamente pela crise econômica e política que o governo Dilma Rousseff enfrentava.

Outra matéria que reforça a fragilidade do governo diante da crise econômica também foi publicada no dia 1º de dezembro de 2015: “Dólar encosta em R\$ 3,90 com tensão política e econômica”. O jornal destaca a alta do dólar

devido à preocupação dos investidores com possíveis desdobramentos da Operação Lava Jato e com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter preso o banqueiro André Esteves, que renunciou à Presidência do banco BTG Pactual após ter sido envolvido em denúncias (*Folha de S. Paulo*, 1º de dezembro de 2016).

A reportagem destaca ainda o déficit da União, Estados e municípios no mês de outubro daquele ano.

Na matéria intitulada “Política ofusca crise fiscal, maior dos problemas”, o jornal trouxe uma análise acerca da crise econômica chamada de “turbulência que inviabiliza investimento e desgasta economia” originada por “regras que não cabem no orçamento” (*Folha de S. Paulo*, 17 de abril de 2016). De acordo com a reportagem, vivia-se uma crise fiscal aguda, na qual o gasto público é maior que a receita normal. O jornal destaca, na matéria, que “o maior legado da crise política foi nos distrair de nosso problema maior: a crise

fiscal aguda e estrutural que acomete o Estado brasileiro” (*Folha de S. Paulo*, 17 de abril de 2016).

Ao definir o que é público e tornará público, julgando o que é mais importante, a mídia exerce um papel central na sociedade moderna (LIMA, 2006). Ao afirmar que até mesmo a base de sustentação do PT passou a tratar o partido com desconfiança, a *Folha de S. Paulo* optou por tornar pública a dificuldade do governo em governar. Ao fazer a análise a respeito da crise econômica, é nítido o enquadramento negativo que o jornal deu ao governo, apontando diversas vezes a fragilidade da equipe econômica e do governo em superar a crise financeira e a crise política. Isso remete à discussão sobre a governabilidade em presidencialismo de coalizão. Com as notícias que davam um tom mais dramático à crise econômica e política, a *Folha de S. Paulo* ajudou a construir o cenário favorável a um processo de cassação da presidente – não exatamente pelos argumentos das pedaladas fiscais, mas pela suposta inviabilidade de o governo Dilma conseguir tirar o País da situação em que se encontrava. O discurso, antes mais latente, passou a ser bem explícito quando se aproximava a votação do *impeachment*.

Um campo é mais forte quando consegue impor aos outros campos a sua axiologia e quanto maior for o número de campos em que conseguir projetá-la melhor é. Dessa maneira, o campo dos *media* toma forma na medida em determina o que dará visibilidade (RODRIGUES, 1990). Assim, é crucial considerar o enquadramento negativo do jornal dado ao governo Dilma, sobretudo no que se refere à crise econômica tendo em vista a influência do campo sobre os demais.

5. Crise política e o *impeachment*

O pacote interpretativo a ser analisado neste momento relaciona-se, também, a notícias, que, neste caso, revelam a fragilidade de Dilma do ponto de vista político com a perda de apoio no Congresso, já que tinha uma forte base aliada e no período do *impeachment* perdeu apoio de quase todos, em destaque do próprio PMDB, atual MDB. Esse enquadramento, equivale a cerca de 8,51% do total. A matéria intitulada “Cunha ameaça *impeachment*, e petistas discutem salvá-lo” destaca a crise política referente ao conflito entre Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara, e o governo. Segundo a reportagem, “na véspera da votação pelo Conselho de Ética de relatório preliminar sobre sua cassação, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-R), ameaçou, nessa segunda (30), deflagrar processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff caso o PT não o ajude” (*Folha*

de S. Paulo, 1º de dezembro de 2015). A matéria destaca ainda o quadro de instabilidade política na Câmara e no Senado, que ameaçava a aprovação de projetos significativos do ajuste fiscal.

Na reportagem intitulada “Precisamos mudar o jeito de fazer política”, o jornal traz uma entrevista com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Sergio da Rocha, que afirmou que o Brasil precisa “de um novo jeito de fazer política”. A matéria traz destaque à crise política e à polarização instaurada no País e criticada pelo arcebispo. O presidente da CNBB disse ainda que os partidos devem trocar interesses privados pelos públicos: “É muito triste que um grupo viva só em função de seus interesses” e “Um partido que viva só em função dele não está a serviço do País, não está cuidando da coisa pública” (*Folha de S. Paulo*, 16 de abril de 2016).

Em outra matéria intitulada “Protestos de 2013 marcaram fim da retórica triunfal do PT”, o jornal também destaca a crise política. A coluna analisa a crise do governo Dilma gerada pelas manifestações de 2013: “[...] havia em junho de 2013 o esgotamento da retórica triunfalista dos ‘bons anos’ – os do ‘nunca antes nesse país’ [...]” e “Expressava-se, entretanto, também, uma crise de representação política [...]” (*Folha de S. Paulo*, 17 de abril de 2016). A coluna apontou ainda para outro aspecto que levou à crise política, sobretudo no governo petista, que foi às condenações do chamado “Mensalão”, um esquema de corrupção envolvendo petistas. O artigo finaliza: “Indo a fundo da coisa, a eleição de 2002 significava o ‘Lulinha paz e amor’, capaz de organizar uma aliança com a direita e com o que quer que fosse”. Desse modo, segundo o jornal, “O PT estava pronto para qualquer negócio – e demorou um bocado para ir à falência” (*Folha de S. Paulo*, 17 de abril de 2016).

Na matéria intitulada “Como lição depois da derrota, PT precisa olhar uruguaio Pepe”, mais uma vez, o jornal aponta erros do PT que levaram à crise política. A coluna destacou que “Lula e seu comissariado optaram pelo acobertamento em todos os episódios em que a moralidade foi ofendida” (*Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 2016). O jornal destaca que, desde os anos 1990, “Lula e o comissariado fizeram uma opção preferencial pelo acobertamento e pela cumplicidade em todos os episódios em que a moralidade foi ofendida” (*Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 2016). Ao final, a coluna aponta que, para sair da crise, o PT e “aquilo que se chama de esquerda” poderiam seguir o exemplo do uruguaio Pepe Mujica, que continuou vivendo de forma modesta após chegar ao poder.

Como pode-se perceber, o enquadramento do jornal no que se refere à crise política foi negativa ao governo petista. Ao colocar o PT no centro da crise política, o jornal opta por dar

ênfase a apenas um partido mesmo diante de uma crise de representação que envolve a política tradicional como um todo. Além disso, as matérias sempre enquadram a crise retomando as denúncias de corrupção que envolvem o PT, mais uma vez, dando ênfase a apenas um partido, sendo que tantos outros apareceram em denúncias de corrupção. Tendo em vista que a crise dos partidos políticos e de representação, sobretudo diante do fato dos eleitores que não se sentem mais identificados com os partidos tradicionais (BAQUERO, 2000).

Ao associar apenas um ou alguns partidos políticos à crise de representação, a mídia não só simplifica a complexidade da arena política (PORTO, 2004), como também cria um espaço favorável para o surgimento de “heróis”. Os partidos políticos deveriam exercer papel importante, ao se organizar com a sociedade na discussão de problemas e soluções, ou então a sociedade “continuará à espera de ‘salvadores’ que nunca virão” (LEAL, 2012). Na medida em que a mídia atua para desqualificar a política e partidos políticos, ao mesmo tempo em que reforça o personalismo, a crise política e de representação nunca poderá ser resolvida.

6. O *impeachment* e o governo Michel Temer (PMDB)

Por fim, será analisado o eixo interpretativo referente a notícias que já tratam de expectativas ou de atos do governo Temer, seja como interino quando Dilma foi afastada até o julgamento final ou depois que ele assumiu logo após o dia 31 quando foi aprovado o *impeachment*, limitando-se a um dia após a votação. Esse enquadramento, conforme foi visto no Quadro 3, equivale a 11 das 141 notícias analisadas (cerca de 7,80% do total). Na matéria intitulada “Dilma acusa Temer de querer dar fim a programas sociais”, o jornal destaca os ataques de Dilma aos “traidores da democracia”. Em um discurso exibido em redes sociais, segundo o jornal, “a petista acusou o vice-presidente Michel Temer de querer revogar direitos e cortar programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida” (*Folha de S. Paulo*, 16 de abril de 2016). A matéria ressaltou que, na gravação, Dilma disse que o grupo de Temer ameaça também a educação pública “ao querer ‘abrir mão da soberania nacional mudando o regime de partilha’ do pré-sal e o entregando ‘às multinacionais estrangeiras’” (*Folha de S. Paulo*, 16 de abril de 2016). Ao final da reportagem, o jornal falou também da gravação feita pelo ex-presidente Lula fazendo um apelo para que os deputados barrem o processo.

Em outra reportagem intitulada “Volta do crescimento é foco dos empresários”, o jornal destaca o otimismo do setor produtivo com a possibilidade do novo governo. A

matéria, que escutou alguns empresários e representantes do setor produtivo, destacou a fala do presidente do banco Itaú, Roberto Setubal: “Espero que o País encontre seu caminho em um ambiente democrático e de amplo entendimento, que será essencial para restabelecer a confiança nos agentes econômicos, base para tirar o País da recessão e retomar o crescimento econômico” (*Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 2016). A matéria ressaltou no final que assessores do governo afirmaram que deputados aliados mudaram de lado por pressão do empresariado, reforçando a ideia de que o setor econômico estava favorável ao *impeachment*.

Na matéria intitulada “PT anuncia oposição a toda proposta de Temer”, o jornal deu destaque ao anúncio de deputados petistas de que fariam “oposição ferrenha a um eventual governo Michel Temer (PMDB) e adiantaram que votarão contra todas as propostas enviadas pelo peemedebista à Câmara mesmo que sejam idênticas às apresentadas pela presidente Dilma Rousseff (PT)” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). O jornal destacou ainda que, segundo os deputados petistas, o peemedebista não tem legitimidade para assumir a Presidência, acusando-o “de ser sócio político do presidente da Câmara afastado, Eduardo Cunha (PMDB-RJ)”.

Na reportagem do dia 1º de setembro, um dia após a cassação do mandato de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, o jornal destacou o discurso da ex-presidente. A matéria intitulada “Dilma promete oposição ‘enérgica e incansável’ contra gestão ‘golpista’” traz a fala de Dilma, “que afirmou estar sofrendo o ‘segundo golpe’ de sua vida e prometeu ao governo Michel Temer uma oposição ‘firme e incansável’” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016). “Durante sua fala de 13 minutos no saguão da entrada do Palácio da Alvorada, Dilma disse que a consumação do seu *impeachment* era uma ‘fraude’, na qual ‘um grupo de corruptos’ estava sendo alçado ao poder”. Mais uma vez, o jornal ressaltou o ataque ao presidente Michel Temer. De acordo com o jornal, a presidente falou também no discurso que iria recorrer da decisão no Senado. Ao final da matéria, o jornal apontou a irritação do PT com Dilma devido à “falta de atenção da petista aos pleitos das bancadas da legenda enquanto ela estava à frente do Planalto” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016).

Compreender o modo como os discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de percepções específicas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012), é fundamental tendo em vista a centralidade da mídia, seja tradicional ou digital, na sociedade moderna. Por meio da análise, fica claro um enquadramento do jornal negativo às posições de Dilma Rousseff e mais positivo à entrada do novo governo de Michel Temer. Ao ressaltar que petistas fariam oposição ao governo Temer, não aprovando propostas enviadas ao Congresso,

mesmo sendo iguais às apresentadas por Dilma, claramente o jornal aponta para uma “oposição irritada”, que não se preocupava tanto com as medidas que seriam apresentadas pelo governo Temer. Ao apontar para a expectativa positiva do empresariado diante do governo peemedebista, fica claro, mais uma vez, um enquadramento positivo do setor econômico para o governo Temer e negativo para a continuidade do governo petista.

O posicionamento da *Folha de S. Paulo*, como o da grande imprensa brasileira, foi o de ir assumindo gradativamente a ideia do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) como a alternativa para se resolver a crise política e econômica que o País vivia. Num presidencialismo de coalizão, quando se perde o capital político, o risco de sofrer um processo de cassação é muito forte, como ocorreu com Fernando Collor de Mello, em 1992, e com Dilma Rousseff, em 2016, com as devidas divergências dos dois processos políticos, os quais só podem ser comparados quando se leva em conta a perda da maioria no Congresso ou no caso de Collor que não conseguiu construir uma maioria. No caso da imprensa, se no início da crise havia especulações sobre novas eleições, com o decorrer do processo passou a defender que Temer continuasse no poder e pudesse, agora com o PT e a esquerda fora do poder, levar adiante um pacote de reformas da agenda neoliberal – PEC dos Tetos¹⁵, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Nesse sentido, a mídia sai do lugar de palco e coloca-se como um ator político fundamental para junto com outros agentes – políticos, Judiciário e empresários – construir uma nova agenda para o País. Isso revela o poder midiático de interferir na realidade política, colocando em xeque todo o debate sobre a suposta objetividade ou a própria ética que deve permear a cobertura jornalística.

¹⁵ A Pec do Teto de Gastos Públicos tem como objetivo limitar o crescimento das despesas do governo. Para isso, a medida foi proposta, a fim de fixar um limite anual para as despesas públicas.

5 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO GOVERNO MICHEL TEMER (MDB) E O ENQUADRAMENTO DA *FOLHA DE S. PAULO*

Este capítulo traz uma análise acerca das estratégias midiáticas do governo Temer (MDB), tomando como um dos principais objetos o posicionamento do presidente diante da crise política vivenciada pelo governo diante das divulgações das delações do executivo da empresa JBS envolvendo o presidente. Busca-se, nesse sentido, compreender as estratégias comunicacionais utilizadas pelo presidente, bem como o enquadramento noticioso dado pelo jornal *Folha de S. Paulo* à crise e à votação na Câmara dos Deputados, que decidiu pelo arquivamento do processo contra o presidente.

5.1 CONTEXTO POLÍTICO E O GOVERNO MICHEL TEMER (MDB)

A pesquisa, neste momento, visa a compreender as estratégias de comunicação do governo de Michel Temer (MDB), diante da crise política instaurada após a divulgação de delações que envolvem o presidente, bem como compreender o enquadramento dado pelo jornal *Folha de S. Paulo* a esses momentos de crise. Desse modo, é essencial compreender o contexto político do governo Temer, que teve início no dia 12 de maio de 2016, quando o presidente assumiu interinamente até o fim do julgamento da presidente Dilma Rousseff.

No dia 31 de agosto de 2016, Temer assumiu o posto de presidente de forma definitiva. Ao chegar à Presidência em meio a uma crise econômica, Temer propôs uma série de reformas para a recuperação da economia. A primeira delas foi aprovada por meio da PEC 55, que impôs limites de gastos futuros do governo federal, podendo cortar gastos, inclusive, de setores essenciais à população, como saúde e educação. A PEC 55 foi aprovada em dezembro de 2016 e demonstrou a força da base aliada do governo Temer. Outra proposta aprovada foi a Reforma Trabalhista, que entrou em vigor no mês de novembro de 2017. É defendida pelo governo como uma prioridade para colocar as contas públicas em ordem, estimular a economia e criar empregos. A Reforma da Previdência, também considerada essencial pelo governo para estabilizar a economia e reduzir os gastos públicos, foi amplamente discutida no Congresso ainda na gestão Temer e estava pronta para ser colocada em votação no final de 2017, mas acabou perdendo força em função das denúncias de corrupção envolvendo o presidente, que paralisaram as atividades no Congresso. Para os movimentos de esquerda, as reformas significaram um retrocesso em termos de perda de direitos dos trabalhadores, garantidos tanto pela CLT como pela Constituição de 1988.

Essas reformas impopulares, bem como o envolvimento da cúpula do governo Temer e do próprio presidente em esquemas de corrupção, contribuíram para a queda de popularidade de Temer. Segundo pesquisa do Ibope realizada em abril de 2017, 79% da população desaprovam o governo Temer e, de acordo com a Pesquisa Ipsos, também realizada em abril, 87% dos brasileiros rejeitavam o governo Temer. Diante da impopularidade, diversas manifestações pedindo a saída de Temer e contra as reformas trabalhistas e da Previdência aconteceram em várias partes do País.¹⁶

A crise do governo Temer agravou-se após a divulgação na mídia, no dia 18 de maio, sobre as delações dos donos da Empresa JBS, Joesley Batista e Wesley Batista, que gravaram conversa com o presidente Temer dando aval para comprar o silêncio do ex-deputado preso Eduardo Cunha. Os empresários denunciaram também o senador Aécio Neves (PSDB) e Guido Mantega (PT), ex-ministro da fazenda do Governo Dilma. Essas delações levaram o Supremo Tribunal Federal (STF) a autorizar abertura de inquérito contra o presidente Michel Temer (PMDB). Além disso, a base governista se desestabilizou e, desde então, uma crise política assola não somente o governo federal, mas também as instituições políticas, que passam por uma instabilidade e incertezas para a disputa eleitoral em 2018.

No período de 06 a 09 de junho de 2016, o governo Temer passou por outro momento tenso com o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da ação impetrada em 2014 pelo PSDB para cassar a chapa então eleita de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB). Por quatro votos a três, a chapa não foi cassada e manteve Temer no poder, mas gerou uma série de questionamentos ao TSE, principalmente ao presidente do Tribunal, o ministro Gilmar Mendes, que, anteriormente, quando Dilma estava no poder, defendia uma apuração e julgamento da chapa com um posicionamento crítico.

Após as denúncias dos executivos da empresa JBS, a Procuradoria abriu inquérito contra Temer, acusando-o de ter recebido a propina que Rodrigo Rocha Loures (PMDB) recebeu da JBS. A denúncia contra Temer passou primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que rejeitou o parecer pela admissibilidade da denúncia contra o presidente Michel Temer e aprovou o relatório substitutivo que sugeria o arquivamento do processo. Após isso, foi aberta a votação na Câmara dos Deputados, que poderia ser favorável

16 Dados retirados da matéria publicada pelo *site* BBC Brasil, intitulada: Aprovação de Temer cai a 10%; 92% veem país no rumo errado. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39713534>. Acesso em: dia 27 de junho de 2017. Foram retirados dados também da matéria publicada pelo Portal Uol, intitulada: Reprovação ao governo Temer chega a pior índice, aponta pesquisa. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1871512-reprovacao-a-governo-temer-chega-a-pior-indice-aponta-pesquisa.shtml>. Acesso em: dia 27 de junho de 2017.

ou não ao relatório da CCJ. Por 267 votos a 227, o Plenário votou a favor do relatório da CCJ, que recomendava a rejeição da denúncia da Procuradoria Geral da República por crime de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer. Com isso, Temer só poderá ser julgado após a sua saída da Presidência. Mais uma vez, a força da base aliada do governo venceu.

Porém, no dia 12 de setembro de 2017, o ministro Roberto Barroso, do STF, decidiu abrir um novo inquérito contra o presidente Michel Temer sob a suspeita, a partir da delação de executivos da J&F, de que ele possa estar envolvido num esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na edição de um decreto que mudou regras portuárias. Com essa decisão, uma nova votação aconteceu em Plenário da Câmara, na data de 27 de outubro de 2017. Outra vez, os deputados decidiram pela não continuidade do processo contra Temer.

A crise do governo de Michel Temer teve grande visibilidade midiática diante da impopularidade e das delações que envolveram o presidente. A partir disso, a pesquisa busca compreender como se deram as estratégias comunicacionais do presidente, bem como o enquadramento dado aos momentos de crise pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

5.2 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO GOVERNO MICHEL TEMER (MDB) EM SEUS PRONUNCIAMENTOS

Neste momento da pesquisa, a análise tem como objeto os pronunciamentos do presidente Michel Temer (MDB), a fim de compreender as estratégias de comunicação utilizadas em meio à crise política gerada com as divulgações da delação dos executivos da empresa JBS envolvendo o presidente. Para a presente pesquisa, será utilizada a Análise de Conteúdo (AC).

5.2.1 Metodologia e *Corpus* de Análise

A pesquisa documental será feita, neste momento, a partir da coleta do material referente aos pronunciamentos feitos pelo presidente Temer, utilizando como recorte as seguintes datas: I – Quando Temer assume como presidente interino – 13 de maio de 2016; II – Temer assume oficialmente o cargo de presidente do Brasil – 31 de agosto de 2016; III – Após a divulgação das delações da JBS, que citam Temer – 19 de maio de 2017; e IV – Após a primeira votação na Câmara dos Deputados, que decide por não continuar as investigações contra Temer – 02 de agosto de 2017.

Para a pesquisa, será utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Será aplicada a técnica qualitativa, a fim de compreender as estratégias utilizadas pelo presidente Michel Temer nos momentos de crise definidos mediante o recorte. Neste momento da pesquisa, pretende-se trabalhar com as seguintes categorias de análise: I – A construção da imagem de Michel Temer (MDB); II – A construção da imagem do governo; III – Ataque aos adversários; e IV – Temáticas acionadas.

Quadro 5 – Pronunciamentos de Michel Temer (MDB)

Data	Ocasão dos Pronunciamentos e Coletivas	Descrição
13/05/2016	Quando Temer assume como presidente interino.	Temer fez um pronunciamento sem ataques, com um tom apaziguador. Enfatizou seu futuro governo, cumprimentou seus novos ministros, falou em recuperação econômica, que seria uma das prioridades de seu governo, bem como as reformas.
31/08/2016	Temer assume oficialmente o cargo de presidente do Brasil.	Temer realiza pronunciamento em cadeia de nacional de rádio e TV, após assumir o cargo como presidente. Brevemente, o presidente voltou a falar em recuperação econômica e enfatizou as prioridades do governo como as reformas e manutenção de políticas sociais.
18/05/2017	Após a divulgação das delações da JBS, que citam Temer.	Temer realizou uma declaração à imprensa em uma coletiva. Ele enfatizou que não iria renunciar, atacou os delatores que o denunciaram e defendeu que todas as denúncias eram mentirosas.
02/08/2017	Após a primeira votação na Câmara dos Deputados, que decide por não continuar as investigações contra Temer.	Realizou uma declaração à imprensa em uma coletiva. Primeiramente, Temer elogiou o Congresso e o resultado das votações. Afirmou que a justiça havia sido feita e que seu governo continuaria a investir no crescimento econômico, na geração de empregos e nas reformas.

Fonte: autoria própria.

Conforme se pode verificar no Quadro 5, no dia 13 de maio de 2016, Temer assumiu como presidente interino e fez seu primeiro discurso no cargo. O presidente interino iniciou sua fala cumprimentando a nova equipe e explicando que pensou em fazer uma cerimônia mais “sóbria e discreta”. Porém, devido ao entusiasmo dos colegas da política, seria indispensável sua manifestação por meio de um discurso. Em seguida, Temer afirmou que a primeira palavra que falaria ao povo brasileiro seria “confiança”: confiança na recuperação econômica, na vitalidade da democracia, na política etc. Temer discursou que era preciso unificar o Brasil e pacificar a Nação, pois, assim, conseguiriam fazer um governo da “salvação nacional”. O presidente interino reforçou que o diálogo era o primeiro passo para

enfrentar os desafios, avançar e garantir a retomada do crescimento. Michel Temer falou que era preciso resgatar a credibilidade do Brasil, seja no âmbito nacional, isto é, no âmbito internacional, para que, então, empresários retomem os investimentos. O presidente interino completou que o incentivo às parcerias público-privadas também seria importante para a geração de emprego. Temer disse ainda que a retomada do crescimento não dependia apenas do Estado, mas também dos setores produtivos. O presidente interino reforçou que manteria os programas sociais, como a Bolsa Família, já que foram projetos que deram certo e que por isso prestigiava o governo petista. Temer assumiu ainda o compromisso com as reformas, que, segundo ele, não retiraria os direitos adquiridos pelos cidadãos brasileiros.

Temer discursou que a agenda das reformas era difícil, mas que o Executivo e o Legislativo precisavam trabalhar em harmonia e de forma integrada. Dessa maneira, segundo o então presidente, a classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do País. O presidente interino ainda elogiou a Operação Lava Jato e disse que a moral pública seria permanentemente buscada por meio dos instrumentos de controle e apuração de desvios. Temer retomou para a crise econômica, reforçando ser a maior crise já vivida no Brasil e apontou para algumas medidas iniciais que seu governo tomaria para superar a crise, a fim de que o crescimento econômico voltasse. Ao finalizar o pronunciamento, o peemedebista lembrou, mais uma vez, que o momento não era para celebrações, devido ao afastamento de Dilma da Presidência, mas sim de reflexão. O presidente interino também afirmou seu “profundo respeito institucional” à presidente Dilma, sublinhando ainda o respeito às instituições e à democracia. Temer afirmou que a partir daquele momento não se falaria mais de crise, mas sim de trabalho e que o lema de seu governo era “Ordem e Progresso”. O presidente interino se despediu, depois de fazer um discurso mais prolongado, pedindo que Deus abençoasse seu governo, o Legislativo e o Judiciário.

No dia 31 de agosto de 2016, após assumir a Presidência oficialmente, Michel Temer fez um pronunciamento em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão (CNRT). O presidente iniciou sua fala explicando que assumiu a Presidência do Brasil oficialmente após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. Dessa forma, o momento era de esperança e de retomada da confiança no Brasil. Temer afirmou que tinha o compromisso de resgatar a força da economia e recolocar o Brasil nos “trilhos”. Para isso, o presidente asseverou que, assim como são administradas as despesas na família, administra-se as despesas do País. Dessa maneira, conforme Temer, uma das primeiras medidas de seu governo foi impor limites aos gastos públicos. O presidente destacou a proposta da Reforma da Previdência, que, de

acordo com ele, é imprescindível para garantir o pagamento das aposentadorias no futuro. Temer discursou que o caminho que seu governo tinha pela frente seria “desafiador”, mas que tinham como missão mostrar aos empresários e investidores de todo mundo à disposição de seu governo em proporcionar bons negócios que geram emprego aos brasileiros. O presidente destacou que houve ampliação dos programas sociais e que seu governo pretendia concluir obras federais que se encontravam inacabadas.

No pronunciamento, o presidente discursou que o Brasil era um país extraordinário com recursos naturais em abundância, com um agronegócio exuberante e com pessoas que gostam de trabalhar. Uma grande demonstração de que os brasileiros fazem tudo bem feito, segundo Temer, foi a realização dos Jogos Olímpicos, que serviram para resgatar a autoestima dos brasileiros perante o mundo. Temer destacou que seu único interesse, que encararia como questão de honra, era entregar a seu sucessor um Brasil reconciliado, pacificado e em ritmo de crescimento. O presidente finalizou reiterando seu compromisso de dialogar com todos os setores da sociedade, respeitando a independência entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

No dia 18 de maio de 2017, após a imprensa divulgar o vazamento de áudios da delação do executivo da JBS, Joesley Batista, envolvendo o presidente Michel Temer, o peemedebista concedeu uma coletiva de imprensa para esclarecer o ocorrido. Após cumprimentar todos, o presidente esclareceu que resolveu falar um dia depois do vazamento dos áudios, porque quis primeiro conhecer o conteúdo das gravações que o citavam. O presidente declarou que seu governo viveu naquela semana seu melhor e pior momentos, já que o Brasil começava a apresentar indicadores de queda da inflação, números de retorno do crescimento da economia e dados de geração de emprego. Porém, destacou Temer que a divulgação de conversas gravadas clandestinamente trouxe de volta o “fantasma da crise política” de proporção ainda não dimensionada até então. Dessa forma, na visão do peemedebista, todo imenso esforço de se tirar o País de uma enorme recessão poderia se tornar inútil. Ao falar sobre o teor do áudio, Temer explicou que em nenhum momento autorizou que pagassem a quem quer que seja para ficar calado (fez referência à acusação de Joesley Batista de que Temer teria confirmado o pagamento ao colega de partido, Eduardo Cunha, para que este não fizesse denúncias contra o presidente). O presidente discursou que nunca precisou de cargo público e de foro privilegiado e que nada tinha a esconder. Temer afirmou que sempre honrou seu nome ao longo de sua trajetória e que, por isso, nunca autorizou que utilizassem seu nome indevidamente. Ao finalizar o pronunciamento, o presidente destacou que não renunciaria ao cargo, já que tinha consciência dos seus atos.

Completo, ainda, que exigia investigação plena e rápida do caso para esclarecimentos ao povo brasileiro, a fim de que não ficassem dúvidas.

No dia 02 de agosto de 2017, o presidente Michel Temer realizou uma coletiva de imprensa após a Câmara dos Deputados ter decidido arquivar o processo contra o peemedebista por corrupção passiva diante da delação do executivo da JBS, Joesley Batista. O presidente iniciou o discurso explicando que a Câmara dos Deputados, que representa o povo brasileiro, manifestou-se naquele momento de forma clara e incontestável. A decisão dos deputados, para Temer, não foi uma vitória pessoal, mas uma conquista do estado de direito, da força das instituições e da Constituição. Em seguida, Temer afirmou que estavam conseguindo retirar o Brasil da mais grave crise econômica da história. Segundo o presidente, era urgente colocar o País nos trilhos do crescimento, da geração de empregos, da modernização e da justiça social. O presidente reafirmou que não parou um minuto desde que assumiu o governo e não descansaria até dia 31 de dezembro de 2018. Temer falou que faria todas as reformas estruturantes que o País precisava, a fim de criar condições para que o emprego cresça em um ambiente econômico propício sem jamais criar obstáculos à iniciativa privada honesta e empreendedora. Temer atacou a oposição ao dizer que aqueles que tentam dividir os brasileiros erravam, já que todos são brasileiros, filhos da mesma nação e detentores dos mesmos direitos e deveres. O presidente afirmou que queria construir com cada brasileiro um país melhor, pacificado, justo, sem ódio ou rancor, pois aquela era a hora de atravessar todos juntos a ponte que conduziria ao grande futuro que o Brasil merece. Ao finalizar o discurso, Temer agradeceu à Câmara dos Deputados pela decisão e a todos os brasileiros que acreditaram no País.

5.2.2 Análise de Conteúdo Qualitativa

1. A construção da imagem de Michel Temer (MDB)

Conforme apontam Lima (2006) e Rodrigues (1990), a mídia passa a ter um papel de mediadora social e ocupa um espaço de centralidade na era contemporânea. Dessa forma, para construir o capital político (BOURDIEU, 1986), os atores políticos têm de recorrer às instâncias midiáticas. Assim, é importante entender as estratégias de comunicação utilizadas pelo presidente Michel Temer e a adaptação do seu discurso à lógica midiática.

Por meio da análise de conteúdo, observa-se que o presidente Temer acionou muitas vezes a sua imagem e de seu governo quando se pronunciou, tanto quando assumiu como

presidente, destacando seu preparo para o cargo, quanto após o vazamento dos áudios que o envolvia, já que tinha que trabalhar sua imagem como sendo um político que fez carreira honestamente. Durante todos os discursos, ao falar sobre seu governo, Temer destacava a retomada da economia e as reformas que viriam em seu governo:

E é diante dessa eloquente decisão que eu posso dizer que agora seguiremos em frente com as ações necessárias para concluir o trabalho que meu governo começou, convenhamos, há pouco mais de um ano. Estamos retirando o Brasil da mais grave crise econômica de nossa história. Embora seja repetitivo, eu digo que é urgente colocar o País nos trilhos do crescimento, da geração de empregos, da modernização e da justiça social (TEMER, discurso no dia 02 de agosto).

Ao construir sua imagem, Temer enfatizou os seus atributos pessoais e morais, destacando, principalmente, suas realizações enquanto presidente: “Esse é o fruto do trabalho árduo, do diálogo com o Congresso, da aliança com empregados e patrões” (TEMER, discurso no dia 02 de agosto de 2017). Temer destacou, também, em seus discursos seu capital político, falando de sua carreira como deputado e como advogado: “Nada tenho a esconder, sempre honrei meu nome, na universidade, na vida pública, na vida profissional, nos meus escritos, nos meus trabalhos” (TEMER, discurso do dia 18 de maio de 2017). É imprescindível discutir aqui o conceito de capital político extraído de Bourdieu (1986), que indica que o reconhecimento social permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos. A carreira política e o capital político estabelecem, então, uma relação entre eles. Isso porque é necessário capital para alavancar a carreira política da mesma forma que a ocupação de cargos mais elevados na carreira política atraem capital. Ao acionar seu capital político, Temer buscou demonstrar o merecimento de estar no cargo de presidente.

O presidente acionou também o apoio que recebeu para reafirmar sua governabilidade, trazendo isso como algo positivo à sua imagem: “E faremos também, posso hoje assegurar, com o apoio que a Câmara dos Deputados acabou nos dando, faremos todas as demais reformas estruturantes que o País necessita” (TEMER, discurso do dia 02 de agosto de 2017).

Ao construir sua imagem, Temer, mesmo recorrendo à sua trajetória, preferiu focar na estratégia de que ele seria o responsável por retirar o País da crise econômica: “Não parei um minuto desde 12 de maio de 2016, quando assumi o governo. Não vou descansar até 31 de dezembro de 2018” (TEMER, discurso do dia 02 de agosto de 2017).

Trazendo a análise para uma discussão teórica sobre a personalização na política, Manin (1995) destaca a questão do personalismo na sociedade contemporânea. Segundo o autor, na sociedade atual, os partidos políticos ficam em segundo plano, perdendo espaço para

o voto. Assim, o eleitor na atual sociedade é influenciado pela imagem do líder, da pessoa. Tanto o campo político quanto o midiático reforçam o personalismo. Assim, é possível perceber o uso recorrente do personalismo nas falas de Temer: “Meu único interesse, e que encaro como questão de honra, é entregar ao meu sucessor um país reconciliado, pacificado e em ritmo de crescimento” (TEMER, discurso do dia 31 de agosto de 2016). Percebe-se que Temer traz a centralidade do governo para ele ao destacar seu interesse pessoal, trazendo ainda o recurso sentimental e moral para sua imagem diante da população.

Conforme ressalta Goffman (2013), frente ao seu interlocutor, o indivíduo deve mostrar ter controle e a crença no que está dizendo. No caso do presidente Temer, percebe-se que, mesmo diante da crise política gerada com o vazamento dos áudios e da delação que incriminam o peemedebista, ele buscou se apresentar como uma pessoa honesta e íntegra: “Não preciso de cargo público e nem de foro especial. Nada tenho a esconder” (TEMER, discurso do dia 31 de agosto de 2016).

Trazendo a discussão para o processo de campanha permanente, Galicia (2010) aponta que há a necessidade de o político conquistar o eleitor no cotidiano. O político que não calcula sua agenda e como manter o apoio popular todos os dias tende a fracassar. Como estratégia, ao falar com o eleitor, Temer sempre enfatizava a recuperação da crise econômica vinda com seu governo: “Estamos retirando o Brasil da mais grave crise econômica de nossa história” (TEMER, discurso do dia 02 de agosto de 2017). No caso do governo Temer, apesar das suas tentativas de buscar uma interlocução com o eleitor, havia uma série de variáveis que prejudicam a construção da sua imagem junto ao eleitorado. O fato de ter sido um dos articuladores do *impeachment*, depois de anos de aliança com o PT, tirava sua legitimidade de fazer críticas às gestões petistas e à própria Dilma Rousseff (PT). Por outro lado, apesar de tocar na questão da retomada da economia, o País ainda vivenciava uma das mais graves crises econômicas, que se intensificou com o aumento do desemprego e a queda da renda dos brasileiros. Por isso, se, por um lado, Temer teve muita habilidade ao costurar as alianças políticas que garantiram sua sustentação no poder, por outro lado, não conseguiu emplacar sua popularidade junto à opinião pública, conforme dados revelados pelas pesquisas, encerrando o mandato como um dos presidentes com maiores índices de rejeição da história. Deve-se levar em conta ainda que as medidas tomadas de ajuste fiscal, como a PEC dos Tetos, a Reforma Trabalhista e a tentativa de aprovar a Reforma da Previdência, se agradavam aos grupos econômicos, eram medidas extremamente mal vistas pelo cidadão.

Após o vazamento dos áudios envolvendo Temer, observa-se que o presidente trouxe o personalismo aos seus discursos de forma mais crescente, tentando afirmar sua idoneidade e a trajetória política conquistada moralmente. Porém, ao assumir a Presidência, os discursos de Temer utilizaram a estratégia de união, colocando no centro das falas a sua equipe de governo, o Legislativo, o Judiciário e até mesmo a população como forma de atrair aprovações de que precisaria para governar e aprovar as reformas.

2. A construção da imagem do governo

A Campanha Permanente é um processo que tem uma combinação de imagem e cálculo estratégico, que transforma o governo em uma perpétua campanha e refaz o governo em um instrumento designado para sustentar a popularidade oficial de um eleito (HECLO, 2000). Dessa forma, compreender como um governo trabalha sua imagem para conquistar apoio, sobretudo no Brasil, que, diante do presidencialismo de coalizão, precisa conquistar também o apoio da maioria do Congresso é importante. Michel Temer (MDB) utilizou-se muito da imagem de seu governo, sempre colocada como um governo “salvador”, que chegou para retirar o País da crise econômica como forma de conquistar o apoio do Congresso e da população para as reformas, que, segundo o governo, seriam fundamentais para a recuperação econômica.

Quanto à imagem de seu governo, Temer defendeu as reformas e destacou em vários momentos as conquistas econômicas como pontos positivos de seu governo: “Os indicadores de queda da inflação, os números de retorno do crescimento da economia e os dados de geração de empregos criaram esperança de dias melhores” (TEMER, discurso do dia 18 de maio de 2017). Ao longo do pronunciamento, Temer reforçou as positivities de seu governo:

Durante esse breve período, espero terminar a maior transformação já feita no País em vários setores do Estado e da sociedade. Estamos modernizando nossas instituições. Mudamos a lei do petróleo, mudamos a lei da mineração, diminuímos a burocracia, enfrentamos e derrotamos a inflação. Os juros estão caindo a cada mês. Batemos recordes históricos de produção na agropecuária e nas exportações (TEMER, coletiva de imprensa – Palácio do Planalto, 02 de agosto de 2017).

Observa-se que Temer procurou utilizar a retórica da situação de que seu governo estava sendo capaz de retirar o País da crise e que por isso ele deveria continuar no cargo. No entanto, o cidadão tem, conforme aponta Manin (1995), cada vez mais, uma perspectiva

plebiscitária focada no presente. Se o governo enfrentava uma grave crise econômica e política, o apoio popular, que já era baixo, foi se perdendo, já que aquele momento ainda era de crise, sobretudo crise de representação, porque Temer não havia sido eleito e também enfrentava acusações de corrupção. Nesse sentido, o discurso de Temer pareceu ter sido mais convincente à classe política, que decidiu por mantê-lo no poder, mesmo diante de investigações, do que para os cidadãos, uma vez que sua popularidade, que nunca foi alta, despencou com as denúncias de corrupção e as propostas de reformas impopulares como a da Previdência.

3. Ataque aos adversários

Retomando a discussão para a propaganda negativa, Borba (2015) enfatiza que, nos Estados Unidos, um dos principais fenômenos que podem ser observados é a crescente utilização da propaganda negativa como estratégia de campanha. Para o autor, a propaganda negativa é persuasiva, uma vez que estimula o medo e a ansiedade, associando riscos à candidatura do adversário. No entanto, o autor ressalta que, em um sistema multipartidário, os ataques são menos frequentes e, no caso do presidente Temer, que tem uma base aliada forte no Congresso, os ataques são mais restritos à oposição. Domenach (1963), ao tratar da propaganda política, também considera a propaganda contra os adversários uma característica predominante no século XX. Domenach (1963) enumera ainda algumas regras importantes da contrapropaganda; dentre elas, fazer predominar o clima de “força” do político sobre o adversário. Essa foi uma estratégia recorrente nos discursos de Temer, que, em vários momentos, destacou a sua governabilidade diante do apoio do Congresso tanto para aprovação das reformas quanto para arquivar processos contra ele.

Em seu primeiro discurso, quando assumiu como presidente interino, Michel Temer declarou respeito institucional à Dilma Rousseff, adversária política diante do processo de *impeachment*, que se referiu a ele em diversos momentos como “traidor”. Essa estratégia apaziguadora foi recorrente nos discursos do peemedebista, que estava mais preocupado em conquistar apoio no Congresso. Porém, em vários momentos, Temer reafirmou que o processo de *impeachment* foi legal, contrapondo-se ao argumento da petista de que se tratava de um golpe: “Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional” (TEMER, discurso do dia 31 de agosto de 2016).

No discurso do dia 18 de maio de 2017, após o vazamento dos áudios que envolveram o presidente, Temer atacou a divulgação dos áudios, que chamou de “clandestinos”: “Se foram rápidas nas gravações clandestinas, não podem tardar nas investigações e na solução que diz respeito a essas investigações” (TEMER, discurso do dia 18 de maio de 2016). Nesse momento, o peemedebista direcionou-se de forma crítica ao Judiciário, que foi o responsável pelo vazamento dos áudios, cobrando a conclusão rápida das investigações.

No discurso do dia 02 de agosto de 2017, após a Câmara decidir pelo arquivamento do processo contra Temer, o presidente atacou a oposição: “Aqueles que tentam dividir os brasileiros erram” (TEMER, discurso do dia 02 de agosto de 2017). Temer referiu-se ao fato de a oposição atacar as reformas e o governo.

Observa-se que Temer utilizou-se pouco da contrapropaganda, pois tinha a seu favor a maioria no Congresso Nacional tanto para aprovar as reformas quanto para manter sua governabilidade. Dessa maneira, o pouco que se teve de propaganda negativa contra os adversários de Temer, seja contra o empresário Joesley Batista que o delatou, seja contra a oposição, foi pouco eficaz diante dos cidadãos, tendo em vista a baixa popularidade do presidente, principalmente após a divulgação das gravações que envolveram o presidente e após a abertura de inquérito pela Procuradoria Geral da União. Todavia, diante do presidencialismo de coalizão, que, muitas vezes, faz do presidente “refém” do Congresso, uma vez que o presidente precisa fazer acordos com congressistas para aprovar projetos e conseguir governar (ABRANCHES, 1988), no caso de Temer não foi um fator prejudicial. Temer conseguiu governar justamente porque conquistou grande apoio parlamentar, sendo indispensável, nesse caso, o apoio popular.

4. Temáticas acionadas

Serão analisadas neste momento as temáticas mais acionadas nos pronunciamentos e coletivas, buscando compreender a ênfase dada aos discursos do presidente como estratégia diante do momento em que Temer assume como presidente e no momento de crise do governo após o vazamento dos áudios.

Quadro 6 – Temáticas mais acionadas

Data dos pronunciamentos/coletivas	Temáticas mais acionadas
13/05/2016	Cerimônia; Recuperação Econômica; Programas Sociais; União; Crise; Constituição; Olimpíadas; Dilma Rousseff.

31/08/2016	Presidência; Democracia; Congresso Nacional; Economia; Programas Sociais; Jogos Olímpicos e Paraolimpíadas.
18/05/2017	Declaração; Supremo Tribunal Federal; Economia; Reformas; Gravações; Trajetória; Renúncia; Investigação.
02/08/2017	Câmara dos Deputados; Instituições; Constituição; Crise Econômica; Recuperação Econômica; União; Agradecimentos.

Fonte: autoria própria.

Como se pode observar no Quadro 6, no dia 13 de maio de 2016, o presidente falou sobre a cerimônia, a qual queria que fosse mais simples e sem discurso, já que ainda assumia interinamente, mas que, devido ao entusiasmo da sua equipe e dos congressistas, achou melhor fazer o discurso. Temer ainda discursou sobre as medidas que seriam tomadas em função da recuperação da economia e reforçou o compromisso com os programas sociais. O presidente recorreu ao discurso de união para que o Brasil crescesse. O presidente ainda falou sobre o respeito à Constituição em seu novo governo e o importante evento que o País iria sediar: as Olimpíadas.

No dia 31 de agosto de 2016, quando Temer assumiu oficialmente o cargo de presidente da República, o peemedebista falou menos que no discurso anterior. Acionou a temática da democracia reforçando que o *impeachment* foi um processo legal. O presidente acionou ainda o Congresso Nacional, que seria fundamental para a aprovação das reformas, abrindo diálogo com os deputados. O presidente argumentou sobre a temática da economia, como em todos os seus discursos, falando da crise e das propostas para a recuperação econômica. E, mais uma vez, o presidente falou dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Já na data do dia 18 de maio de 2017, após o vazamento das delações dos executivos da JBS e do áudio do presidente supostamente falando em pagar a família do ex-deputado Eduardo Cunha, para que este não o denunciasse, Temer acionou temáticas diferentes. O presidente falou que faria uma declaração à imprensa e ao povo brasileiro após as denúncias. Acionou o Supremo Tribunal Federal pedindo que o caso fosse investigado com a mesma agilidade com que foi feito o vazamento do áudio. Temer recorreu novamente às temáticas econômicas ao afirmar que a recuperação não poderia vir diante da crise política criada pelo vazamento do áudio que compromete a credibilidade do governo. Por fim, Temer deu explicações sobre as gravações, recorreu à sua trajetória para exaltar sua moral e ainda reforçou que não iria renunciar conforme se especulava na mídia.

No dia 02 de agosto de 2017, após a votação na Câmara, Temer recorreu à temática da Constituição e das instituições para reforçar que os deputados respeitaram a democracia ao arquivar o processo contra ele. Novamente, Temer recorreu à temática econômica, falando sobre a crise e a recuperação que o seu governo havia conquistado. No fim do discurso, o presidente recorreu à união entre Legislativo, governo e população para a aprovação das reformas e agradeceu aos deputados e ao povo brasileiro.

Retomando a discussão sobre propaganda política e campanha permanente, conforme aponta Riker, citado por Oliveira (2005), numa disputa política e eleitoral, o grupo que tem domínio da agenda tem grande probabilidade de conseguir ter maior eficácia persuasiva e sair vitorioso. Nesse sentido, no caso de Temer, percebe-se que havia o domínio sobre as temáticas que mais preocupavam os brasileiros e, principalmente, o Congresso Nacional: a crise econômica. Nesse aspecto, o governo Temer conseguiu centralizar a temática econômica a tal ponto que a corrupção acabou por vir em segundo plano. Além disso, mais uma vez, é importante ressaltar a base sólida do governo peemedebista no Congresso, permitindo a governabilidade do presidente, mesmo diante da popularidade baixa e de um enquadramento negativo da mídia. No entanto, na agenda da mídia, em vários momentos, a temática da corrupção foi predominante. Os veículos da Globo, por exemplo, deram enorme visibilidade ao escândalo da JBS, que, inclusive, foi um furo de reportagem do Portal G1. Durante mais de um mês, conforme analisaram Oliveira *et al.* (2018), houve uma cobertura praticamente diária do escândalo do vazamento dos áudios no *Jornal Nacional* e nos outros noticiários do grupo Globo.

Ao falar sobre comunicação governamental e eleitoral, Galicia (2010) também alerta sobre o poder midiático no processo de campanha permanente. Do ponto metodológico, é fundamental, ao tratar de propaganda política, também tratar da mídia, já que o campo exerce um papel central na medida em que é ele quem dá visibilidade a outros setores da sociedade.

5.3 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO* SOBRE O GOVERNO DE MICHEL TEMER (MDB)

A partir do mapeamento de 104 notícias ou artigos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, nos recortes a partir dos pronunciamentos feitos pelo então presidente Michel Temer, em momentos considerados chaves de seu governo: desde quando assumiu interinamente, no momento em que Dilma Rousseff foi afastada, até o vazamento dos áudios, escândalo que balançou o seu governo, levando ao pedido de abertura de processo contra o presidente no

Congresso. Tais fatos considerados cruciais são: (a) quando Michel Temer assume como presidente interino no dia 13 de maio de 2016; (b) quando Temer assume oficialmente o cargo de presidente do Brasil no dia 31 de agosto de 2016; (c) após a divulgação das delações da JBS, que citam Temer, no dia 19 de maio de 2017; e (d) após a primeira votação na Câmara dos Deputados, que decide por não continuar as investigações contra Temer, no dia 02 de agosto de 2017.

5.3.1 Análise Quantitativa da Cobertura Noticiosa da *Folha de S. Paulo* sobre o governo Michel Temer (MDB)

Com base no conteúdo das notícias coletadas, foram definidos os seguintes eixos interpretativos: (1) Formação ministerial; (2) Busca de apoio político; (3) Oposição/Críticas ao governo Temer; (4) Trajetória de Temer; (5) Temer e o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma; (6) *Slogan* do governo; (7) Políticas do governo; e (8) Escândalo dos áudios, conforme pode ser verificado no Quadro 7.

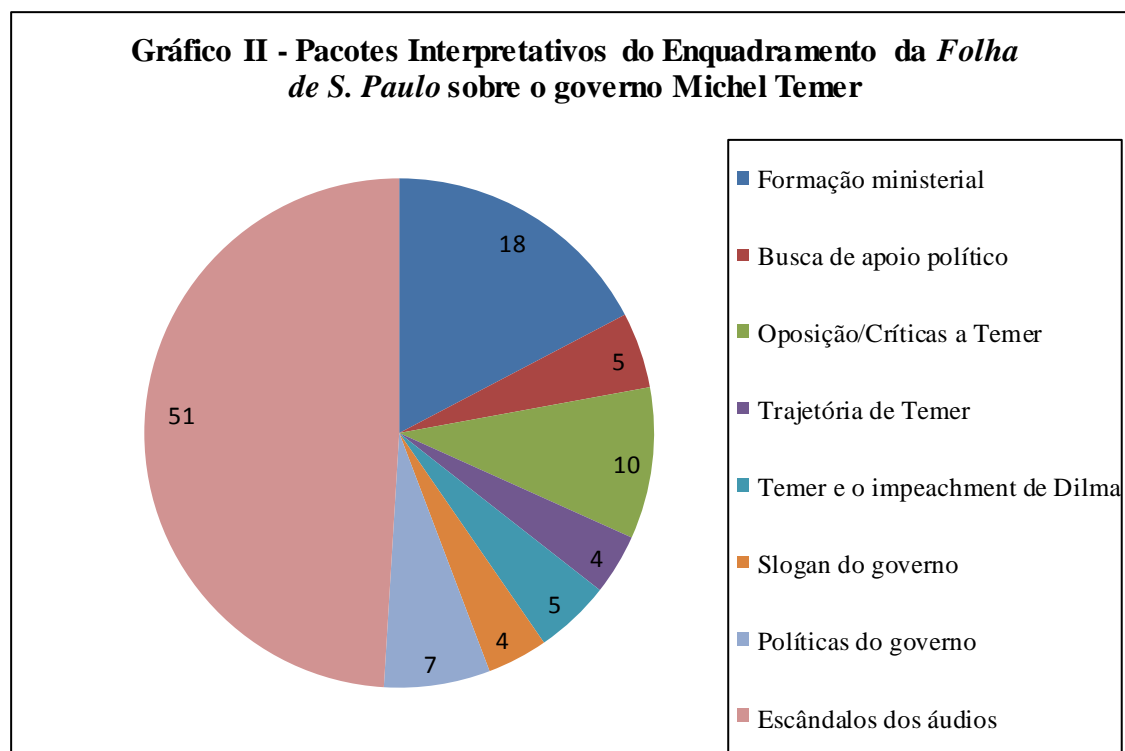
Quadro 7 – Pacotes Interpretativos do Enquadramento da *Folha de S. Paulo* sobre o governo Michel Temer

Pacote Interpretativo	Descrição do tipo de enquadramento	Número de Notícias	Percentual
1. Formação ministerial	Refere-se a notícias que tratam da formação do Ministério do governo interino de Temer	18	17,30%
2. Busca de apoio político	Relaciona-se à busca de apoio político para o seu governo interino junto a partidos e à população	05	4,81%
3. Oposição/Críticas a Temer	Diz respeito a notícias com conteúdo crítico seja por parte dos partidos da oposição ou mesmo de articulistas e colunistas da <i>Folha de S. Paulo</i> ou de especialistas	10	9,62%
4. Trajetória de Temer	Tratam da trajetória pessoal e política de Temer	04	3,85%
5. Temer e o <i>impeachment</i> de Dilma	Refere-se a notícias que vinculam o presidente ao <i>impeachment</i> de Dilma	05	4,81%
6. <i>Slogan</i> do governo	Notícias sobre o novo slogan de governo	04	3,85%
7. Políticas do governo	Trata-se de notícias referentes a políticas anunciadas pelo governo em diferentes áreas: saúde, relações internacionais e políticas sociais	07	6,74%
8. Escândalo dos áudios	Foca no escândalo do vazamento dos áudios dos donos da J&S, que	51	49,02%

	geraram grande desgaste para o governo e o pedido de investigação da Procuradoria Jurídica da República para que Temer fosse investigado pelo STF. Para isso, o pedido teve que ser votado no Congresso Nacional.		
TOTAL		104	

Fonte: autoria própria.

Com base no Quadro 7, é possível identificar que a categoria mais acionada foi escândalos nos áudios, referente às notícias que focam o escândalo do vazamento dos áudios dos donos da J&S, os quais geraram grande desgaste para o governo, e o pedido de investigação da Procuradoria Jurídica da República para que Temer fosse investigado pelo STF. Das 104 matérias coletadas, 51 referem-se a esse eixo (o equivalente a cerca de 49,02% das matérias analisadas). A segunda categoria mais acionada refere-se às matérias que tratam da formação do Ministério do governo interino de Temer – 18 referem-se a esse eixo (o que equivale a 17,30%). O terceiro eixo mais acionado refere-se a notícias com conteúdo crítico, seja por parte dos partidos da oposição ou mesmo de articulistas e colunistas da *Folha de S. Paulo* ou de especialistas (10 matérias compõem esse eixo, o que equivale a 9,62%). O eixo que trata das políticas do governo soma sete matérias (o que equivale a 6,74%). Os eixos sobre busca de apoio político e referente ao *impeachment* de Dilma somam cinco matérias cada (o que equivale a 4,81% cada). Por fim, as matérias que tratam da trajetória de Michel Temer e o *slogan* do governo do peemedebista somam quatro matérias cada (o que equivale a 3,85% cada eixo interpretativo). A seguir, no Gráfico II, pode-se visualizar melhor, de forma arredondada, o percentual referente a cada eixo interpretativo.



Fonte: autoria própria.

No caso do escândalo dos áudios, por ter um número muito grande de notícias, praticamente a metade, além de ter tido vários enquadramentos, foi feita uma nova definição de eixos interpretativos: (8.1) Vazamento das denúncias; (8.2) Batalha no Congresso; (8.3) Perda de apoio político; (8.4) Protestos; (8.5) Crise política e reformas sob risco; (8.6) Clima de incertezas políticas; e (8.6) Pedido de investigação de Temer.

Quadro 8 – Pacotes Interpretativos do Enquadramento da *Folha de S. Paulo* sobre o governo Michel Temer – Escândalo dos áudios

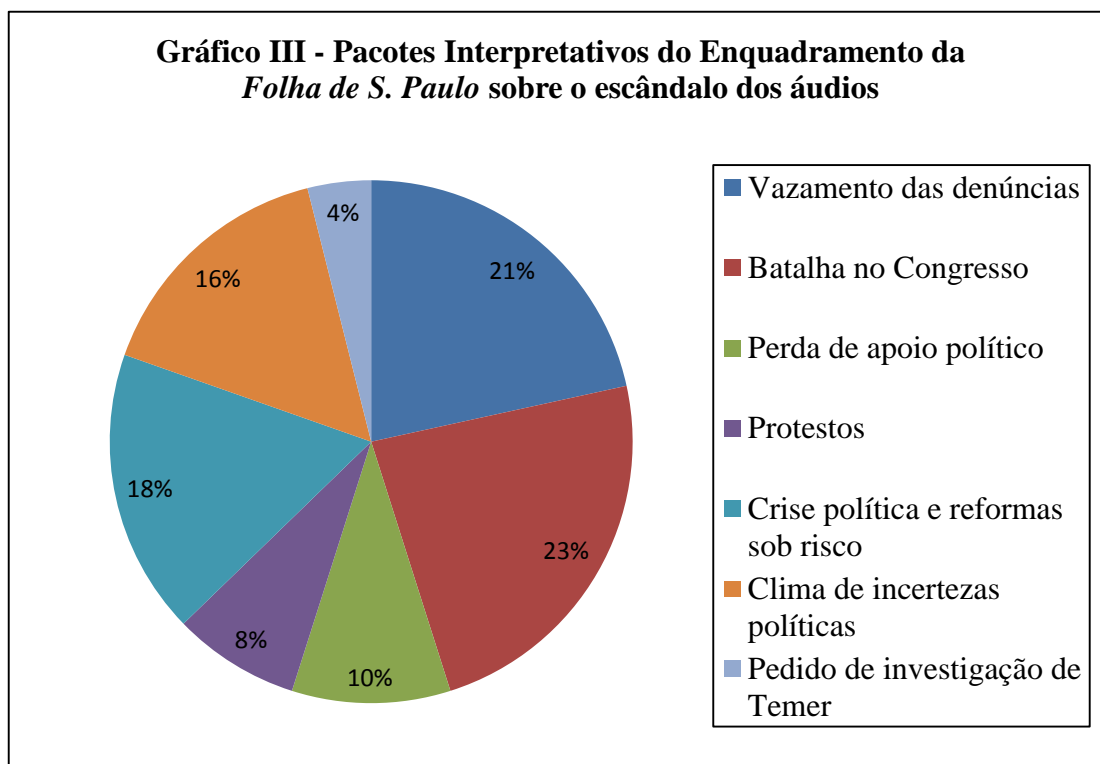
Pacote Interpretativo	Descrição do tipo de enquadramento	Número de Notícias	Percentual
1. Vazamento das denúncias	Relaciona-se às notícias que divulgaram o escândalo dos áudios gravados pelos empresários Joesley da J&S com acusação de pagamento de propina ao presidente Michel Temer	11	21,57%
2. Batalha no Congresso	Refere-se a notícias sobre a batalha do governo contra a oposição para obter maioria para barrar o pedido de investigação feito pela Procuradoria da República no Congresso.	12	23,53%
3. Perda de apoio	Diz respeito a notícias que mostravam a	05	9,80%

político	perda de apoio de parte da base aliada em função das denúncias		
4. Protestos	Refere-se aos protestos ocorridos em capitais contra o presidente Temer	04	7,84%
5. Crise política e reformas sob risco	Notícias que revelam a crise política gerada pelo escândalo que paralisou o governo e impediu a aprovação da Reforma da Previdência	09	17,65%
6. Clima de incertezas políticas	Relaciona-se a notícias que especulavam sobre o futuro político do governo – se haveria renúncia, <i>impeachment</i> ou novas eleições, ou se Temer conseguiria se manter em função do seu capital político	08	15,69%
7. Pedido de investigação de Temer	Refere-se ao pedido feito pelo STF para que Temer fosse investigado	02	3,92%
TOTAL		51	100%

Fonte: autoria própria.

Fica evidente no Quadro 8 que, de um total de 51 matérias referentes aos escândalos dos áudios que envolveram o presidente Michel Temer, um total de 12 referem-se à batalha no Congresso (o que equivale a 23,53%). O eixo que se refere às notícias que divulgaram o escândalo dos áudios gravados pelos empresários Joesley da J&S com acusação de pagamento de propina ao presidente Michel Temer soma 11 notícias (o equivalente a 21,57% do total). Um total de nove notícias refere-se às que tratam da crise política e reformas sob risco (o que equivale a 17,65%). As notícias que especulavam sobre o futuro político do governo – se haveria renúncia, *impeachment* ou novas eleições, ou se Temer conseguiria se manter em função do seu capital político – somaram oito (equivalente a 15,69%). O eixo interpretativo sobre a perda de apoio político traz cinco notícias (o que equivale a 9,80%). As matérias referentes aos protestos contra o governo Temer totalizaram quatro (equivalente a 7,84%). Por fim, duas matérias referem-se ao pedido de investigação do presidente (o que equivale a 3,92%). O Gráfico III facilita a visualização dos percentuais referentes aos eixos temáticos sobre os escândalos dos áudios envolvendo o presidente Michel Temer.

Gráfico III - Pacotes Interpretativos do Enquadramento da Folha de S. Paulo sobre o escândalo dos áudios



Fonte: autoria própria.

Quadro 9 – Cobertura da Folha de S. Paulo no governo de Michel Temer (MDB)

Unidade	Data	Título	Tipo de Enquadramento
1.	12/05/16	Temer vai chefiar órgão que formula política comercial	Formação ministerial
2.	12/05/16	Pressões do PMDB levam vice a fazer alterações de última hora em equipe	Formação ministerial
3.	12/05/16	Peemedebista exclui mulheres de Ministério	Formação ministerial
4.	12/05/16	PSDB 'vai correr riscos', afirma Aécio	Busca de apoio político
5.	12/05/16	PT anuncia oposição a toda proposta de Temer	Oposição/Críticas a Temer
6.	12/05/16	Sempre governista, vice teve altos e baixos no comando da Câmara	Trajetória de Temer
7.	12/05/16	'A cidade não vibra por ele', diz sobrinha de Temer em Tietê	Trajetória de Temer
8.	13/05/16	Presidente interino, Temer promete fazer 'governo de salvação'	Temer e o <i>impeachment</i> de Dilma
9.	13/05/16	Novo governo adota 'Ordem e Progresso' como lema	<i>Slogan</i> de governo
10.	13/05/16	Temer afaga Congresso e diz que manterá programas sociais	Busca de apoio político
11.	13/05/16	'Não somos bichos-papões', diz Gedel	Temer e o <i>impeachment</i> de Dilma
12.	13/05/16	Aos 75 anos, é o mais velho presidente a assumir	Trajetória de Temer
13.	13/05/16	Temer confunde jornalista com presidente argentino	Oposição/Críticas a Temer
14.	13/05/16	Suspeito de invadir celular de Marcela, hacker é preso	Oposição/Críticas a Temer
15.	13/05/16	Novo Ministério amplia congressistas	Busca de apoio político

16.	13/05/16	Cerimônia teve bênção, tropeção e acesso de tosse	Oposição/ Críticas a Temer
17.	13/05/16	Meirelles retorna ao governo em situação semelhante à de 2002	Formação ministerial
18.	13/05/16	Jucá articulou desembarque do PMDB do governo Dilma Rousseff	Formação ministerial
19.	13/05/16	Sem admitir interesse eleitoral, Serra assume Itamaraty ‘falido’	Formação ministerial
20.	13/05/16	Ministro de FHC e Dilma, Padilha será braço direito de Michel Temer	Formação ministerial
21.	13/05/16	Idealizador da ruptura, Gedel manteve relação instável com o PT	Formação ministerial
22.	13/05/16	De perfil centralizador, Moraes fez carreira em governos do PSDB	Formação ministerial
23.	13/05/16	Discurso conciliador deixa medidas para depois	Busca de apoio político
24.	13/05/16	Obama não dará telefonema oficial para Temer	Políticas de governo
25.	14/05/16	Corte de cargos de Temer só gera economia simbólica	Formação ministerial
26.	14/05/16	Ministro diz que vai manter chefe da PF	Formação ministerial
27.	14/05/16	Temer passa a ser responsável por atos de governo	Políticas de governo
28.	14/05/16	Criticado, presidente revê <i>status</i> da cultura	Formação ministerial
29.	14/05/16	Equipe reformula <i>site</i> da Presidência e publica promessas	Slogan do governo
30.	14/05/16	Temer pede auditoria em orçamento de programas sociais	Políticas de governo
31.	14/05/16	Temer pede que fotos de Dilma sejam recolocadas	Oposição/Críticas a Temer
32.	14/05/16	Homenagens a Dilma	Oposição/Críticas a Temer
33.	14/05/16	Camaleão político	Formação ministerial
34.	14/05/16	Equipe tem investigado e citado na Lava Jato	Formação ministerial
35.	14/05/16	Para novo ministro, mudança de <i>status</i> e nome da CGU é avanço	Formação ministerial
36.	14/05/16	Marqueteiro fez nova marca sem contrato	<i>Slogan</i> do governo
37.	14/05/16	Citada por Temer em discurso, placa ‘não fale em crise’ fica em posto desativado	<i>Slogan</i> do governo
38.	14/05/16	Criado como maronita, presidente interino hoje se declara católico	Trajetória de Temer
39.	14/05/16	Dilma critica falta de mulheres no governo	Formação ministerial
40.	30/08/16	Temer reage a ofensiva final de Lula por votos	Temer e o <i>impeachment</i> de Dilma
41.	31/08/16	Senado sela destino de Dilma, e Temer já prepara medidas	Políticas de governo
42.	31/08/16	Posse deverá ser rápida e seguirá rito de Itamar	Temer e o <i>impeachment</i> de Dilma
43.	31/08/16	Vídeo antiTemer derruba vice-procuradora	Formação ministerial
44.	01/09/16	Senado cassa Dilma; Temer assume com promessas de reformas e pacificação	Temer e o <i>impeachment</i> de Dilma
45.	01/09/16	Presidente eleva o tom e acena com medidas	Políticas de governo
46.	01/09/16	Dureza de Temer amolecerá ao negociar com Congresso	Oposição/Críticas a Temer
47.	01/09/16	Lula propõe frente ampla e bloco de oposição a Temer	Oposição/Críticas a Temer
48.	01/09/16	Paciência de investidores depende de reformas	Políticas de governo
49.	01/09/16	Para frear gastos, governo planeja mudanças no SUS	Políticas de governo
50.	01/09/16	Calero terá que reestruturar pasta, que é dor de cabeça certa	Formação ministerial

51.	01/09/16	Viagem para o G-20 dará lastro internacional que Temer cobiça	Políticas de governo
52.	01/09/16	O golpe contra Dilma, na verdade, está só começando/Guilherme Boulos	Oposição/Críticas a Temer
53.	01/09/16	'Acórdão' poupa Dilma para beneficiar Cunha	Oposição/Críticas a Temer
54.	18/05/17	Delator envolve Temer em compra de silêncio de Cunha	Escândalo dos áudios – vazamento das denúncias (1)
55.	18/05/17	Delação inclui vídeo de entrega de dinheiro	Escândalo dos áudios – vazamento das denúncias (1)
56.	18/05/17	Temer confirma que ouviu relato de pagamentos, mas nega ato ilícito	Escândalo dos áudios – vazamento das denúncias (1)
57.	18/05/17	Espetacular, ação é mais usada em filmes	Escândalo dos áudios – vazamento das denúncias (1)
58.	18/05/17	Deputado acusado de carregar dinheiro veio da iniciativa privada	Escândalo dos áudios – vazamento das denúncias (1)
59.	18/05/17	Eleição pós-Temer seria zona cinzenta, dizem especialista	Escândalo dos áudios – Clima de incertezas políticas (6)
60.	18/05/17	Câmara fala em <i>impeachment</i> e em Diretas Já	Escândalo dos áudios – Clima de incertezas políticas (6)
61.	18/05/17	Em SP e no DF, manifestantes vão às ruas pedir Diretas Já	Escândalo dos áudios – Clima de incertezas políticas (6)
62.	18/05/17	Impressionante, gravação dá um tiro no coração de Temer	Escândalo dos áudios – Vazamento das denúncias (1)
63.	18/05/17	Possível sucessor, Maia é alvo na Lava Jato em inquérito no STF	Escândalo dos áudios – Clima de incertezas políticas (6)
64.	18/05/17	Crise ameaça travar reformas e alimentar incertezas no mercado	Escândalo dos áudios – Crise política e reformas sob risco (5)
65.	18/05/17	Episódio sepulta a ideia da Lava Jato como agente de operação seletiva	Escândalo dos áudios – Crise política e reformas sob risco (5)
66.	19/05/17	Temer descarta saída; áudio sobre Cunha não é conclusivo	Escândalo – Pedido de Investigação de Temer (7)
67.	19/05/17	Inquérito contra Temer é autorizado por Fachin	Escândalo dos áudios – Pedido de Investigação do Temer (7)
68.	19/05/17	'Não renunciarei', diz Temer em discurso	Escândalo dos áudios – Clima de incertezas políticas (6)
69.	19/05/17	Com traços de indignação e frases de efeito, ecoa Nixon	Escândalo dos áudios – Crise política e reformas sob risco (5)
70.	19/05/17	Omissão do Congresso amplia incertezas sobre desfecho da crise	Escândalo dos áudios – Crise política e reformas sob risco (5)
71.	19/05/17	Temer é vítima de uma conspiração	Escândalo dos áudios – Crise política e reformas sob risco (5)
72.	19/05/17	Vaivém do PSDB dá o tom da reação de aliados	Escândalo dos áudios –

			Perda de apoio político (3)
73.	19/05/17	Tempo demais	Escândalo dos áudios – Vazamento das denúncias (1)
74.	19/05/17	‘Ótimo’, diz Temer sobre barrar apuração	Escândalo dos áudios – Vazamento das denúncias (1)
75.	19/05/17	Filmado com R\$ 500 mil, deputado deixa hotel em NY	Escândalo dos áudios – Vazamento das denúncias (1)
76.	19/05/17	Gravação entre presidente e Joesley não é conclusiva	Escândalo dos áudios – Vazamento das denúncias (1)
77.	19/05/17	In... Mercado político especula quem poderia ser acionado como candidato à Presidência caso Michel Temer caia	Escândalo dos áudios – Clima de incertezas políticas (6)
78.	19/05/17	Eleição direta seria golpe, diz pesquisadora	Escândalo dos áudios – Clima de incertezas políticas (6)
79.	19/05/17	Atos contra Temer têm confronto com PM	Escândalo dos áudios – Protestos (4)
80.	19/05/17	... diretas	Escândalo dos áudios – Clima de incertezas políticas (6)
81.	19/05/17	Bolsa desaba e dúvidas sobre Temer sacodem o mercado	Escândalo dos áudios – Crise política e reforma sob risco (5)
82.	19/05/17	A resposta que devemos dar	Escândalo dos áudios – Crise política e Reformas sob risco (5)
83.	19/05/17	Meirelles diz que fica mesmo se Temer sair	Escândalo dos áudios – Crise política Reformas sob risco (5)
84.	19/05/17	Duração da crise define efeito na retomada	Escândalo dos áudios – Crise política e Reforma sob risco (5)
85.	01/08/17	Por quórum, Temer estimula até voto opositor e abstenção	Escândalo dos áudios – Batalha no Congresso (2)
86.	01/08/17	Comissão arquiva caso de assessor da Casa Civil	Escândalo dos áudios – Batalha no Congresso (2)
87.	01/08/17	Deputado do Pará tatua no ombro homenagem a Temer	Escândalo dos áudios – Batalha no Congresso (2)
88.	02/08/17	Em véspera de votação, Temer afaga ruralistas e ‘baixo clero’	Escândalo dos áudios - Batalha no Congresso (2)
89.	02/08/17	Dividida, oposição questionará rito de sessão	Escândalo dos áudios - Batalha no Congresso (2)
90.	02/08/17	Capacidade de Michel Temer governar está exaurida	Escândalo dos áudios – Batalha no Congresso (2)
91.	02/08/17	Presidente vai sair fortalecido e aprovará as reformas	Escândalo dos áudios - Batalha no Congresso (2)
92.	02/08/17	PM reforça efetivo de segurança perto do Congresso para votação	Escândalo dos áudios – Protestos (4)
93.	02/08/17	Sala de Paula Lavigne e Caetano une políticos e artistas pelo ‘Fora Temer’	Escândalo dos áudios – Protestos (4)
94.	02/08/17	Por que Temer pode sobreviver/Elio Gaspari	Escândalo dos áudios – Perda de apoio político (3)
95.	03/08/17	Temer usa máquina, barra denúncia e demonstra força	Escândalo dos áudios - Batalha no Congresso (2)

96	03/08/17	Resultado é conquista das instituições, diz presidente	Escândalo dos áudios – Batalha no Congresso (2)
97	03/08/17	Balcão de negócios com recurso público garante vitória governista	Escândalo dos áudios – Batalha no Congresso (2)
98	03/08/17	Tucanos lideram traições entre aliados	Escândalo Perda de apoio político (3)
99	03/08/17	Aliado distante	Escândalo dos áudios – Perda de apoio político (3)
100	03/08/17	Temer se fortalece, mas vai pagar caro por reformas que quer ver aprovadas	Escândalo dos áudios – Perda de apoio político (3)
101	03/08/17	Outras saídas/Janio de Freitas	Escândalo dos áudios – Batalha no Congresso (2)
102	03/08/17	Nova denúncia deve ter obstrução como foco	Escândalo dos áudios – Vazamento das denúncias (1)
103	03/08/17	Vitória de Temer consagra a tese do semiparlamentarismo	Escândalo dos áudios – Batalha no Congresso (2)
104	03/08/17	Protestos contra Temer tem baixa adesão	Escândalo dos áudios – Protestos (4)

5.4 ANÁLISE QUALITATIVA DO ENQUADRAMENTO DA *FOLHA DE S. PAULO* SOBRE O GOVERNO MICHEL TEMER (MDB)

Com base no conteúdo das notícias coletadas, foram definidos os seguintes eixos interpretativos: (1) Formação ministerial; (2) Busca de apoio político; (3) Oposição/Críticas ao governo Temer; (4) Trajetória de Temer; (5) Temer e o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma; (6) *Slogan* do governo; (7) Políticas do governo; e (8) Escândalo dos áudios.

5.4.1 Formação ministerial

Foram escolhidas algumas das notícias, a fim de analisar de forma qualitativa o enquadramento dado pelo jornal *Folha de S. Paulo* ao governo Michel Temer (MDB). Conforme mostrado no Quadro 7, o eixo interpretativo a ser analisado neste momento refere-se às notícias que tratam da formação do Ministério do governo interino. Das 104 matérias analisadas, 18 correspondem a esse enquadramento, o equivalente a 17,30% do total. Diante disso, é importante resgatar a discussão de enquadramento realizada no último capítulo. Na matéria intitulada “Temer vai chefiar órgão que formula política comercial”, o jornal buscou destacar que o governo peemedebista apostaria nas exportações para tentar alavancar o crescimento. Dessa forma, a notícia trouxe os principais nomes mais cotados para a formação da equipe de Temer, destacando os nomes da equipe econômica: “Segundo a *Folha* apurou,

Temer está convencido de que as exportações serão uma das principais alavancadas da retomada do crescimento econômico” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). Observa-se que o jornal busca mostrar os bastidores da formação da equipe, bem como as prioridades do novo governo interino.

Na matéria, também do dia 12 de maio de 2016, intitulada “Pressões do PMDB levam vice a fazer alterações de última hora na equipe”, mais uma vez, o jornal traz os bastidores envolvendo a formação ministerial. A notícia destaca que o presidente interino foi pressionado pela bancada peemedebista no Senado a entregar a um senador do partido o comando do Ministério da Integração Nacional, pasta que até então estava reservada para o PSB, partido aliado do governo peemedebista. A matéria que informou alguns nomes que iriam compor o Ministério ainda reforçou para outra “saia justa” que Temer teve de enfrentar nessa etapa da escolha para sua equipe: “Nesta quarta, o vice recebeu ainda deputados mineiros de seu partido em busca de uma vaga na equipe ministerial” e “Da reunião, surgiu uma saia justa” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). Dessa forma, segundo o jornal, o peemedebista escolheu um colega de partido para o Ministério da Defesa, porém teve de recuar diante da negativa das Forças Armadas. Devido ao impasse, os deputados mineiros passaram a pressionar Temer para uma nova oferta para o deputado Cardoso Jr. (PMDB – MG), fazendo com que o presidente interino pensasse em relocar outro convidado para abrigar o deputado mineiro.

No dia 12 de maio de 2016, na notícia intitulada “Peemedebista exclui mulheres de Ministério”, o jornal enquadra de forma mais negativa o fato de Temer não ter escolhido nenhuma mulher para comandar um Ministério: “Se confirmar os nomes cotados para ministros em seu governo, Michel Temer (PMDB) será o primeiro presidente desde Ernesto Geisel (1974-1979) a não ter mulheres na Esplanada” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). A matéria informou que alguns nomes foram cotados, mas não prosperaram e que pessoas próximas ao presidente diziam que não havia da parte dele restrições à participação de mulheres. Ao final da matéria, o jornal reforça que “Temer decepcionou algumas feministas que esperavam atitude mais inclusiva devido ao seu histórico”, já que, “há 30 anos, então à frente da Secretaria de Segurança Pública de SP, o peemedebista criou a primeira delegacia de defesa da mulher no País” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). Observa-se um enquadramento negativo ao fato, porém o jornal buscou reforçar a trajetória de Temer em defesa da mulher.

A reportagem, do dia 13 de maio de 2016, intitulada “Meirelles retorna ao governo em situação semelhante à de 2002”, destaca que, também em 2002, Henrique Meirelles foi

convidado pelo ex-presidente Lula para assumir o Banco Central em uma iniciativa que foi vista como um gesto de aproximação com o mercado, que demonstrava insegurança com o perfil de Lula. Da mesma forma, Temer o escolheu para o Ministério da Fazenda também como maneira de atrair a simpatia do mercado. O jornal trouxe a trajetória política do novo ministro, mostrando um enquadramento negativo já no final quando apontou para uma suspeita de sonegação fiscal envolvendo Meirelles.

Como já foi discutido anteriormente, a opinião pública constrói-se, principalmente, pela atuação dos meios de comunicação. Assim, a mídia busca grandes audiências por meio da espetacularização e se utiliza do poder de interferência na opinião pública para lucrar, vendendo a notícia e interferindo em setores importantes da sociedade como a política (GOMES, 2004). Ao destacar que integrantes da equipe de Temer estão envolvidos em investigações ou já tiveram seus nomes ligados a acusações, bem como mostrar os bastidores da arena política, diante de disputas de cargos e apoio parlamentar para formar a base aliada, a mídia acaba por interferir no campo político de modo a enaltecer o *star system* da política, que tem como estratégia o discurso do não político ou do político que não aceita negociações (SCHWARTZENBERG, 1977). Dessa maneira, a mídia exalta o discurso do não político e desqualifica a política, que, diante do presidencialismo de coalizão, depende de negociações para mandar uma base aliada forte conseguindo a governabilidade (ABRANCHES, 1988).

Ao analisar algumas matérias que tratam da formação ministerial, com um enquadramento dos bastidores do novo governo, percebe-se que o jornal busca um papel central ao informar, antes mesmo do anúncio oficial, os futuros ministros do governo. Tendo em vista o jornal como representação da grande mídia brasileira, é visível a centralidade ainda exercida pela mídia na arena política. Dessa forma, ao se antecipar ao governo no anúncio de sua equipe, o jornal posiciona-se como um significativo ator político no sentido de mostrar que tem acesso aos bastidores do poder. Ao dar visibilidade a essas negociações, muitas vezes, procura interferir, seja para emplacar nomes que agradem ao grupo midiático e aos setores econômicos a que está vinculado ou justamente para criar empecilhos na indicação do futuro ministro.

5.4.2 Busca de apoio político

O eixo interpretativo a ser analisado neste momento refere-se às notícias relacionadas à busca de apoio político para o seu governo interino junto a partidos e à população. Esse

enquadramento, conforme mostra o Quadro 7, foi menos predominante. Das 104 matérias coletadas, cinco foram referentes às notícias que davam enfoque à busca de apoio político no início do governo Temer (cerca de 4,81%). Foram escolhidas algumas notícias veiculadas pelo jornal, a fim de analisar como foi enquadrada a busca de apoio do governo Temer, buscando compreender se foi mais negativo ou positivo. Na matéria do dia 12 de maio de 2016, intitulada “PSDB vai ‘correr riscos’, afirma Aécio”, o jornal destaca o apoio do PSDB às indicações ministeriais do governo Temer. A matéria trouxe uma entrevista com o senador tucano Aécio Neves, que afirmou “Vamos correr o risco, vamos apoiar essa agenda” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). De acordo com jornal, o tucano afirmou que o governo Temer tem que surpreender positivamente o Brasil e contará com o PSDB ao seu lado.

Na matéria intitulada “Temer afaga o Congresso e diz que manterá os programas sociais”, veiculada no dia 13 de maio de 2016, o jornal trouxe destaque ao primeiro discurso de Temer como presidente interino. Segundo a matéria, Temer fez acenos ao mercado apontando medidas que seriam feitas para cortar gastos e trazer investimentos ao País. A matéria destacou: “Em cerca de 25 minutos de discurso, o presidente interino disse que sua intenção é governar junto com o Congresso, onde precisará ter apoio para conseguir aprovar projetos prioritários [...]” (*Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 2016). Ao final da matéria, o jornal informou que, na chegada ao Palácio do Planalto para a cerimônia, foram lançados fogos de artifício e que, antes da entrada de Temer, os ministros tiveram que esperá-lo em uma sala anexa ao local da cerimônia, demonstrando um pouco dos bastidores do evento.

No dia 13 de maio de 2016, em matéria intitulada “Novo Ministério amplia congressistas”, o jornal destacou que deputados federais e senadores representavam 57% dos ministros, reafirmando a necessidade apontada por Temer de governabilidade (ABRANCHES, 1988). A matéria destacou ainda que aliados de Temer avaliavam que a base do governo na Câmara e no Senado começaria do tamanho dos votos pró-*impeachment*.

Na matéria intitulada “Discurso conciliador deixa medidas para depois”, publicada no dia 13 de maio de 2016, o jornal traz uma análise negativa do discurso do presidente interino. O jornal destaca que Temer evitou dar detalhes do plano para recuperar a economia: “Não disse onde vai achar dinheiro para agradar tanta gente, mas deixou claro que não está preparado para falar de dificuldades: ‘Não vamos falar em crise. Vamos trabalhar’” (*Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 2016). A matéria traz um enquadramento negativo ao apontar as promessas de Temer aos empresários, aos brasileiros e ao Congresso, colocando em dúvida como ele conseguiria cumpri-las diante da crise econômica.

Ao definir o que é público e tornará público, julgando o que é mais importante, a mídia exerce um papel central na sociedade moderna (LIMA, 2006). Dessa forma, ao mostrar os bastidores do governo Temer na busca de apoio político, a mídia exerce o papel central no campo político na medida em que ela interfere na opinião pública diante do enquadramento da nova equipe econômica.

5.4.3 Oposição/Críticas ao governo Temer

O pacote interpretativo analisado neste momento dará enfoque às notícias com conteúdo crítico seja por parte dos partidos da oposição ou mesmo de articulistas e colunistas da *Folha de S. Paulo* ou de especialistas. Esse enquadramento, conforme foi visto no Quadro 7, equivale a 10 das 104 notícias analisadas (cerca de 9,62 % do total). Na coluna, do dia 14 de maio de 2016, intitulada “Homenagens a Dilma”, o jornal apontou que as “Homenagens à presidente escorraçada ficaram a cargo do presidente interino Michel Temer [...]”, já que menos de um terço de militantes apareceu na “melancólica despedida de Dilma Rousseff”. A coluna, que faz críticas aos governos petistas, também traz críticas ao governo interino: “O presidente interino pretende mudar a economia com as ferramentas políticas enferrujadas que sempre manejou” (*Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2016). Da mesma forma, o presidente Temer foi alvo de um enquadramento negativo: “‘A partir de agora não podemos mais falar em crise’, atreveu-se a dizer, imaginando que a legitimidade política deriva da tessitura de uma maioria parlamentar” (*Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2016). Observa-se que, mais uma vez, a coluna ataca o governo interino, apontando para uma não legitimidade de Temer. A análise trazida pelo jornal, no dia 1º de setembro de 2016, aponta que, apesar do discurso duro de Temer para manter a base fortalecida, o presidente interino poderia amolecer na primeira votação de medida de interesse do governo no Congresso: “O Temer enfurecido no microfone é o mesmo dos sucessivos recuos em recentes negociações com os deputados, como a renegociação da dívida dos Estados” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016). A análise traz claramente um enquadramento negativo ao governo Temer, mas também enquadra negativamente o governo petista, atacando principalmente a figura de Lula: “O processo de *impeachment* expôs ainda o quão deteriorado está o capital político do ex-presidente Lula” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016). Assim, observa-se um enquadramento negativo da política brasileira de uma maneira geral.

Na matéria intitulada “Lula propõe frente ampla e bloco de oposição a Temer”, o jornal destaca que, de volta à oposição, o PT propõe aos aliados um bloco de resistência ao

governo Temer. A matéria informa que, antes concentrado no *impeachment*, o PT naquele momento reacendia o debate sobre a criação de uma frente inspirada no modelo do Uruguai, visando às eleições de 2018. Dessa forma, o *impeachment* reabria também a disputa interna no PT pelo comando do partido.

Na matéria intitulada “‘Acórdão’ poupa Dilma para beneficiar Cunha”, o jornal traz uma entrevista com a ex-senadora Marina Silva (REDE), destacando que, para ela, o processo de *impeachment* “provou que PT e PMDB são faces da mesma moeda”, por isso deveria haver novas eleições. Na entrevista, mais uma vez, o jornal destacou as críticas não só ao PT, mas também ao MDB.

Analisando o enquadramento sobre as críticas e a oposição ao governo Temer, percebe-se o fator espetacular enquadrando a disputa política de forma dramática e trazendo personagens. Giddens (1990) define o conceito de “sistemas peritos”, que se refere a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que se vive hoje. Assim, é fácil compreender que a mídia atua como um “sistema perito” no que se refere à arena política, exercendo um papel centralizador em relação ao campo da política e à opinião pública. Por isso, os jornais acabam tendo propriedade para explicar, mesmo de forma simplista, a disputa entre Temer e Dilma/Lula, entre o PMDB e PT. Da mesma maneira, o jornal faz avaliações e aponta caminhos que precisam ser seguidos pelos governantes, seja na montagem do governo, seja na adoção de políticas públicas, principalmente na área econômica.

5.4.4 Trajetória de Temer

Será analisado agora o eixo interpretativo relacionado a notícias que tratam da trajetória pessoal e política de Temer. Este enquadramento, conforme foi visto no Quadro 7, equivale a quatro das 104 notícias analisadas (cerca de 3,85 % do total). Na matéria intitulada “Sempre governista, vice teve altos e baixos no comando da Câmara”, o jornal traz destaque à trajetória de Temer enquanto deputado federal. Segundo a matéria, Temer foi o que mais comandou a Câmara desde a redemocratização, com três mandatos (1997-1998, 1999-2000 e 2009-2010). E em suas gestões, sempre foi aliado do Palácio do Planalto tanto com Fernando Henrique Cardoso (PSDB) quanto com Lula (PT). O jornal destacou ainda que Temer foi um dos deputados envolvidos na “farra das passagens aéreas”. O fato ficou conhecido quando foi descoberto em 2009 que deputados usavam o dinheiro público para distribuir bilhetes a familiares, amigos e eleitores. De acordo com a matéria, Temer também era lembrado por

defender cargos a aliados. A reportagem aponta ainda para os elogios recebidos por aliados e amigos, bem como os rivais conquistados durante os anos na política, dentre eles o senador Antônio Carlos Magalhães, que faleceu em 2007, “que não cansava de chamar Temer de mordomo de filme de terror” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016).

Na matéria intitulada “A cidade não vibra por ele, diz sobrinha de Temer em Tietê”, o jornal dá destaque à cidade natal do presidente interino: Tietê, no interior de São Paulo. Conforme a matéria, as pessoas abordadas na cidade não conheciam o conterrâneo, destacando a entrevista com a sobrinha do presidente, moradora da cidade: “A cidade não vibra por ele”, “Talvez seja porque ele foi para São Paulo muito cedo, com 16 anos, ou pelo fato de ele ser muito tímido” e “Mas não há orgulho por ele ser filho dessa terra” (*Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2016). O jornal reforça que poucos conhecem o presidente ou se identificam com ele em sua cidade natal.

No dia 13 de maio de 2016, foi publicada a matéria intitulada “Aos 75 anos, é o mais velho a assumir”, em que o jornal destaca que Temer se tornou a pessoa mais velha a chegar ao cargo de presidente da República. A matéria traz o histórico de alguns presidentes da República e suas idades.

5.4.5 Temer e o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma

O pacote interpretativo a ser analisado neste momento relaciona-se a notícias que vinculam o presidente ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Este enquadramento equivale a cerca de 4,81% do total. Na matéria intitulada “Temer reage à ofensiva final de Lula por votos”, o jornal destaca o receio de Temer em perder apoio no fim do processo, o que levou o presidente interino a montar um gabinete para barrar a ofensiva do ex-presidente Lula para reverter votos para Dilma Rousseff: “Como contraofensiva, Temer telefonou para senadores procurados pelo petista” (*Folha de S. Paulo*, 30 de agosto de 2016).

Na matéria do dia 31 de agosto de 2016, intitulada “Posse vai ser rápida e seguirá rito de Itamar”, o jornal traz como destaque a cerimônia que aconteceria caso Dilma fosse afastada e Temer assumisse como presidente interino. Segundo a matéria: “A ideia discutida pelo Palácio do Planalto é que a solenidade, de cerca de meia hora de duração, repita o formato da cerimônia realizada em 1992, quando Itamar Franco assumiu o posto após a queda definitiva de Fernando Collor [...]” (*Folha de S. Paulo*, 31 de agosto de 2016). O jornal destaca ainda como seriam os protocolos da cerimônia, prevendo que Temer chegaria cercado de ministros e aliados na solenidade.

Na matéria intitulada “Senado cassa Dilma; Temer assume com promessas de reformas e pacificação”, publicada no dia 1º de setembro de 2016, o jornal destaca o resultado da votação no Senado, que decidiu pela perda do mandato de Dilma Rousseff, confirmando Michel Temer como presidente do Brasil a partir daquela data. A matéria destacou ainda o pronunciamento do peemedebista em cadeia nacional de TV e rádio: “O novo presidente prometeu buscar reconciliação e a pacificação nacional” e “defendeu ainda a aprovação de limites ao endividamento público e as reformas da Previdência e da legislação trabalhista” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016).

5.4.6 Slogan do Governo

Será analisado neste momento o eixo interpretativo referente às notícias sobre o novo *slogan* do governo Michel Temer. Este enquadramento refere-se a 3,85% do total das matérias analisadas. Na matéria intitulada “Equipe reformula *site* da Presidência e publica promessas”, publicada no dia 14 de maio de 2016, o jornal traz destaque ao novo formato do *site* oficial do Palácio do Planalto após Temer assumir interinamente. Segundo a matéria, foi retirado do *site* o destaque que tinha sido dado a notícias sobre Dilma Rousseff. O jornal reforça que os assessores de Dilma vinham usando o *site* e os perfis oficiais em redes sociais para questionar o *impeachment*, porém, “agora, no *site* do Planalto, há um retrospecto da tramitação do *impeachment*, que afirma que Temer ficará na Presidência até o encerramento do processo” (*Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2016). A matéria buscou demonstrar que mudanças já estavam sendo feitas em termos de *marketing* diante da decisão que colocou Temer como presidente interino.

Na matéria intitulada “Marqueteiro fez nova marca sem contrato”, do dia 14 de maio de 2016, o jornal traz um enquadramento negativo do governo Temer, destacando que a marca do governo interino, sintetizada no *slogan* “Ordem e Progresso”, foi feita por uma agência e marqueteiro que não têm contrato com a administração federal, sem nenhuma das formalidades que cercam os negócios públicos, como licitação ou tomada de preços. De acordo com a matéria, o marqueteiro “disse à *Folha* que vai doar oficialmente a peça para a Secretária de Comunicação da Presidência da República”, já que, “se não houver a doação, a marca não poderá ser usada pelo governo em campanhas [...]” (*Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2016). Ao apontar que a marca do novo governo foi criada informalmente, sem contrato, o jornal enquadrando de forma negativa o fato mesmo escutando o marqueteiro que afirmou que faria a doação.

Em uma matéria do dia 14 de maio de 2016, intitulada “Citada por Temer em discurso, placa ‘não fale em crise’ fica em posto desativado”, o jornal foi atrás do painel citado pelo presidente interino em seu primeiro discurso. Conforme a matéria, o local onde se encontra a placa “Não fale de crise, trabalhe” está longe do otimismo que Temer pretendia criar ao discursar a frase: “Pela placa, por exemplo, Nelinho não recebeu nada”, uma vez que “o serviço foi abatido do aluguel que teria que pagar”. Além disso, o letrista da placa, segundo o jornal, “tem se alimentado de ovo e macarrão” (*Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2016). Desse modo, o jornal reforçou a crise econômica vivenciada no País, atingindo, inclusive, o letrista da placa citada por Temer em seu discurso. Ao fim da matéria, o jornal destacou a fala do pintor: “Os políticos estão com as frases boas, mas tinham que dividir a grana”.

5.4.7 Políticas do governo

O pacote interpretativo a ser analisado trata-se de notícias referentes a políticas anunciadas pelo governo em diferentes áreas: saúde, relações internacionais e políticas sociais. Este enquadramento, conforme foi visto, equivale a sete das 104 notícias analisadas; ou seja, a cerca de 6,74 % do total. Na matéria intitulada “Presidente eleva o tom e acena com medidas”, o jornal deu destaque às primeiras manifestações de Temer após tomar posse como presidente da República efetivo. Ainda, de acordo com a matéria, o presidente foi mais ponderado no discurso que foi ao ar em cadeia de TV e rádio, mas elevou o tom na primeira reunião ministerial após Dilma o atacar e o chamar de golpista: “[...] Temer prometeu não levar ofensa para casa sobre as críticas de ter realizado um golpe [...]” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016). Além de destacar os conflitos entre Temer e Dilma, a matéria falou sobre a irritação do peemedebista com a decisão de não suspender os direitos políticos da petista e a prioridade do governo em aprovar as reformas trabalhista e da Previdência. Retomando a discussão para o conceito de enquadramento, é importante compreender que os jornalistas apresentam a realidade política como um campo em conflito. Segundo Motta (2007), isso interessa ao jornalismo, já que ele depende da audiência, que precisa seduzir e capturar a atenção. Assim, o jornalismo instiga o conflito, trazendo as personagens políticas para a arena e convocando os políticos para fazer acusações e respostas sucessivas. Dessa forma, é fácil observar o conflito entre Temer e Dilma diante do enquadramento do jornal.

No dia 1º de setembro de 2016, o jornal trouxe uma matéria analisando a crise econômica intitulada “Paciência de investidores depende de reformas”. Na perspectiva do jornal, a demora para aprovar propostas que freiam gastos públicos tornará ajuste custoso e

recuperação da economia mais lenta: “A enorme boa vontade que os donos do dinheiro demonstraram com Michel Temer até agora foi sustentada principalmente por dois fatores: a competência da equipe econômica que ele escolheu e a confiança em sua capacidade de articulação política” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016). Porém, segundo a matéria, encerrada a batalha do *impeachment*, “a paciência de empresários e investidores com o presidente dependerá da rapidez com que se movimentará para justificar as esperanças depositadas nele” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016). A aprovação das reformas prometidas por Temer seria essencial para a recuperação econômica; do contrário, conforme o jornal, o futuro do governo Temer seria incerto.

Na matéria intitulada “Para frear gastos, governo planeja mudanças no SUS”, do dia 1º de setembro de 2016, o jornal destaca que gerir um dos maiores sistemas de saúde do mundo, em um momento de recessão econômica, seria um dos principais e mais complexos desafios do governo Temer. A matéria traz críticas à proposta de limitar gastos obrigatórios à saúde, apontando que o investimento em saúde é a oportunidade de gerar economia e crescer mais, pois o corte de gastos nessa área eleva o número de mortes, de surtos de infecções, de alcoolismo, de risco de retorno de doenças erradicadas; enfim, a falta de investimento em saúde gera ainda mais gasto: “Governos deveriam investir mais em saúde em tempos de crise, para sair dela” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016).

Um campo é mais forte quando consegue impor aos outros campos a sua axiologia e quanto maior for o número de campos em que conseguir projetá-la melhor é. Assim, o campo dos *media* toma forma na medida em que determina o que dará visibilidade (RODRIGUES, 1990). Por isso, é importante considerar o enquadramento positivo do jornal dado ao governo Temer no que se refere à política econômica tendo em vista a influência do campo sobre os demais. Mesmo diante de alguns enquadramentos negativos, é perceptível o enquadramento positivo do jornal quanto às reformas, apontando sempre as reformas como cruciais para a recuperação e retomada do crescimento.

5.4.8 Escândalo dos áudios

Por fim, será analisado o eixo interpretativo referente às notícias sobre o escândalo do vazamento dos áudios dos donos da J&S, que geraram um grande desgaste para o governo e o pedido de investigação da Procuradoria Jurídica da República, a fim de que Temer fosse investigado pelo STF. Para isso, o pedido teve que ser votado no Congresso Nacional. Este enquadramento, conforme foi visto no Quadro 7, equivale a 51 das 104 notícias analisadas

(cerca de 49,02% do total), sendo, dessa forma, o enquadramento predominante dentro o recorte temporal analisado. Diante disso, no caso do escândalo dos áudios, por ter um número muito grande de notícias, praticamente a metade, além de ter tido vários enquadramentos, foi feita uma nova definição de eixos interpretativos: (a) Vazamento das denúncias; (b) Batalha no Congresso; (c) Perda de apoio político; (d) Protestos; (e) Crise política e reformas sob risco; (f) Clima de incertezas políticas; e (g) Pedido de investigação de Temer. Nesse caso, serão analisadas matérias referentes a essa segunda construção de eixos interpretativos.

Na matéria intitulada “Delação inclui vídeo de entrega de dinheiro”, o jornal traz destaque ao conteúdo da delação do empresário Joesley Batista envolvendo o presidente Temer. Dessa maneira, a matéria enquadra-se no eixo interpretativo referente ao vazamento das denúncias. O jornal explica que a gravação feita pelo empresário de uma conversa particular com Temer ocorreu em março de 2017, no Palácio do Jaburu, residência oficial da Presidência. Ainda, segundo o jornal, o empresário usou a gravação para registrar um diálogo em que Temer reforça que deveria ser mantido o pagamento de mesada ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha e ao operador Lucio Funaro, ambos presos. A delação ainda conta, conforme a matéria, com uma gravação do deputado federal Rodrigo Rocha Loures recebendo uma mala com o valor de R\$ 500 mil: “Rocha Loures foi mencionado por Temer como uma espécie de seu emissário” (*Folha de S. Paulo*, 18 de maio de 2017). A matéria ainda explica os próximos passos da Procuradoria Geral da República, que poderia levar à abertura de inquérito contra o peemedebista.

O eixo interpretativo referente à “Batalha no Congresso” representa a maior parte das matérias analisadas sobre o escândalo dos áudios. A matéria intitulada “Em véspera de votação, Temer afaga ruralistas e ‘baixo clero’”, do dia 02 de agosto de 2017, o jornal destacou as movimentações do governo Temer para barrar o inquérito na Câmara dos Deputados. De acordo com a matéria, o governo tentava enterrar de uma vez a primeira denúncia da Procuradoria Geral da República contra Michel Temer, que era acusado por crime de corrupção passiva por supostamente ser o destinatário da mala repassada pela JBS ao deputado Rocha Loures. O jornal destacou que era a primeira vez que um presidente era denunciado no exercício do cargo. A matéria ainda trouxe uma enquete com os deputados sobre como votariam, porém 209 deputados não quiseram se posicionar. O jornal mostra os bastidores da busca do governo por apoio e ainda aponta a previsão do vice-líder do governo na Casa, que estimava que a oposição tivesse apenas 130 dos 342 votos de que precisaria para prosseguir com o processo. Destaca-se, aqui, o jornalismo no papel de ator político ao buscar

interferir na realidade política, já sentenciando, a partir de expectativas de votos dos deputados, o veredito da Câmara sobre o futuro do governo Temer (LIMA, 2006; TRAQUINA, 2001).

O pacote interpretativo que se refere à perda de apoio político traz as notícias que mostravam a perda de apoio de parte da base aliada em função das denúncias. A matéria intitulada “Vaivém do PSDB dá o tom de reação de aliados” é uma delas. A matéria traz destaque a idas e vindas da base aliada do governo Temer diante do escândalo dos áudios. Segundo o jornal, Temer havia encerrado o dia “com um ministro a menos – Roberto Freire (Cultura), do PPS, que entregou o cargo – e com a ameaça do PSDB de entregar as posições que tem na Esplanada em caso de comprovação das denúncias que pairam sobre o presidente” (*Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 2017). A matéria destacou ainda que o DEM “foi um dos poucos partidos a se manter impassível diante do turbilhão”. O jornal apontou para um clima de confusão, com vários rumores de demissões de ministros e a saída do PPS e PTN da base aliada do governo.

O eixo interpretativo referente aos protestos traz matérias a respeito dos protestos ocorridos contra Temer devido aos escândalos. Na matéria intitulada “Atos contra Temer têm confronto com PM”, do dia 19 de maio de 2017, o jornal informa que milhares de manifestantes ocuparam vias de algumas das principais cidades do Brasil, para pedir a saída do presidente Michel Temer e a realização de novas eleições diretas para o cargo. O jornal destacou que “no Rio e em Brasília grupos de manifestantes e a Polícia Militar entraram em confronto” (*Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 2017). Ao final da matéria, o jornal apontou que “O Vem Pra Rua, que pediu o *impeachment*, e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, contrárias à sua queda, devem protestar na avenida Paulista, em São Paulo” (*Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 2017).

O pacote interpretativo “Crise política e reforma sob risco” refere-se às notícias que revelam a crise política gerada pelo escândalo que paralisou o governo e impediu a aprovação da Reforma da Previdência. Na matéria intitulada “Crise ameaça travar reformas e alimentar incertezas no mercado”, do dia 18 de maio de 2017, o jornal destaca que, devido à crise política, políticos e integrantes da equipe econômica preveem atraso no cronograma no Congresso. Dessa forma, “luta pela sobrevivência do governo põe em risco esforço para vencer resistência a mudanças na CLT e na Previdência” (*Folha de S. Paulo*, 18 de maio de 2017). A matéria destacou ainda que, diante do cenário, haverá risco de impacto sobre as contas públicas, com reação negativa imediata do mercado financeiro. O jornal aponta que “a Reforma da Previdência é considerada indispensável para que a dívida pública pare de crescer

nos próximos anos” e finalizou: que, sem isso, “o Brasil corre o risco de ter que aumentar impostos ou lidar com a volta da inflação alta” (*Folha de S. Paulo*, 18 de maio de 2017).

O eixo interpretativo referente às notícias especulavam sobre o futuro político do governo – se haveria renúncia, *impeachment* ou novas eleições, ou se Temer conseguiria se manter em função do seu capital político, gerando um clima de incertezas políticas. A matéria intitulada “Eleição pós Temer seria zona cinzenta, dizem especialistas” refere-se a esse enquadramento. A matéria destaca que a Constituição não é clara sobre as “regras do jogo” caso Temer venha a perder o mandato. O que se sabe, segundo aponta a reportagem, é que a eleição seria indireta e o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM) assumiria o cargo até a eleição. O questionamento levantado pela matéria é sobre quem poderia assumir o cargo. Dessa maneira, o jornal levanta hipóteses como o juiz Sergio Moro e o ex-ministro do Supremo Joaquim Barbosa. Ao finalizar a reportagem, o jornal aponta que haveria uma solução para quem prefira as eleições diretas: “A entusiastas das Diretas Já, resta torcer por uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para estabelecer um pleito popular em caso de vacância presidencial – já há uma sugerida pelo deputado Miro Teixeira (REDE-RJ)” (*Folha de S. Paulo*, 18 de maio de 2017).

Retomando a discussão sobre enquadramento, no caso da cobertura política, os enquadramentos permitem aos jornalistas conquistar audiências, organizar e interpretar temas e eventos políticos de forma específica. Assim, os enquadramentos noticiosos pautam as conversas e discussões sobre problemas sociais e políticos, fazendo com que o enquadramento tenha um importante efeito no modo como a audiência interpreta esses problemas (PORTO, 2004). Analisando a forma como foram enquadradas as matérias sobre o futuro do governo Temer, trazendo especulações e possibilidade, o jornal demonstrou em dado momento um posicionamento favorável à saída de Temer diante da impossibilidade das reformas.

Por fim, o eixo interpretativo “Pedido de investigação”, que se refere às matérias sobre o pedido feito pelo STF para que Temer fosse investigado, traz duas reportagens. Uma delas, intitulada “Inquérito contra Temer é autorizado por Fachin”, será analisada neste momento. A matéria destaca que o ministro Edson Fachin, do STF, autorizou a abertura de inquérito para apurar se o presidente Michel Temer cometeu crime de obstrução da Justiça com base na delação premiada dos irmãos Batista do grupo JBS. O jornal apurou, ainda em abril de 2017, que “o procurador geral da República, Rodrigo Janot, fez consultas a Fachin sobre a possibilidade de investigar Temer”. Na época, como explica o jornal, “a imunidade do

presidente enquanto na vigência do seu mandato surgiu como argumento contrário” (*Folha de S. Paulo*, 18 de maio de 2017).

Como se pode perceber, o enquadramento do jornal no que se refere à crise política foi negativa ao governo Temer diante da possibilidade de prejudicar as reformas e a recuperação econômica. Tendo em vista que a crise dos partidos políticos e de representação, sobretudo diante do fato de os eleitores não se sentirem mais identificados com os partidos tradicionais (BAQUERO, 2000), ao dar grande visibilidade à crise política do governo Temer, a mídia não somente estava, como é o seu papel, informando sobre os acontecimentos da agenda pública do País. Todavia, ao desqualificar a política e as instituições, reforça o discurso que coloca em xeque o próprio sistema político e a sua legitimidade. É primordial ressaltar que à medida que a crise política ganhou menos destaque, o governo Temer conseguiu aprovar reformas significativas como a da CLT. Não se pode inferir aqui que a mídia interferiu nesse processo, mas é evidente o papel central da mídia na crise política vivenciada desde o *impeachment*, como também o seu engajamento explícito em defesa das pautas da agenda neoliberal de reformas e de corte de direitos, como ocorreu na tramitação da PEC dos Tetos, da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência.

Os partidos políticos deveriam exercer papel importante, ao se organizar com a sociedade na discussão de problemas e soluções, ou então a sociedade “continuará à espera de ‘salvadores’ que nunca virão” (LEAL, 2012). À medida que a mídia atua para desqualificar a política e partidos políticos, ao mesmo tempo em que reforça o personalismo, a crise política e a de representação tendem a se intensificar quando os eleitores, descrentes com o sistema político, preferem acreditar e votar em lideranças personalistas que se apresentem como *outsiders*, como ocorreu em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL). Mesmo estando há quase 30 anos na política, vendeu a imagem de um político que não compartilha das práticas tradicionais da velha política e que, se eleito, não faria acordos com os partidos. No entanto, como aponta Abranches (1988), num presidencialismo de coalizão, um presidente somente consegue aprovar projetos e promover mudanças com a aprovação do Congresso Nacional. Dessa forma, em menos de um mês de governo, a realidade política já mostrou que há uma distância entre o discurso propagandístico de campanha e a realidade de um governo. Além de indicar ministros do DEM e do MDB, o presidente já sinaliza os primeiros acordos com os partidos e líderes da velha política, além de estar passando pela primeira grande crise de governo, com denúncias de corrupção e ligação com as milícias envolvendo o seu filho, Flávio Bolsonaro (PSL), eleito senador.

Além disso, o novo governo tem mostrado como o embate entre política e mídia pode ser nocivo ao governo. Tendo feito uma campanha baseada em estratégias nas redes sociais e tendo anunciado a sua equipe via *Twitter*, Bolsonaro iniciou o governo com sérias críticas à mídia tradicional – em especial ao Grupo Folha de S. Paulo e à Globo, que seriam veículos com um perfil mais à esquerda. Manteve a mesma postura de fazer a sua comunicação governamental via redes sociais e só abriu exceções para entrevistas com a Rede Record e o SBT. Mas, em 20 dias de governo, tem sido objeto de um noticiário amplamente negativo, com denúncias contra o seu filho e críticas ao seu governo. Dessa forma, mesmo que não seja o objeto desta dissertação, traz, sem dúvida, um material rico para entender as complexas relações entre o campo da política, hoje contaminado por um forte personalismo, e a esfera da mídia.

5.5 ESTUDO COMPARATIVO: PONTOS DE CONFLUÊNCIA E DE DIVERGÊNCIA NAS ESTRATÉGIAS E NA COBERTURA DOS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF (PT) E MICHEL TEMER (MDB)

Este tópico traz um estudo comparativo sob duas perspectivas: (1) analisar os pontos de confluência e divergência nas estratégias dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) e (2) analisar a cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre os governos Dilma Rousseff e Michel Temer, buscando compreender se houve confluência e divergência no enquadramento. Para esta etapa da pesquisa, será usada como metodologia a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2001).

5.5.1 Análise Comparativa das Estratégias de Comunicação de Dilma Rousseff e de Michel Temer

Neste momento da pesquisa, em que serão analisados os pontos de confluência e divergência nas estratégias de comunicação dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), pretende-se resgatar as seguintes categorias de análise: I – A construção das imagens de Dilma Rousseff e Michel Temer; II – A construção das imagens dos governos; III – Ataque aos adversários; e IV – Temáticas acionadas. A análise será realizada de forma qualitativa.

1. A construção das imagens de Dilma Rousseff e Michel Temer

Conforme apontam Bourdieu (1986) e Miguel (2003), o capital político é crucial, principalmente quando se trata de um presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988). Nesse sentido, conforme explica Bourdieu (1986), o capital político tem a ver com o reconhecimento social, o qual permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos. A carreira política e o capital político estabelecem, então, uma relação entre eles. Já que é necessário capital para alavancar a carreira política, da mesma forma, a ocupação de cargos mais elevados na carreira política atraem capital.

Esse capital é trazido nos pronunciamentos de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) em alguns momentos. No caso de Dilma, consegue-se perceber que o fato de a presidente no passado ter lutado contra a ditadura militar, bem como ter conquistado cargos importantes de secretarias e no governo Lula ter ocupado o cargo de ministra de Minas e Energia, trouxeram a ela capital para alavancar a carreira. Entretanto, ela não soube manter esse capital quando passou a ter uma posição de enfrentamento com lideranças políticas influentes, como o deputado Eduardo Cunha (PMDB), além de se recusar a entrar em política de negociações no segundo mandato. Isso é um dos fatores que explica a perda de apoio da base aliada, que abriu caminho para a aceitação e a aprovação do pedido de *impeachment*. Dilma tentou, no momento de crise e prestes a ser afastada, retomar o capital político, principalmente junto a grupos de esquerda e de centro, mas o campo político tem suas regras e suas articulações. O golpe já havia sido bem articulado entre os partidos da oposição e os partidos que deram base ao seu governo, principalmente o então PMDB e o vice-presidente Michel Temer, que foram fundamentais para garantir os votos contra a petista.

No caso do governo Temer, ele também utilizou seu capital para se defender em seus pronunciamentos, falando de sua carreira como deputado e como advogado: “Nada tenho a esconder, sempre honrei meu nome, na universidade, na vida pública, na vida profissional, nos meus escritos, nos meus trabalhos” (TEMER, discurso do dia 18 de maio de 2017). Se se comparar a estratégia de resgatar a trajetória política, Dilma utilizou bem mais esse recurso do que Temer. Isso porque Temer apostou mais na articulação de bastidores do campo da política em detrimento da visibilidade midiática. Até porque grande parte dos deputados que o apoiaram para não acatar o pedido de investigação contra ele não queriam ver os nomes divulgados e preferiam o anonimato. Nesse caso, prevaleceu a estratégia política.

Enquanto Temer constrói sua imagem como um presidente que “salvaria” o País da crise econômica, destacando sempre o apoio do congresso, a fim de reforçar sua

governabilidade, Dilma já constrói uma imagem como a presidente injustiçada, que estava sendo vítima de um golpe e colocando o Congresso não como colegas, como fez Temer, mas como inimigos. Aqui, é importante pontuar o papel da opinião pública. Durante o seu primeiro mandato, Dilma contou com altos índices de popularidade. Isso a credenciou a enfrentar grupos políticos e demitir ministros acusados de corrupção, porque contava com o apoio da opinião pública. Situação inversa se verifica quando, a partir das Jornadas de Junho de 2013, sua popularidade começou a despencar e chegou a um patamar muito baixo em 2015 e 2016 em função das crises política e econômica. Nesse momento, recorrer à opinião pública não lhe rendeu apoio. Viu-se isolada.

Isso pode ser evidenciado no debate sobre representação feito por Goffman (2013). Segundo o autor, frente ao seu interlocutor, o indivíduo deve mostrar ter controle e a crença no que está dizendo. No caso de Dilma Rousseff, mesmo nas várias etapas de discussão e aprovação do *impeachment*, ela apresentou-se com uma mulher íntegra e que estava sofrendo um golpe parlamentar e político. No entanto, um olhar mais atento ao contexto e às próprias aparições de Dilma e às suas falas mostram uma aparição contraditória. Se os discursos tentavam mostrar a força de Dilma em várias etapas de luta de sua vida, o momento político de uma presidente isolada e sem apoio, ridicularizada em “memes” nas redes sociais até em função da misoginia, apontava para uma imagem bastante fragilizada de uma liderança política prestes a perder o poder.

No caso de Temer, aproxima-se mais de uma representação falsa ou, como Goffman (2013) classifica, cínica. Observa-se que, mesmo diante da crise política gerada com o vazamento dos áudios e da delação que incriminam o peemedebista, ele buscou se apresentar como uma pessoa honesta e íntegra: “Não preciso de cargo público e nem de foro especial. Nada tenho a esconder”. A todo o momento, Temer utilizou-se do apoio no Congresso para demonstrar sua força também. Assim como Temer, apesar de os discursos demonstrarem força, a baixa popularidade do presidente remetia a uma imagem fragilizada perante a opinião pública, principalmente após o vazamento dos áudios que envolveram o peemedebista. Mas, ao contrário de Dilma, por ter capital político e apoio dos grupos econômicos, sabia que a sua situação era bem diferente da petista. A sua baixa popularidade parecia não o incomodar. Tanto que, ao contrário da presidente, ele nem chegava a polemizar sobre as manifestações críticas ao seu governo.

Dessa forma, observa-se que, em diversos momentos, Temer e Dilma recorreram a estratégias parecidas, sobretudo quando Temer teve de enfrentar a crise política no seu

governo após o escândalo dos áudios. A diferença na construção das imagens dos presidentes se deu devido a contextos políticos diferenciados e ao perfil bastante peculiar deles. Diferente de Dilma, Temer tinha o apoio político e conseguia a governabilidade. Além disso, o enquadramento da mídia mais favorável à política econômica do governo Temer também favoreceu a imagem do peemedebista, além do apoio que tinha dos grupos econômicos, já que estava emplacando reformas que favoreciam os empresários, como a Reforma Trabalhista.

2. A construção das imagens dos governos

Tendo em vista o conceito de campanha permanente, Hecló (2000) defende que o processo é como uma combinação de imagem e cálculo estratégico, que transforma o governo em uma perpétua campanha e refaz o governo um instrumento designado para sustentar a popularidade oficial de um eleito. Diante disso, é importante compreender também como os presidentes trabalharam as imagens de seus governos. Quanto à imagem do governo Dilma e das gestões do PT, a presidente defendeu, em seus pronunciamentos e na coletiva de imprensa, os programas sociais e a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na declaração feita à imprensa no dia 12 de maio, Dilma disse que o que estava em jogo no processo de *impeachment* eram também as conquistas dos últimos 13 anos, período em que o PT estava no governo. Em diversos momentos, Dilma recorreu à imagem dos governos petistas, construindo uma imagem positiva ao apontar as conquistas e investimentos em políticas sociais. Quanto à imagem de seu governo, Temer defendeu as reformas e destacou em vários momentos as conquistas econômicas como pontos positivos de seu governo: “Os indicadores de queda da inflação, os números de retorno do crescimento da economia e os dados de geração de empregos criaram esperança de dias melhores” (TEMER, discurso do dia 18 de maio de 2017). A todo o momento, Temer reforçou os pontos positivos de seu governo.

A argumentação política, no debate eleitoral, estrutura-se sob duas vertentes: “o mundo atual está ruim, mas ficará bom” ou “o mundo atual está bom, mas ficará ainda melhor” (FIGUEIREDO *et al.*, 2000, p. 186) se se pensar que o *impeachment* obteve uma sustentação frágil em argumentações jurídicas e questionado por muitos cientistas políticos, e também em se tratando de uma troca de governos

Temer e Dilma tiveram que adotar estratégias bem próximas das adotadas em período eleitoral, a fim de convencerem a população de qual governo seria o ideal. Dilma não pôde usar a retórica de que “o mundo está bom” diante da crise política e econômica, já Temer pôde se utilizar da argumentação de que o momento estava ruim, mas poderia melhorar. Não

convenceu o eleitorado, mas obteve apoio do campo político e dos grupos econômicos e da mídia.

Observa-se que Dilma procurou utilizar a retórica da situação – de que o seu governo deveria ser compreendido numa sequência de governos do PT, que geraram mudanças sociais e econômicas importantes no País com a inclusão dos segmentos populares. Como apontam Figueiredo *et al.* (2000), há uma disputa de retóricas – da situação e da oposição. No caso de Dilma, no contexto de crise, a retórica de recorrer a conquistas num momento de grave crise econômica e política não emplacou e não conquistou a opinião pública. Em momentos anteriores, como nas eleições de 2006 (mesmo com o escândalo do Mensalão), em 2010 e até 2014, o PT tinha uma agenda que favorecia o seu discurso, já que o País estava bem em termos de conquistas sociais e andamento da economia. Em 2014, apesar de já estar vivenciando uma crise econômica, havia uma expectativa de que o quadro pudesse ser revertido, e parte do eleitorado não queria abrir mão das políticas públicas de inclusão social. Mas, a partir de 2015 e 2016, com o agravamento da crise política e econômica, as estratégias de comunicação de Dilma tiveram pouco efeito sobre o eleitorado, diante de seu isolamento político e de um cenário cada vez mais visível de que sofreria o *impeachment*.

3. Ataque aos adversários

Assim como apontam Domenach (1963) e Borba (2015), a propaganda negativa ou o ataque aos adversários podem ser eficientes dependendo do contexto em que são utilizados e da forma como são acionados. Dilma adotou um discurso de ataque aos adversários e oposicionistas tanto para justificar a crise econômica quanto para justificar o processo de *impeachment*. Em seu primeiro discurso, quando foi aceito o processo de impedimento, Dilma atacou o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). Com o passar do processo de impedimento, a presidente passou a atacar a oposição e o Congresso, que, segundo ela, foram responsáveis por aprovar as chamadas “pautas bomba”, prejudicando seu governo e agravando a crise econômica, as quais foram responsáveis pelo processo que ele defendia ser um golpe. Já ao final do processo, Dilma atacou em diversos momentos o vice Michel Temer, a quem se referia como golpista ou traidor: “É estarrecedor que um vice-presidente no exercício de seu mandato conspire contra a presidente abertamente. Em nenhuma democracia do mundo, uma pessoa que fizesse isso seria respeitada, porque a sociedade humana não gosta de traidor” (ROUSSEFF, Coletiva de imprensa, 18 de abril de 2016).

No caso de Dilma, como estava num momento de governo e não em período eleitoral, o seu embate com Eduardo Cunha não conseguiria reverter o cenário político já construído. O presidente da Câmara, que teve um acirramento da disputa dele com a petista depois que o PT não o apoiou para a eleição da Mesa Diretora da Câmara e lançou candidato próprio, tinha uma forte base de apoio no Congresso. Na posição que ocupava, coube a ele acatar o pedido de *impeachment* contra a presidente e fazer com que a tramitação ocorresse de forma favorável à oposição. Sem apoio da mídia e da base aliada, Dilma viu seu capital político se esvaziar frente às articulações de Cunha. Para complicar a situação, Temer, que até então era um aliado, já em 2015, deu as primeiras demonstrações de que poderia romper a qualquer momento retirando o PMDB da base de apoio da petista. Foi o que aconteceu e já consolidou o caminho para o processo de cassação de Dilma. Mesmo que as acusações de Dilma contra Cunha e Temer fossem legítimas, já que o deputado foi preso em seguida e Temer foi acusado de corrupção, a disputa estava muito mais focada no campo político. No palco midiático, não houve espaço para que a presidente pudesse conquistar audiências, até porque tinha um noticiário negativo contra ela. Ao mesmo tempo, nas redes sociais, os grupos que mais tinham acesso eram justamente os de opositores de Dilma – eleitores de maior renda e escolaridade, que, em sua maioria, votaram em Aécio. O PT, desde a sua chegada ao poder, passou a contar com apoio de cidadãos de baixa renda, sem escolaridade e, principalmente, da região Nordeste. Nesse sentido, quando perdeu espaço na mídia massiva tradicional, Dilma também não contava com um público cativo nas mídias digitais.

Michel Temer, como mencionado anteriormente, como bom jogador político, procurou se mostrar menos afetado com os ataques dos adversários e, mesmo sendo um dos principais articuladores do golpe contra a presidente para que assumisse o poder, apresentou-se como um conciliador. Em seu primeiro discurso, ele declarou respeito institucional à Dilma Rousseff, adversária política diante do processo de *impeachment*, que tinha se referido a ele em diversos momentos como “traidor”. Essa estratégia apaziguadora foi recorrente nos discursos do peemedebista, que estava mais preocupado em conquistar apoio no Congresso. Porém, em vários momentos, Temer reafirmou que o processo de *impeachment* foi legal, contrapondo-se ao argumento da petista de que se tratava de um golpe. Dessa forma, é possível observar que Temer utilizou a estratégia de desconsiderar o adversário e colocar a propaganda do adversário em contradição, conforme Domenach (1963) apontou.

No discurso do dia 18 de maio de 2017, após o vazamento dos áudios que envolveram o presidente, Temer atacou a divulgação dos áudios, que chamou de “clandestinos”. Em alguns momentos, o presidente criticou o Judiciário, que deixou vazarem os áudios, mas sempre

procurando se mostrar sereno e equilibrado. O presidente atacou a oposição em alguns momentos: “Aqueles que tentam dividir os brasileiros, erram” (TEMER, discurso do dia 02 de agosto de 2017). Temer referiu-se ao fato de a oposição atacar as reformas e o governo.

Observa-se que o ataque de Dilma aos adversários foi feito de forma mais direta, enquanto Temer sempre adotou um discurso mais apaziguador, até mesmo após ter seu nome envolvido em escândalos. Dessa maneira, é fácil visualizar que, devido aos diferentes contextos, Temer e Dilma adotaram diferentes estratégias no que se refere ao *marketing* de oposição denominado por Nogueira (2001). Aqui, também, deve se ressaltar a questão do perfil dos presidentes. Dilma, até por sua trajetória de luta na ditadura e por seu posicionamento muito sincero, buscou se apresentar de forma mais transparente, apontando a sua história de vida e o legado do PT. Já Temer, por conhecer bem o funcionamento do campo político, preferiu ser estratégico e adotou uma postura cínica em relação aos adversários e em relação à própria mídia. Mostrava-se sereno e moderado quando estava sob os holofotes, mas fazia negociações nos bastidores tanto para derrubar a presidente como depois para se manter no poder.¹⁷

4. Temáticas acionadas

Comparar as temáticas mais acionadas pelos presidentes é importante, a fim de compreender o foco dos pronunciamentos analisados e entender como ambos utilizaram as estratégias comunicacionais ao priorizarem o enquadramento de algumas temáticas, e não outras.

Por meio das temáticas, observa-se que Dilma Rousseff adotou como estratégia, de forma mais recorrente, trazer sua trajetória política de luta a favor da democracia. Ao mesmo tempo, ela acionou a temática de golpe parlamentar e retrocessos sociais, que viriam com um governo sem legitimidade. Percebe-se que, ao final do processo, o ataque à oposição foi mais árduo ao mesmo tempo em que os discursos passaram a ser mais voltados à população do que aos deputados e senadores.

Recorrendo à discussão sobre propaganda política e campanha permanente, conforme aponta Riker, citado por Oliveira (2005), numa disputa política e eleitoral, o grupo que tem

¹⁷ A revista *Carta Capital* destacou a negociação entre a base governista e deputados para comprar votos a favor de Temer. A “negociata” aconteceu tanto na primeira quanto na segunda votação. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-barra-segunda-denuncia-e-salva-temer-pela-segunda-vez/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

domínio da agenda tem grande probabilidade de conseguir ter maior eficácia persuasiva e sair vitorioso. Nesse sentido, no caso do *impeachment*, constata-se que Dilma e o PT não tinham mais domínio sobre os temas em questão. Os principais assuntos que preocupavam os brasileiros e eram assuntos prioritários para a mídia relacionavam-se à crise econômica e à corrupção. Naquele momento, Dilma não tinha como ter domínio em relação ao discurso econômico, já que havia uma forte crise, com aumento do desemprego, além de um forte ajuste fiscal, que contrariava a postura da esquerda. No que diz respeito à corrupção, apesar de a presidente não ter seu nome envolvido em escândalos, o fato de vários integrantes do PT terem sido presos ou estarem sendo investigados, tornava o tema muito difícil para ser trabalhado por Dilma. Mesmo que insistisse na sua trajetória e na sua honestidade, não tinha como se dissociar do que ocorria com o PT.

Por outro lado, Temer tinha o domínio sobre as temáticas que mais preocupavam os brasileiros e, principalmente, o Congresso Nacional: a crise econômica. Nesse sentido, o governo Temer conseguiu centralizar a temática econômica a tal ponto que a corrupção acabou por vir em segundo plano. Além disso, mais uma vez, é imprescindível ressaltar a base sólida do governo peemedebista no Congresso, permitindo a governabilidade do presidente mesmo diante da popularidade baixa e de um enquadramento negativo da mídia após o vazamento dos áudios.

As temáticas mais acionadas por Dilma e Temer em seus discursos são bem diferentes, como se pode observar nos quadros apresentados durante as análises. Enquanto Dilma acionou em diversos momentos a sua trajetória, a temática da democracia, da legalidade e dos programas sociais, Temer acionou, em diversos momentos, a temática da economia, juntamente com as Reformas, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Após o vazamento dos áudios, Temer acionou sua trajetória e falou sobre as gravações. Dessa forma, percebe-se que Temer soube usar estrategicamente a crise econômica em benefício da imagem de seu governo. Dilma já não podia se utilizar dessa estratégia, havendo uma dificuldade em atingir a população, sobretudo diante do enquadramento negativo da mídia quanto à temática da economia e da corrupção como será visto novamente a seguir.

Isso não significa que Temer, mesmo tendo sido estratégico, tenha conquistado a audiência. Apesar de usar um discurso de que estava colocando o Brasil “nos trilhos” e de que as reformas eram fundamentais, tal retórica só convencia os grupos políticos e empresariais e a grande mídia. Para a população, havia uma forte resistência à pauta neoliberal, de ajuste fiscal, de redução de gastos com saúde e educação, com perda de direitos trabalhistas e a ameaça da Reforma da Previdência.

5.5.2 Análise Comparativa do Enquadramento Noticioso da *Folha de S. Paulo* em relação ao governo Dilma e ao governo Temer

Neste momento da pesquisa, em que serão analisados os pontos de confluência e divergência do enquadramento noticioso da *Folha de S. Paulo* em relação aos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), pretende-se trabalhar com as seguintes categorias de análise: I – *Impeachment* sob a ótica do jornal; II – A construção da imagem dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer; III – A imagem da oposição dos governos; e IV – O caráter espetacular na cobertura nos momentos de crise política dos governos. A análise será realizada de forma qualitativa.

1. *Impeachment* sob a ótica do jornal

Tendo em vista a fragilidade jurídica em torno do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, que foi questionado por cientistas políticos, que defendem ter sido um golpe parlamentar (SOUZA, 2016; SANTOS, 2017; ALBUQUERQUE; PAULA, 2017), analisar o espaço dado pela mídia a posicionamentos contrários ou favoráveis ao processo é fundamental à análise. Devido ao fato de que Dilma perderia o cargo com o resultado final do processo e Temer se beneficiaria substituindo-a no cargo, compreender este enquadramento do processo também leva ao enquadramento dado a ambos os governos. Ao analisar o eixo interpretativo do posicionamento sobre o *impeachment*, no capítulo anterior, que se refere às notícias que trazem o posicionamento seja de atores políticos, atores sociais ou integrantes do Judiciário, ou de especialistas sobre o *impeachment*, a favor ou contra o processo, é fácil visualizar que o jornal ouviu mais pessoas que entenderam o processo sob o aspecto legal apesar de ter escutado em alguns momentos atores que afirmaram se tratar de um golpe.

No artigo de opinião intitulado “*Impeachment* não resolve recessão, mas dá aval a arranjo diferente deste que nos envenenou”, fica claro o posicionamento favorável ao processo de *impeachment* diante da crise econômica: “Mas, levando ou não a destituição de Dilma, funcionará como uma espécie de ‘reset’” e “Com um arranjo posterior diferente deste que nos envenenou em 2015” (*Folha de S. Paulo*, 03 de dezembro de 2015). O artigo aponta para falhas na política econômica do governo Dilma, que levou à crise.

A matéria intitulada “Autores do pedido celebram sua admissão e minimizam críticas”, do dia 03 de dezembro de 2015, aponta para as críticas ao fato de Eduardo Cunha só ter dado prosseguimento ao processo para retaliar o PT, demonstrando uma fragilidade à aceitação do pedido diante do embate entre o presidente da Câmara e o governo.

Na matéria intitulada “Aversa a reconhecer erros, Dilma não soube conter a revolta política”, do dia 17 de abril de 2016, observa-se, mais uma vez, um enquadramento negativo do governo Dilma, sobretudo desqualificando a imagem da petista: “Dilma detesta reconhecer erros” (*Folha de S. Paulo*, 17 de abril de 2016). Ao analisar as matérias, percebe-se também um enquadramento, a fim de demonstrar a fragilidade do governo diante da crise propiciada pelo processo, favorecendo, de certa forma, o novo governo, que, ao contrário, o jornal apontava como sendo mais forte, podendo ter mais governabilidade. Na matéria intitulada “Presidente eleva o tom e acena com medidas”, do dia 1º de setembro de 2016, o jornal destacou as propostas do novo presidente para recuperar a economia. Enquanto o jornal apontava para a imagem fragilizada de Dilma, ele destacava a força de Temer: “Não vamos levar ofensa para casa”, destacou o jornal à fala do presidente em referência aos ataques do PT.

A matéria intitulada “Constituição foi respeitada, dizem EUA”, publicada no dia 1º de setembro de 2016, outra vez, o jornal buscou dar ênfase à opinião de um país que tem a maior economia do mundo e um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, contrariando o discurso de Dilma de que se tratava de um golpe. Fortaleceu, portanto, o discurso do governo Temer de que o processo não se tratava de uma ruptura, e sim de um processo legal.

Dessa maneira, ao enquadrar a crise econômica e a corrupção como um problema ligado aos governos petistas e ao ouvir mais posicionamentos favoráveis ao *impeachment*, o jornal optou por enquadrar mais negativamente o governo Dilma, contribuindo, assim, para um espaço mais favorável ao governo Temer. Além disso, em diversos momentos, o jornal apontou para possíveis resultados nas votações do *impeachment* na Câmara e no Senado, sempre favoráveis à perda do mandato de Dilma. Destacou, ainda, a dificuldade do governo em buscar votos, demonstrando, mais uma vez, a fragilidade em torno de Dilma. Em uma matéria, publicada no dia 30 de agosto de 2016, um dia antes da votação no Senado que decidiu pelo *impeachment*, o jornal destacou que a visita de Dilma Rousseff ao Senado parecia ter sido incapaz de virar o jogo.

2. A construção das imagens dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer

Porto (2004) defende que o conceito de enquadramento tem sido utilizado para definir os “princípios de seleção, ênfase e apresentação” usados por jornalistas para organizar a realidade e o noticiário. No caso da cobertura pública e política, os enquadramentos permitem aos jornalistas conquistar audiências, organizar e interpretar temas e eventos políticos de forma específica. Para o autor, os enquadramentos noticiosos pautam as conversas e discussões sobre problemas sociais e políticos, fazendo com que o enquadramento tenha um significativo efeito no modo como a audiência interpreta esses problemas. Assim, compreender o enquadramento dado à construção da imagem dos governos Dilma Rousseff e Michel Temer é fundamental.

Como se pode observar, o jornal enquadrou o governo Dilma de forma negativa durante o processo de *impeachment*, demonstrando a imagem do governo degastada e fragilizada diante da crise política e econômica. Na matéria intitulada “Para seguir meta fiscal, Planalto anuncia corte de R\$ 11,2 bilhões”, o jornal destaca que o contingenciamento foi feito para evitar novos questionamentos do Tribunal de Contas da União quanto à gestão do orçamento federal. Ao final, a matéria ainda informa que a votação da meta fiscal no Congresso foi adiada em meio às novas turbulências políticas geradas pela prisão do senador petista Delcídio Amaral. Dessa forma, o jornal aponta para duas fragilidades em torno da imagem do governo Dilma: a questão econômica e a corrupção. Em outra matéria, intitulada “Governo teme que a crise atual leve à alta nos juros em 2016”, publicada no dia 1º de dezembro de 2015, o jornal novamente enquadra a crise econômica como um grande problema para o governo Dilma.

Na matéria publicada em 17 de abril de 2016, intitulada “Presidente mergulha no varejo da política para salvar seu mandato”, o jornal aponta para a fragilidade do governo diante da falta de apoio no Congresso: “[...] no meio da semana derradeira da votação da abertura do processo de seu *impeachment* na Câmara dos Deputados, ao se reunir com um grupo de assessores já tomados pelo desânimo e alguns até resignados com uma derrota” (*Folha de S. Paulo*, 17 de abril de 2016). Mais uma vez, o jornal constrói uma imagem negativa do governo, destacando a fragilidade e falta de governabilidade.

Em relação à construção da imagem do governo Temer, observa-se que o jornal tende a fazer um enquadramento positivo no que se refere à política econômica do peemedebista. Porém, após os escândalos dos áudios envolvendo o presidente, o jornal apontou as

fragilidades em torno do governo, enquadrando a crise política como uma ameaça à recuperação econômica. Há uma mudança de postura do jornal após o vazamento dos áudios e a abertura de inquérito contra Temer por corrupção passiva.

Na matéria intitulada “Paciência de investidores depende de reformas”, do dia 1º de setembro de 2016, o jornal aponta para o apoio dos “donos do dinheiro” ao governo Temer, que, segundo o jornal, foram sustentados por dois fatores: “a competência da equipe econômica que ele escolheu e a confiança em sua capacidade de articulação política” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016). Desse modo, o jornal enquadra de forma positiva o governo Temer no que diz respeito à economia, apontando, inclusive, qualidades do novo governo. A matéria intitulada “Viagem para o G-20 dará lastro internacional que Temer cobiça”, do dia 1º de setembro de 2016, traz como destaque a primeira viagem de Temer como presidente, fazendo um enquadramento positivo do governo: “Temer é descrito como um desenvolvimento nesse campo” e “Entende o peso das relações exteriores e não mostra o enfado de Dilma com questões e protocolos diplomáticos” (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016).

Na matéria intitulada “Crise ameaça travar reformas e alimentar incertezas do mercado”, do dia 18 de maio de 2017, o jornal destaca que políticos e integrantes da equipe econômica do governo preveem atraso no cronograma no Congresso. Dessa maneira, o jornal enquadra de forma negativa a crise política vivenciada por Temer, devido às acusações dos executivos da JBS, com enfoque no quanto poderia prejudicar as reformas.

Pode-se observar, então, a mudança de postura no enquadramento do jornal após o vazamento dos áudios envolvendo Temer em um escândalo de corrupção. Todavia, em dados momentos, o jornal ainda faz afagos no que diz respeito a pautas econômicas. Ao contrário do governo Dilma, quando o jornal constrói uma imagem negativa, principalmente no que diz respeito às pautas econômicas e de corrupção.

3. A imagem da oposição dos governos

Tendo em vista a centralidade da mídia para o campo político, já que os atores dependem da visibilidade midiática, compreender o enquadramento da mídia aos opositores do governo é importante na medida em que o *marketing* de oposição pode não ser suficiente dependendo do enquadramento midiático. Na matéria intitulada “Oposição afirma que decisão de Cunha não é golpe e foi legítima”, do dia 03 de dezembro de 2015, o jornal entrevistou a principal oposição ao governo Dilma sobre o processo. Aécio Neves defendeu que Dilma

cometeu crimes fiscais e eleitorais. A matéria ainda destacou que o tucano contrapôs a ideia de que o processo se tratava de um golpe. O jornal destacou a fala de Aécio de que, apesar das acusações em torno de Eduardo Cunha, o processo de *impeachment* tinha legitimidade. Ou seja, o jornal apontou para a falta de legitimidade do peemedebista, mas deu legitimidade ao tucano.

Em outra matéria intitulada “Cunha é chamado de ‘ladrão’ e ‘gângster’”, do dia 18 de abril de 2016, o jornal destacou os ataques ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB), que aceitou o processo de *impeachment*. O jornal destacou ainda que Cunha era réu por corrupção: “réu do petrolão”. Dessa forma, pode-se perceber que, em alguns momentos, o jornal enquadrava negativamente a oposição ao governo Dilma, demonstrando, inclusive, desde a abertura do processo, o fato de Cunha ter “chantageado” o PT para votar a seu favor na Comissão de Ética da Câmara. Pode-se observar, então, um enquadramento negativo para a imagem de Eduardo Cunha, que teve um papel central no processo de *impeachment*.

Na matéria intitulada “Dividida, oposição questionará rito de sessão”, o jornal apontou para uma falta de articulação política por parte da oposição ao governo Temer. Segundo a matéria, do dia 02 de agosto de 2017, os partidos de oposição ficaram divididos sobre marcar ou não presença na sessão de votação de denúncia contra o presidente Temer. Ao enquadrar a notícia, destacando uma incapacidade de articulação por parte da oposição ao governo, a imagem da oposição fica negativa no sentido de enfraquecê-la perante o enquadramento.

Na matéria, também do dia 02 de agosto de 2017, intitulada “Sala de Paula Lavigne e Caetano une políticos e artistas pelo ‘Fora Temer’”, o jornal destacou que os encontros entre um grupo de intelectuais, artistas e políticos deu origem a uma ação, que quer pressionar deputados a votarem a favor da denúncia contra o presidente. O jornal aponta para a insatisfação de parte dos brasileiros com relação ao governo Temer, principalmente após as denúncias de corrupção o envolvendo. Ao apontar a insatisfação de artistas importantes na sociedade, o jornal enquadra positivamente os opositores do governo Temer nesse caso.

4. O caráter espetacular na cobertura nos momentos de crise política dos governos

O cenário político é mediado pelos *mass media*, que não retratam a realidade, mas sim criam versões da realidade a partir de interesses editoriais, políticos e econômicos (GOMES, 2004). Dessa forma, é possível identificar a espetacularização na cobertura midiática, particularmente nos momentos de crise política.

A matéria intitulada “Guerra política toma conta de plenário”, do dia 18 de abril de 2016, destaca o conflito entre a oposição, que criticava a corrupção, e a base aliada do governo que acusava o processo de *impeachment* de golpe. O conflito apontado pelo jornal teve como palco a Câmara dos Deputados. Outra matéria, enquadrada pelo jornal, traz um tom espetacular ao processo de *impeachment*: “Dilma e Temer caçam os últimos votos em duelo do *impeachment*” (*Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 2016). O jornal informa as estratégias de Dilma e Temer para alcançar votos, apontando ainda para a divisão das manifestações pró e contra o *impeachment*, reforçando que o “duelo” também acontecia fora de Brasília.

É importante retomar aqui a discussão sobre o enquadramento predominante no jornalismo político. Motta (2007) defende que esse enquadramento predominante na mídia é o dramático (narrativo), que seria um enquadramento já enraizado na sociedade e na cultura, sendo ordenador, prático e, principalmente, compreensível. Por isso, segundo o autor, os jornalistas recorrem às metáforas dos jogos para relatar a complexidade da política. Segundo o autor, esses enquadramentos são inventados pelos jornalistas para organizar a “complexa realidade política”. Ele afirma que o jornalismo político tende a utilizar os enquadramentos lúdicos, tipo jogos (guerra, batalha, duelo, luta de boxe, jogos de tabuleiro e ciclo de herói entre outros), porque esses *frames* culturais enquadram de maneira acessível os enfrentamentos políticos e facilitam a compreensão dos complexos conflitos da política.

Assim, pode-se entender a lógica espetacular por meio desse enquadramento lúdico dado aos jornalistas, inicialmente para fazer com que os eleitores entendam mais facilmente o “jogo” político. Mas isso não significa que o enquadramento lúdico não sofre influência dos critérios de noticiabilidade, dos valores carregados pelos jornalistas e até por questões mercadológicas que faz com que o veículo opte por criar seu “vilão” ou seu “herói”, enquadrando certas notícias conforme sua perspectiva.

Na matéria intitulada “Com traços de indignação e frases de efeito, ecoa Nixon”, do dia 19 de maio de 2017, o jornal comparou o discurso de Temer sobre o vazamento dos áudios com o discurso que o ex-presidente americano Nixon fez “antes de cair”. A matéria destacou ainda que Temer “estava indignado, com a voz transformada, em revolta contra a injustiça que praticam contra ele [...]” (*Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 2017). Observa-se, claramente, um enquadramento dramático feito pelo jornal ao discurso de Temer, que, provavelmente, teve também um teor dramático para atender à lógica midiática.

Em outra matéria, publicada no dia 03 de agosto de 2017, o jornal enquadrrou, de forma espetacular, a votação que ocorreu em Plenário, que decidiu pelo arquivamento do processo contra Temer. A matéria intitulada “Tucanos lideram traições entre aliados” dá um

tom dramático ao fato de Temer ter perdido apoio na votação de deputados do partido aliado, o PSDB. Na matéria, o jornal ainda aponta para a fala do deputado Abi-Ackel (PSDB), que chamou a acusação a Temer de “pequeno problema”. As narrativas de conflito estão sempre presentes na mídia, principalmente no jornalismo político. Ao usar a palavra “traição”, o jornal traz para a narrativa a ideia de conflito de forma a atender à lógica lúdica pontada por Motta (2007) e à lógica da espetacularização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de conceitos importantes para o campo da Comunicação Política, marcada pelo seu caráter interdisciplinar, e de análises que procuraram mapear as estratégias de comunicação dos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), bem como o enquadramento noticioso dado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, é possível tecer considerações significativas tanto do ponto de vista teórico como também em relação a inferências sobre os dados coletados.

Quanto aos argumentos teóricos, é fundamental pontuar aqui as contribuições do pensamento de Bourdieu (1986). Na concepção do autor, todo campo almeja a autonomia e o fechamento para si próprio, mas no caso da política o fechamento é limitado, já que esse campo precisa se abrir aos eleitores e à população quando se alcança o poder. O capital político é uma forma de capital simbólico (uma espécie de crédito especial), uma vez que, para se chegar ao objetivo e ao poder, o agente depende da popularidade dentro do próprio campo político. Todavia, Bourdieu (1986) destaca que, cada vez mais, a geração de capital político depende da visibilidade nos meios de comunicação, significando uma perda de autonomia para o campo político. Tal afirmativa é imprescindível, porque um grande diferencial na análise dos governos Dilma e Temer refere-se ao capital político. Enquanto Dilma se viu fragilizada em função da perda de apoio da base aliada e acabou sofrendo um *impeachment*, Temer foi estratégico ao saber transitar bem no campo político, o que lhe garantiu uma base fiel no Congresso, ao contrário do que ocorreu com a petista.

Além disso, é perceptível a centralidade do campo da mídia para o campo político. A política depende da visibilidade midiática e, com isso, o campo midiático passa a ser fundamental para os atores políticos. Fica nítida esta relação de “simbiose” entre mídia e política (MIGUEL, 2003) a partir do momento em que o jornalismo permite que as fontes oficiais lhe indiquem os eventos e as questões essenciais. Porém, ao mesmo tempo, são os jornalistas que definem o que consideram ser importante e interessante mostrar. Ou seja, os agentes dos dois campos estabelecem uma relação (simbiose) que traz benefícios a ambas as partes, mas sempre permanece a tensão devido à lógica e aos objetivos divergentes entre esses campos. A visibilidade negativa que Dilma passou a ter no início do seu segundo mandato, com uma cobertura extremamente negativa da mídia, foi uma das variáveis que podem ter impactado tanto na queda da sua popularidade como também interferiu no jogo político. Ao mesmo tempo, a postura ambígua dos meios de comunicação em relação a Temer pode ter o

contraponto do forte capital político que o presidente tinha além do apoio de segmentos importantes da classe empresarial.

Outra questão que chama a atenção, nas discussões feitas ao longo da dissertação, dizem respeito aos processos de espetacularização e personalismo. O jornalismo, hoje, atua fortemente no sentido de revelar os segredos dos poderes e os bastidores da política. E a pesquisa apontou para esse fator em diversos momentos. Em função, muitas vezes, da audiência, o escândalo político torna-se um “produto lucrativo” para o jornalismo. Mas, atualmente, o campo jornalístico tradicional se vê ameaçado pelo processo de midiatização com a emergência de circuitos informativos e comunicacionais, que não são vinculados a nenhum campo simbólico hierárquico, como ocorre com *blogs* e grupos de *WhatsApp*, que disseminam, por exemplo, as *fake news*. Porém, os grandes conglomerados ainda exercem influência na política nacional, sobretudo na crise instaurada desde o *impeachment* da presidente Dilma. Como foi mencionado, Dilma se viu numa situação bastante complicada, porque, além de não contar com uma boa visibilidade na grande mídia massiva, desde a eleição de 2014, passou a ser alvo de ataques, nas redes sociais, dos grupos de oposição. O eleitorado do PT tem um perfil de menor escolaridade, menor renda e, conforme pesquisas sobre consumo de mídia, menos acesso à *internet*. Isso foi outro fator que prejudicou a tentativa de reverter a imagem negativa de Dilma. Temer também teve a construção negativa de sua imagem nas redes sociais, mas teve uma cobertura mais equilibrada da mídia massiva, só chegando a ser negativa quando vazou o escândalo dos áudios da JBS, principalmente por parte da Globo.

No estudo em questão, foi possível observar que, apesar de acionar fatos da sua trajetória, Dilma não conseguiu utilizar estratégias comunicacionais eficientes diante da crise. É relevante retomar o contexto político que marca o momento de forte crise política, institucional e econômica, que foi, gradativamente, gerando essa perda de capital político de Dilma e do PT. Desde as Jornadas de Junho de 2013, a popularidade da petista caiu consideravelmente. Mesmo tendo sido reeleita em 2014 com uma frente ampla de partidos, o início do segundo mandato já mostrava a perda de apoio de partidos políticos. O seu capital político foi se esvaziando, principalmente, depois da derrota do PT na disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados. O seu adversário, Eduardo Cunha (PMDB), mostrou força junto aos parlamentares não só por vencer a disputa, mas por emplacar uma agenda de pautas que prejudicaram a proposta de ajuste fiscal do governo Dilma. Aos poucos, os partidos e os políticos foram abandonando a base aliada. Em 2016, isso ficou visível quando

Dilma não conseguiu nem os números necessários para barrar a aceitação do processo de *impeachment* tanto na Câmara como no Senado.

Além da perda de apoio político, que foi uma das principais variáveis de sua queda, Dilma também perdeu capital simbólico ao ter uma visibilidade cada vez mais negativa por parte da grande imprensa brasileira. Dessa forma, como foi analisado na pesquisa, os seus pronunciamentos evidenciam uma presidente isolada, fragilizada, sem apoio político e com um discurso que tenta retomar um apoio popular que o PT teve durante os mandatos anteriores, mas que foi perdido em função da crise econômica e da crise política. Para tentar buscar apoio, a presidente recorreu à sua trajetória, aos avanços que os governos do PT promoveram nos mandatos de Lula e de Dilma e no fato de o País ter uma mulher à frente da Presidência pela primeira vez na história e comprometida com as causas populares.

Diante desses fatores no caso do *impeachment* de Dilma, as estratégias de comunicação da presidente parecem ter sido pouco eficazes mesmo que a intenção e a metodologia utilizadas aqui não permitam fazer inferências sobre o impacto sobre o público. Mas a propaganda negativa adotada por Dilma contra adversários, como Eduardo Cunha e Michel Temer, acabou surtindo pouco efeito, porque o cidadão não acompanha o processo político e os bastidores do poder. Portanto, o eleitor não acompanhou a eleição para a Câmara dos Deputados em que foi travada a disputa entre o PT e Cunha. Da mesma maneira, as articulações do PMDB e da base aliada para aprovar o *impeachment* de Dilma não ganhou visibilidade na mídia no sentido de se configurar como uma manobra para se efetivar um golpe.

No caso de Temer, observa-se que se procurou utilizar a retórica da situação, de que seu governo estava sendo capaz de retirar o País da crise e que por isso ele deveria continuar no cargo. No entanto, o cidadão tem, conforme aponta Manin (1995), cada vez mais, uma perspectiva plebiscitária focada no presente. Se o governo enfrentava uma grave crise econômica e política, o apoio popular foi se perdendo, já que o momento ainda era de crise, sobretudo crise de representação, pois Temer não havia sido eleito e ainda enfrentava acusações de corrupção. Nesse sentido, o discurso de Temer parece ter sido mais convincente à classe política, que decidiu por mantê-lo no poder mesmo diante de investigações, do que para os cidadãos, já que sua popularidade, que nunca foi alta, só despencou com as denúncias de corrupção e as propostas de reformas impopulares como a da Previdência.

Com a perda de apoio político tanto no governo Dilma quanto no governo Temer, o campo midiático exerce um papel ainda mais primordial dentro do campo, uma vez que as

estratégias comunicacionais dos governos não são suficientes diante da perda do capital político, seja no caso da petista, seja no caso do peemedebista. Tendo em vista a centralidade da mídia, no caso da cobertura pública e política, os enquadramentos noticiosos permitem aos jornalistas conquistar audiências, organizar e interpretar temas e eventos políticos de forma específica. Para o autor, os enquadramentos noticiosos pautam as conversas e discussões sobre problemas sociais e políticos, fazendo com que o enquadramento tenha um importante efeito no modo como a audiência interpreta esses problemas (PORTO, 2004).

No enquadramento da mídia sobre o processo de *impeachment*, no caso específico deste trabalho, a *Folha de S. Paulo* trabalhou com a perspectiva do processo sob a ótica da legalidade, reforçando a temática da corrupção e da crise econômica, como forma de contribuir para a perda de capital político da presidente Dilma Rousseff. Constata-se que, gradativamente, a mídia foi incorporando a narrativa de que o *impeachment* não somente era uma medida legal, mas como fundamental para superar a crise econômica e institucional. O jornal se apoiou em uma agenda recorrente: a crise econômica, a crise política e a corrupção. Esses três elementos foram centrais nas narrativas analisadas no período usado como recorte. Ao enquadrar o processo sob essas perspectivas, o jornal não só apontou os erros do governo Dilma, apontando as fragilidades e falta de governabilidade, como apontou para a solução, que seria, nesse caso, a saída da presidente e a entrada de Michel Temer. Apesar de não construir uma narrativa de crime em torno do processo, o jornal traz enfoque aos “erros” de Dilma que levaram a tal situação. Esse argumento é reforçado pelas falas de economistas, analistas e empresários, que aparecem em diversas matérias apresentadas pelo jornal.

Em contrapartida, ao enquadrar o governo de Michel Temer, a *Folha de S. Paulo* trabalhou com a perspectiva da recuperação econômica, apontando de forma positiva as medidas propostas pelo governo e as reformas defendidas como cruciais para a retomada do crescimento. O jornal, porém, muda o enquadramento após o vazamento dos áudios envolvendo o presidente Michel Temer. A partir disso, o jornal especula sobre possibilidades da saída de Temer e possíveis nomes para ocupar o cargo, já que, devido ao fato, a aprovação das reformas estava em risco. Ao levantar as hipóteses sobre a saída de Temer, o jornal escutou especialistas e juristas, levantando questionamentos sobre o fato de haver ou não possibilidade de novas eleições.

A mídia coordena as ações políticas ao determinar o que vira notícia, ao descrever os fatos e contextualizar, dando ênfase ao que determina ser significativo. A seleção, a ênfase e a ocultação de alguns elementos em detrimento de outros foram determinantes para a formação de pensamento da sociedade, constituindo-se, assim, em um verdadeiro ator político e

importante ator do processo de *impeachment*, bem como do governo Temer (PORTO, 2004; GOFFMAN, 2013).

Para contrapor-se ao discurso midiático, nos momentos de crise, tanto Dilma quanto Temer acionaram personagens com o objetivo de convencer o público (GOFFMAN, 2013). Dilma Rousseff (PT), ao encarar o processo de impedimento, teve que representar o papel da mulher guerreira, que venceu a ditadura militar e que também iria passar por mais um golpe. Ao se convencer de que estava enfrentando outro golpe, a presidente tentou convencer os brasileiros disso também. Michel Temer (MDB) também teve que se convencer e convencer os brasileiros que, ao assumir a Presidência, iria tirar o País da crise econômica e faria um governo diferente. Todavia, com as delações da JBS, que colocaram o nome do presidente em esquemas de corrupção, ficou mais difícil o ator político convencer o público de que o que ele representava era realidade. Porém, Temer conseguiu a governabilidade, apesar de seu personagem não ter agradado a população, de modo geral, pois seu personagem conquistou a maioria do congresso brasileiro ainda composto por uma elite política que vê as reformas e política econômica de Temer viáveis do ponto de vista do mercado.

Como apontam Lima (2006) e Gomes (2004), a política apropria-se de algumas características midiáticas como o drama, a emoção e a personalização, para construir sua narrativa e se aproximar da sociedade de modo que seu conteúdo se torne palatável e atraente e ao mesmo tempo conquiste a visibilidade midiática. Na presente pesquisa, foi possível identificar que Dilma Rousseff adotou a estratégia de aproximar o discurso político dos discursos midiáticos ao utilizar as mesmas ferramentas para se comunicar com a sociedade. Ela usou a narrativa dos acontecimentos de maneira que o assunto fosse compreensível aos cidadãos comuns, acionando, inclusive, personagens, para facilitar a narrativa. Enquanto Dilma se colocava como “heroína”, a oposição (Temer, Eduardo Cunha e PSDB) a colocava como “vilã”. A mídia, por outro lado, ao colocar o PT como ator central na crise econômica e política instaurada no Brasil, colocavam Dilma e até mesmo Lula nos papéis de “vilões”. Temer também adotou a estratégia midiática, simplificando a narrativa dos discursos de forma a facilitar a compreensão por parte da população, mesmo diante da complexidade da arena política, sobretudo em momentos de crise.

É importante ressaltar o tom dramático predominante tanto na narrativa de Dilma e Temer como na narrativa da *Folha de S. Paulo*, especialmente nos momentos cruciais da crise política que envolveu os dois governos. O enquadramento predominante na mídia é o dramático (narrativo), que seria um enquadramento já enraizado na sociedade e na cultura,

sendo ordenador, prático e, principalmente, compreensível. Dessa forma, o uso de jogos permite aos jornalistas “revelar, amplificar ou instituir conflitos, tensões, clímax; heróis e vilões; bons e maus homens como na literatura”. Segundo o autor, esses enquadramentos são inventados pelos jornalistas para organizar a “complexa realidade política” (MOTTA, 2007). Assim, pode-se entender a lógica espetacular por meio desse enquadramento lúdico dado aos jornalistas, inicialmente para fazer com que os eleitores entendam mais facilmente o “jogo” político. Em vários momentos, o jornal tratou da crise tanto no *impeachment* como no escândalo dos áudios de forma conflituosa, enfatizando os embates e revelando conflitos dos bastidores.

Os resultados apresentados na pesquisa são um recorte diante da amplitude da comunicação governamental e dos veículos de comunicação de massa no Brasil. Por isso, a pesquisa teve como objetivo enriquecer o debate sobre a interface mídia e política. A intenção também foi trazer reflexões sobre a influência da mídia na política, e vice-versa, na sociedade contemporânea, bem como a influência midiática na crise política vivida no Brasil desde o processo do *impeachment* até o escândalo envolvendo o presidente Temer.

Há muitas questões e propostas, que poderiam ser pensadas e trabalhadas em futuras pesquisas, diante de novos processos e de novos modelos teóricos e metodológicos, principalmente diante das mudanças que a comunicação política tem enfrentado. O uso das mídias digitais tem influenciado eleições não só no Brasil, como se pôde ver com a eleição de Jair Bolsonaro, mas no mundo todo. Dessa forma, compreender como esses atores sociais têm lidado com as estratégias de comunicação e a cobertura negativa da mídia, devido ao perfil mais polêmico, geraria reflexões importantes e necessárias.

Diante disso, a presente pesquisa buscou trazer contribuições de forma a gerar reflexões acerca do papel da mídia no campo político, possibilitando novos estudos diante dos efeitos do processo de midiaticização e *fake news*, que têm tido influência no campo da comunicação e política.

7 REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. H. H. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- ALBUQUERQUE, A. de; DIAS, M. R. **Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil**. Caxambu: Anpocs, 2002.
- ALBUQUERQUE, A.; PAULA, C. **Accountability Contra Democracia: A Comunicação Política depois do Golpe**. Trabalho apresentado ao GT 1 Comunicação e Democracia do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.
- BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BLUMENTHAL, S. **The Permanent Campaign: inside the world of elite political operatives**. [S. l.]: [s. n.], 1980.
- BORBA, F. M. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 21, p. 268-295, 2015.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.
- BRAGA, J. L. Circuitos *versus* campos sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 29-52.
- BRASIL. Secretária Especial de Comunicação Social (Secom). **Pesquisa Brasileira de Mídia**. 2016. Disponível em: <<http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.
- CAPELLA, J. N.; JAMIESON, K. H. **Spiral of Cynism: The Press and the Public Good**, Oxford: University Press, 1997.
- DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DOMENACH, J.-M. **A Propaganda Política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.
- FAUSTO NETO, A. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (Org.). **Mediatización, Sociedad y Sentido: diálogos entre Brasil y Argentina**. Rosario, Argentina. Departamento de Ciencias da Comunicación, Universidad

Nacional de Rosario, 2010. p. 2-15. Disponível em: <<http://www.fcpolit.unr.edu.ar/wp-content/uploads/Mediatizaci%C3%B3n-sociedad-y-sentido.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

FIGUEIREDO, M. *et al.* Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias. In: FIGUEIREDO, R. (Org.). **Marketing Político e Persuasão Eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

GALICIA, J. S. **Treinta claves para entender el poder**. Léxico de la nueva Comunicación Política. México: Piso 15 Editores, 2010.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, p. 1-37, 1993.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Ed. da Unesp: São Paulo, 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GOFFMAN, E. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. Nova York: Pantheon Books, 1974.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

HECLO, H. Campaign in gand governing: a conspectus. In: ORNSTEIN, N. J.; MANN, T. E. (Ed.). **The Permanent Campaign and Its Future**. Washington D.C.: American Enterprise Institute and The Brookings Institution, 2000. p. 1-37.

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 53-91, jan./jun. 2012.

LAVAREDA, A. **A democracia nas Urnas: O processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio Fundo: IUPERJ, 1991.

LEAL, P. R. F. Os riscos do personalismo na política. **Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade Federal de Juiz de Fora – A3:02**, Juiz de Fora: Ed. da UFJF, p. 12. abr./set. 2012.

LEAL, P. R. F.; VIEIRA, M. B. M. H. O fenômeno da personalização da política: evidências comunicacionais das campanhas de Dilma e Serra em 2010, **Teoria e Cultura**, v. 4, n. 1-2, p. 41-50, 2009.

LIMA, V. A. **Mídia**. Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LILLEKER, D. G. **Key concepts in political communication**. London: Sage Publications Ltd, 2007.

MAIA, R. C. M.; VIMIEIRO, A. C. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformação na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. **Revista**

da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação – E-compós, Brasília, p. 1-22, v. 14, n. 1, jan./abr. 2011.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo, ano 10, p. 1-24, n. 29, out. 1995.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo, p. 187-235, v. 27, n. 79, jun. 2012.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MOTTA, L. G. Enquadramentos Lúdico-dramáticos no Jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**, Porto Alegre: UFGS, v. 2, n. 17, p. 1-25, jul./dez. 2007.

NICOLAU, J. **Representantes de quem?** Os (des) caminhos do seu voto na urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NOGUERA, F. La campaña permanente. In: IZURIETA, R.; PERINA, R. M.; ARTERTON, C. (Ed.). **Estrategias de comunicación para gobiernos**. Washington D.C.: UPD/OEA; GSPM/The George Washington University, 2001. p. 83-108.

OLIVEIRA, L. A. **As estratégias retóricas na construção dos mundos de natureza ficcional da política:** um estudo comparativo das campanhas de Belo Horizonte e Salvador na eleição municipal de 2000. Tese (Doutorado)-Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IUPERJ), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, L. A. de; FERNANDES, C. M.; CHAGAS, G. C. Novos passos do golpe: o enquadramento da Reforma da Previdência no Jornal Nacional. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 2, p. 59-86, ago. 2018/nov. 2018.

ORNSTEIN, N. J.; MANN, T. E. **The Permanent Campaign and Its Future**. Washington D. C.: American Enterprise Institute and The Brookings Institution, 2000.

PITKIN, H. F. Representação: Palavras, Instituições e Ideias. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p. 15-47, 2006.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e política:** conceitos e abordagens. Salvador: Edufba; São Paulo, Ed. da Unesp, 2004.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença Editorial, 1990.

RUBIM, A. A. C. **Espetáculo, política e mídia**. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Comunicação Social (COMPÓS), Rio de Janeiro, 4 a 7 de junho de 2002.

SANTOS, W. G. **Razões da desordem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTOS, W. G. **Governabilidade e Democracia Natural**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHWARTZENBERG, R.-G. **O Estado espetáculo: Ensaio sobre e contra o *star system* em política**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, J. **A Radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político – Poder e visibilidade na era da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TRAQUINA, N. **Estudos do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2001.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 1, p. 235-252, 2011.

WATTENBERG, M. **The Rise of Candidate Centered Politics – Presidential Elections of the 1980s**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.